

Rose Laila de Jesus Bouças

HÁ PRODUÇÃO DO COMUM NO TRABALHO DE RUA?

instabilidades,

conflitos

e solidariedade

no espaço público



Salvador, 2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
PPG-AU/UFBA**

Rose Laila de Jesus Bouças

**Há produção do comum no trabalho de rua?
Instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público**

Salvador, 2024

ROSE LAILA DE JESUS BOUCAS

**Há produção do comum no trabalho de rua?
Instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura
da Universidade Federal da Bahia, como requisito para
obtenção do título de doutora.

Orientadora: Prof^ª Dra Ana Fernandes
Co-orientadora: Prof^ª Dra Angela Franco

Salvador, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)

B753

Bouças, Rose Laila de Jesus.

Há produção do comum no trabalho de rua? [recurso eletrônico] : instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público / Rose Laila de Jesus Bouças. – Salvador, 2024.

321 p. : il.

Tese – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 2024.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Fernandes

Coorientadora: Prof.^a Dra. Ângela Franco

1. Trabalho – Aspectos sociais. 2. Espaço público. 3. Economia popular. I. Fernandes, Ana. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.343-058.14

Responsável técnico: Jeã Carlo Madureira - CRB/5-1531

ROSE LAILA DE JESUS BOUÇAS

**Há produção do comum no trabalho de rua?
Instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: _____, pela seguinte banca examinadora:

Profª. Dra. Ana Fernandes (orientadora)
Pós-Doutorado na École d'Architecture Paris - Malaquais

Profª. Dra. Ângela Maria de Almeida Franco (co-orientadora)
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Glória Cecília dos Santos Figueiredo (membro interno)
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Adriana Nogueira Vieira Lima (membro interno)
Pós-Doutorada pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Profª Drª Regina Helena Alves da Silva (membro externo)
Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Prof. Dr. João Bosco Moura Tonucci Filho (membro externo)
Pós-Doutorado na Universiteit van Amsterdam, UvA, Holanda.



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPG-AU)**

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 23/04/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, área de concentração Urbanismo, da candidata ROSE LAILA DE JESUS BOUÇAS, de matrícula 216123435, intitulada Há produção do comum no trabalho de rua? Instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público. Às 14:30 do citado dia, PPGAU-FAUFBA e online, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Profª. ANA MARIA FERNANDES que apresentou os outros membros da banca: Profª. ADRIANA NOGUEIRA VIEIRA LIMA, Profª. Dra. ANGELA MARIA DE ALMEIDA FRANCO, Profª. Dra. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO, Profª. Dra. REGINA HELENA ALVES DA SILVA e Prof. Dr. JOÃO BOSCO MOURA TONUCCI FILHO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora APROVAD COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. REGINA HELENA ALVES DA SILVA, UFMG

Examinadora Externa à Instituição


Dr. JOÃO BOSCO MOURA TONUCCI FILHO, UFMG


Examinador Externo à Instituição


ADRIANA NOGUEIRA VIEIRA LIMA, UNEB

Examinadora Interna


Dra. ANGELA MARIA DE ALMEIDA FRANCO, UFBA

Examinadora Interna

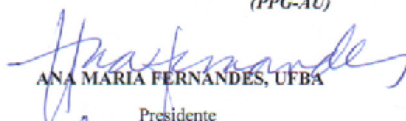

Dra. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO, UFBA

Examinadora Interna



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPG-AU)



ANA MARIA FERNANDES, UFBA

Presidente



ROSE LAILA DE JESUS BOUÇAS

Doutorando(a)

AGRADECIMENTOS

A produção da minha tese foi atravessada por acontecimentos importantes tanto num nível pessoal quanto num nível global. Nos últimos anos fui e me descobri mãe por duas vezes, cada maternar com sua singularidade e desafios que reverberaram e moveram completamente aquilo que eu sou. Agradeço e dedico, portanto, em primeiro lugar aos meus dois pequenos que me dividiram com este trabalho, com as angústias e incertezas do fazê-lo num período em que o medo se fez tão presente entre nós.

ao meu companheiro Caio que generosamente partilha o seu caminho comigo, por me oferecer apoio, incentivo e amor. Obrigada por estar presente em todos os momentos, pela criatividade nas ideias partilhadas, pela participação ativa na construção deste e de tantos projetos.

a ancestralidade que me cuida e me guia.

a minha mãe que me fortaleceu emocional e espiritualmente além de, junto com meus sogros, constituir praticamente a única rede de apoio com que pude contar no período da pandemia.

às minhas orientadoras, mulheres que admiro profundamente por sua competência e humanidade. Agradeço por me ensinarem a importância do cuidado, solidariedade e generosidade na construção de um trabalho acadêmico. Obrigada pela confiança e pelo apoio que me dedicaram. Aprendi e aprendo muito com vocês, para além do que aqui está materializado.

aos membros da banca por suas contribuições fundamentais, que enriqueceram grandemente este trabalho. Agradeço por suas palavras de incentivo, pela avaliação crítica e cuidadosa, assim como pelos textos indicados.

às trabalhadoras e trabalhadores de rua sem os quais este trabalho não seria possível. Agradeço aqui em nome daqueles que tive oportunidade de entrevistar: Maria dos Camelôs, Pitty, Valdina Silva e André.

às amigas e amigos que se mantiverem presentes ainda que nas redes virtuais, sempre com uma palavra de atenção e carinho. À Islândia Costa, Bruna Hercog, Isadora Scheffler, Thais Rebouças, João Pena, Alex Hercog, Rafaela Dornellas, Juliana Lucatelli, Gabriel Arruti, Camila Benezath e Janaína Chavier que acompanharam e me ouviram falar tantas vezes sobre esse trabalho.

as queridas mães que estão/estavam na pós-graduação: Barbara Lopes, Ana Paulin, Lucia Riba, Maria Isabel Rocha, Rafaela Kalaffa, Francine Cavalcanti e Beth Moreira. Com elas foi possível realizar trocas sobre o cuidado com as crias e partilhar processos de incentivo mútuo. Ver a força de cada uma na execução de suas pesquisas, principalmente de Babi e Lucia com quem pude compartilhar mais de perto as angústias e sucessos. Vocês são uma grande inspiração!

À família querida de Tacia Mattos, Joaquim Lessa e Mia pela oportunidade de fuga para a escrita de um dos capítulos. A Isadora Scheffler pelo apoio ao ficar com as crianças para que eu pudesse escrever no processo de conclusão da tese e por me ajudar com as demandas do trabalho para que eu pudesse me dedicar integralmente a escrita na reta final.

A minha queridíssima cunhada Lude Nazario, designer que fez a arte que abre os capítulos deste trabalho e mapas, assim como orientou sua diagramação final.

à Dra Regina que faz meu acompanhamento psicológico desde a pandemia sempre tão atenta e cuidadosa com minhas questões.

agradeço também aos colegas do Lugar Comum e aos colegas de turma do doutorado, sobretudo à Eliana Mello e Larissa Scarano pelo apoio nos desafios enfrentados.

a professora Thais Rosa pelo convite para participar de bancas de TFG do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA que oportunizou que eu me aproximasse dos trabalhos de Luisa Gusmão e Elisa Lago, que me ajudaram a refletir sobre o trabalho de rua a partir de suas perspectivas.

ao querido Gera Juncal (*in memoriam*) por ter me ajudado a fazer contatos essenciais para as entrevistas realizadas.

à professora Débora Diniz que não tive ainda o prazer de conhecer e que não sabe o quanto me ajudou a não desistir com as suas banquinhas durante a pandemia.

à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, com licença maternidade remunerada assegurada, recurso extremamente fundamental concedido durante os 4 primeiros anos dessa pesquisa.

à Universidade Federal da Bahia, pública e gratuita.

“Caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão”
Ferreira Gullar

Aos meus filhos,
grandes amores e fonte de inspiração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Camelô é trabalhador.....	31
Figura 2: Convoio de café; Marchandes de café brulé. Rio de Janeiro, 1835.	38
Figura 3: Taxa de Informalidade por sexo e raça (Brasil, 1º trimestre de 2022)	42
Figura 4: Taxa de informalidade por escolaridade (Brasil, 1º trimestre de 2022)	43
Figura 5: Avenida Champs Elysée, Paris, 1900 (esquerda), Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1920 (direita).	46
Figura 6: Morro da Favela, 1958. Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, reprodução fotográfica de Marco Antônio Bacan.....	47
Figura 7: Camelôs no Largo da Glória, Rio de Janeiro, década de 1960.....	47
Figura 8: Filha de Santo do Opó Afonjá vendendo quitutes. Salvador, Anos 1950. Fotografia de Pierre Verger.	48
Figura 9: Evolução do mercado de trabalho brasileiro (1984-2000).	61
Figura 10: Evolução do mercado de trabalho brasileiro (1984-2000).....	61
Figura 11: Porcentagem de inativos e desocupados que transitam pela informalidade, por trimestre.....	66
Figura 12: Avenida Sete de Setembro (Salvador/BA) durante a pandemia de COVID-19.68	
Figura 13: O trabalho de rua supõe o espaço público.	80
Figura 14: Notícia G1/Rio sobre ação da guarda municipal no centro do Rio.	106
Figura 15: Notícia portal G1/SP sobre protesto realizado por trabalhadores na região do Brás, no Centro de São Paulo.....	107
Figura 16: Notícia portal O Dia, sobre uma ação de fiscalização feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro que resultou em confronto com a guarda municipal.	107
Figura 17: Notícia portal G1/BA sobre protesto realizado por trabalhadores no Carnaval de Salvador em 2016.	109
Figura 18: Notícia Correio da Bahia sobre protesto realizado por trabalhadores no Carnaval de Salvador em 2023.	109
Figura 19: Mapa da Av Sete de Setembro, considerando sua extensão total e diferentes características.	144
Figura 20: Avenida Sete de Setembro, 2012.....	147
Figura 21: Praça do Relógio de São Pedro, 2012	147
Figura 22: Transversal da Avenida Sete de Setembro, 2012.....	148
Figura 23: Avenida Sete de Setembro em meio a projeto de intervenção, 2014.....	148
Figura 24: Avenida Sete de Setembro, 2017.....	148
Figura 25: Praça do Relógio de São Pedro, 2017.	148
Figura 26: Avenida Sete de Setembro em contexto pandêmico, 2020.....	148
Figura 27: Avenida Sete de Setembro em contexto pandêmico, 2020.....	148
Figura 28: Avenida Sete de Setembro, 2023.....	149

Figura 29: Avenida Sete de Setembro, 2023.....	149
Figura 30: Avenida Sete de Setembro, 2023.....	149
Figura 31: Avenida Sete de Setembro, 2023.....	149
Figura 32: Mapa do trabalho de rua em Salvador.....	151
Figura 33: Mapa com delimitação do bairro Dois de Julho e áreas onde existe o trabalho de rua. Fonte: Elaboração da autora, 2024.	153
Figura 34: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2012.....	154
Figura 35: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2017.....	154
Figura 36: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2013.....	155
Figura 37: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2013.....	155
Figura 38: Coreto, próximo à Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2023.....	155
Figura 39: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2023.....	155
Figura 40: Mercado Municipal do Dois de Julho recém inaugurado, 2017.....	156
Figura 41: Mercado Municipal do Dois de Julho recém inaugurado, 2023.....	156
Figura 42: Largo das Flores, Dois de Julho, 2012.	157
Figura 43:Largo das Flores, Dois de Julho, 2023.	157
Figura 44: Largo das Flores, Dois de Julho, 2023.	157
Figura 45: Largo das Flores,Dois de Julho, 2023.	157
Figura 46: Beco Maria Paz, 2012.	159
Figura 47: Beco Maria Paz, 2020.	159
Figura 48: Beco Maria Paz, 2023.	159
Figura 49: Beco Maria Paz, 2023.	159
Figura 50: Avenida Sete de Setembro, 2019.....	160
Figura 51: Avenida Sete de Setembro, 2019.....	160
Figura 52: Fotografia de Roberto Moreyra / Agência O Globo, janeiro de 2021.	168
Figura 53: Pitty com doações recolhidas para trabalhadoras e trabalhadores de rua em Salvador.	172
Figura 54: cartaz de divulgação para arrecadação de alimentos.....	172
Figura 55: Protesto contra o armamento da guarda municipal, 2020.	178
Figura 56: Protesto contra o armamento da guarda municipal, 2020.	178
Figura 57: Carregador próximo à Praça da Piedade.	208
Figura 58: Carregador próximo ao Dois de Julho.....	208
Figura 59: Avenida Sete de Setembro sem trabalhadores de rua.	210
Figura 60:: Avenida Sete de Setembro com trabalhadores de rua.....	210
Figura 61: Avenida Joana Angélica sem trabalhadores de rua.....	211
Figura 62: Avenida Joana Angélica com trabalhadores de rua.	211
Figura 63: Rua Nova de São Bento sem trabalhadores de rua.....	211
Figura 64: Rua Nova de São Bento com trabalhadores de rua.	211

Figura 65: Praça do Relógio de São Pedro sem trabalhadores de rua.	211
Figura 66: Praça do Relógio de São Pedro com trabalhadores de rua.	211
Figura 67: Rua do Cabeça sem trabalhadores de rua.	212
Figura 68: Rua do Cabeça com trabalhadores de rua.	212

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAEM	Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão
ABATIS	<i>Associação Baiana dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mercado Informal</i>
AEFO	<i>Associação de Expositores das Feirantes e Outros</i>
APROVACE	<i>Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado do Ceará</i>
ASFAERP	Associação dos Feirantes e Ambulantes da região metropolitana de Salvador
ASFERAP	Associação Feira Rua da Praia
CBO	<i>Classificação Brasileira de Ocupações</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAM	<i>Documento de Arrecadação Municipal</i>
DIEESE	<i>Departamento Estatística e Estudos Socioeconômicos</i>
IBGE	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
ILO	International Labour Office
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
JACIARA	<i>Associação das trabalhadoras e dos trabalhadores ambulantes e camelôs do Estado de São Paulo</i>
MEI	<i>Microempreendedor Individual</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MUCA	<i>Movimento Unido dos Camelôs</i>
OIT	<i>Organização Internacional do Trabalho</i>
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEMOP	<i>Secretaria Municipal de Ordem Pública</i>
SEWA	<i>Self Employed Women Association</i>
SINCOVAM	<i>Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus</i>
Sindibaq	<i>Sindicato dos Ambulantes do Estado da Bahia</i>
SINDIFEIRAS	Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	<i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura</i>
UNICAB	União de Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Feirantes e Camelôs do Brasil
UNISOL	<i>Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários da Bahia</i>

RESUMO

Esta tese investiga a natureza do trabalho de rua, buscando explorar de que maneira ele pode ser compreendido e interpretado para contribuir com a concepção dos comuns urbanos. A pesquisa examina a atividade do(a) trabalhador(a) de rua como uma expressão permanente de uma sociedade desigual, focando em três instâncias: a visibilidade de pobres e negros, a incompatibilidade entre espaço público e trabalho, e as perspectivas relacionadas à constituição de comuns urbanos. A discussão é iniciada tratando sobre as raízes coloniais do trabalho de rua para avançar sobre sua concepção enquanto trabalho informal. Aqui, a teoria dos circuitos da economia proposta por Milton Santos compõe um importante lastro teórico que permite compreender a atividade estudada com maior complexidade, inclusive por facilitar seu entendimento enquanto um segmento da economia dos setores populares. Esses aportes teóricos são fundamentais para nos direcionarmos em uma nova perspectiva que considera a importância das táticas de vida criadas pelas classes populares, permitindo-nos afastar de uma concepção que as trata apenas como vítimas. No percurso desenvolvido, a discussão encaminha-se assim para a formação da esfera pública burguesa e suas derivações para concepção do espaço público, local onde a atividade se apresenta. As ruas que estudamos aqui, especificamente, guardam a singularidade de estarem inseridas na região central da cidade, onde se manifestam conflitos e ações políticas do estado. Deste modo, consideramos importante analisá-las sob a ótica da teoria dos espaços luminosos e homens lentos, a fim de conduzir criticamente a compreensão dessa atividade numa sociedade estruturalmente racista e segregadora. Como então podemos compreender o que a atividade do(a) trabalhador(a) de rua produz para além da ocupação das ruas, como frequentemente se trata? Buscamos então investigar uma abordagem do trabalho de rua em sua interface com a produção do comum, tendo a pragmática vitalista proposta por Verônica Gago como um importante suporte. A metodologia empregada inclui uma abordagem feminista do “pensar situado”, que reconhece a importância dos “saberes localizados” onde se integram as experiências de sujeitos marginalizados na produção de conhecimento. A pesquisa organiza e reúne duas etapas distintas: a primeira desenvolvida durante o mestrado da autora, que analisou a apropriação do espaço público pelos(as) trabalhadores(as) de rua em Salvador, e a segunda que se dá no desenvolvimento da presente tese, em seu processo de adaptação ao contexto pandêmico. Assim constroem-se narrativas sobre o trabalho de rua, fundamentais para dar relevo à compreensão da dinâmica estudada.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho de rua; espaço público; economia popular; comuns urbanos; direito à cidade.

ABSTRACT

This thesis investigates the nature of street work, seeking to explore how it can be understood and interpreted to contribute to the conception of urban commons. The research examines the activity of street workers as a permanent expression of an unequal society, focusing on three instances: the visibility of the poor and black populations, the incompatibility between public space and work, and perspectives related to the constitution of urban commons. The discussion begins by addressing the colonial roots of street work and progresses to its conception as informal labor. Here, Milton Santos's theory of economic circuits forms an important theoretical foundation that allows for a more complex understanding of the studied activity, particularly by facilitating its comprehension as a segment of the economy within popular sectors. These theoretical contributions are essential to shift towards a new perspective that considers the importance of life tactics created by the popular classes, enabling us to move away from a conception that treats them solely as victims. In the course of the development, the discussion turns to the formation of the bourgeois public sphere and its implications for the conception of public space, where the activity unfolds. The streets studied here, specifically, hold the singularity of being situated in the central region of the city, where conflicts and political actions of the state manifest. Thus, it is considered important to analyze them from the perspective of the theory of luminous spaces and slow men, in order to critically guide the understanding of this activity in a structurally racist and segregating society. How, then, can we understand what street work produces beyond the occupation of the streets, as it is often perceived? We then seek to investigate an approach to street work in its interface with the production of the common, with Verônica Gago's vitalistic pragmatics providing important support. The methodology employed includes a feminist approach to "situated thinking," recognizing the importance of "localized knowledge" that integrates the experiences of marginalized subjects in knowledge production. The research organizes and brings together two distinct stages: the first developed during the author's master's program, which analyzed the appropriation of public space by street workers in Salvador, and the second, which occurs in the development of this thesis, adapting to the pandemic context. Thus, narratives about street work are constructed, essential to highlight the understanding of the studied dynamics.

Key Words: street work; public space; popular economy; urban commons; right to the city

RESUMEN

Esta tesis investiga la naturaleza del trabajo callejero, buscando explorar de qué manera puede ser comprendido e interpretado para contribuir a la concepción de los bienes comunes urbanos. La investigación examina la actividad del trabajador callejero como una expresión permanente de una sociedad desigual, centrándose en tres instancias: la visibilidad de pobres y negros, la incompatibilidad entre espacio público y trabajo, y las perspectivas relacionadas con la constitución de bienes comunes urbanos. La discusión se inicia tratando sobre las raíces coloniales del trabajo callejero para avanzar sobre su concepción como trabajo informal. Aquí, la teoría de los circuitos de la economía propuesta por Milton Santos compone un importante lastre teórico que permite comprender la actividad estudiada con mayor complejidad, incluso por facilitar su entendimiento como un segmento de la economía de los sectores populares. Estos aportes teóricos son fundamentales para dirigirnos hacia una nueva perspectiva que considera la importancia de las tácticas de vida creadas por las clases populares, permitiéndonos alejarnos de una concepción que las trata solo como víctimas. En el recorrido desarrollado, la discusión se encamina así hacia la formación de la esfera pública burguesa y sus derivaciones para la concepción del espacio público, lugar donde la actividad se presenta. Las calles que estudiamos aquí, específicamente, guardan la singularidad de estar insertadas en la región central de la ciudad, donde se manifiestan conflictos y acciones políticas del estado. De este modo, consideramos importante analizarlas bajo la óptica de la teoría de los espacios luminosos y hombres lentos, con el fin de conducir críticamente la comprensión de esa actividad en una sociedad estructuralmente racista y segregadora. ¿Cómo podemos entonces comprender lo que la actividad del trabajador callejero produce más allá de la ocupación de las calles, como a menudo se trata? Buscamos entonces investigar un enfoque del trabajo callejero en su interfaz con la producción de lo común, teniendo la pragmática vitalista propuesta por Verónica Gago como un importante soporte. La metodología empleada incluye un enfoque feminista del “pensar situado”, que reconoce la importancia de los “saberes localizados” donde se integran las experiencias de sujetos marginados en la producción de conocimiento. La investigación organiza y reúne dos etapas distintas: la primera desarrollada durante el máster de la autora, que analizó la apropiación del espacio público por los trabajadores callejeros en Salvador, y la segunda que se da en el desarrollo de la presente tesis, en su proceso de adaptación al contexto pandémico. Así se construyen narrativas sobre el trabajo callejero, fundamentales para dar relieve a la comprensión de la dinámica estudiada.

Palabras-clave: trabajo callejero; espacio público; economía popular; comunes urbanos; derecho a la ciudad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - O TRABALHO DE RUA NO BRASIL COMO TRAÇO ESTRUTURAL DE SOCIEDADES DESIGUAIS	31
1.1 A colonialidade e o contexto que desenha as condições atuais do trabalho de rua	34
1.1.1 A herança da colonialidade na estruturação da sociedade brasileira.....	34
1.1.2 A atividade do(a) trabalhador(a) de rua: definição de um conceito à luz da perspectiva histórica.....	38
1.1.3 O trabalho de rua em suas articulações com o mundo do trabalho e com o contexto urbano no Brasil.....	41
1.2. Caminhos conceituais para a compreensão do trabalho de rua em sociedades desiguais e em tempos neoliberais.....	50
1.2.1. As referências da informalidade e dos circuitos inferior e superior da economia.....	51
1.2.2 Perspectivas sobre a informalidade em um contexto neoliberal.....	58
1.2.3 A (des)estruturação do mercado de trabalho no período atual e as novas formas de exploração.....	65
1.3 A economia popular e possíveis caminhos para a produção do comum	71
1.3.1 Uma aproximação à noção dos comuns urbanos	72
1.3.2 A economia dos setores populares: pistas para uma nova leitura do trabalho de rua e sua interface com a produção do comum.....	74
CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DE RUA SUPÕE O ESPAÇO PÚBLICO	80
2.1 O espaço público e sua origem na esfera pública burguesa	83
2.1.1 A influência da esfera pública burguesa na concepção do espaço público	83
2.1.2 Tensões e transformações no espaço público contemporâneo: uma análise crítica	87
2.2 Repensando o espaço público a partir da tríade rua, centro e trabalho.....	92
2.2.1 A cidadania e o espaço público no Brasil: desigualdade, privilégios e desafios	92
2.2.2 A rua como espaço público: porosidade, vitalidade e diversidade.....	96
2.2.3 O centro das cidades brasileiras como expressão do trabalho coletivo e a presença do trabalho de rua.....	99
2.2.4 Conflitos e enfrentamentos na realização do trabalho de rua nos centros urbanos	104
2.3 A visibilidade do trabalho de rua: planejamento urbano e a organização política de trabalhadoras e trabalhadores.....	111
2.3.1 O espaço e a ação dos homens (e das mulheres) lentos(as).....	112
2.3.2 Planejamento urbano, urbanismo e o espaço público: sobre intervenções e reações	116
2.3.3 Tendências recentes da organização de trabalhadoras e trabalhadores de rua e formas de associação	126

CAPÍTULO 3 - PODE O TRABALHO DE RUA INSTAURAR UM COMUM URBANO?	131
3.1 Teoria e derivações para uma aproximação do comum	134
3.2 A inserção da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua na cidade: o método e as narrativas de um processo	138
3.2.1 NARRATIVA 1: O trabalho de rua no centro tradicional de Salvador/BA.....	142
3.2.2 NARRATIVA 2: A pesquisa sob o impacto da pandemia	166
3.3 As tramas tecidas entre o trabalho de rua e o comum.....	186
3.3.1 A pedra: o território, o coletivo, a contingência.....	191
3.3.2 O rapa: o controle, a violência, a disputa.....	198
3.3.3 Se virar: a vitalidade, a práxis, o movimento.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	219
ANEXO A.....	231
ANEXO B.....	236
APÊNDICE A.....	238
APÊNDICE B.....	250
APÊNDICE C	264
APÊNDICE D	286
APÊNDICE E.....	304

INTRODUÇÃO

Da tese

Nesta tese nos interessamos por compreender uma problemática muito presente nas cidades brasileiras: o trabalho de rua. Visamos não apenas explorar conceitualmente a atividade do(a) trabalhador(a) de rua, mas também questionar a perspectiva que considera ser esta atividade incompatível com o espaço público. Por que o trabalho de rua é frequentemente tratado como nocivo ou mesmo prejudicial a outros usos e apropriações do espaço público? Por que uma atividade, na grande maioria das vezes realizada por pessoas em situação de vulnerabilidade, é tão pouco tolerada no centro das ruas da maioria de nossas cidades?

Os questionamentos apresentados permeiam nossa análise e nos ajudam a definir o objeto estudado. O trabalho de rua é aqui entendido enquanto expressão permanentemente conflituosa de uma sociedade desigual e excludente, que mobiliza três instâncias: a visibilidade de pobres, principalmente negros, em espaços centrais das cidades; a incompatibilidade entre a noção de espaço público e de trabalho; as perspectivas trazidas pela ideia de constituição de comuns urbanos.

Esta pesquisa é a continuação de um processo iniciado no mestrado. O objetivo naquele momento era estudar a maneira como a atividade do(a) trabalhador(a) de rua estava inserida e se relacionava com o espaço público na cidade de Salvador. Buscava-se também identificar a maneira como incidiam as ações municipais de planejamento e ordenamento elaboradas entre 1992 e 2014 no centro antigo da cidade de Salvador, mais especificamente na Avenida Sete de Setembro e adjacências.

Na dissertação de mestrado foi verificado como a apropriação do espaço público pelos(as) trabalhadores(as) de rua se incorpora ao cotidiano e estabelece novas relações entre aqueles que usam este espaço, motivo pelo qual se constitui como uma importante referência para esta tese. Foi visto que esta apropriação, no entanto, não deixa de ser tensionada mesmo quando convertida em um uso legitimado institucionalmente. Isto ocorre porque o lugar onde a apropriação que estamos lidando ocorre, a rua, é um lugar em permanente disputa. A chegada

constante de novos(as) trabalhadores(as) em função do desemprego, mas também as reconfigurações de interesses sobre determinados espaços da cidade constituem fatores importantes e característicos dessa disputa: de um lado, as possibilidades de auferir renda integram uma estrutura impermeável para parte significativa da população em nosso país; de outro, os processos de remoção de vulneráveis compõem ainda de forma bastante presente as ações de política urbana. A dinâmica gerada por essa atividade e as diversas dimensões que ela mobiliza, no entanto, não apenas geram contradições. Elas também conferem vitalidade ao espaço público.

A investigação da apropriação do espaço público pelo(a) trabalhador(a) de rua, conforme analisada por Bouças (2015), aprofundou a reflexão sobre as complexidades que se manifestam na execução dessa atividade. A partir dos dados coletados em campo foi possível desenvolver uma análise abrangente do trabalho de rua. Essa análise foi estruturada em três categorias, criadas para permitir uma abordagem da atividade sob diferentes perspectivas. Essas categorias foram denominadas de “a pedra”, “se virar” e “o rapa”, expressões comumente empregadas pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) de rua, escolhidas por sintetizar para nós os aspectos mais marcantes da atividade. Assim temos que a “pedra” refere-se às relações do(a) trabalhador(a) com o lugar, onde se inserem as redes de solidariedade; “o rapa” se refere à dimensão dos conflitos e disputas envolvidos na apropriação e no uso do espaço público pela atividade; e o “se virar” trata das dinâmicas entre subordinação e autonomia, dimensões que organizam a atividade.

As categorias de análise apresentadas em Bouças (2015), além de nos permitirem olhar para a atividade do(a) trabalhador(a) de rua em sua relação com a cidade de maneira mais abrangente, também se constituíram como importante ferramenta para analisar a maneira pela qual as práticas cotidianas irrompem com a ordem do planejamento urbano, e de maneira inversa, a maneira como o planejamento é capaz de limitar tais práticas.

Como resultado da investigação realizada no mestrado pairou também uma diversidade de outras questões, que instigam as reflexões continuadas nesta tese, como: considerando a permissão do poder público para a realização do trabalho de rua no espaço público, o que pode ser entendido como conquista de direitos e o que pode ser entendido como imposição de regras? O quanto a rua, lugar de disputa, passa a ser mais tensionada por essa relação entre trabalho e espaço público em contextos de profundas desigualdades como o que temos no Brasil? Em que

medida a categorização entre espaço público e espaço privado dá conta dos processos de trabalho na rua que acontecem nos centros urbanos?

Com a motivação dos resultados da pesquisa do mestrado e pelas inquietações que deles derivaram, busca-se, nesta tese, não apenas dar-lhe continuidade, como também aprofundar sua compreensão. Se quer compreender o trabalho de rua não apenas como uma atividade, mas como algo que ultrapassa a categoria trabalho e se insere na sociabilidade e na apropriação do contexto das cidades para além da simples ocupação das ruas e suas calçadas.

O “ambulante” ou “camelô” é o(a) trabalhador(a) cuja atividade talvez seja das mais explícitas nas cidades, uma vez que realiza seu trabalho à vista de todos. De forma secular. Sua atividade mais contemporânea é marcada pela necessidade de responder às demandas e de inventar formas para atrair o público, condição indispensável para que as vendas se concretizem num mercado concorrido. Em sua história de ocupação dos espaços públicos para comercialização de mercadorias e de suas lutas por direitos, há registros de atuação do Poder Público que reconhece, em diferentes graus, a realização da atividade, com criações de regulações em alguns locais/situações, sobretudo naqueles em que a atividade ganha maiores proporções.

“Trabalho de rua” é o termo que escolhemos para nos referir a essa atividade, reinserindo-o no mundo do trabalho e do território. Conseqüentemente, “o(a) trabalhador(a) de rua” é a forma mais direta de traduzir aqueles(as) que realizam atividades de trabalho nas ruas.

O termo “trabalhador(a) de rua” vem sendo defendido pela autora da presente tese desde sua dissertação de mestrado (BOUÇAS, 2015). Ele é considerado o termo mais abrangente para a atividade, já que pode ser utilizado tanto para aqueles que possuem pontos transitórios, quanto para aqueles que possuem pontos fixos de trabalho. Com esta nomenclatura a intenção é dar substância e mostrar a imbricação existente entre o trabalho (atividade laboral) e a rua (espaço público). Destacamos o uso desse termo porque ele centra na atividade que pesquisamos, associando de forma imediata a relação que queremos fazer entre a atividade profissional de quem busca prover seu sustento e a utilização do espaço da rua como instrumento para este fim.

A escolha pelo uso desse termo não desconhece que outras atividades possam assim ser nomeadas, como é o caso dos guardadores de carro ou mesmo dos entregadores, por exemplo. Assim delimita-se que o(a) trabalhador(a) de rua aqui estudado é aquele que realiza a venda

de mercadorias no espaço público, e que este termo é usado, como já dito, como uma forma de reforçar a sua condição enquanto trabalhador(a), ainda que não usufrua dos benefícios conquistados pela classe trabalhadora com vínculos salariais mais estáveis, conforme discutiremos.

Das circunstâncias da tese e de seus desdobramentos metodológicos

A tese foi escrita na cidade de Salvador por uma mulher que também é mãe e que reside no centro da cidade há 10 anos e o frequenta desde a infância¹. O desafio de conduzir esta pesquisa ao longo dos últimos sete anos, atravessando mudanças pessoais, crises políticas, econômicas e uma pandemia global, não deve ser subestimado. Este trabalho reflete, portanto, não apenas um compromisso acadêmico, mas também a resistência e resiliência diante de adversidades, incluindo o desemprego e o aumento das responsabilidades familiares durante a crise sanitária global.

O projeto de pesquisa desta tese nasceu, como exposto, de um desdobramento do trabalho de mestrado, e da percepção de que ainda havia o que esmiuçar e expandir. Ao entrar no doutorado, a intenção era avançar sobre os projetos públicos de intervenção na atividade do(a) trabalhador(a) de rua, realizados em diferentes cidades brasileiras numa proposta de estudo que mirava principalmente o aspecto comparativo. As cidades de Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte foram então pensadas por apresentarem diferentes dinâmicas e experiências na relação entre trabalho, rua e planejamento urbano.

Após dois anos trabalhando no projeto de pesquisa inicial, cursando disciplinas e atuando como professora em uma Instituição de Ensino Superior privada, houve a chegada de um segundo filho. O novo momento da vida pediu que a ambição de pesquisar cidades de outros estados fosse reduzida. De modo paralelo, também o novo momento político impôs limitações orçamentárias à universidade pública, tornando mais difícil o acesso a recursos para realizar os deslocamentos

¹ A pesquisadora foi contemplada com uma bolsa de estudos no Colégio do Mosteiro de São Bento, no centro de Salvador, aos 11 anos de idade, onde estudou até a conclusão do Ensino Médio, ainda como bolsista. Naquele período, os deslocamentos se faziam de sua residência no Largo do Tanque, bairro popular situado próximo da Liberdade, São Caetano e Retiro em Salvador para a Avenida Sete de Setembro, onde o trabalho de rua já fazia parte de seu cotidiano desde meados do século XX. Mais tarde, quando cursava a graduação em Urbanismo na Universidade do Estado da Bahia, a pesquisadora estagiou na ONG Vida Brasil, localizada no bairro da Mouraria, e assim manteve-se em contato com o centro, já que muitas ações e pesquisas realizadas tinham este lugar como território de trabalho. Em 2013 a pesquisadora ingressou no mestrado na Universidade Federal da Bahia e, tendo a atividade do trabalhador de rua como objeto de pesquisa, mudou-se para o bairro 2 de Julho, bairro central de Salvador, onde reside desde então.

pretendidos. Foi demorada a percepção de que a vida e os projetos acadêmicos e profissionais, assim como os de milhares de brasileiros, tinham sido tomados de assalto quando a presidenta Dilma, eleita democraticamente, sofreu um golpe e foi destituída.

No final de 2019, após a primeira qualificação, a opção encontrada foi restringir o estudo do trabalho de rua a cidades da Região Metropolitana de Salvador, já que isso facilitaria o deslocamento para realização do levantamento de dados empíricos, contato com lideranças, pesquisadores e gestores do poder público.

O ano de 2020 iniciou com a redução na carga horária docente da pesquisadora e com o final da bolsa de estudos no horizonte. Não era esperado naquele momento que a crise política e econômica em que já estávamos imersos pudesse ser agravada por uma crise sanitária global. Com os primeiros casos de COVID-19 no Brasil, as disciplinas que a pesquisadora ministrava foram reduzidas e passaram para o formato remoto, o que a inseriu ainda mais no processo de precarização do trabalho docente no ensino superior privado (e porque não dizer, do trabalho como um todo). Repentinamente não era possível dispor de nenhum tipo de ajuda externa com a casa ou com as crianças, já que não era possível contar com escola, creche, babá, amigos ou familiares. Além disso, não foi possível ter acesso à prorrogação da bolsa de estudos e, um pouco mais adiante, tivemos de vivenciar, como muitos, o desemprego. Em um país que mostrava desvalorizar tanto a educação, a pesquisa, a ciência e os ditos grupos “minoritários”, nos quais se incluem as mulheres, sobretudo aquelas que são mães, foi preciso atravessar questões de saúde mental, necessitando de um grande esforço para avançar na produção desta tese. Não é possível deixar de mencionar a ironia de estar tangenciando nestes estudos a crise no mundo do trabalho e o crescimento do desemprego quando a própria pesquisadora também entrava nesses números.

Esta pesquisa sofreu então mais um giro conceitual para que seu encaminhamento fosse possível. Diante do que já havia sido produzido e observado sobre a dinâmica da atividade e considerando que outras chaves teóricas poderiam ser acionadas para além da discussão do privado e do público, e da dimensão puramente laboral da atividade, emergiu a perspectiva de compreender o trabalho de rua em sua contribuição para a produção do comum. Ou seja, identificar a potencialidade dessa atividade para avançar e atualizar o entendimento sobre o trabalho de rua, tendo em vista sua relação intrínseca com o território, suas redes de sociabilidade

e instâncias de conflito. As interrupções, fraturas e descontinuidades do processo vivenciado também trouxeram a potencialidade de estabelecer o seu funcionamento em situações adversas, costurando a partir disso novas articulações e resultados.

A perspectiva trabalhada na presente tese levou em consideração a relação intrínseca, indissociável e estrutural do trabalho de rua com o espaço público. Buscou construir uma compreensão de que deve ser superada a ideia colonial e burguesa do espaço público abstrato e universal que, embora referenciado em direitos – também eles abstratos e universais –, não consegue dar conta nem da vitalidade dos processos que nele ocorrem e muito menos das realidades próprias de países não-hegemônicos. É desse registro conceitual que decorrem políticas públicas de combate ao trabalho de rua, com maior ou menor segregação.

Ou seja, o trabalho de rua é uma das materializações da economia popular, aspecto constituinte da dinâmica de produção das cidades latino-americanas. A sua relação com a rua é reveladora de como uma população historicamente subalternizada se insere e produz esse espaço e lhe confere vitalidade, sem que isso implique necessariamente em um valor negativo para o espaço público, como costuma ser tratado, entre outros, pelo planejamento urbano hegemônico. Nesse outro registro, o da produção do comum, pode-se perceber a confluência e a combinação de estratégias da população empobrecida produzindo coletivamente sua própria subsistência, seja para suprir necessidades (como a moradia), seja para prover a vida (como através do trabalho de rua). A descriminalização “espacial” da atividade e de seus praticantes pode constituir ainda uma derivação importante dessa compreensão. A relação sujeito-objeto, por sua vez, é bastante significativa no processo de pesquisa dessa tese. Consideramos que ela não deve ser entendida de forma positivista, que tende a afastar os valores do sujeito em busca de neutralidade e considera o sujeito cognoscente hierarquicamente superior àquilo que se busca conhecer. Em vez disso, propõe-se uma abordagem que tenda à superação dessa visão, promovendo uma consciência mais próxima de uma postura crítica (CABRAL, 2006) e, em nosso caso, de uma relação entre sujeitos.

O método de “pensar situado” ou “conhecimento situado” se constitui assim como central em nossa abordagem metodológica, já que entrelaça a pesquisa com a vivência da pesquisadora e com os contextos pesquisados, em uma interconexão contínua entre sujeito e objeto

de estudo, ou entre sujeitos. Esse método reconhece a importância dos “saberes localizados” e busca integrar as experiências de comunidades marginalizadas na produção de conhecimento, questionando a objetividade tradicionalmente associada à ciência. Essa forma de reflexão, chamada por Gago (2020, p.12) de “pensar situado”, deriva invariavelmente de uma abordagem com perspectiva feminista, evidenciando a força do pensamento ancorado em um corpo que incorpora “experiências, expectativas, recursos e memórias”.

No entanto, a metodologia teve de ser adaptada ao contexto pandêmico, incorporando pesquisa remota, via questionários, entrevistas, bem como revisitação de dados empíricos do mestrado. Nela, se tentou manter uma abordagem de inspiração etnográfica, mesmo à distância, como uma tentativa de compreender a dinâmica do trabalho de rua de perto e de dentro (MAGNANI, 2002), considerando as complexidades da experiência urbana.

No contexto pandêmico onde ainda não havia vacina para todos, a tentativa de investigar uma dinâmica tão inerente ao espaço público, a estar nele, se tornou impraticável. Assim, a alternativa encontrada foi a de buscar alcançar o empírico através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas de forma remota, mantendo ao menos minimamente a aproximação do “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), que havia sido proposto na metodologia inicial desta tese.

De acordo com Magnani (2002) a contribuição da abordagem metodológica que costuma ser praticada pelo exercício do planejamento nomeada por ele de “ver de longe e de fora” não dá conta da complexidade das experiências urbanas. Assim, o autor propõe o uso de métodos e instrumentos da antropologia para chegar a outras conclusões. Ainda que a pesquisadora não seja antropóloga e não tenha domínio completo sobre o método, pareceu ser de fundamental importância para uma aproximação com a problemática, abordagem que o autor denomina como “olhar de perto e de dentro”.

É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (MAGNANI, 2002, p. 17).

A inspiração etnográfica tomada não pressupõe, como já se pode imaginar, uma aplicação

rigorosa do método. Ainda mais considerando o momento histórico em que não era possível “estar lá”, envolvida diretamente com os(as) trabalhadores(as), conforme nos recomenda Rafael Santos (2005). Todavia, a inspiração no método manteve-se minimamente, como um desejo de manter vivos e presentes os sujeitos cuja atividade buscamos compreender.

O aprofundamento desejado para o estudo de caso considerou então como guia essa inspiração etnográfica e antropológica, como forma de evidenciar os protagonistas da história, os(as) trabalhadores(as) de rua em sua relação com o espaço público, com a cidade. Buscou-se amenizar as dificuldades encontradas com o campo no período pandêmico, trabalhando com dados empíricos em três frentes: a) aplicação de questionários à distância; b) realização de entrevistas com lideranças em diferentes cidades; e c) resgate e nova leitura dos dados empíricos coletados para o trabalho de mestrado da pesquisadora.

A escolha para aplicação dos questionários se deu pela proximidade ou facilidade de acesso a movimentos ou organizações relacionados ao trabalho de rua. Travamos então uma interlocução com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos em São Paulo, com o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) no Rio de Janeiro e com lideranças dos(as) trabalhadores(as) de rua em Salvador, contatados durante a realização do mestrado.

Apesar do esforço dispendido, a conjuntura pandêmica parece ter acentuado ainda mais as dificuldades da aplicação de questionários online: o volume de respostas acabou sendo bem abaixo do esperado. Assim, uma alternativa encontrada foi entrevistar algumas lideranças vinculadas aos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores de rua nas três cidades. Trechos das entrevistas realizadas com 04 dessas lideranças nas cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro nos permitem entrever algumas das questões atravessadas por esses(as) trabalhadores(as) em sua relação com a cidade e com o espaço público, antes da e durante a pandemia.

Por outro lado, resgatamos vários dos dados empíricos levantados e tratados durante o mestrado, observando-se sobretudo o que se referia ao fato de esta atividade ser fundamental para a reprodução da vida dos mais vulneráveis, essencial para vitalidade do espaço público.

As empirias idealizadas como parte do processo metodológico desta tese foram realizadas, portanto, em dois momentos distintos: o primeiro em 2015, quando a pesquisadora estudou a apropriação do trabalho de rua no centro de Salvador; o segundo, na ocasião da pandemia

durante a realização do presente trabalho, quando foram aplicados questionários e se realizaram entrevistas virtuais com trabalhadores(as) e lideranças das cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. A relação entre esses dois momentos e lugares será circunstanciada, evidenciando os aspectos que atravessam as perspectivas desses dois processos distintos e os relacionam entre si e com a dinâmica estudada.

O resultado dos dados levantados é apresentado sob a forma de duas narrativas, uma para cada momento da pesquisa. De acordo com Jacques (2013) a narrativa se relaciona com a memória e com a história e é uma forma de transmiti-las. Ela também se relaciona com o trabalho etnográfico e as experiências de campo, da escuta do outro, escolha dos interlocutores e formas de relatar e expressar esses encontros.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa, torna-se evidente que as contradições inicialmente identificadas não apenas persistem, mas também geram novas contradições, seguindo uma lógica cara ao método dialético. Para o método dialético, que pressupõe a inseparabilidade dos fatos de seus contextos sociais, políticos, econômicos, entre outros (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993), as contradições não são estáticas; ao contrário, ao permanecerem, elas se transmutam, originando novas configurações e embates.

Da estrutura da tese

A tese está estruturada em três capítulos, nos quais se discute o trabalho de rua sob três perspectivas. A primeira considera o trabalho de rua na perspectiva das sociedades desiguais; a segunda trata de sua relação com o espaço público; e a terceira aciona a chave dos comuns urbanos para sua problematização e compreensão.

No Capítulo 1 discute-se a estrutura histórica, social, econômica e urbana, considerando a colonialidade do poder e do saber como um aspecto obscuro da modernidade que perpetua desigualdades. Consideramos que a compreensão das consequências daí advindas é crucial para analisar as desigualdades geradas por um modelo de desenvolvimento que aprofunda as disparidades inauguradas pelo novo padrão de poder na América Latina.

Nesta tradição mais crítica de pensamento sobre o desenvolvimento de sociedades

desiguais, a teorização em torno da informalidade² como um traço estrutural da conformação do capitalismo nos países latino-americanos e de seus processos urbanos fornece uma boa base para problematizar a centralidade, nestes contextos, de atividades como a do(a) trabalhador(a) de rua e de outras estratégias de vida urbana próprias das camadas menos favorecidas. Essa discussão está em pauta desde os anos 1970, vem suscitando controvérsias e requer atualização constante, pois está intrinsecamente ligada à própria dinâmica capitalista que, em tempos de neoliberalismo e inovações tecnológicas, opera novas formas de exploração do trabalho, agrava o desemprego e imprime transformações nos modos de viver a cidade. Não por acaso aquelas que sentem o maior peso da opressão são justamente as classes que não dispõem de recursos para dar conta da reprodução de suas vidas e que carregam o ingrato passivo histórico dessa assimetria: no Brasil, trata-se, principalmente, da população preta, parda e indígena que reside nas áreas periféricas.

Numa outra chave cognitiva, mas que converge com as mais promissoras teorizações sobre a informalidade, na visão não dualista e na consideração do caráter estrutural das estratégias de vida urbana em países como o Brasil, utilizamos a teoria dos circuitos da economia desenvolvida por Milton Santos ([1975]/2008a) para interpretação da “informalidade” como parte de um processo único ou de uma mesma lógica, com grandes implicações no espaço urbano. Essa teoria, precursora ao destacar a complexidade do circuito inferior da economia, é essencial para nos fazer avançar rumo ao conceito de economia popular, que revisita a imagem dos pobres e considera os arranjos alternativos que vão além da subsistência e da precariedade. Dessa forma, a discussão se aproxima dos comuns urbanos, explorando tendências que, embora não sejam inerentemente anticapitalistas, apontam para novas formulações por meio de uma pragmática centrada nas táticas de vida.

No Capítulo 2 o ponto de partida é a compreensão da formação da esfera pública burguesa, tratada aqui pela influência que exerce sobre a concepção do espaço público.³ A esfera

² Há perspectivas que tratam a informalidade como parte da precarização do trabalho. Outras correntes, por outro lado, compreendem o mesmo fenômeno em sua interface com o empreendedorismo, o liberalismo popular e a economia popular, ou seja, adotam abordagens distintas e reconhecem a complexidade inerente do trabalho informal, evitando simplificações binárias. Sendo assim, buscamos aqui realizar uma mínima revisão histórica desses conceitos, com o intuito de avançar na discussão e identificar pistas que nos levem a dissociar o entendimento da informalidade com a ideia de vitimização dos pobres.

³ A rua é espaço público e, por isso, é importante caracterizar a distinção com a esfera pública, que se refere às dimensões política e comunicacional da sociedade. O espaço público, nesse sentido, pode ser considerado como parte da esfera pública, desdobrando-se em termos de materialidade praticada, uma aplicação concreta no espaço.

pública burguesa tem sua discussão relacionada ao surgimento do Estado moderno (HABERMAS, [1962]/1984) e é impulsionada pela Revolução Francesa. Nesse contexto a transformação dos burgueses em cidadãos representa uma mudança na função política da esfera pública, permitindo a expressão de interesses individuais, onde os meios de comunicação são decisivos para o surgimento e consolidação do poder midiático, por meio do qual se disseminam os interesses hegemônicos. Ao considerar a dinâmica dos processos excluídos da esfera pública e os interesses dominantes presentes, torna-se relevante explorar a contribuição da formação da esfera pública burguesa para a concepção dos espaços públicos de maneira em geral e, posteriormente, estender esse entendimento ao contexto específico do Brasil.

A participação dos sujeitos subalternizados na esfera pública é então discutida, ressaltando as desigualdades e restrições de direitos, conceituando a “cidadania entrincheirada”, conforme apontada por James Holston (2013). A análise por ele realizada considera criticamente o conceito de espaço público, ao qual atribui uma dimensão política⁴, destacando lacunas e conflitos de interesses para a realidade brasileira.

O espaço, por sua vez, é compreendido como um produto social que reflete as relações de produção (SANTOS, 1985; LEFEBVRE, [1974]/2000). Especificamente no que se refere ao espaço público (ABRAHÃO, 2008; BORJA, 2006; DELGADO, 2007), a discussão sobre sua transformação, destaca tensões e mudanças em sua concepção. O espaço público é entendido como local de ação política, arena de criação e disputa de ideias e de interesses. A distinção entre espaços públicos, bens públicos e comuns é explorada nesse capítulo, enfatizando a ação política dos cidadãos na apropriação desses espaços. A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua é examinada nesse sentido, demonstrando diferentes arranjos para sobrevivência e conquistas, incluindo a valorização do tempo e suas variações.

A presença do trabalho de rua é especificamente abordada nas ruas dos centros das cidades brasileiras, especialmente em metrópoles e capitais regionais. Destaca-se assim a relação intrínseca entre o espaço público e o trabalho, ressaltando a importância das centralidades na produção do valor do espaço para discutir os conflitos e enfrentamentos na realização do trabalho de rua nos centros urbanos, relacionados às políticas públicas, regulamentações municipais e

⁴ A distinção conceitual entre esfera pública e espaço público será realizada no Capítulo 2 desta tese.

no espaço público tornam possível a constituição de comuns urbanos. Busca-se dessa maneira revelar mais da textura que o trabalho de rua imprime nas nossas cidades, através de novas perspectivas que visam analisá-lo: enquanto expressão do comum em sua existência coletiva e contingente; aprofundando o entendimento sobre as formas de repressão como o Estado busca destruir diretamente o comum; e a maneira como a práxis do trabalho de rua pode produzir, em seus diversos movimentos, uma nova leitura sobre a cidade e sobre os sujeitos que a realizam, os quais atuam como agentes ativos na articulação e dinamização do espaço.

CAPÍTULO 1

O Trabalho de rua no Brasil como traço estrutural de sociedades desiguais



Figura 1: Camelô é trabalhador.
Fonte: NAZARIO, Lude, 2023.

Este capítulo tem o objetivo de desenvolver a discussão sobre o trabalho de rua em sua interface com a informalidade no Brasil, considerando sua relação com as particularidades do nosso desenvolvimento social, econômico e urbano, associadas às desigualdades que caracterizam o país.

Para isso, recorreremos a três chaves reflexivas que, cada uma a seu modo, fornecem elementos fundamentais para que possamos compreender o trabalho de rua em sua dimensão estrutural e, ao mesmo tempo, multifacetada, seja na perspectiva teórico crítica, seja naquela da própria dinâmica da realidade. A primeira das chaves teóricas gira em torno do conceito de informalidade; a segunda diz respeito à teoria dos dois circuitos, elaborada por Milton Santos e a terceira envolve o que se entende por economia dos setores populares.

Trata-se de uma discussão longa, nunca esgotada, cuja efervescência se dá principalmente nos anos 1970, e que necessita sempre de atualização, uma vez que sua renovação se dá em conjunto com o desenvolvimento do próprio capitalismo e suas novas frentes de exploração do trabalho - onde o desemprego é uma condição inerente -, e da constituição de novas estratégias de vida urbana. Com relação à informalidade, por exemplo, ainda hoje existem imprecisões acerca do que conceitualmente pode ser identificado como informalidade ou setor informal, num processo que ganha novos contornos especialmente em função das mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo e que mais recentemente se intensificaram com a pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, consideramos que compreender minimamente as consequências da colonização do saber e poder são fundamentais para a reflexão sobre as desigualdades postas por um modelo de desenvolvimento capaz de aprofundar as desigualdades que se inauguram com o novo padrão de poder que se estabelece a partir da colonização da América Latina. “A violência da conquista” não se dá apenas com a invasão dos territórios. Ela instaura a racialização da subjetividade, das relações sociais em cada uma das instâncias da vida, ensinando as vítimas desse processo a se enxergarem com o olhar do dominador (QUIJANO, 2009). Com esse mote, abrimos os caminhos para assentar a discussão sobre o trabalho de rua, conceito que defendemos e justificamos neste capítulo, por dar dimensão e acuidade a uma atividade presente historicamente nas ruas das cidades brasileiras.

De fato, tendo em vista que a urbanização no Brasil é um fenômeno que antecede a

industrialização e que esta, por sua vez, apresenta um protagonismo importante na estruturação do território, temos um conjunto de cidades desenvolvendo-se orientadas para o comércio internacional devido ao caráter agroexportador do país, robustecendo, desde o início, o chamado setor terciário da economia, com suas formas específicas de organização de atividades e de trabalho. Consideramos aqui que esse modelo de desenvolvimento urbano dialoga com a organização de nossa economia, as desigualdades e processos de exclusão daí decorrentes.

Assim, a discussão teórica sobre o tema da informalidade terá sua abordagem considerando-a como um traço estrutural do desenvolvimento social, econômico e urbano do Brasil. Uma outra das bases teóricas usadas para o desenvolvimento da discussão, como indicado acima, é a interpretação atualizada da teoria dos circuitos da economia, que nos permite interpretá-los como partes articuladas de um mesmo processo, com importantes desdobramentos no espaço urbano e, particularmente, nas atividades desenvolvidas na rua. Essa teoria, que é considerada precursora por apontar para a complexidade e diversidade do circuito inferior da economia, é fundamental, por sua vez, para avançarmos sobre o conceito da economia popular, que revê a imagem dos pobres e os significados de estar sem emprego como possibilidade para criação de outros arranjos em uma economia alternativa, desenvolvida para além da subsistência. Assim, nos acercamos da discussão sobre a questão dos comuns urbanos, buscando nos aproximar de tendências ou movimentos que já existem e que, mesmo sem se constituírem como essencialmente anticapitalistas, apontam para formulações novas através de uma pragmática que centraliza a dinâmica das táticas de vida.

1.1 A colonialidade e o contexto que desenha as condições atuais do trabalho de rua

Aqui buscamos situar a discussão sobre o trabalho de rua no Brasil, articulando sujeitos, territórios e trabalho, a partir da noção da colonialidade. Isto porque a posição social e econômica dos indivíduos tem uma imbricação crucial com a cor e o gênero de quem realiza a atividade que aqui tratamos. Ao mesmo tempo, convém levar em conta que esta discussão tem, como importante referencial, o conceito de trabalho, que vem pautando, há muito tempo, boa parte das preocupações de pesquisadores que leem as transformações do mundo a partir das relações entre o capital e o trabalho. No caso do Brasil e de países onde a desigualdade é a regra, o papel ocupado pelo trabalho assalariado teve de ser relativizado pela presença dominante do trabalho não assalariado, ainda que os direitos a este se mantivessem no horizonte das conquistas de trabalhadoras e trabalhadores de todos os tipos. Este fato, por sua vez, tem dado substância às formulações sobre a informalidade centrada na categoria trabalho e as mudanças contemporâneas do mundo do trabalho potencializadas pela inovação tecnológica e modelos de gestão do trabalho correlatos - gerando desemprego (estrutural) e precarização - são vistas (e parecem mesmo ser) como potencializadoras desta informalidade.

1.1.1 A herança da colonialidade na estruturação da sociedade brasileira

A informalidade não é um fenômeno qualquer na sociedade brasileira. Ela é um traço estrutural, que deriva da nossa formação social e é engendrada pela colonialidade do saber e do poder no processo de formação do país, já que as bases da desigualdade que vivenciamos foram moldadas através da expropriação dos povos subalternizados. Deste modo, a posição social e econômica dos indivíduos tem uma imbricação crucial com a cor e o gênero, como poderemos perceber ao longo da discussão desta tese. Simbolicamente, na subjetividade e até na construção do espaço urbano esse fator constituinte se desenhou e redesenhou ao longo da história, indicando a divisão de classes e as diversas formas de discriminação que são atribuídas aos lugares, indivíduos e grupos, nas múltiplas dimensões que os conformam.

De acordo com Quijano (2005) na formação do capitalismo mundial está a criação da ideia de raça, que fundamentou a configuração de relações sociais produzindo identidades novas,

pelas quais os europeus (sobretudo portugueses e espanhóis) chamaram a si mesmos de brancos e se distinguiram do que classificaram como índios, negros e mestiços. Essa classificação social da população formou as bases para a consolidação de uma nova estrutura de controle do trabalho, já que identidades históricas novas foram produzidas sobre a ideia da raça, que atribuía papéis e lugares diferentes na estrutura de controle do trabalho.

Na divisão racial do trabalho que se impôs, distinguiram-se aqueles que podiam ser escravizados, os que estavam destinados à servidão, os que podiam realizar algum tipo de atividade intermediária em postos rejeitados pelos que dominavam e os que podiam receber salários, acumular riqueza e manter-se em sua posição de privilégio.

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p.120).

Para Quijano (2005), a geografia social do capitalismo foi instituída a partir da colonialidade do controle do trabalho, ou seja, o capital se tornou o eixo ao qual se articulavam todas as formas de controle do trabalho, onde o europeu pode se constituir como o centro do mundo capitalista, já que controlava e concentrava o trabalho assalariado. Mignolo (2017) corrobora com esse pensamento, chamando atenção para o fato de que o trabalho, antes da matriz colonial de poder, era necessário para viver, mas passou a ser subjugado e transformado em escravidão e trabalho assalariado.

Quijano (2005) também vai nos dizer que a Europa expropriou as populações colonizadas em seus valores culturais, sobretudo naquilo em que o capitalismo podia se beneficiar, ao passo em que reprimiram as formas de conhecimento dos colonizados em seu universo simbólico, padrões de expressão e subjetividades. O etnocentrismo, mais tarde aprofundado sob a forma de eurocentrismo, fundamenta-se a partir deste processo, levando os europeus a sentirem-se

superiores aos demais povos do mundo, colocando a modernidade e a racionalidade enquanto características exclusivamente suas.

Aproximando-nos do Brasil colônia, de acordo com Darcy Ribeiro (2015), a implantação do projeto colonial português, naquele momento um império comercial, deu-se pela sistemática apropriação, exploração e destruição das terras, meios de vida e saberes comuns dos inúmeros povos originários que aqui habitavam. Em suas palavras, “os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora” (RIBEIRO, 2015, p.327).

Ainda conforme Darcy Ribeiro (2015, p.53-54) o estilo de colonização que se inaugurou no Brasil pelos colonizadores ibéricos possuía o objetivo de promover a mestiçagem como forma de promover seus próprios interesses, multiplicando corpos para servi-los. Esse processo contrasta com a forma como a colonização se deu nos países nórdicos, onde não havia o interesse de qualquer mistura com os povos originários. A perversidade nesse processo não pode nos escapar, já que se insere aí o apagamento generalizado dos povos indígenas brasileiros, seja através dos processos de embranquecimento da população, seja através da cruel eliminação dos povos originários.

Soma-se a esse processo de miscigenação a chegada da população negra sequestrada e trazida forçadamente da África, incorporada à classe operária e popular urbana no Brasil (ALMEIDA, 2019, p.110), que produziu quase tudo que aqui foi feito (RIBEIRO, 2015, p.87).

O racismo, expresso como discriminação racial, é caracterizado por sua natureza sistêmica. Não se limita a um ato isolado de discriminação ou a uma série de ações, mas constitui um processo em que as condições de subalternidade e privilégio são perpetuadas entre grupos raciais nos domínios político, econômico e nas interações cotidianas (ALMEIDA, 2019, p.24)

O racismo que é “em toda a parte diferente, e em toda a parte - o mesmo - varia em estilo, mas não em essência.” (NASCIMENTO, 1978). Em seu aspecto estrutural, refere-se à incorporação de seus princípios nas instituições e na própria estrutura social de uma sociedade. Isso significa que as instituições refletem e perpetuam as desigualdades raciais presentes na sociedade da qual é parte e expressão. Em uma sociedade onde o racismo é parte integrante da vida cotidiana, as instituições que não abordam ativamente a desigualdade racial tendem a

reproduzir práticas racistas consideradas “normais”. O racismo não é, portanto, uma anomalia social, mas sim uma característica intrínseca à estrutura das relações políticas, econômicas, jurídicas e sociais, sendo por isso estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados dessa sociedade em que o racismo é a regra, não a exceção (ALMEIDA, 2019).

Para Jessé de Souza (2017) o culturalismo racista conservador é o que está por trás do trabalho de manipulação simbólica em favor da elite. É esse aspecto que constrói uma fantasia de continuidade cultural entre os descendentes europeus que vivem hoje no Brasil, que levam a imaginar que “alguém é, por exemplo, italiano, apenas porque o avô era italiano” (SOUZA, 2017, p. 38).

Para Jessé de Souza (2017), na transição da escravidão física para escravidão moral, a perseguição aos setores mais pobres da sociedade, que não por acaso são formados por pessoas pretas e pardas⁵, vem do medo dos escravistas que converteram essas pessoas em inimigas da ordem, e que usam a força policial para intimidar, humilhar e reprimir.

O caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média para poupar tempo de tarefas domésticas, sujas e pesadas, o que permite utilizar o tempo “roubado” a preço vil dessa classe em atividades mais produtivas e mais bem remuneradas, mostra uma funcionalidade da miséria clara como a luz do Sol. Essa luta de classes silenciosa exime toda uma classe dos cuidados com os filhos e da vida doméstica, transformando o tempo poupado em dinheiro e aprendizado qualificador. A classe roubada, no caso, é condenada eternamente e desempenhar os mesmos papéis secularmente servis (SOUZA, 2017, p. 80).

A herança colonial e escravocrata e suas diversas formas de atualização estão, portanto, na base da opressão das classes populares, nas quais as pessoas pretas e pardas sentem um peso ainda maior⁶. Para essa parcela da população recai uma negação ainda maior de uma série de direitos como o direito ao trabalho, a moradia e à cidade, por exemplo. É nesse contexto em que estão as trabalhadoras e trabalhadores de rua, cuja atividade existe no cenário urbano do Brasil desde os tempos coloniais, o que destaca a importância de reconhecer e delimitar o que aqui compreendemos como este trabalho.

⁵ Optamos aqui por usar os termos pretos e pardos como uma forma de visibilizar identidades mestiças e historicamente subalternizadas, como são os descendentes dos povos originários e dos povos africanos violentamente trazidos para o Brasil.

⁶ Recomenda-se aqui a leitura do trabalho de BATISTOTI (2022) que apresenta uma importante contribuição para a análise do trabalho de rua na perspectiva de raça e gênero no centro da cidade de Salvador.

1.1.2 A atividade do(a) trabalhador(a) de rua: definição de um conceito à luz da perspectiva histórica

Já no século XVIII, no Brasil, sobretudo nas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, era possível identificar atividades que se aproximam daquilo que entendemos aqui como trabalho de rua, com a peculiaridade de essas atividades estarem inseridas, naqueles tempos, num contexto de uma economia ainda baseada na escravização de pessoas negras.

De acordo com Durães (2005), na Salvador do século XIX estava concentrada boa parte do comércio baiano. Pela cidade tudo passava, dada a importância de seu porto marítimo. Para atravessar as mercadorias de um lado a outro da cidade, e para carregar e/ou descarregar os navios, usava-se dos carregadores (também chamados de ganhadores). Além disso havia também as trabalhadoras e os trabalhadores de ganho – Figura 2.

Ganhador era aquele indivíduo que vivia literalmente ganhando a vida, dia a dia, sol a sol, em atividades de rua. Exerciam diversas atividades, tais como: carregador, pedreiro, marceneiro, entre outras. Geralmente ficavam registrados em algum “canto” pela cidade, trabalhando naquelas imediações. Os cantos eram espaços de trabalho delimitados pela polícia e ficavam situados nas principais esquinas das cidades. (DURÃES, 2005, p.8)

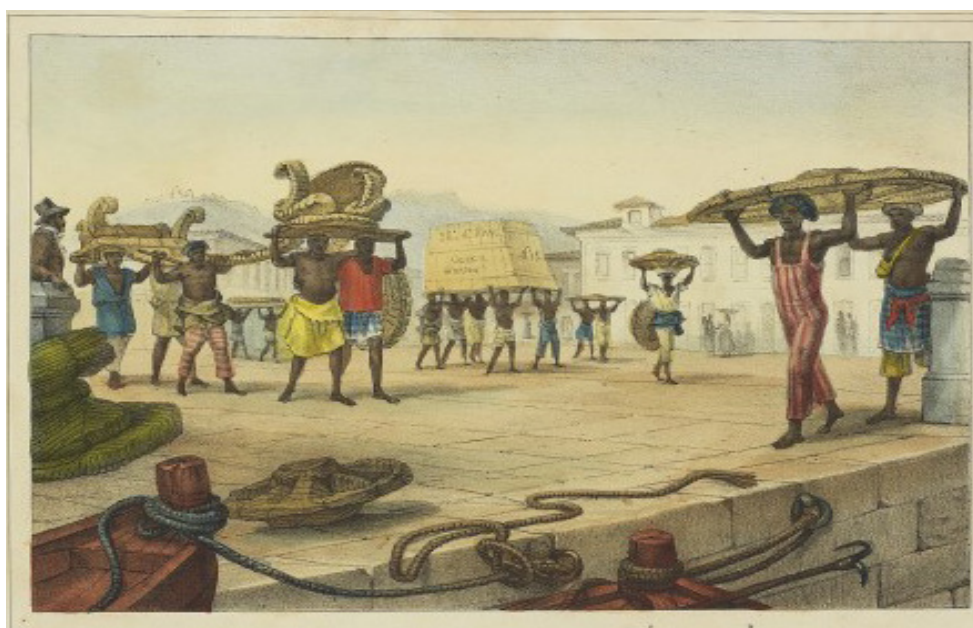


Figura 2: *Convoi de café; Marchandes de café brûlé.* Rio de Janeiro, 1835.

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17086/convoi-de-cafe-marchandes-de-cafe-brule>. Acesso em março de 2023.

Ainda segundo Durães (2005), as atividades realizadas pelos(as) ganhadores(as) eram vulgarizadas pela elite branca, que as consideravam “pitorescas” e “sujas”, num processo controverso, pois embora se obtivesse lucro com a atividade, não era desejado por aquela elite que as ruas fossem ocupadas pela população negra, aquela que realizava tais atividades. Isto porque os(as) ganhadores(as), escravos(as) urbanos(as), eram colocados(as) para trabalhar como ambulantes durante o dia, devendo retornar com uma determinada quantia ao final da jornada de trabalho.

Podemos depreender desse fato, portanto, que as mesmas elites que queriam os recursos obtidos pelos sujeitos escravizados, gostariam também de viver nas cidades como se essas mesmas pessoas não existissem, fato que denuncia a presença do racismo como um componente que molda a relação entre esse trabalho e o espaço. Como nos lembra Fanon (2008) a negação do negro é justamente o que dá suporte ao racismo e este aspecto somado à noção da colonialidade é fundamental para nossa discussão. A rua, em decorrência dessa característica, sofreu demarcações e formas de controle social, legal e policial, já que a ideia de se aproximar do modelo europeu burguês e saneado ia totalmente de encontro com a execução das atividades realizadas por pessoas negras no logradouro público.

O caso da cidade de Salvador apresentado por De Mattos (2008) nos parece aqui como exemplar. De acordo com o autor, os órgãos policiais como a Guarda de Pedestres (1851) e a Companhia de Polícia Urbana (1872) foram criados com o objetivo de realizar o policiamento e o controle social sobre as populações negras e pobres da cidade. Assim, o que já era uma característica pós Revolta dos Malês se tornou uma política consolidada no final do século XIX. Com o fim da escravização, a segurança pública passou a ser a questão do controle social sobre “comportamentos individualizados e cotidianos considerados desviantes” (DE MATTOS, 2008, p. 129-130), nos quais se insere o que aqui tratamos como trabalho de rua.

A urbanização generalizada da sociedade brasileira no século XX, particularmente a partir dos anos de 1950, e a natureza fragmentada do processo econômico e social que a ancorou, não apenas manteve como acentuou essas características do trabalho informal e do trabalho de rua nas cidades brasileiras, sobretudo em suas metrópoles. Ao longo da história, portanto, a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua é marcada pela necessidade de inventar formas

para atrair o público consumidor, condição indispensável para que as vendas se concretizem num mercado concorrido, tendo o espaço público como território.

Em sua história de ocupação dos espaços públicos para comercialização de mercadorias⁷, há registros de atuação do Poder Público que minimamente são instados a reconhecer a realização da atividade, com criação de decretos e leis que regulam a atividade em locais/situações específicos. Não há, no entanto, um marco regulatório em nível nacional que normatize a atividade como uma profissão⁸.

De trabalhadoras e trabalhadores de ganho do passado ao tempo presente, optamos aqui por manter o termo “trabalhador de rua” sem, no entanto, desconhecer a existência de outros nomes como “ambulante”, já citado, e “camelô”. Há, inclusive, uma grande diversidade nas formas de se referir a esse trabalho entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as), cujo entendimento não é consensuado, conforme foi verificado em Bouças (2015). Aqui adotamos o termo “trabalhador(a) de rua” por considerá-lo mais abrangente, já que pode ser utilizado tanto para aqueles que possuem pontos transitórios, quanto para aqueles que possuem pontos fixos de trabalho.

Trabalhador(a) de rua é um termo cujo uso vem sendo defendido pela autora da presente tese desde sua dissertação de mestrado (BOUÇAS, 2015)⁹, por ser considerado como a forma mais direta de traduzir e se referir àquelas pessoas que realizam atividades de trabalho nas ruas. Com esta nomenclatura, a intenção é dar dimensão cognitiva à atividade, mostrando a imbricação existente entre o trabalho (atividade laboral) e a rua (espaço público). É justamente no uso desse termo que se encontra o elo que une as duas dimensões que pesquisamos: o trabalho e a rua. E é através dessa articulação que optamos por nos aproximar da ideia de produção do comum, que será trabalhada mais adiante.

⁷ Veremos sobre isso mais adiante, no Capítulo 2.

⁸ A categoria ambulante integra a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em 2008, com a criação do Microempreendedor Individual (MEI) através da Lei 128/2008 deu-se um passo significativo rumo à garantia de direitos para o setor informal como um todo. Esta medida foi uma resposta ao grande número de pessoas trabalhando por conta própria na informalidade, sem contribuir para a previdência social. O MEI proporciona direitos como auxílio acidente, pensão por morte, auxílio reclusão, auxílio-doença (após 12 meses de contribuição), salário maternidade para mulheres (com um período mínimo de contribuição de 10 anos) e aposentadoria (para o benefício ser alcançado o(a) trabalhador(a) deve cumprir com 180 contribuições). Na prática, contudo, surgem dificuldades como o cumprimento dos requisitos de contribuição para acessar os benefícios, a elevada rotatividade nas ocupações e as taxas consideráveis de inadimplência (Fundo Brasil, 2022).

⁹ Outros autores como Durães (2005) e Cunha (2007) já trabalharam com o termo, utilizando justificativas particulares em suas pesquisas.

Por fim, é importante ressaltar que nossa escolha não desconhece que outras atividades possam assim ser nomeadas. Existem muitos outros trabalhadores(as) que utilizam a rua com finalidade laboral, como os guardadores de carro, por exemplo¹⁰. A nós interessa aquele(a) trabalhador(a) que realiza uma atividade de compra e venda no espaço público, pois este fixa um ponto de trabalho na rua e estabelece relações com este local e que extrapolam seu objetivo básico de provisão do próprio sustento e de sua família. Além disso, este termo é usado como uma forma de reforçar a sua condição enquanto trabalhador(a), ainda que este não usufrua, de um modo geral, dos benefícios conquistados pela classe trabalhadora. Como então podemos compreender contemporaneamente essa atividade em sua inserção econômica, social e urbana?

1.1.3 O trabalho de rua em suas articulações com o mundo do trabalho e com o contexto urbano no Brasil

A atividade que aqui classificamos como trabalho de rua possui correspondência na literatura com outras nomenclaturas, de modo que se faz necessário nos aproximarmos dessas chaves de entendimento para melhor compreender a dinâmica envolvida em suas articulações com o mundo do trabalho e com os processos urbanos.

Na perspectiva do trabalho, são contínuas as tentativas de precisar melhor os conteúdos e características desse tipo de atividade ou similar, cujos contornos são de difícil demarcação e quantificação. O IBGE, por exemplo, ao classificar a população ocupada por condição de ocupação, criou a categoria do “trabalhador por conta própria”, compreendido como: “pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado” (IBGE, 2001, p.66). Os trabalhadores por conta própria são entendidos ainda como aqueles sem vínculo formal de trabalho, ou seja, sem carteira assinada. Aqui nos parece estar contemplado o caso dos trabalhadores de rua e, nesse sentido, é importante avançar no entendimento sobre a informalidade, como forma

¹⁰ Reconhecemos que há uma grande quantidade de trabalhadoras e trabalhadores que realizam suas atividades na rua, incluindo os(as) trabalhadores(as) por aplicativo, cuja atividade, dada sua crescente presença nas cidades atualmente, representa uma forma de trabalho de rua relativamente nova. No entanto, é importante ressaltar que este tipo de trabalho não é abordado nesta tese. Nosso foco está restrito aos trabalhadores que utilizam a rua para a comercialização de mercadorias, pois é essa atividade que constitui o cerne da pesquisa.

de apreender como a atividade do trabalhador de rua se insere na estrutura produtiva para posteriormente avançarmos sobre a dimensão de sua inserção no contexto urbano e socioeconômico no Brasil.

O Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil (FUNDO BRASIL, 2022) possibilita avançar sobre o perfil das pessoas que atuam na informalidade¹¹, contexto em que estão incluídos os trabalhadores considerados por conta própria. Segundo o relatório, a informalidade, bastante elevada em geral, é mais intensa entre as pessoas negras, considerando tanto homens quanto mulheres, conforme a Figura 3.

TAXA DE INFORMALIDADE POR SEXO E RAÇA (BRASIL, 1º TRIMESTRE DE 2022)

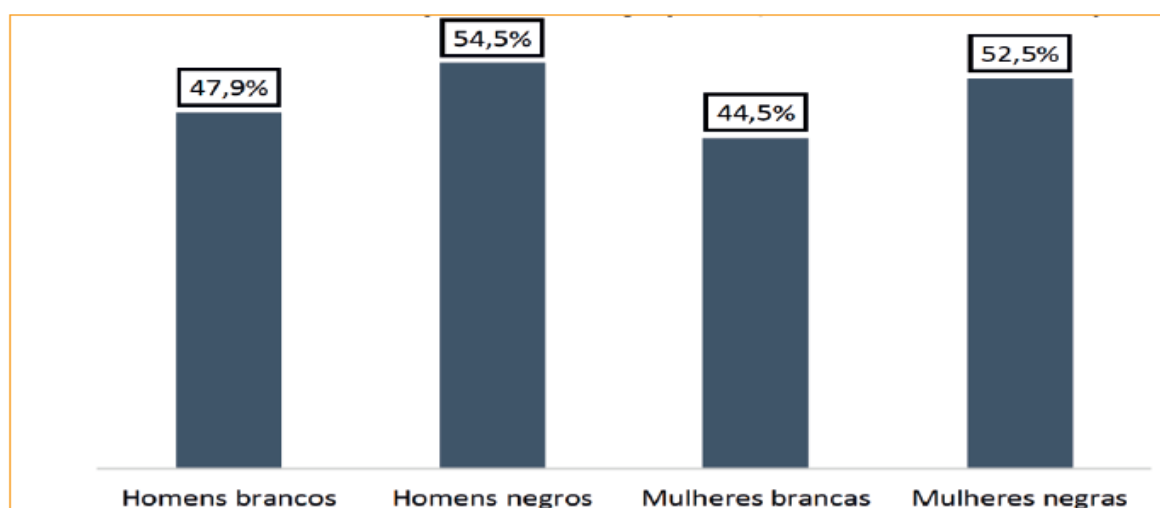


Figura 3: Taxa de Informalidade por sexo e raça (Brasil, 1º trimestre de 2022)

Fonte: Microdados PNAD Continua/IBGE, tratados em BRASIL, 2022. FUNDO BRASIL, 2022.

No que se refere ao grau de instrução, entre as pessoas ocupadas sem instrução e menos de um ano de estudo, a taxa de informalidade atinge os 77,2%. O estudo aponta que a proporção dos informais cai na medida em que a escolaridade é ampliada, mas, ainda assim, foram identificadas 32,9% de pessoas com ensino superior na informalidade (Figura 4).

¹¹ A definição de informalidade no estudo se refere à informalidade ampla, ou seja, que engloba todas as ocupações no setor privado sem registro, trabalho doméstico sem registro, setor público sem registro, os que trabalham em auxílio à família e os que trabalham por conta própria (FUNDO BRASIL, 2022, p.22). A taxa de informalidade é a proporção de pessoas ocupadas em atividades consideradas informais no total da população ocupada.

TAXA DE INFORMALIDADE POR ESCOLARIDADE (BRASIL, 1º TRIMESTRE DE 2022)

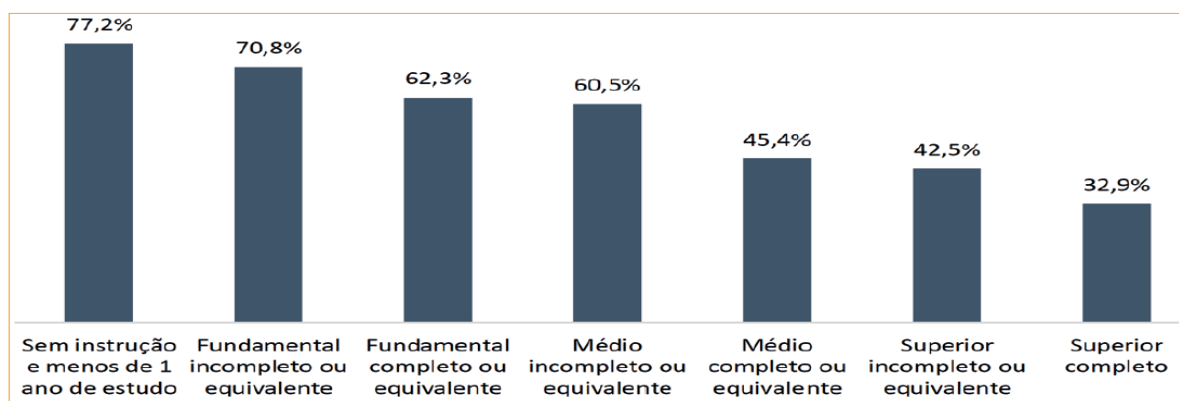


Figura 4: Taxa de informalidade por escolaridade (Brasil, 1º trimestre de 2022).

Fonte: Microdados PNAD Continua/IBGE, tratados em BRASIL, 2022. FUNDO BRASIL, 2022.

Muito já se tratou sobre o informal e o formal como setores opostos e ocorre com frequência que, pelo senso comum, sejam assim identificados. No entanto, compreende-se aqui que os dois termos compõem uma mesma equação, que muito tem a ver com as características do nosso desenvolvimento, onde se insere o processo tardio de industrialização, pelo qual se processou a ruína progressiva de ocupações tradicionais que não foram incorporadas pelo modo industrial de produção, deixando de fora uma grande massa de pessoas com pouca ou nenhuma qualificação para tanto. Isto, no entanto, não significa dizer que essa parte da população ficou desocupada, significando que, entre elas, se desenvolveram formas específicas de integração ao sistema hegemônico, porém dissociadas dos direitos paulatinamente assegurados aos trabalhadores nos setores de ponta da economia ou a ele diretamente vinculados.

A “oposição” entre essas duas categorias vem sendo discutida ao longo de décadas e um dos seus momentos mais significativos é a reflexão estabelecida na década de 1970, quando há um vasto campo de reflexões sobre o desenvolvimento específico das sociedades periféricas. Essa discussão teve como marco as ideias desenvolvidas por Francisco de Oliveira em “A crítica à razão dualista” (OLIVEIRA, 1972) e por Milton Santos em “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, (SANTOS [1975]/2008a), sendo que as proposições deste último serão discutidas com maior profundidade ao final deste capítulo. Por ora nos interessa observar como, a partir daí, os próprios autores e outros que embarcaram nesta compreensão alternativa, não dualista, dão sequência ao estudo das especificidades do padrão de

(sub)desenvolvimento nas sociedades periféricas - América Latina e Brasil, em particular.

O entendimento sobre essa dinâmica não se restringe ao mercado de trabalho, refletindo a ocupação do espaço e a organização das cidades brasileiras. Assim é preciso lembrar que a urbanização não tem como ponto de partida a industrialização e as transformações do mundo moderno que acontecem a partir desse marco. De acordo com Oliveira (1982), as principais cidades brasileiras se constituíram na faixa litorânea do país devido ao caráter agroexportador, abrigando os órgãos do Estado e os setores que ligavam a produção com a circulação das mercadorias no âmbito internacional. Estas cidades eram, portanto, a sede do capital comercial e, uma vez que detinham o controle da produção agroexportadora, ligavam essa produção com a circulação internacional das mercadorias. É esse modelo de cidade sede do capital que corresponde ao modelo de urbanização no Brasil Colônia e que se desdobra após a Proclamação da República.

Ainda segundo Oliveira (1982), a industrialização redefine o que é o urbano no Brasil. O urbano passa a corresponder não somente à sede dos aparelhos burocráticos do Estado e do capital comercial, mas passa também a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria, com os serviços e setores por ela requisitados. Vale ressaltar que o caráter da agricultura de exportação brasileira, fundada na monocultura e no latifúndio, não foi capaz de gerar uma rede urbana de grande magnitude, mas sim grandes cidades com um padrão de urbanização bastante pobre, determinada pelo aspecto autárquico das produções para exportação, numa espécie de sabotagem da divisão social do trabalho. Observar, portanto, a maneira como nosso desenvolvimento econômico se desenrolou deve considerar que o mesmo, por um lado, se funda na polarização em torno de poucas cidades com uma urbanização pobre e, de outro lado, no pressuposto da utilização do trabalho não remunerado realizado por pessoas escravizadas no final do século XIX, ou seja, que não formaram um mercado consumidor de imediato nessas cidades. É sobre este “modelo de urbanização” que se pode entender a redefinição do urbano brasileiro operada pelo processo de industrialização, aludida por Francisco de Oliveira.

Em um salto temporal que nos traz mais perto do momento presente, temos o deslanche da industrialização proporcionado pelos “50 anos em 5” do governo JK e em seguida pelo “milagre econômico brasileiro” (entre os anos de 1968 e 1973), que trouxe a reboque a

aceleração da urbanização do país nos anos 1960 e 1970. As cidades, no entanto, não foram capazes de absorver os indivíduos que para elas migraram fugindo da miséria do campo e em busca de oportunidades de trabalho e de nova vida prometida pelo progresso urbano. Assim temos que a atividade capitalista se expandiu, tomando espaço das atividades tradicionais, porém não foi capaz de gerar os empregos na mesma proporção dos que destruiu ou dos que a sociedade necessitava. Desse processo decorreu a criação de novas modalidades/alternativas de trabalho marcados pela informalidade, como mecanismo permanente, e não apenas associado ao fenômeno do desemprego.

As leituras sobre o setor informal, seja considerando-o como aquele onde as atividades produtivas não são muito bem definidas ou relacionando-o ao fenômeno do assalariamento ilegal, frequentemente o associam apenas ao mercado de trabalho. Como já mencionado, a noção de informalidade, no entanto, extrapola o mercado de trabalho – ainda que tenha nele um mote fundamental das reflexões – como demonstram as formulações de autores sobre os mecanismos e estratégias “fora das normas” possibilitadores da vida urbana desses contingentes populacionais associados à informalidade ou a outros segmentos empobrecidos da sociedade. É exemplar disso a discussão travada por autores como o próprio Francisco de Oliveira em “O estado e o urbano no Brasil”, aqui resgatado (OLIVEIRA, 1982); Lúcio Kowarick, com suas considerações sobre os mecanismos de reprodução da força de trabalho compondo o que ele denominou de espoliação urbana em “A lógica da desordem” (KOWARICK, 1975); Ermínia Maricato, ao conceber a articulação complexa entre as cidades “legal” e ilegal”, a propósito, sobretudo, das questões da moradia (MARICATO, 1995); Raquel Rolnik, ao refletir sobre o “modelo” de territorialização dos pobres na cidade, associando inserção precária na estrutura produtiva e autoconstrução da moradia e das condições de sobrevivência urbana, evidenciando “A lógica da desordem” (ROLNIK, 2008).

A produção das cidades brasileiras perpetua as desigualdades e territorializa os mais vulnerabilizados, que são também em sua maioria pretos e pardos. Esse modelo urbanístico concentrador, excludente e predatório que as estruturou e perpetua as desigualdades é, portanto, insustentável econômica e ambientalmente. Na nova fase do capitalismo que atravessamos, a transformação na geografia da pobreza urbana, impulsionada pela precarização do trabalho, tem

profundos impactos na vulnerabilidade social. Essas mudanças repercutem significativamente na dinâmica de integração social nos territórios populares, influenciando as relações estabelecidas com o restante da cidade. O aumento da precarização do trabalho emerge como um fator preponderante, exacerbando os desafios enfrentados pelas comunidades urbanas menos favorecidas e redefinindo a configuração espacial da pobreza. (KOWARICK, 1975; MARICATO, 1995; ROLNIK, 2008).

A expansão de nossas cidades e o modelo que engendra nossa formação social tem, portanto, como fortes componentes tanto a colonialidade do poder quanto o racismo estrutural, e estes se expressam no espaço urbano sob diferentes formas, reforçando processos excludentes e segregadores. Reproduz-se por um lado um modelo de cidade saneado nos moldes europeus (Figura 5) e de outro marginaliza-se a produção orgânica da cidade, realizada pelos indivíduos socialmente excluídos (Figura 6). Confrontamos assim as ocupações informais da “cidade real” com as da “cidade ideal” (SAMPAIO, 1999), planejada. Os usos e apropriações comumente classificados como informais não se restringem à casa ou a tipologia de sua construção, eles se estendem sob variados formatos que interferem na forma, paisagem e ordenamento da cidade “ideal”, como é o caso da atividade do(a) trabalhador(a) de rua que aqui estudamos (Figuras 7 e 8).



Figura 5: Avenida Champs Elysée, Paris, 1900 (esquerda), Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1920 (direita). Fonte: Disponível em: <<https://brainly.com.br/tarefa/12314201>>. Acesso em: 05 mai 2019.



Morro da Favela
1958

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Reprodução fotográfica de Marco Antônio Bacan

Figura 6: Morro da Favela, 1958. Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, reprodução fotográfica de Marco Antônio Bacan. Fonte: Disponível em: <http://guiajosecarlosmelo.blogspot.com/2008/09/em-projeto_7947.html>. Acesso em: 05 mai 2019.



Figura 7: Camelôs no Largo da Glória, Rio de Janeiro, década de 1960.

Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/camelos-no-rio-dos-anos-40-2017-21524643>. Acesso em jan. 2024.



Figura 8: Filha de Santo do Opó Afonjá vendendo quitutes. Salvador, Anos 1950. Fotografia de Pierre Verger.

Fonte: Fregoneze, Da Costa e De Souza (2015).

Para Baltrusis (2010), o crescimento da informalidade passa pela mercantilização do espaço produzido de forma irregular pelos pobres ou para atendê-los. Ou seja, está relacionado não apenas à ocupação do solo por meio da edificação, mas também envolve a locação e comercialização de imóveis. Isso diminui a possibilidade de redução da desigualdade socioespacial das cidades brasileiras e contribui para que metrópoles desiguais se consolidem. Não se pode perder de vista que a informalidade na produção das moradias passa por problemas estruturais presentes em quase todos os países tardiamente desenvolvidos. Derivada sobretudo da distribuição de renda extremamente desigual, ela ainda implica na implementação de programas habitacionais insustentáveis e/ou insuficientes, além dos problemas oriundos da propriedade privada da terra e da lógica especulativa e predadora dos negócios imobiliários.

No que se refere ao trabalho e nos aproximando dos(as) trabalhadores(as) que aqui estudamos, tem-se o que é nomeado por Queiroz (2017) como “territórios de trabalho”, constituídos

pelas pessoas mais vulneráveis nas áreas de grande movimentação de público. De acordo com a referida autora, o crescimento desordenado das cidades conduz parte da população excluída dos processos de produção capitalista a buscar novos meios de ganhar a vida e impõe a luta pela sobrevivência nas ruas, principalmente através de atividades comerciais. Em relação a disputa pelos espaços feita pelos(as) trabalhadores(as) de rua temos que:

As mudanças recentes no mundo do trabalho têm produzido impactos urbanos na medida em que ampliam a quantidade de pessoas que buscam a sobrevivência nas ruas. A precarização do trabalho, que se manifesta por demissões, desemprego, rotatividade e instabilidade, evidentemente empurra para a informalidade provocando mudanças significativas na dinâmica da cidade (QUEIROZ, 2017, p.25).

A necessidade de apropriação do espaço público como um território de trabalho se dá na medida em que os empregos precarizados disponíveis no mercado de trabalho formal, não oferecem vantagens num sentido de permanência ou progressão¹² na mesma ocupação, diante das possibilidades que a atuação no comércio como trabalhador(a) de rua pode permitir (QUEIROZ, 2017).

Assim temos que se para os pobres historicamente não foram deixadas condições dignas para morar, de forma semelhante também não foram direcionadas a eles as melhores condições de trabalho e emprego. A necessidade de apropriação do espaço público como um “território de trabalho” é mais um aspecto que evidencia as assimetrias existentes na sociedade brasileira e, para nos aprofundarmos nesse entendimento, parece fundamental compreender como essa parcela da população, identificada predominantemente como população negra¹³, está inserida no mercado de trabalho, considerando sua impermeabilidade estrutural.

¹² De acordo com Krein e Proni (2015), com base em dados do IBGE e DIEESE, 66% das demissões no Brasil eram de trabalhadoras e trabalhadores com menos de um ano de emprego e 31% de até três meses, ou seja, período referente ao contrato de experiência. Isso no ano de 2014, quando também podia ser verificada uma melhora na situação do mercado de trabalho brasileiro. Na pesquisa realizada por Bouças (2015), em Salvador, foi possível verificar que 44% dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) se mantinham entre 5 e 15 anos trabalhando na mesma rua, ou seja, um tempo consideravelmente maior do que aquele gerado pela ocupação formal.

¹³ De acordo com o IBGE, a população pode ser identificada como amarela (origem oriental), indígena, branca, parda e preta, com base na autodeclaração da população. Para aprofundar a discussão sobre esse tema recomendamos a leitura de CARNEIRO, 2015, e Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010), que no seu inciso IV, define população negra como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE.

1.2. Caminhos conceituais para a compreensão do trabalho de rua em sociedades desiguais e em tempos neoliberais

De acordo com o *International Labour Office* (ILO, 2017), 2,5 bilhões de pessoas, pouco mais da metade dos(as) trabalhadores(as) do mundo, realizam seus trabalhos na informalidade, que não pode ser vista de forma homogênea. Nela talvez estejam mais evidentes os reflexos das transformações históricas e processos globais que afetaram não só o mundo do trabalho, mas todas as demais instâncias que são mobilizadas para manutenção da vida e de sua reprodução. As transformações que evidenciamos buscam contextualizar as mudanças no conceito, assim como o seu esgarçamento.

Nesta seção partiremos de uma tentativa de delimitação conceitual da informalidade, uma vez que já compreendemos que se trata de um aspecto integrante do processo de desenvolvimento da economia global. A discussão da informalidade, enquanto processo, está em curso e é reforçada pelas transformações operadas numa era de globalização neoliberal. Sua formulação, entretanto, tem sofrido reinterpretações, novos aportes e visadas, motivo pelo qual fazemos uma mínima revisão histórica de seu conceito.

As transformações globais, como o advento do neoliberalismo, tiveram um impacto significativo na evolução desse conceito e uma mudança crucial a se notar é que a categoria “trabalho” já não consegue abranger totalmente os complexos processos atuais. É importante notar ainda que existem vertentes de pensamento que incorporam a informalidade dentro do espectro da precarização do trabalho, considerando-a uma tendência fundamental nas atuais transformações no mundo do trabalho. No entanto, outras correntes, como o empreendedorismo, o liberalismo popular e a economia popular, trilham caminhos diferentes e reconhecem a complexidade intrínseca (não dicotômica) do trabalho informal. Cada uma delas oferece uma perspectiva “realista” sobre o assunto, destacando suas possibilidades revolucionárias, formas de resistência aos processos de desigualdade social e um papel político para esse fenômeno. Nesta seção nos deteremos a discussão sobre a transformação do conceito da informalidade no Brasil, tendo em vista o contexto neoliberal e, na seção 1.3 trataremos essa perspectiva considerando a compreensão da atividade em seu imbricamento com a economia dos setores populares.

1.2.1. As referências da informalidade e dos circuitos inferior e superior da economia

As discussões sobre a informalidade - sobretudo referidas ao mundo do trabalho - ganharam notoriedade e avançaram com as discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na década de 1970. Em 1969 a OIT lançou o Programa Mundial de Emprego (OIT, 1972) e entre os seus objetivos estava a avaliação dos efeitos das estratégias de crescimento econômico realizadas por países em processo de industrialização tardia, considerando o emprego e a distribuição de renda. Como resultado da avaliação, identificou-se que o padrão de crescimento econômico vigente, que substituiria importações, redundava na insuficiente capacidade de ofertar empregos frente à população economicamente ativa. A mão de obra excedente que se verificou nesse processo, no entanto, não se manifestava sob a forma de desemprego, mas sim sob a forma de trabalhos realizados em pequena escala.

A OIT (OIT, 1972) identificou que as atividades informais não se limitavam ao emprego na periferia, a ocupações particulares ou mesmo a atividades econômicas específicas. As atividades informais foram identificadas como uma **maneira de fazer as coisas** caracterizada por: a) operação em pequena escala; b) dependência de recursos próprios; c) facilidade de início; d) empresas de propriedade familiar; e) habilidades adquiridas fora do sistema escolar; f) tecnologia adaptada ao uso intensivo de mão de obra; g) mercados não regulamentados e competitivos.

Observando essa identificação das atividades informais, Cacciamali (2000) chamou atenção para o fato de as unidades econômicas estarem, nesse momento inicial de elaboração conceitual realizado na década de 1970 pela OIT, orientadas para o mercado, sobressaindo o fato de que havia no negócio uma acumulação de atividades, onde o dono do negócio costumava exercer ao mesmo tempo as funções de patrão e de empregado, sem uma distinção entre as atividades de produção e gestão.

De acordo com Cacciamali (2000), desde sua origem, o termo “setor informal” tem sido aplicado de forma abrangente, mesmo pela literatura especializada. É comum observá-lo sendo interpretado como aquele em que os proprietários e trabalhadores participam da produção em micro ou pequenas unidades produtivas “onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras

legais” (CACCIAMALI, 2000, p. 153). Há ainda os estudos sobre a informalidade que têm como foco o fenômeno do assalariamento ilegal. Nesse caso refere-se, portanto, aos trabalhadores contratados à margem das leis trabalhistas, sem carteira de trabalho, por exemplo.

Quando se trata do setor informal, considerando como critério apenas a distinção de uma categoria que se separou do emprego com carteira assinada, podem-se produzir interpretações equivocadas, sobretudo ao se concluir que baixos níveis de renda estão resumidos ao setor informal, mascarando os baixos salários que estão sendo praticados no setor formal (Cacciamali,2000).

Filgueiras et al. (2004) lidam com o formal e o informal sob dois critérios: o primeiro que os define conforme uma lógica de funcionamento, e o segundo que os difere a partir da legalidade ou ilegalidade das atividades. A partir desses critérios, três abordagens são elaboradas e nos auxiliam na compreensão da informalidade de 1970 para cá.

A primeira abordagem considera a informalidade a partir dos estudos desenvolvidos pela OIT, mencionados acima, a partir dos quais tem-se uma abordagem que considera as relações do(a) trabalhador(a) com os meios de produção e que o lucro não é o objetivo central da atividade desenvolvida. Nesse caso, a informalidade pode ser lida como uma consequência do excedente de mão de obra, onde não há uma separação nítida entre capital e trabalho, e que estaria mais relacionada às atividades autônomas.

A segunda abordagem parte da realidade dos países capitalistas centrais, onde a crise do Estado de Bem-Estar Social, e os programas de liberalização econômica influenciaram no surgimento de atividades não regulamentadas. O termo informal, nesse contexto, passou a ser relacionado às atividades ilegais e/ou ilícitas. A informalidade passou aqui então a se referir tanto às atividades e formas de produção quanto às relações de trabalho consideradas ilegais.

Na terceira e última abordagem, a informalidade relaciona-se com todas as formas de relações não fordistas e/ou precárias (no sentido de estarem à margem das leis trabalhistas). Tem-se, portanto, trabalhadoras e trabalhadores que não usufruem dos direitos conquistados pela classe trabalhadora do núcleo fordista.

A informalidade, conforme o histórico traçado por Costa (2010), traz consigo justamente

a noção de subdesenvolvimento¹⁴, de modo a explicar a não-inserção dos menos favorecidos no processo produtivo, em contextos nos quais o assalariamento é pouco generalizado. A crítica à modernização feita pela corrente marxista¹⁵, por exemplo, pensava o problema da não integração na perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista consolidado sob a égide da industrialização, onde se evidencia que a funcionalidade da informalidade dentro do sistema capitalista é, além de baratear a força de trabalho, favorecer a circulação das mercadorias em diferentes níveis.

O setor informal seria assim “funcional” ao conjunto de empresas formais para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, servindo também como uma porta de entrada para o mercado de trabalho e como manifestação do excedente de mão de obra. Da década de 1970 em diante, diversas conferências da OIT buscaram desenvolver a discussão sobre a informalidade (Krein e Proni, 2010).

Lembramos que, no Brasil e na América Latina, foi justamente na década de 1970, que efervesceu a discussão que buscava desarticular a falsa dicotomia entre os setores formal e informal da economia. Oliveira (2003) em sua *Crítica à Razão Dualista* propunha justamente uma superação ao dualismo no debate entre o formal e o informal e compreendia que ambos os setores compõem partes de um mesmo sistema econômico. Se por formal pode-se entender que há todo um respaldo no que refere ao campo dos direitos do(a) trabalhador(a) e ao suporte à sua atividade, no informal esses direitos e/ou apoio são total ou parcialmente negados, o que não necessariamente indica uma falta de modernidade ou de importância do setor. “Formal” e “informal” são, portanto, dois lados de uma mesma lógica e assim, para o referido autor, a utilização destes termos por si só não teriam mais força explicativa. Ademais, as mudanças operadas pela lógica neoliberal trarão, como se verá adiante, uma simbiose entre estes termos com a adoção de parâmetros “informais” pelos setores hegemônicos que privarão de sentido

¹⁴ Consideramos aqui que a noção de subdesenvolvimento utilizada pela autora se aproxima do conceito desenvolvido por Milton Santos, já que a complexidade da questão deve levar em conta as diversas dimensões políticas, sociais e culturais. O subdesenvolvimento seria então o resultado de um sistema global desigual, parte de uma construção histórica desde a época do capitalismo mercantil, com a dominação colonial e que se perpetua por meio de relações de poder entre países e regiões - reiterando a relação centro/periferia -, cuja assimetria foi objeto central das preocupações da CEPAL e, depois da teoria da dependência.

¹⁵ Autores como Lucio Kvarick, Francisco de Oliveira, Mário Theodoro e Luiz Machado da Silva são citados por Costa (2010) como pensadores da corrente marxista.

utilizá-los dicotomicamente.

As várias expressões da informalidade continuaram se expandindo e aumentando a noção de heterogeneidade do setor, um indicativo do importante papel que desempenhava para geração de renda de parcela significativa da população. Em 2002 a OIT passou a usar o termo economia informal (KREIN E PRONI, 2010), buscando abarcar no conceito a diversidade e dinamismo que estavam presentes em um conjunto complexo e heterogêneo de atividades, abrangendo: a) falsos(as) autônomos(as) (terceirizados(as)), b) trabalhadores(as) independentes típicos (trabalhador(a) autônomo(a) em domicílio), c) microempregadores(as), d) trabalhadores(as) dependentes flexíveis e atípicos (trabalhador(a) doméstico(a)), e) trabalhadores(as) voluntários(as) da economia solidária ou terceiro setor e f) produtores(as) para o autoconsumo.

Embora tenha sido um termo definido por uma organização de referência como a OIT, o termo economia informal não teve muita difusão no Brasil. Krein e Proni (2010) observaram que o termo informalidade continua sendo o mais utilizado no debate teórico. Os autores chegam à conclusão de que o que caracteriza a informalidade de forma principal é a inserção precária no mercado de trabalho, e que um discurso de modernização nas leis trabalhistas poderia ser entendido como uma forma de validar formas de trabalho caracterizadas pela precariedade.

Já na década de 1980, também surgia a ideia de uma “economia subterrânea”, invisível, clandestina, ou oculta para tentar dar conta das atividades econômicas que fogem dos registros por não pagar impostos. Na variedade de ocupações elencadas por De Azevedo (1998), em resenha elaborada sobre o trabalho de Hernando De Soto (1986), estão atividades que possuem como fator comum a invisibilidade (tanto fiscal, quanto contábil), onde se incluem: empregados sem carteira assinada, trabalhadores(as) autônomos(as), vendedores ambulantes, empregadas domésticas e biscateiros. De acordo com a autora, De Soto (1986) demonstra em sua pesquisa que o crescimento desse setor da economia já se dava em ritmo superior ao da economia formalizada e apontava que, para as diferentes abordagens vigentes em relação à informalização, existiam duas perspectivas: uma que a encarava como uma espécie de doença social a ser erradicada e outra que a considerava um fenômeno indesejável, porém funcional. As atividades informais eram vistas como uma estratégia de sobrevivência para os(as) trabalhadores(as) e, ao mesmo tempo, como um meio pelo qual o capital se mantém em circulação. Nessa perspectiva, persistia

a crença de que a informalidade era temporária e de importância secundária dentro das relações econômicas globais. Se apostava ainda na busca pela homogeneização dos espaços econômicos, promovendo a expansão das relações capitalistas por toda a economia. Hernando De Soto conduziu uma análise minuciosa da informalidade e chegou à conclusão de que essa dimensão já não era apenas uma estratégia de sobrevivência, mas sim um caminho alternativo escolhido pelas economias subdesenvolvidas. Nesse sentido, o setor informal é reconhecido como uma alternativa espontânea e criativa adotada pelas camadas populares para alcançar suas aspirações (DE AZEVEDO, 1998).

Em outra chave de discussão, destaca-se a teoria dos circuitos da economia de Milton Santos que aqui nos parece fundamental por sua contribuição detalhada, fundamental para desvendar os enlaces entre informação e consumo, entre formas e dinâmicas de organização de atividades e de trabalho.

Para Santos ([1975]/2008a), a difusão, sem precedentes, da informação e do consumo nos países subdesenvolvidos, marcou a modernidade de maneira que a informação é responsável por favorecer e estender os níveis de consumo, com repercussões que afetam a definição de formas de organização do espaço. Nesse sentido é que se pode observar a existência dos circuitos superior e inferior da economia, que são distintos, mas não se opõem de forma dualista como se um tivesse existência independente do outro. Ao contrário, os dois circuitos possuem origem na modernização tecnológica, se complementam e coexistem de forma complexa e imbricada. O consumo no mundo moderno foi revolucionário e, como consequência, proporcionou formas novas de produção e de comércio.

Essas modernizações atuais nos países do Terceiro Mundo só criam um número limitado de empregos, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital. Por outro lado, uma boa parte dos empregos indiretos são criados nos países centrais ou para os naturais desses países. A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego. Quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes (SANTOS, [1975]/2008a, p. 37).

Dessa forma, o mercado de trabalho no caso dos países subdesenvolvidos, já apresentava dificuldades estruturais, pois concentrava um grande número de pessoas cujos salários eram muito baixos, ao lado de uma minoria com salários elevados, ambas com as mesmas necessidades básicas, mas com condições bastante diferentes de satisfazê-las (SANTOS, [1975]/2008a). Além disso, consideramos importante pontuar também a discrepância existente na possibilidade em si de ter um trabalho protegido, sobretudo considerando-se o aprofundamento, no tempo presente, da desigualdade de poder e renda em nível global.

A teoria dos circuitos, embora tenha sido amplamente adotada desde seu surgimento na década de 1970, “foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada que superada, dada a ausência de uma ampla discussão sobre ela.” (SPÓSITO, 1999, p.50). Para nós ela ainda permanece importante e merece ser atualizada de modo a nos auxiliar a interpretar o tempo presente. Com relação à organização das atividades e da tecnologia, Cataia e Silva (2013) apontaram alguns fatores que distinguem e atualizam os circuitos da economia hoje, considerando as diferenças no uso dos capitais, a saber:

- a interdependência dos lugares, favorecida pelo aprofundamento da globalização econômica, num processo dialético em que os subsistemas urbanos se tornam mais complexos, inclusive no circuito inferior, que pode passar a se relacionar com lugares longínquos, por exemplo;

- a difusão do uso da tecnologia no dia a dia através do celular, máquinas de cartão de crédito e internet, por exemplo, incorporadas ao circuito inferior (amplamente utilizados pelos(as) trabalhadores(as) de rua);

- a expansão do crédito para a população mais pobre, que teve seu poder de consumo ampliado, assim como seu consequente potencial de endividamento;

- a articulação global dos circuitos espaciais de produção, que refere-se à capacidade de cada ramo de uma atividade gerar um circuito produtivo distinto e beneficiar-se das condições de produção existentes em cada território ou região. É possível que algumas etapas dos circuitos produtivos possam se modernizar mais do que outras, permitindo a criação de atividades complementares entre os circuitos inferior e superior.

- as desigualdades regionais, que influenciam na importância dos lugares e tornam possível a especialização de áreas que podem, por exemplo, condicionar a existência de um circuito

inferior de grande proporção, como aquele que pode ser verificado no centro das cidades (onde tende a predominar a atividade realizada pelos(as) trabalhadores(as) de rua).

Entre os agentes que compõem a organização das atividades nos dois circuitos temos, de um lado, o comércio moderno (ex. supermercados e grandes lojas) e a indústria moderna compondo o circuito superior e, de outro, no circuito inferior, uma série de serviços e empregos como pequenas mercearias, sapatarias, pedreiros e “vendedores de rua”. “Vendedor de rua” é o termo como Santos ([1975]/2008a, p.218) nomeia aqueles aqui referidos como trabalhadores(as) de rua e que constituem o que ele chamou nos anos 1970 de “nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor”. Trata-se daqueles cuja condição permite escapar de alguns impostos¹⁶ e que mobiliza um mínimo de capital. Milton Santos menciona ainda que “algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais do que as duas mãos” são suficientes para improvisar um vendedor, ou seja, essa é uma atividade que pode ser facilmente acessada.

“A importância do circuito inferior seria diretamente proporcional à massa da população que dele faz parte” (SANTOS, [1975]/2008a, p.252). O emprego no circuito inferior, onde estariam inseridos esses(as) trabalhadores(as), possui grande fluidez e nele o dinheiro circula numa velocidade que indica sua baixa acumulação. Embora exista uma complementaridade entre os dois circuitos, não se pode excluir a concorrência entre ambos, já que estão em um instável equilíbrio.

O debate contemporâneo sobre a informalidade em geral passa então a reconhecer potencialidades em sua composição heterogênea, de modo que termos como “economia popular” parecem contribuir para descrever melhor o fenômeno, motivo pelo qual será discutido mais profundamente no final deste capítulo. O trabalho desenvolvido por Tonucci e Diniz (2023) e Diniz (2006) apresenta um importante esforço teórico para produzir dados específicos no sentido de ajudar a compreender a complexidade e dimensionamento da economia popular no Brasil, tendo em vista a ausência de sistematizações com essa especificidade. Como uma das conclusões da pesquisa os autores apontam para o fato de os(as) trabalhadores(as) do setor informal e popular

¹⁶ Atualmente em boa parte das cidades brasileiras o Poder Público cobra taxas pela utilização do logradouro público.

serem majoritariamente pretos, pardos, indígenas e de baixa escolaridade¹⁷. Vale ressaltar que esse recorte abrange atividades em um espectro amplo já que as economias populares não são facilmente sistematizáveis. Sendo assim, nos parece importante acompanhar a evolução conceitual dessa discussão como uma forma de apreender os processos que aí se circunscrevem.

1.2.2 Perspectivas sobre a informalidade em um contexto neoliberal

Ainda que tenhamos abordado a insuficiência do conceito de informalidade para dar conta da compreensão de fenômenos como o trabalho de rua e apontado para outros enquadramentos fundamentais, é inegável que as transformações em tempos neoliberais, sobretudo no mundo do trabalho, têm sido tão poderosas que obrigam a uma retomada da dimensão laboral e da própria discussão sobre informalidade, já inteiramente redefinida por estas mudanças. De todo modo, qualquer que seja o arranjo conceitual focado - o emprego ou setor informal, os circuitos inferior e superior da economia, a economia popular – ele será fortemente impactado, qualitativa e quantitativamente pelos movimentos da lógica da globalização neoliberal. Por esta razão, e pelo fato de que os dados estatísticos eventualmente utilizados são sistematizados a partir da lógica formal/informal, doravante nos referiremos, genericamente, à “informalidade”.

A transição do liberalismo para o neoliberalismo representa um marco fundamental na história do pensamento econômico e político. Esse processo envolveu a redefinição das bases conceituais, enfatizando a competição como o motor do progresso social e econômico, além de introduzir uma nova ordem de mercado construída, em oposição à visão de uma ordem natural. A partir dessa evolução teórica, surgiram mudanças significativas na compreensão das relações econômicas, políticas e culturais, promovendo um deslocamento do papel do Estado para o mercado como a instância máxima de regulação social. O encadeamento das ideias aqui apresentadas busca, nesse sentido, construir um caminho argumentativo capaz de nos permitir compreender essa evolução, destacando suas implicações sobre o mercado de trabalho brasileiro.

¹⁷ Embora essas características não sejam especificamente sobre os(as) trabalhadores(as) da atividade que aqui estudamos, consideramos a pesquisa como uma importante fonte de dados capaz de nos ajudar a caracterizá-los - como fizemos anteriormente -, além de reforçar os aspectos identitários instaurados pela colonialidade e que se desdobram ao longo do tempo como aqui defendemos.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo nasceu da crise do liberalismo, tensionado por partidários da liberdade individual como um fim. Analisando as obras do biólogo Hebert Spencer, os autores identificaram que o pensamento liberal passou de um modelo que trata da divisão do trabalho para o modelo da concorrência como uma necessidade fundamental.

Na concepção evolucionista de Spencer, um ponto decisivo é a transferência da lei da evolução biológica para os efeitos políticos com “prevalência na vida social da luta pela sobrevivência” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.52). Essa mudança transforma de modo profundo o pensamento liberal em suas diferentes ramificações. A concorrência foi evidenciada como o motor principal do progresso das sociedades, de uma maneira que aquilo que causasse qualquer entrave a esse progresso, incluindo o amparo que pudesse ser dado a empresas, indivíduos ou países considerados menos importantes ou mais fracos, passou a ser considerado como um obstáculo ao caminho natural da vida.

O neoliberalismo representou uma reinvenção, considerando a ordem de mercado como construída e possibilitando a formulação de um programa político. Sua concepção, surgida nos anos 1970, foi uma reação teórica e prática ao capitalismo regulado, associado às bases fordistas e à regulação estatal. No neoliberalismo, a intervenção do Estado ganhou o sentido de desenvolver e “purificar” o mercado concorrencial por meio de uma organização jurídica bem articulada. A divisão do trabalho em que se baseia a economia deveria contar com a regulação dos mercados num sistema de produção que não pode ser modificado em seus fundamentos. Para essa concepção, os homens (e as mulheres) e as instituições deveriam se adaptar a uma ordem econômica variável, baseada na concorrência generalizada (DARDOT E LAVAL, 2016).

Lechner (2004) observa que, no discurso neoliberal, desloca-se para o mercado a dinâmica do desenvolvimento social patrocinado pelo Estado, num processo que se dá em escala mundial. Ou seja, no neoliberalismo, pretende-se substituir a política (enquanto forma legítima de luta por direitos e expressão de interesses) pelo mercado como máxima instância de regulação social. Para este autor, as mudanças se dão não apenas na esfera política e econômica, atingindo também nossa maneira de encarar o mundo e a vida, colocando-nos no meio de uma grande transformação que nos obriga a repensar e refazer diversos níveis de relações, sejam nos processos econômicos, políticos ou culturais.

A mudança dos conceitos e da compreensão sobre a informalidade está relacionada com esta assunção neoliberal e tem como marco a década de 1980, quando a crise no padrão de desenvolvimento que se desenrolava desde o pós-guerra, ocasionou um forte processo de desestruturação do mercado de trabalho, resultando na diminuição e na precarização do emprego (formal). As análises sobre a informalidade consideravam então, a perda de centralidade e dinamismo do setor secundário, que não foi capaz de gerar tantos empregos quantos seriam necessários, sem paralelo com o crescimento do setor de serviços na absorção da força de trabalho. A informalidade se generalizou nesse período, em que se disseminou o discurso de que o caminho para a modernidade passava por reformas no âmbito das privatizações e da desregulamentação dos mercados e do trabalho (FILGUEIRAS ET AL, 2004; COSTA, 2010).

Nos anos 1990 - a chamada década neoliberal com seus ajustes macroeconômicos - o retraimento da economia organizada e do trabalho formal se acentuou. Empregos precários, temporários e/ou não regulamentados substituíram empregos regulares que continham um certo acúmulo de conquistas sociais. As transformações desse período mudaram a vida dos brasileiros e impactaram no padrão de desenvolvimento, incluindo a maneira como os(as) trabalhadores(as) se inseriam e permaneciam no mercado de trabalho. A economia passou de fechada para aberta, ampliou-se a sua desregulamentação, o Estado voltou-se para atender os interesses neoliberais de agentes internos e externos, que ganharam maior influência, sobretudo, através das privatizações de setores estratégicos da economia nacional. Passou-se de um momento em que a dinâmica da economia - nos termos desenvolvimentistas - propiciava a geração contínua de postos de trabalho (bons e ruins) e em que, do ponto de vista político, a luta por direitos estava referenciada pelas conquistas sindicais relacionadas à formalização do emprego, para um outro momento, associado à escalada do neoliberalismo, que trouxe a reboque o desmonte desse conjunto de princípios regulatórios.

A partir daí, trata-se de uma economia cuja lógica destrói os melhores empregos e gera, quase que exclusivamente, postos de trabalho mal remunerados, desprotegidos e em número insuficiente, ambiente potencializador da informalidade. (BORGES, 2007; COSTA, 2010; FILGUEIRAS et al. 2004).

Com efeito, como demonstram Vahdat et al. (2022), na década de 1990 se evidencia uma significativa redução na participação do setor formal que, de 40% diminui para aproximadamente 30%, em 2000. Essa diminuição é concomitante ao aumento da proporção de indivíduos trabalhando por conta própria, do crescimento do percentual de trabalhadoras e trabalhadores informais¹⁸ e do índice de desemprego – Figuras 9 e 10.

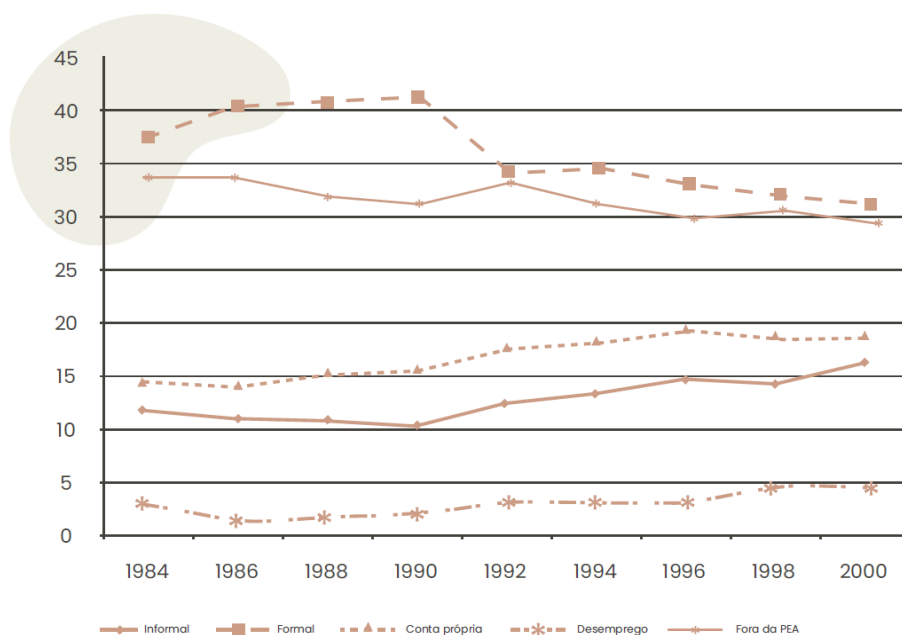


Figura 9: Evolução do mercado de trabalho brasileiro (1984-2000).
Fonte: Curi e Menezes-Filho (2006 *apud* VAHDAT et al. 2022).

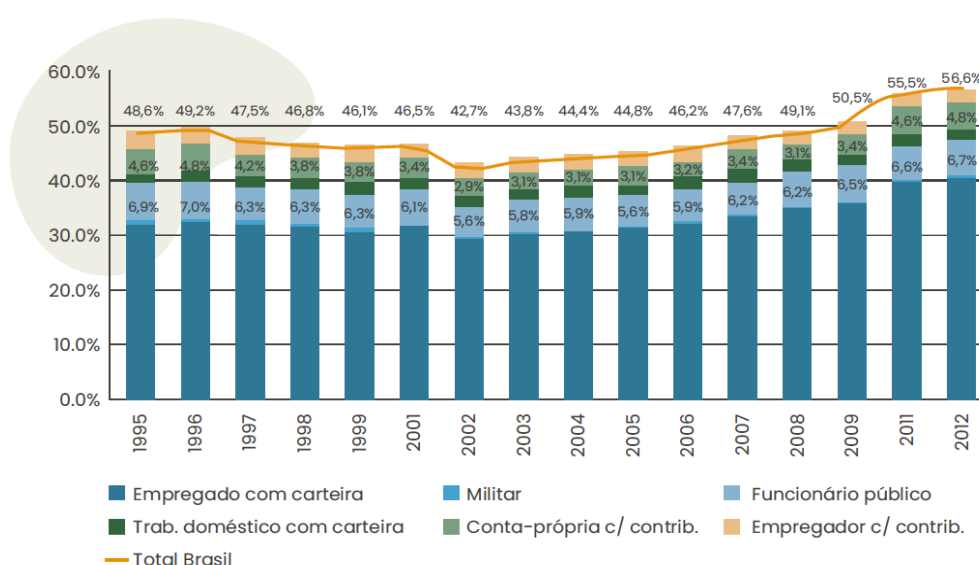


Figura 10: Evolução do mercado de trabalho brasileiro (1984-2000)
Fonte: Elaboração de Krein e Manzano (2014 *apud* VAHDAT et al., 2022).

¹⁸ A informalidade é entendida como um fenômeno complexo, multideterminado, sem causa única.

Após a década de 1990, as alterações na dinâmica dos circuitos da economia, com as mudanças em termos de consumo e crédito, mediante significativas ampliações, além do incremento de novas tecnologias, passaram a dominar a discussão no campo da economia urbana (CATAIA E SILVA, 2013; MONTENEGRO, 2012). Avançando sobre essa questão relacionando-a aos trabalhadores de rua, podemos acrescentar as facilidades do sistema bancário com formas de pagamento que podem ser acessadas por eles, como as máquinas de cartão, transferência por pix com uso de *QR Code*¹⁹ para o pagamento pelas mercadorias.

Com efeito, o final do Século XX, a globalização e seus impactos na integração e interconexão do mundo são abordados de forma crítica por diversos autores. De acordo com Santos (2001) a convergência de momentos, a ocorrência simultânea de eventos e a expansão dos circuitos de produção em escala planetária é facilitada pela telemática, que combina informática, telecomunicações e microeletrônica em um sistema técnico capaz de possibilitar, por exemplo, a comunicação instantânea entre diferentes lugares do mundo. Esse processo, no entanto, não implica necessariamente uma homogeneização dos territórios. Pelo contrário, as desigualdades tendem a se aprofundar nesse contexto, em razão das diferenças de características existentes entre eles.

No Brasil, na transição entre as décadas de 1990 e os anos 2000, os processos da globalização possuem efeitos significativos nas transformações do mundo do trabalho, como é o caso do aprofundamento do desemprego. Esses efeitos, potencializados pelas inovações tecnológicas e de gestão da produção e do trabalho, se devem também à crescente interconexão do comércio internacional, à integração de mercados financeiros e à transferência de empregos para países com custos de mão de obra mais baixos, por exemplo.

Nos anos 1990, no Brasil, foram registradas altas taxas de desemprego, consideradas as maiores da história até pouco tempo. A transferência de trabalhadoras e trabalhadores que realizavam atividades formais para as atividades informais originou o que ficou conhecido como “nova informalidade”, caracterizada pela precariedade das condições de trabalho e vida e negação dos princípios mais elementares de cidadania, que se aprofundaram com a desregulamentação

¹⁹ O QR Code pode ser utilizado como forma de pagamento, pois trata-se de um código de barras que pode ser escaneado com o aparelho celular, redirecionando a pessoa para escolha do método de pagamento desejado.

e ampliação do emprego flexível, temporário, desvinculado e de baixo custo (COSTA, 2010). Esse processo permitiu as empresas colocarem em marcha estratégias de subcontratação, por exemplo, que obscureceram ainda mais as fronteiras entre o trabalho protegido e desprotegido. A informalidade passou a derivar de uma nova dinâmica, não mais exclusivamente relacionada ao subemprego ou a um ponto de vista exclusivamente econômico, que passaram a resultar de concepções novas em termos gerenciais e organizacionais que dispensaram a necessidade de tempo ou espaços predefinidos (NORONHA, 2001).

A informalidade, constituída em grande parte por grupos sociais pauperizados e heterogêneos onde predominam condições de trabalho bastante precárias, não pode, no entanto, ser considerada como um “eufemismo para a pobreza” (COSTA, 2010, p.182), já que:

[...] há muito dinamismo na economia informal e ela é geradora de elevado nível de renda para muitos empreendedores informais. Todavia, a noção de pobreza não pode ser entendida apenas pelo critério de renda (ou insuficiência de renda), pois ela também está relacionada ao consumo ou ao acesso a serviços, como qualidade da moradia, acesso à educação, políticas de saúde coletiva, enfim, à noção de direitos e de cidadania. Esses aspectos remetem às escolhas políticas de uma sociedade e aos mecanismos que ela socialmente engendra para distribuir sua riqueza. E esse é essencialmente o campo do conflito político de classe²⁰ (COSTA,2010, p.182).

Assim, no âmbito da economia informal nem sempre se poderá fazer uma relação direta com a pobreza, ainda que a noção de informalidade esteja associada à negação de diversos direitos, incluindo o direito ao trabalho (Kraychete e Borges, 2007). A falta de participação no mercado de trabalho formal, onde os direitos são garantidos, indica maior vulnerabilidade para quem está fora dessa condição. Isso ocorre devido à limitação de acesso aos recursos essenciais de sobrevivência associada à insegurança social ou falta de renda.

Como pudemos observar, ao longo das últimas décadas do século XX as características da informalidade se modificaram na medida em que as formas de apropriação do trabalho foram mudando e, sobretudo, ficando mais precarizadas e diversas.

Os avanços tecnológicos facilitados pelos processos de globalização influenciaram a

²⁰ O conflito político de classe, para Costa (2010), se refere aos mecanismos centrais de distribuição de renda (salários e serviços públicos) e estes implicarão em menos desigualdade na distribuição de riquezas quanto mais acessíveis forem a participação política.

organização e a estrutura do emprego, afetando não somente os tipos de empregos disponíveis, como a natureza e as condições em que o trabalho é realizado. A nova morfologia do trabalho para Antunes (2008) situa-se num momento de pleno avanço informacional e, talvez por isso mesmo, o mundo da informalidade amplia-se enormemente.

A pirâmide social do trabalho se segmenta ainda mais em sua estrutura: no *topo*, temos trabalhos ultraqualificados que atuam no âmbito informacional, das chamadas tecnologias de informação e comunicação; na *base*, avança a precarização e o desemprego, ambos estruturais, gerando uma força sobrando de trabalho monumental e impossível de ser incorporada pelo capital. No *meio*, a hibridez, o espaço por excelência do que fora ultraqualificado ontem e se encontra sem trabalho pelo fechamento, transferência ou incorporação da empresa. Candidato, ainda mais em época de crise, a se tornar mais um desempregado. Isso sem falar naqueles trabalhadores e trabalhadoras sem emprego há tempos e que não têm mais como retornar ao mercado de trabalho (ANTUNES, 2008, p.6).

Ainda para o autor há a ampliação do trabalho cognitivo (imaterial), apropriado pelas grandes empresas ao lado da ampliação do trabalho desqualificado e precarizado, com o desmonte de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. Cada vez mais pessoas trabalham muito em ritmo e em intensidade, sobretudo com a ampliação das possibilidades da virtualização do trabalho²¹.

Em uma outra perspectiva de abordagem sobre as mudanças atuais, Guimarães (2009) aponta que o acesso ao mercado de trabalho atualmente está intrinsecamente ligado às redes sociais estabelecidas pelos indivíduos, influenciando a descoberta de oportunidades de emprego. Nem todos têm igualdade de acesso às informações ou se beneficiam igualmente de suas conexões sociais, revelando desigualdades subjacentes. A simples busca por emprego não garante a habilitação para ocupar uma vaga, uma vez que o processo demanda a assimilação de normas e condutas específicas, por exemplo. Em um mercado de trabalho heterogêneo e desigual, com pobreza e desemprego, indivíduos financeiramente favorecidos têm mais vantagens, destacando-se como um fator determinante na obtenção de melhores oportunidades, enquanto outros permanecem excluídos desse cenário. Não é difícil imaginar a cor, o gênero e a classe social onde estão inseridos aqueles que conseguem obter as melhores condições de trabalho e aqueles

²¹ Isto não significa, no entanto, que caminharemos para uma eliminação completa do trabalho vivo, ainda que este seja reduzido em vários aspectos. De todo modo, trata-se de um objeto de discussão permanente.

com mais chances de ficar desempregados e de ampliar o peso da informalidade.

1.2.3 A (des)estruturação do mercado de trabalho no período atual e as novas formas de exploração

O desemprego, não podemos desconsiderar, é uma das faces do próprio processo de desestruturação em que o mercado de trabalho se encontra, no qual a precariedade dos postos de trabalho se faz presente não somente em áreas onde predomina o subdesenvolvimento, mas também naquelas onde, até pelo menos a metade do século XX, tal tendência era contrastada pela dinâmica do capitalismo regulado e suas políticas de bem-estar social. A conquista de uma atividade profissional não depende apenas da vontade do(a) trabalhador(a) e de suas características biográficas, mas também da conjuntura socioeconômica e política do país, bem como pelo suporte disponibilizado aos desempregados. O Brasil nunca implantou um sistema de amparo aos desempregados, um *welfare* público²² na proteção do trabalho. O desemprego é, portanto, uma situação que se apresenta como um problema social, que causa instabilidade e insegurança em trabalhadores(as) da maioria dos ramos ou setores de atividade (SANTOS, G., 2008). Ademais, coloca-se a questão dos rendimentos insuficientes para imensas parcelas da população, mesmo a de empregados - fato já sedimentado no processo de desenvolvimento brasileiro e agravado com as transformações em curso.

Nesse cenário, a crise sanitária vivenciada com a pandemia de COVID-19 colocou uma lente de aumento na precariedade de condições de vida da maioria dos habitantes das cidades brasileiras e tornou ainda mais difíceis as possibilidades de sobrevivência e subsistência dessa população. Se pensarmos na lógica da segregação socioespacial existente no Brasil, com a enorme expressividade da “cidade real” (SAMPAIO, 1999), não seria uma novidade que essa precariedade estivesse tão visível, exceto pelo fato de que agora ela tenha transbordado, de forma ainda mais violenta, para o lado de fora das casas e dos bairros populares.

²² Por *welfare* público na proteção do trabalho, Santos G. (2008) compreende um conjunto de políticas sociais voltadas para promover o amparo do(a) trabalhador(a) na situação de desemprego, condição aqui entendida como estratégica para o capital, já que a relação oferta/demanda de emprego tem impacto direto no alinhamento dos salários e no potencial de negociação exercido pelos(as) trabalhadores(as). No Brasil, embora não possamos observar esse conjunto de políticas sociais conforme explicitado pelo autor, é importante mencionar instrumentos como o seguro-desemprego, por exemplo, que garante um auxílio ao trabalhador que tenha perdido o emprego formal.

De acordo com dados da Nota Técnica nº 92 do IPEA, 2021, com a crise provocada pela pandemia do coronavírus, o mercado de trabalho que já sofria com elevadas taxas de desemprego, teve essa característica aprofundada, o que levou o contingente de desempregados no terceiro trimestre de 2020 ao patamar de cerca de 14 milhões de pessoas nessa condição²³.

A pandemia alcançou o mercado de trabalho brasileiro em recuperação desde o momento de inflexão do fim do período recessivo, em 2017, recuperação esta concentrada em postos de baixa produtividade, já que o emprego no segmento informal foi o que se recuperou de forma mais expressiva. Esse aumento da população ocupada na informalidade é causado por uma combinação de fatores que revelam tanto a diminuição na saída de trabalhadoras e trabalhadores desse segmento, quanto uma estabilidade na entrada de trabalhadores(as) nele.

No gráfico abaixo (Figura 11), pode-se observar uma estabilidade no fluxo de entrada para a informalidade, com a transição da desocupação para o trabalho informal permanecendo em pouco menos que 20%, ao passo que a entrada a partir da inatividade ficou em torno de 7%, pelo menos até o primeiro trimestre de 2020. É nesse momento que há uma queda abrupta no fluxo de entrada para o trabalho informal, o que coincide com o período em que o Auxílio Emergencial começou a ser pago.

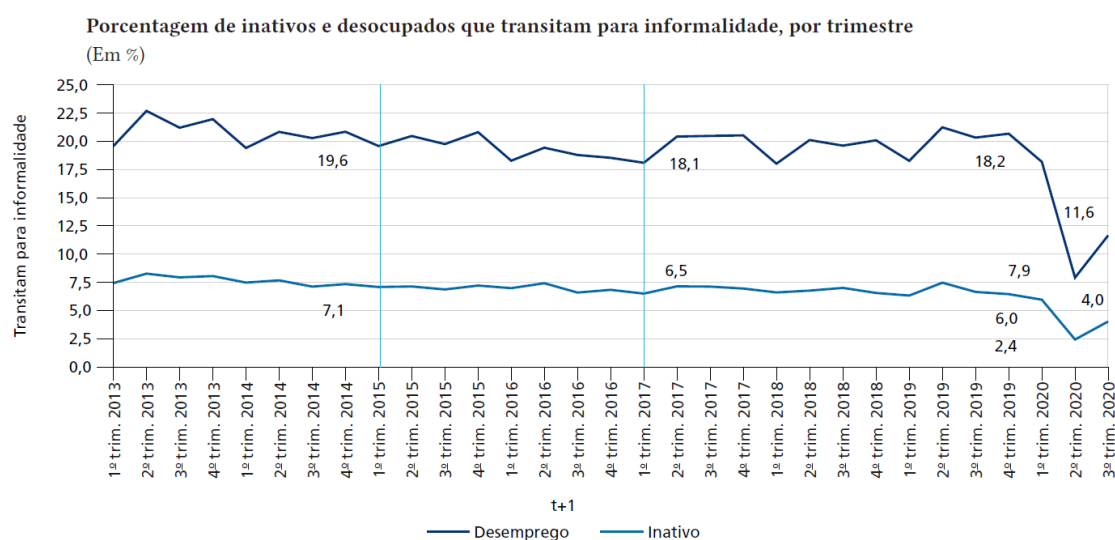


Figura 11: Porcentagem de inativos e desocupados que transitam pela informalidade, por trimestre.
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. IPEA, 2021

²³ De acordo com os dados da PNAD contínua divulgada pelo IBGE em 2022, a maior taxa de desemprego que já foi registrada na história do país ocorreu no primeiro trimestre de 2021, quando chegou em 14,9%. A taxa de informalidade chegou em 40,2% nesse mesmo período.

As políticas públicas emergenciais implementadas em resposta à Covid-19 abrangeram todas as três esferas de governo, com o propósito de aliviar a impossibilidade enfrentada por grande parte da população de manter-se trabalhando. No âmbito federal, uma das iniciativas foi a criação da Renda Básica Emergencial (Lei nº 13.982/2020), popularmente conhecida como Auxílio Emergencial. Essa medida direcionou-se aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, com um acréscimo de valor para mães que são chefes de família (FRANCO, 2021).

Os efeitos da pandemia foram drásticos, com a queda da população ocupada em geral, mas foram notadamente mais significativos no segmento informal do mercado de trabalho. A contrapartida foi uma elevação inédita na inatividade, com conseqüente redução da população economicamente ativa, levando a picos na taxa de desemprego (e no desalento) como já visto. Para se ter uma ideia, a queda da ocupação no setor informal, onde tendem a estar representados os mais vulneráveis, chegou a 15,6% no 3o semestre de 2020, contra 5,5% no setor formal nesse mesmo período, revelando que os(as) trabalhadores(as) informais foram os que mais sofreram iniquidades com a crise pandêmica. (IPEA, 2021, p.12 e 19). Os dados levantados (IPEA, 2021) apontam também para o fato de que trabalhadores(as) com pouca escolaridade foram os que mais perderam postos de trabalho, ao passo em que os que possuíam mais instrução conseguiram reter mais os seus empregos. Além do nível de instrução, os segmentos de trabalhadores jovens, mulheres, pretos e pardos, que tendem a ser predominantes do setor informal, foram aqueles mais impactados pela perda de postos de trabalho em decorrência da crise aprofundada pela pandemia.

Os dados de imediatamente antes da pandemia (também oriundos da PNAD/IBGE), contudo, não nos deixam esquecer do papel decisivo que a informalidade tem tido no desempenho da ocupação no país. De acordo com matéria publicada pela Carta Capital, a taxa média nacional de informalidade, calculada para 2019, foi superior a 40%, chegando a ultrapassar 50% em 11 estados brasileiros. A pesquisadora Adriana Beringuy, em entrevista à revista citada, afirmou que “em praticamente todo o país, quem tem sustentado o crescimento da ocupação é a informalidade”. Isso justifica-se pelo fato de a taxa de informalidade ser superior ao crescimento

da população ocupada.²⁴

No Brasil, assim como em outras cidades ao redor do mundo, a realidade que se impôs transformou algumas das ruas mais movimentadas em ruas desertas. A vitalidade das áreas centrais que muitas vezes fazia com que o(a) trabalhador(a) de rua passasse despercebido na paisagem cotidiana das grandes cidades, foi substituída pelo silêncio das estruturas metálicas de suporte da atividade e das ruas vazias transitadas por poucas ou nenhuma figura humana (Figura 12).



Figura 12: Avenida Sete de Setembro (Salvador/BA) durante a pandemia de COVID-19.
Fonte: Foto da autora, 2020.

Os mais pobres, sem condições para trabalhar e garantir os meios de subsistência, muitas vezes submeteram-se ao risco de romper com o isolamento social. No caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua, esse risco da exposição ao vírus se somou ao risco de não realizar a venda, já que em muitos momentos não havia consumidores para suas mercadorias. Foi também entre

²⁴ Para o IBGE, a população economicamente ativa é obtida através da soma da população ocupada com a desocupada de 16 anos ou mais de idade. População ocupada é o conjunto de pessoas que trabalharam ou tinham trabalho, mais as que não trabalharam (por estarem de férias, licença etc.). População desocupada é formada pelo conjunto de pessoas que não tinham trabalho, mas estavam dispostas a trabalhar. Para o IBGE, são considerados trabalhadores(as) na informalidade todos(as) aqueles(as) sem carteira, trabalhadores(as) domésticos(as) sem carteira, empregador(a) sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador(a) familiar auxiliar.

os mais pobres, pretos e pardos, que ocorreram mais mortes (EVANGELISTA, 2022). Suas necessidades se ampliaram e as condições de sobrevivência, já precárias, se tornaram ainda mais agravadas, o que só foi minimizado pelo Auxílio Emergencial, por providências e medidas dos poderes públicos e por toda sorte de apoios e solidariedade. Ao mesmo tempo, a situação vivenciada demonstrou o grau de vulnerabilidade social a que estão sujeitos aqueles que exercem suas atividades laborais na rua, uma vez comprometidos, simultaneamente, o trabalho e a rua.

As novas formas de trabalho que surgiram nos últimos anos encontram, no período pandêmico, o cenário ideal para a intensificação dos processos de exploração. Esse é o caso de trabalhadoras e trabalhadores por aplicativo, cuja negação de direitos passa ao largo do que a legislação trabalhista conseguiria outorgar. Embora nosso foco não esteja em estudar a atividade dessa categoria especificamente, parece importante pontuar sua condição de vulnerabilidade nos processos de (des)estruturação do trabalho atualmente, mediados pela tecnologia.

As plataformas digitais exploram os indivíduos ao capturar uma parte desproporcional do valor gerado pelo seu trabalho, ao mesmo tempo em que os submetem a condições precárias de trabalho e coletam seus dados pessoais sem consentimento adequado. Essa exploração ocorre independentemente da localização geográfica dos usuários, já que as plataformas operam em uma escala global e tendem a adotar práticas semelhantes em diferentes contextos regionais (MAGALHÃES, 2022). Não é difícil imaginar quem são os(as) trabalhadores(as) que atuam para essas plataformas e de onde eles partem com suas motocicletas para realizar seu trabalho. É comum ainda o discurso de que essas atividades trazem a possibilidade de renda extra, como uma forma complementar de conseguir dinheiro utilizando o tempo livre, ou seja, com “liberdade” para trabalhar onde e como quiser.

Nesse processo tem-se o desmonte da legislação que protege o trabalho, enquanto emerge uma outra legislação que flexibiliza direitos e permite formas ainda mais primitivas de exploração, assim como ocorreu com o Brasil ao aprovar, em 2017, no Governo Temer, a reforma trabalhista. Aproximando-nos do que aqui estudamos é possível observar, conforme trata muito bem Magalhães (2022), que enquanto a regulação sobre o espaço público proíbe a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua e cria barreiras para os mais pobres (sobretudo negros(as)), ela também permite que as mesmas pessoas trabalhem para plataformas digitais,

criadas e mantidas por grandes empresas de tecnologia.

Em que pese toda a problemática e dificuldades encontradas pelos(as) trabalhadores(as) inseridos na grande chave da informalidade do mundo do trabalho, não se pode dirigir a atenção apenas para a questão da precariedade. A informalidade faz parte do processo econômico no qual estamos inseridos, que produz de um lado, trabalho protegido, com salários garantidos e acesso a direitos, em forte processo de redução, e, de outro, trabalho desprotegido e incerto - do ponto de vista da seguridade social. Nessa equação, o bom salário só é possível, quando possível, ao custo de uma parte significativa do tempo do(a) trabalhador(a), que frequentemente carece de proteção de direitos. Essa condição tem se destacado consideravelmente no cenário atual. Dizer isso, no entanto, não significa que em ambos os lados não se esteja submetido a instâncias que precarizam o trabalho e aumentam sua exploração.

Aqui vale bem lembrar Santos ([1975]/2008a), a propósito dos circuitos superior e inferior da economia, que podem ser identificados através das diferenças de tecnologia e organização, atributos que, ao passo em que os distinguem, também os interligam já que ambos têm a mesma origem no processo de modernização tecnológica e o mesmo conjunto de causas que ampliam as desigualdades. É também por essa imbricação entre os dois circuitos que não se deve, por exemplo, insistir na visão de um circuito superior fechado em si mesmo sem considerar o subemprego como consequência das formas monopolísticas de suas atividades. Fazer isso nos levaria a interpretações superficiais da realidade, sobretudo porque o circuito inferior é um resultado das desigualdades oriundas do modelo de crescimento econômico vigente, baseado, sobretudo, em concentração e centralização econômica e financeira e uma distribuição de renda assustadoramente desigual.

O debate sobre os circuitos da economia, como pudemos evidenciar, ao expressar a superação da discussão sobre a dualidade entre opostos, nos moldes das discussões sobre a informalidade, já apontava, na década de 1970, caminhos para compreensão da complexidade do fenômeno e aponta para uma perspectiva desvitimizadora dos pobres.

1.3 A economia popular e a produção do comum no horizonte

As transformações ocorridas no mundo do trabalho possuem o peso extra da herança da colonialidade que, como vimos, engendra alguns de nossos problemas estruturais. Esse processo se intensifica com os movimentos do mundo capitalista, que se reinventa para ampliar os meios de acumulação. Não por acaso aquelas que sentem o maior peso da opressão são justamente as classes que não dispõem de recursos para dar conta da reprodução de suas vidas, que possuem o ingrato passivo histórico dessa assimetria e que, como vimos, é principalmente a população urbana preta, parda e indígena, que reside nas áreas periféricas.

O período neoliberal que atravessamos cria novas formas de subordinação, justificadas pela liberdade dos mercados, o que traz consequências devastadoras para diversas instâncias da vida social como, por exemplo, a degradação ambiental e, aproximando-nos do que aqui estudamos, a deterioração das oportunidades e condições de trabalho. O objetivo de trazer esse conteúdo aqui é, neste momento, avançar na discussão e ampliar nossa análise ao tratar sobre a economia dos setores populares, que nos permite ir além do que é compreendido como informal. Assim, espera-se desde já poder identificar algumas pistas que nos ajudem a descolar definitivamente a noção da informalidade da leitura que a vincula sobretudo a processos de vitimização dos pobres, avançando sobre possibilidades novas e vitalistas.

1.3.1 Uma aproximação à noção dos comuns urbanos

O neoliberalismo possui, como traço fundamental de sua governamentalidade, a transformação de todas as relações sociais, ou seja, a transformação das relações das mulheres e dos homens com as coisas. Ele não apenas favorece a despossessão como também uma “acumulação por subordinação” (DARDOT E LAVAL, 2017). que se estende e amplia nas mais diversas esferas da vida da população. Em contraposição a esse processo, ganha força a discussão sobre o comum e sobre os comuns urbanos.

O comum retoma, à sua maneira, o pensamento do socialismo que interpreta a cooperação como uma espécie de cura da lógica capitalista da concorrência. Os comuns devem ser

pensados como a construção de uma normativa e de instituições democráticas organizadas de forma recíproca. Não é decretado a partir de um agente externo, mas decorre de um processo social com sua própria lógica (DARDOT E LAVAL, 2017).

Um dos aspectos pelo qual a questão do comum chama atenção é, justamente, o fato de ligar-se às lutas contra o neoliberalismo, como as que se opõem às privatizações e ao aquecimento global, por exemplo, e também por aquecer e mobilizar corações e mentes em favor da formação de uma nova organização social, pautada em princípios de solidariedade e respeito ao meio ambiente. Na concepção de retorno aos comuns está o intuito de não centrar apenas no Estado a defesa das condições de vida das populações, mas sim promover novas maneiras de controle democrático dos recursos (DARDOT E LAVAL, 2017).

O comum para Roggero (2014) não duplica o conceito da cooperação. Ele é ao mesmo tempo fonte e produto da cooperação, “lugar da composição do trabalho vivo e seu processo de autonomia, o plano de produção da subjetividade e da riqueza social” (ROGGERO, 2014, p. 13). O comum diz respeito à totalidade da produção social em seu duplo aspecto, já que é formado ao mesmo tempo pelo que o trabalho vivo produz e pelo que o capital explora. O trabalho vivo, por um lado, produz o comum e por outro, o capital explora e aliena o comum. Segundo seu raciocínio, o que devemos nomear como comum não é uma materialidade, mas o processo que o constitui, pois ele é produzido na tensão que se determina pelas relações entre a autonomia do trabalho vivo e o comando capitalista.

O comum pode ser pensado como um princípio filosófico capaz de permitir a concepção de um futuro além do neoliberalismo. O comum está no lugar que nos permite tanto explicar o funcionamento do capitalismo atual, quanto indica as lutas com possibilidade de superá-lo. Para Dardot e Laval (2017, p.200), no pensamento atual sobre o comum cabe não mais apenas defendê-lo, mas promovê-lo e instituí-lo.

O comum é uma outra forma de se relacionar, que difere dos padrões genéricos de classe e cidadania, ele anuncia que as singularidades podem se combinar e produzir novas singularidades sem renunciar à sua diferença (ROGGERO, 2014). O comum contém um aspecto fundamental: uma subjetividade que não se faz uma.

Hardt e Negri (2005) nos lembram que a multidão dos pobres não precisa ser concebida

na noção de povo para que tenha sua emancipação encaminhada. O conjunto múltiplo das singularidades é para os autores considerado como a subjetividade do comum. Para eles, o comum se baseia na comunicação entre as singularidades e sua manifestação se dá através de processos colaborativos e sociais da produção, ou seja, não se refere a uma noção tradicional de comunidade ou do público. Os autores assinalam que a multidão não pode ser confundida com uma massa passiva, uma classe operária ou com um sujeito cidadão que vai compor a unidade do povo ou nação. Eles consideram que todas as formas de trabalho são produtivas socialmente, produzem em comum e possuem um potencial de resistir à dominação capitalista. A multidão é um conceito de classe²⁵, que vai se caracterizar pela multiplicidade de singularidades que agem em comum, fator que traz novo vigor para a luta de classes. Ela se caracteriza pelo elemento vivo que a acompanha, que é a potência do trabalho vivo. Os pobres são explorados pelo capital justamente por este fator, que também é o elemento que lhe confere o poder de converter a sua capacidade geral do intelecto em comum. Por isso, os pobres não podem ser considerados apenas como vítimas, mas como agentes poderosos, ou até mesmo como o que classificam como classes perigosas.

[...] Se elas fossem simplesmente excluídas dos circuitos da produção global, não constituiriam uma grande ameaça. Se fossem apenas vítimas passivas da injustiça, da opressão e da exploração, não seriam tão perigosas. Elas são perigosas, isto sim, porque não apenas os trabalhadores imateriais e industriais como também os trabalhadores agrícolas e até mesmo os pobres e migrantes estão *incluídos* como sujeitos ativos na produção biopolítica. Sua mobilidade e sua partilha são uma ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que depende o poder capitalista global. Eles se esquivam pelas barreiras e cavam túneis que enfraquecem as muralhas. Além disso, essas classes perigosas estão permanentemente perturbando a constituição ontológica do Império: em cada interseção de linhas de criatividade ou de fuga, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle. Elas deixam de ser identidades, tornando-se singularidades (HARDT & NEGRI, p. 185, 2005).

Se por um lado a multidão de pobres é explorada de forma constante e sistemática pelo capital e desprotegida pelo Estado, fornecendo a eles o valor e a subordinação que lhes mantém detentores do poder econômico hegemônico, por outro lado os coloca enquanto dependentes

²⁵ Para Hardt e Negri, classe é um conceito político e sua natureza está ligada ao fato de que uma classe tem sua razão de ser como uma representação do coletivo que luta em comum. (HARDT E NEGRI, 2005, P.144)

do valor extraído a partir do trabalho realizado por ela, multidão. Para nós aqui fica evidente a possibilidade de iluminar a compreensão do trabalho também na chave da informalidade, avançando no sentido de nos descolar de uma noção que estigmatiza o trabalho dos pobres.

1.3.2 A economia dos setores populares: pistas para uma nova leitura do trabalho de rua e sua interface com a produção do comum

Como vimos, a informalidade vai além do que o conceito pode supor e este, por sua vez, segue sem conseguir dar conta da complexidade envolvida, com sua noção de uma dinâmica submetida à lógica capitalista, na qual pouco se considera a possibilidade de existir aí qualquer semente “emancipatória” (MAGALHÃES, 2022). Embora tenha havido, no campo da discussão sobre a informalidade, a identificação da “economia subterrânea” (DE SOTO, 1986) como algo que integrava o modo de se dar o desenvolvimento latino-americano, não foi este o principal sentido apreendido a partir deste debate. É nesse caminho que a compreensão sobre o conceito de economia dos setores populares pode nos ajudar a ver algo a mais do que a precariedade, a pobreza.

De acordo com Lisboa (2004), Milton Santos é reconhecido como o precursor da economia popular²⁶, uma vez que essa retoma elementos essenciais do que ele descrevia três décadas atrás como o “circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Este amplo e diversificado setor da economia popular abarca diversas atividades como trabalho familiar, trabalho autônomo, produção artesanal, autoconstrução de moradias, micro e pequenos negócios, além da economia camponesa. Na economia popular, está representado um circuito econômico distinto que não tende a desaparecer nem a se desconectar do mercado, obrigando à revisão da imagem dos pobres em face das relações mercantis. Nele tem-se uma dinâmica híbrida que

²⁶De acordo com Lisboa (2004), a evolução do termo "economia popular" pode ser delineada a partir do contraste com a noção de "economia informal" surgida nos anos 70 do século XX. Enquanto a economia informal descrevia atividades individuais de subsistência desvinculadas de uma base social e regulamentação institucional, o conceito mais recente de economia popular destaca-se como um setor diferenciado dos sistemas estatal da sociedade capitalista. Caracterizada por uma ampla heterogeneidade de formas de trabalho, como familiar, por conta própria e artesanal, a economia popular constitui um circuito econômico distinto que não se encaminha para a obsolescência nem se desconecta do mercado. Sua diferenciação se torna evidente quando uma unidade econômica vai além da mera reprodução dos meios para seus membros. Introduz-se então, nas duas últimas décadas do século XX, o conceito de Economia Popular Solidária (EPS), que abraça atividades comunitárias fundamentadas na cooperação e na propriedade coletiva ou associada do capital, destacando-se como uma outra economia.

mescla a produção para uso doméstico com a produção para venda, e que pode incluir a presença de relações de emprego assalariado.

A ideia de economia popular vem do reconhecimento da economia de um povo para além da noção de informalidade. Ela é composta por um amplo e diverso conjunto de atividades conduzidas direta e independentemente pelas classes trabalhadoras, que tentam forjar suas próprias formas de trabalho e ganhar a vida com seus próprios recursos. Relembremos aqui que, já no início da crise na América Latina e da era neoliberal, se pensava a economia informal não apenas como um dado estrutural do nosso desenvolvimento. Como dito anteriormente por Coraggio (2000), De Azevedo (1998) e Lisboa (2004), alertava-se para seu potencial como caminho alternativo para enfrentar o subdesenvolvimento: a economia informal seria a solução e não o problema para as mazelas dos países do então terceiro mundo, onde se destacava o impacto político do fenômeno.

A economia popular ou economia dos setores populares avança na complexidade do que muitos compreendem como informalidade e dela se diferencia, já que aí a racionalidade econômica se encontra relacionada à geração de recursos humanos próprios, ou seja, as unidades de trabalho abrangem desde as atividades realizadas individualmente, até aquelas realizadas de forma familiar ou como modalidades de trabalho associativo, sejam elas formalizadas ou não. Neste caso, a razão da atividade econômica se relaciona à busca por satisfazer aquilo que é básico para a sobrevivência da unidade familiar, enquadrando-se na ordem da reprodução da vida. No que se nomeia como setor informal, as relações capital-trabalho não se encontram bem definidas, podendo comportar processos como a sonegação fiscal e a contratação ilegal de trabalhadores, por exemplo. A economia dos setores populares, por sua vez, pressupõe uma modelagem que alia o desenvolvimento da economia com a promoção de outros direitos fundamentais (KRAYCHETE E SANTANA, 2012).

A reprodução da vida de acordo com Kraychete (2000) ocorre de maneira precária nos setores populares, e se amplia por não haver assistência técnica ou jurídica destinada a esses(as) trabalhadores(as). Ademais, na tentativa de se “virar” como podem para dar conta do próprio sustento e da sua família, e devemos aqui sempre ter em conta que por trás de um(a) trabalhador(a)

sempre há uma unidade familiar/doméstica²⁷, os(as) trabalhadores(as) como os que estudamos nessa tese enfrentam constrangimentos diversos ao se manterem em seus pontos de trabalho, principalmente em momentos em que há repressão e o risco de perderem suas mercadorias.

De acordo com Sibelle Diniz (2019, p.964) a economia popular, na qual a solidariedade pode ser ou não um princípio fundante, sempre existiu na sociedade, mas foi reconfigurada a partir das transformações contemporâneas no mundo da produção e do trabalho. Desse modo, o uso do termo “economia popular solidária” estaria associado ao entendimento de que se reúne um “conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho”, com a finalidade de assegurar a reprodução da vida social.

Na reconfiguração do mundo da produção e do trabalho contemporâneo, Diniz (2019) percebe duas práticas: a primeira vinculada às cadeias produtivas globais, onde se inserem relações de trabalho precarizadas, postos de trabalho ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade como pessoas menos escolarizadas, por exemplo. A segunda ligada à satisfação de demandas locais, mas não por isso menos relacionadas aos circuitos superiores, já que usam mais tecnologias e contam com acesso ampliado ao crédito, por exemplo.

Cabe pensar, então, a economia popular como parte fundamental do sistema econômico, seja no caso do trabalho terceirizado, em que os custos da mão de obra são reduzidos pelas relações de trabalho mais flexíveis e sem garantias formais, seja nos circuitos de produção em nível local, que garantem parte da demanda pelos produtos e serviços do circuito superior. Em ambos os casos, a economia popular aparece como peça fundamental no suprimento de novas e antigas demandas, tanto aquelas colocadas pela produção ligada às redes capitalistas de grande alcance, quanto aquelas locais, de menor escala, não supridas por essas redes (DINIZ, 2019, p. 972).

A economia popular e solidária significa também uma possibilidade de transformação social pela natureza das relações de trabalho que são constituídas, bem como pelas relações que se estabelecem com os recursos, sejam eles naturais ou construídos. Organizadas em torno do domicílio, de necessidades recíprocas, tais relações permitem o repasse intergeracional do conhecimento. Portanto, a economia popular não se define apenas pelas características dos seus integrantes. Em seu conteúdo estão fortemente imbricadas a qualidade das relações estabelecidas

²⁷ Para Coraggio (2000) as unidades domésticas são compostas por trabalhadores(as), pessoas que dependem da realização permanente de sua força de trabalho para se manter, cujo objetivo não é propriamente a acumulação, mas manter-se a si e a qualidade de vida dos membros da unidade a qual pertencem.

e a escala de organização que permite um contato mais direto e pessoal. Nosso regime de acumulação sempre dependeu desse tipo de economia, mas, no entanto, o modo de regulação existente sempre o subalternizou, enxergando apenas a economia empresarial capitalista hegemônica, ou em nossas palavras, tomando-a como métrica (DINIZ, 2019; FERNANDES E DINIZ, 2018).

A economia popular, no entanto, pode não ser necessariamente solidária, como nos lembram Fernandes e Diniz (2018), já que nela existem fortes valores ligados ao capital que orientam certas práticas de uma economia capitalista. Mas, ao mesmo tempo, ela se apresenta como um terreno fértil, capaz de se construir enquanto uma alternativa, baseada em práticas e saberes tradicionais e no questionamento das identidades impostas pela colonialidade. A economia popular é produtora de “espaços de fronteira”, fomentadora de subjetividade e sociabilidade.

As economias populares, portanto, são possibilidades de existência de novas maneiras de viver e trabalhar na cidade. Para Magalhães (2022), embasando-se em Henri Lefebvre, elas se assemelham a ocupações de terra ou de edifícios, na medida em que incorporam espaços diferenciais²⁸ em desenvolvimento e se tornam ambientes experimentais para novos formatos de urbanidade, de ser, viver e trabalhar no urbano. Se essas práticas se mantiverem abertas aos necessitados e às novas experiências de trabalho e sustento criadas por eles, terão a potencialidade de nutrir uma faceta que já possuem: a de serem economias do comum.

O livre uso das ruas nas economias populares faz parte de uma compreensão intuitiva do espaço urbano como um bem comum que se choca com a visão estatal do espaço público como propriedade do Estado; ou seja, terras públicas (urbanas) sob a responsabilidade de instituições formais do Estado. Seu potencial econômico descolonial, em termos de forjar outras economias – outras formas de agregar produção, circulação e distribuição – costuma ser reprimido por meio de medidas disciplinares. A repressão produz um campo cego no domínio das potencialidades, pois perdemos a possibilidade de imaginar futuros contidos em sementes que não podem florescer (MAGALHÃES, 2022, p.15; tradução nossa).

Compreendemos assim, apoiando-nos também em Gago (2018), que a capacidade

²⁸ O espaço, para Lefebvre ([1974]/2000), pode ser compreendido de duas maneiras. A primeira delas é identificada por ele como sendo o espaço abstrato. Este é o espaço do capitalismo, que contém o mundo da mercadoria, cuja lógica põe sua potência em termos de dinheiro e de Estado político. Na medida em que o espaço abstrato reduz as diferenças e particularidades por tender à homogeneidade, um novo espaço, diferencial, pode nascer justamente da acentuação das diferenças que o abstrato produz. De acordo com Lefebvre ([1974]/2000, p.64; tradução nossa) é o espaço diferencial que “reúne aquilo que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social”. Esse espaço novo, portanto, discernirá o que o espaço abstrato confunde, pois nele as diferenças não irão se basear em particularidades, mas irão emergir da luta política cotidiana e vivida.

produtiva das economias populares pode ser reforçada ao invés de nos determos apenas na sua vitimização, que aparece tanto como moralização quanto como judicialização dos pobres. Existe muita vitalidade envolvendo o processo de criação de um espaço de comércio e de consumo popular, que se materializa através de diversas táticas, formas de transação, hierarquias e apropriações que não seriam justificáveis caso considerássemos os agentes dessas economias como meras vítimas do neoliberalismo, do desemprego, da ilegalidade etc. Essa perspectiva não deixa de considerar a violência das relações, tampouco romantiza suas transações, mas busca considerá-las numa perspectiva pluriversa. A essa pragmática e a toda a vitalidade nela contida, todavia, não se pode atribuir necessariamente premissas anticapitalistas. Contudo, ela pode nos aproximar de um nível de autogestão da produção da vida social, ignorando em parte ou totalmente a mediação de instituições tradicionais. Trata-se de uma abertura de organização e expansão da vida popular que sabe se associar e negociar com as instituições tradicionais, inclusive de forma pragmática (GAGO, 2018).

Gago (2018) desenvolve sua análise sobre a Feira La Salada em Buenos Aires, na Argentina e articula as trajetórias que se tecem entre a “villa”²⁹, local onde a população migrante se estabelece e produz uma multiplicidade de formas de trabalho; a feira que articula o trabalho desenvolvido na oficina têxtil de forma clandestina com a possibilidade de comércios varejistas e vendas de todo tipo; e a dinâmica da festa, ou “economia do frenesi” onde se elabora e negocia a legitimidade das riquezas produzidas. A dinâmica observada em La Salada é nomeada como “economias barrocas”. O barroco, nome veiculado pelo fato de o movimento barroco ser de resistência e até mesmo de sobrevivência à colonialidade, pressupõe também a sobreposição de termos em permanente reconciliação. Além disso, parece-nos relevante a perspectiva que a autora traz sobre dois princípios vindos do barroco para pensar essas economias: a) o informal como “fonte instituinte” ou como princípio de criação de uma realidade, ou seja, considerando seu aspecto positivo, sua capacidade de inovação e dimensão de práxis em busca de novas formas, sejam elas produtivas, comerciais ou relacionais, ou seja, que o colocam para além das dimensões do binômio legal/ilegal; b) o informal como “fonte de incomensurabilidade”, uma dinâmica que coloca em crise a importância que essas economias criam. Nesse sentido, o informal cria a

²⁹ Na Argentina é possível encontrar o uso do termo “villa” para referir-se a algum bairro, como “Villa Mitre”, por exemplo, mas de maneira geral “villa” e “villa miséria” refere-se ao que no Brasil nomeamos como favela.

nessas táticas de vida, formas de tecer relações para além do capital, criando caminhos para viver melhor.

No caso da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua que aqui pesquisamos, interessa identificar através de quais formas essas práticas insurgentes podem estar inseridas no seu trabalho cotidiano. Essa análise serve de ponto de partida para examinar não só a força das economias populares, mas também para compreender as complexas relações que se tecem entre a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua e o espaço público em contextos como os de cidades brasileiras. Assim, nos parece fundamental avançar sobre a concepção do espaço público, local onde a atividade que estudamos se expressa.

CAPÍTULO 2

O trabalho de rua supõe o espaço público



Figura 13: O trabalho de rua supõe o espaço público.

Fonte: NAZARIO, Lude. 2023

A potência da economia dos setores populares nos fornece um panorama instigante de interações, dinâmicas e estratégias, que se estabelecem dentro e para além das estruturas capitalistas. No caso da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua que aqui estudamos, é essencial compreender como essas práticas estão inseridas no espaço público, lugar onde a atividade acontece e, da mesma forma, como ele é configurado, do ponto de vista ideológico e concreto.

Neste capítulo a análise tem como ponto de partida a compreensão da esfera pública burguesa, por considerarmos que daí derivam os principais princípios que configuram os modos como os espaços públicos têm sido concebidos em nosso campo de atuação. Essa perspectiva tem como pano de fundo o entendimento de que a colonialidade, lado obscuro e necessário da modernidade (MIGNOLO, 2017; BALLESTRIN, 2013), se constitui continuamente pela propagação de um pensamento que sobrevaloriza os interesses hegemônicos em detrimento dos daqueles que subalterniza.

É preciso ter em vista que, no contexto brasileiro, a participação dos sujeitos subalternizados na esfera pública é marcada por desigualdades e restrições significativas de direitos. A noção de "cidadania entrincheirada", proposta por James Holston (2013), revela as condições em que essas desigualdades e restrições se desdobram tanto na luta política quanto na luta pela sobrevivência. Não é possível para nós, nesse sentido, desconsiderar que a atividade do(a) trabalhador(a) de rua se insere nesse contexto urbano excludente, onde se discrimina de forma sistemática a população pobre e negra. De que maneira, então, o discurso político construído em torno das cidades, que são notoriamente desiguais, incorpora a noção de espaço público e revela as singularidades existentes em nossas cidades?

Nossa análise busca considerar criticamente o conceito do espaço público e as lacunas nele existentes, considerando que a concepção que o molda é fundamental para avançarmos na leitura sobre a relação que se estabelece entre a rua e o trabalho diário que nela acontece. Os conflitos em torno dos jogos de interesse aí em disputa são, então, tratados com o intuito de nos permitir avançar sobre a percepção da ação política sobre o espaço público.

Assim, trata-se do papel que a política e o planejamento urbanos desempenham na configuração e funcionamento dos espaços públicos, os quais refletem dinâmicas sociais e econômicas

em constante transformação. A compreensão tríplice do espaço – vivido, percebido e concebido -, conforme proposto por Henri Lefebvre (LEFEBVRE, [1974]/2000), nos parece aqui fundamental por abranger suas dimensões material, simbólica e representacional, fornecendo uma visão abrangente do espaço público e seu lugar na vida urbana, na identidade e na cultura da cidade.

A busca por um espaço público idealizado se distancia dos grupos que tecem nele relações e redes de pertencimento, de solidariedade, de táticas de vida e de trabalho. Nesse sentido, a associação de nossas leituras com a teoria dos “homens lentos”, dos espaços opacos e dos espaços luminosos (SANTOS, 1994) convida à reflexão sobre a importância da relação entre o trabalho e a rua em uma dinâmica capaz de permitir o florescimento de racionalidades alternativas.

2.1 O espaço público e sua origem na esfera pública burguesa

A noção do espaço público tem sua origem na concepção da esfera pública burguesa do século XVIII (HABERMAS, [1962]/1984), na qual a classe dominante adquiriu a capacidade de exercer influência política para promover os seus interesses individuais, passando a controlar a opinião pública. Compreender minimamente a constituição da esfera pública e suas variações, bem como as implicações que dela derivam, nos parece fundamental para discutir o espaço público contemporâneo de forma crítica, pois assim podemos explorar os tensionamentos aí existentes e seus desdobramentos como, por exemplo, no que se refere à sua função política, social e nas suas implicações sobre a cidadania.

2.1.1 A influência da esfera pública burguesa na concepção do espaço público

De acordo com Habermas ([1962]/1984), a esfera pública surgiu como parte do processo de formação do Estado moderno, e foi a Revolução Francesa o evento catalisador que impulsionou sua politização. Esse processo ocorreu em um contexto em que a literatura e a crítica artística estavam saturadas, tanto na França quanto na Alemanha. A politização da vida social e o surgimento de uma imprensa de opinião foram influenciados principalmente pela educação burguesa, especialmente por meio da literatura, modo pelo qual exerceu sua razão sobre a cultura.

Abrahão (2008), em sua leitura do clássico livro “Mudança estrutural da esfera pública” de Habermas ([1962]/1984), destacou o papel da circulação de jornais no florescimento da esfera pública burguesa, interpretada inicialmente como “uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público, que reivindicavam uma esfera pública regulamentada pelas autoridades, mas diretamente contra a própria autoridade.” (ABRAHÃO, 2008, p.26). A esfera pública burguesa tinha, portanto, uma natureza polêmica e privada, pois se envolvia tanto nas discussões públicas das responsabilidades civis como na regulação política embasada nas experiências de uma esfera privada íntima que desafiava a autoridade da monarquia estabelecida.

Para Silveira (1996), é quando a política liberal ganhou força que, conjuntamente, a esfera pública se desenvolveu e tornou-se hegemônica, criando uma sociabilidade particular que

se expressou sob a forma de opinião pública, medida que posteriormente foi destacada como um parâmetro para a ação do Estado.

O Estado liberal surge como o cristalizador do interesse geral, depois que os interesses particulares (capital, terra, trabalho), cujo lugar é a esfera privada, foram equalizados numa opinião pública (formada por cidadãos), numa reconciliação presidida pela ideia de que o mercado, “Deus”, observando a “naturalidade” das relações de propriedade, garante a todos a recompensa pelos seus esforços individuais de produzirem em função dos seus interesses como garantia dos interesses de todos (SILVEIRA, 1996, p.25).

A esfera pública burguesa é, portanto, mediadora da separação entre o Estado e a sociedade, e constitui-se como “espaço de manifestação dos cidadãos como direito assegurado juridicamente - direito positivo (prescritivo)” (SILVEIRA, 1996, p.25). Algumas questões que se colocam a partir disso dizem respeito à maneira como os indivíduos se comportavam seguindo as regras do mercado como, por exemplo, com a contradição entre os interesses de quem vende sua força de trabalho e de quem a compra. O Estado, por sua vez, apresenta dificuldade de conciliar esses interesses, já que o produto dessa relação de mercado não necessariamente se reverte para o bem comum.

A esfera pública burguesa é radicalmente criticada sobretudo pela corrente marxista, pois havia em sua base um falso pressuposto de que os homens (e as mulheres) seriam livres e iguais. De acordo com Losekan (2009), a noção de igualdade, ao emergir nessa esfera privada, só poderia existir entre os burgueses, já que eles eram os sujeitos que a compunham, combinando, naquele contexto, as identidades de homem e cidadão. A primeira identidade ligava-se à esfera privada por sua posição de proprietário, e a segunda com a função de garantir a estabilidade da propriedade, o que trazia unidade aos interesses dessas pessoas, já que aí se mesclavam a propriedade privada e a necessidade de sua manutenção (LOSEKANN, 2009, p.40).

Segundo Silveira (1996), a liberdade, tal como a conhecemos, é ilusória, uma vez que, nas relações sociais de produção, as categorias do trabalho e do capital, representadas pelo proletariado e pela burguesia, estão intrinsecamente ligadas à valorização do capital. Por esta razão, todos são livres perante a lei, ou seja, livres apenas sob o ponto de vista formal. A esfera pública burguesa e a própria consolidação da burguesia abrangeram todo um processo cultural

de desenvolvimento da sociabilidade burguesa. A burguesia politizou e desenvolveu seu domínio de forma hegemônica sobre as questões sociais e sobre a opinião pública. A opinião pública, por sua vez, cujo domínio se dá também pela classe dominante, passou progressivamente a ser restringida e mediada por uma sociedade cujos valores são associados ao mercado. É justamente na esfera pública que a opinião pública ecoa, atravessada por esses valores, numa dinâmica que se aprofunda com o avanço da modernidade.

Habermas (1992), no prefácio da reedição de sua obra “Mudança Estrutural na Esfera Pública”, publicada 30 anos antes, discutiu de forma autocrítica a perspectiva teórica e as implicações normativas de sua obra. Ele consolidou um conjunto de questões importantes para a compreensão da dimensão pública das relações entre sociedade e Estado, rediscutindo, dentre outras questões, a existência de esferas públicas concorrentes e o papel das lutas feministas nesse contexto.

Em nossa leitura e para este trabalho, parece importante compreender que, com a transformação dos burgueses, agentes econômicos, em cidadãos, a esfera pública assumiu uma efetiva função política, pois permitiu que eles não apenas conciliassem seus interesses individuais, mas também pudessem expressá-los de forma mais ampla e eficaz diante das autoridades políticas. (HABERMAS, 1992, p.169). Com a passagem do Estado liberal ao Estado social, do capitalismo organizado e da democracia de massa, essa função política foi exacerbada. Nela supõe-se, ao mesmo tempo, um potencial de autotransformação, pois que se assume que a integração é um de seus elementos constituintes - processo potencialmente utópico. Dessa forma, embora hegemônica, essa função política integrou de modo permanente a tensão entre ideia e realidade (Ibid., p.176), num pluralismo não totalizante (Ibid., p. 179) e, portanto, sempre em movimento.

A estrutura da esfera pública passou por mudanças significativas com o avanço dos meios de comunicação de massa eletrônicos, como a publicidade e a fusão entre entretenimento e informação. Nesse processo, o acesso à comunicação pública enfrentou, para o autor, restrições cada vez mais influentes, dando origem ao que chamamos de poder midiático. No entanto, Habermas (1992) observou que, apesar da aparente homogeneidade da esfera pública burguesa, persistiam diferenças significativas dentro dela e, por isso, não devemos falar de uma única esfera pública, mas sim reconhecer a presença de várias esferas públicas concorrentes.

Ao lado da esfera pública burguesa dominante, portanto, surgem outras. Entre elas, Habermas (1992) destaca a formação de uma esfera pública plebeia que, por um lado, segue o modelo da esfera pública burguesa mas, por outro lado, possui um potencial emancipatório, já que se insere em um contexto social diferente e novo. Observar essas nuances na esfera pública nos permite obter sua imagem de forma mais complexa, já que aí podemos considerar a dinâmica dos processos de comunicação e, também, os processos excluídos da esfera pública dominante.

Nesta tese, quando tratamos de “esfera pública” estamos nos referindo às dimensões política e comunicacional da sociedade burguesa. Além disso, consideramos que, ainda que a esfera pública esteja ligada a espaços concretos, ela mantém uma dimensão abstrata, integrando a presença virtual de leitores situados em lugares distintos, por exemplo. De forma inversa, a generalização da esfera pública pode ser refletida na estrutura espacial (HABERMAS, 1992). Assim, tendo em vista a dinâmica dos processos excluídos da esfera pública dominante e os interesses hegemônicos que nela existem, podemos avançar sobre a contribuição da constituição da esfera pública burguesa para o pensamento sobre os espaços públicos de maneira geral e, num momento seguinte, no caso específico do Brasil.

2.1.2 Tensões e transformações no espaço público contemporâneo: uma análise crítica

A maioria das abordagens sobre a natureza do espaço público³¹ fundamenta-se na discussão sobre a separação entre o público e o privado. Para isto, autores clássicos como Arendt ([1958]/2007), Habermas ([1962]/1984) e Sennett ([1975]/1993) podem ser convocados para compreendermos a contraposição entre o público, lugar de ação política, e o lugar da família e das questões relativas à privacidade do indivíduo. Aqui, no entanto, embora tenhamos o reconhecimento da importância dessa discussão, optamos por não aprofundá-la, aproveitando dela os elementos que nos interessam para tratar mais especificamente sobre a constituição de um espaço comum, que será discutido mais adiante. Tomamos como ponto de partida a concepção de espaço público resultante da discussão sobre a esfera pública burguesa e

³¹ A discussão do espaço público no Brasil pode ser localizada a partir dos anos 1960 e uma pesquisa específica sobre isso merece ser feita. Consideramos que o trabalho de Abrahão (2008), resultado de sua pesquisa de mestrado (1999) e doutorado em (2006), é uma importante referência nesse sentido.

as possibilidades postas pela esfera pública plebeia, como sugere Habermas (1992).

De acordo com Habermas (1992, p.173), a esfera pública é uma arena complexa que, ao mesmo tempo, é pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa. Nesse ambiente, ela se torna subjugada pelo poder, onde a luta ocorre não apenas pela influência mas, principalmente, pelo controle. O autor distingue as funções críticas dos processos comunicacionais autoregulados, apoiados por instituições flexíveis, em contraste com as funções de influência sobre as decisões das pessoas que operam em um espaço público dominado pelos meios de comunicação de massa, mobilizando seu poder de compra. Ele reconhece que, quando escreveu “Mudança Estrutural na Esfera Pública”, obra publicada pela primeira vez em 1962, avaliou de forma excessivamente pessimista a capacidade de resistência e, acima de tudo, o potencial crítico de um espaço público de massa pluralista e amplamente diversificado, que transcende as barreiras de classe. A esfera pública, que reflete as condições de comunicação necessárias para a formação discursiva de opiniões e vontades de um público de cidadãos é, portanto, o conceito central de uma teoria normativa da democracia (Ibid., p.180).

Transpondo a discussão para a dimensão espacial, o processo de democratização urbana ocorreu não apenas no espaço público, mas também em outras esferas da vida social, caracterizando-se pela apropriação coletiva desse espaço. De acordo com Borja (2006), a origem do espaço público representa uma reação à tendência de apropriação privada da cidade, manifestando-se como uma resposta de caráter classista, na qual a burguesia ascendente evidencia que necessitava “ter um lugar onde se mostrar” (BORJA, 2006, p.2). Assim, não é de surpreender que as políticas de espaço público no início do século XIX tenham se concentrado principalmente em embelezar a cidade e criar monumentos em determinadas áreas. Em contrapartida, é importante notar que muitas áreas e necessidades básicas, como o acesso ao transporte público coletivo e infraestrutura de saneamento, por exemplo, frequentemente foram negligenciadas.

Tomando por base a conjuntura atual, Delgado (2007) discutiu o caso da cidade de Barcelona no final do Século XX, onde intervenções significativas foram feitas seguindo o modelo do planejamento estratégico³². Ele apontou para as contradições inerentes à dinâmica da vida urbana

³² No planejamento estratégico a cidade adquire o valor de uma mercadoria de luxo, ou seja, de um produto de alto valor, voltado para uma elite específica de possíveis compradores (investidores internacionais, turistas e residentes) com capacidade financeira para adquiri-la, conforme é discutido por VAINER (2012).

que escapam ao planejamento e são reveladas no cotidiano, no espaço público. As modificações feitas naquela cidade com o intuito de pacificá-la e livrá-la da imagem da desordem através da criação de “espaços de qualidade”, não foram capazes de impedir que a desigualdade, a exclusão e até mesmo a violência continuassem a se expressar. Para Delgado (2007), o conceito de espaço público é bem menos inocente e natural do que se supõe. Portanto, não se trata de um espaço estático, mas de um espaço em movimento:

A princípio, espaço público poderia ser um instrumento conceitual que permitisse às ciências sociais da cidade agrupar os diferentes exteriores urbanos: rua, praça, vestíbulo, calçada, praia, parque, cais, ônibus... entornos sem exceção abertos e acessíveis, em que todos os presentes vejam e sejam vistos, em que se produzam todo tipo de negócios – microscópicos ou tumultuosos, harmoniosos ou polêmicos –, em que se realizem encontros e encontrões, lutas e deserções, reencontros e extravios..., toda essa imensa trama de acordos automáticos entre desconhecidos ou conhecidos de vista que nos proporciona o espetáculo de uma sociedade sem fim, transbordante de mal-entendidos e acasos. Esse espaço só existe como resultado dos transcurtos que não deixam de atravessá-lo e agitá-lo, dotando-o assim de valor tanto prático como simbólico. (DELGADO, 2007, p.2-3)

Aqui é importante ter em conta que o espaço público deve ser entendido enquanto parte do espaço geográfico, constituído por fixos e fluxos, objetos, ações (SANTOS, 2012) e as dimensões da vida social, ou seja, como uma instância de suporte para a vida coletiva, onde se expressa a ação política, a comunicação, a democracia, o trabalho, os encontros. Os elementos fixos são características estabelecidas em um local que possibilitam ações capazes de modificá-lo, criando fluxos ou renovando os existentes, ao mesmo tempo em que o redefinem. O espaço é, portanto, um sistema inseparável de objetos artificiais e sistemas de ações, que interagem continuamente (SANTOS, 2012). Objetos não têm significado completo sem considerar os sistemas de ações associados a eles, e vice-versa. Essa interação é o motor da transformação do espaço, sendo que os objetos, cada vez mais artificiais, e os fluxos, mais diversos e velozes, caracterizam a atualidade. O espaço é, portanto, uma instância da sociedade, moldado pela inter-relação dinâmica entre fixos, fluxos, objetos e ações. Como decorrência, a compreensão do espaço público abrange as dimensões social e política, além de sua relação intrínseca com os fixos, fluxos, objetos e ações que o configuram e transformam (Ibid., p.63).

Delgado (2007) destaca como o espaço público pode ser entendido de maneira ampla,

servindo não apenas aos interesses do planejamento urbano e da especulação imobiliária, mas também como um lugar de ação política. No entanto, de acordo com o autor, para o urbanismo oficial, o espaço público quer dizer:

[...] um vazio entre construções que deve preencher de forma adequada os objetivos de promotores e autoridades, que são praticamente coincidentes. Nesse caso, trata-se de um espaço sobre o qual se deve intervir e que deve intervir, uma área a organizar de modo que seja garantida a boa fluidez entre pontos, os usos adequados, os significados desejáveis, um espaço asseado e bem-arrumado que deverá servir para que as construções rentáveis ou os edifícios públicos diante dos quais ele se estende tenham garantida a segurança e a previsibilidade (DELGADO, 2007, p. 3).

Para Delgado (2007), a noção de espaço público, nesta perspectiva, fez com que ele caísse na moda entre planejadores urbanos, especialmente nas grandes iniciativas que intervêm sobre os centros urbanos³³, que se busca tornar mais interessantes para a especulação e o turismo. O espaço público, nesse sentido, em verdade, passa a ser pensado muito mais como solo urbano disponibilizado para o capital do que como um lugar de ação política. Paralelamente a essa noção do espaço público sossegado e tranquilizador, o autor chama a atenção ainda para uma noção mais ampla do conceito, na qual o espaço público:

[...] passa a ser concebido como a realização de um valor ideológico, lugar onde se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outras superstições políticas contemporâneas, prosclênio em que se desejaria ver deslizar uma massa ordenada de seres livres e iguais, bonitos, asseados e felizes, seres imaculados que usam esse espaço para ir e vir do trabalho ou do consumo e que, em seus momentos livres, passeiam despreocupados por um paraíso de cortesia, como se fossem figurantes de um imenso anúncio publicitário. Com certeza que nesse território qualquer presença indesejada é rapidamente exorcizada e cabe expulsar ou castigar qualquer ser humano que não seja capaz de ter os modos da classe média (DELGADO, 2007, p. 3).

Ao contrário, o conceito de espaço público, para Delgado (2007), não estaria limitado a expressar uma vontade prescritiva e unitária. Ele carrega consigo uma forte conotação política, no sentido de uma esfera de convivência do heterogêneo, ou seja, trata-se de um espaço onde existiria uma pactuação entre seres emancipados e autônomos, um espaço para todas as pessoas

³³ Trataremos sobre a especificidades do espaço público no centro das cidades na próxima seção.

e que pode ser objeto de apropriação.

A apropriação aqui é entendida como o ato de tomar posse de algo que, a princípio, não lhe pertenceria ou como é o caso do espaço público, do lugar que pertence a todos. Fundamentamos nosso entendimento no de Chartier (2001), para quem a apropriação, no sentido da hermenêutica, consiste naquilo que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos. Desta maneira, para este autor, o conceito de apropriação pode misturar o controle e a invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos. Consideramos ainda importante o que nos diz Lefebvre ([1974]/2000), ao afirmar que o sentido da apropriação está relacionado às práticas que modificam um espaço natural, podendo dar origem a um outro espaço produzido pelos interesses do grupo em um determinado momento.

De acordo com Borja (2003), o espaço público, ao qual parece também atribuir uma dimensão política, é o local onde a sociedade pode expressar-se e ser representada de forma visível, isto considerando tanto os dominados quanto os dominantes. Ele é um ponto de encontro e identificação para as pessoas, capaz de promover o contato, a vitalidade urbana e até mesmo a expressão comunitária. Partindo dessa compreensão, o autor estabelece uma conexão entre os conceitos de espaço público, cidade e cidadania no contexto do direito público, argumentando que, quanto mais uma cidade possua espaços públicos, mais ela terá mais cidadania e mais conflitos haverá sobre o uso deste espaço.

Assim, com sua heterogeneidade imanente, o espaço público, ainda que idealizado numa concepção burguesa, não se configura como o local por onde fluem pessoas e mercadorias apenas para atender aos interesses da classe dominante. Ele também apresenta conflitos e contradições. As manifestações de cidadania que emergem no espaço público são, portanto, cidadanias democráticas, que desafiam as fórmulas de governo e privilégio estabelecidas em várias sociedades, ainda que os processos globalizantes de um período marcado pela ideologia neoliberal tendam a influenciar no sentido de sua homogeneização. Para Fernandes (2017), o campo de forças e de lutas que configuram o urbanismo encontra-se em meio a uma conjuntura marcada por muitos autoritarismos e regimes hegemônicos de verdade, que se desdobram em políticas públicas e produção do território, e contribuem para a rarefação do espaço público, sua

privatização, segregação, remoções e especulação ³⁴.

De acordo com Holston (2013), à medida que novos tipos de cidadãos emergem, também testemunhamos o surgimento de novas formas de violência que corroem essas cidadanias. As cidades desempenham um papel fundamental nesse cenário, pois concentram tanto os cidadãos marginalizados quanto os não cidadãos, ou seja, pessoas as quais a sociedade trata com menos importância e/ou menos direitos, mas que não se eximem em contestar sua exclusão. Essa dinâmica contribui para a formação de uma cidadania que, nas palavras do autor, é “desordenada e desordenadora” (HOLSTON, 2013, p. 22).

Por outro lado, os agentes hegemônicos têm dificuldade em aceitar que, expostas aos olhos de todos, se evidenciem as velhas e novas formas do que é frequentemente associado à miséria e à pobreza, ainda mais quando ideias de “civilidade” e “cidadania” têm sido amplamente difundidas. Isso ocorre porque, na atual conjuntura onde impera a mercantilização das cidades ao redor do mundo, os cidadãos marginalizados e suas práticas podem ser considerados como um risco para os consumidores do espaço urbano, num processo implacável de discriminação da pobreza. (DELGADO, 2007).

Assim é preciso investigar um pouco as características do espaço público de países tão desiguais como o Brasil. Para isso, deve-se levar em conta que o espaço público não pode ser definido como uma categoria abstrata, por onde transitam seres iguais e livres para trabalhar e consumir de forma despreocupada e cortês. Ele é também, concretamente, pura e simplesmente a rua, feita constantemente de apropriações que não são adequadas para a formação de uma paisagem de contemplação do consumidor da cidade, onde existe toda uma pluralidade de pessoas nas mais distintas ocupações, como, entre outros, trabalhadores e trabalhadoras do sexo, catadores e catadoras, pessoas em situação de rua, pedintes, artistas de rua, imigrantes, trabalhadoras e trabalhadores de rua ³⁵ (DELGADO, 2011; 2017).

³⁴ Nesse sentido, a autora defende a crítica como componente fundamental para a prática política no exercício do urbanismo, que tem como seu principal desafio a formulação de condições que permitam a convivência entre os diferentes.

³⁵ O autor refere-se a vendedores ambulantes ou vendedores de rua, ao que nomeamos aqui como trabalhadoras e trabalhadores de rua.

2.2 Repensando o espaço público a partir da tríade rua, centro e trabalho

No Brasil, embora os desfavorecidos constituam em princípio a esfera pública, sua participação é caracterizada por assimetrias e restrições significativas de direitos. Neste contexto, a noção de “cidadania entrincheirada,” conforme destacada por James Holston, é para nós um conceito valioso, pois contribui para revelar as condições nas quais se desenrolam tanto a luta política, quanto a luta pela sobrevivência.

A rua como espaço público é uma noção que se instaura no Brasil do século XX, em particular em sua segunda metade. A noção de espaço público, no entanto, não é contemplada em nenhum dos códigos civis brasileiros nem na Constituição Federal de 1988, refletindo uma lacuna sobre esse conceito no âmbito legal, embora ele apareça frequentemente integrado ao discurso político construído em torno das cidades que, como já mencionado, são profundamente desiguais.

A relação entre o espaço público e o trabalho, especialmente o trabalho permanente ou cotidiano e localizado, assume uma dimensão importante para nós. É notório que diversas iniciativas buscam expulsar essa atividade, principalmente de centros urbanos. Enfatizaremos aqui, então, a interseção entre o centro da cidade e o trabalho de rua que nele se realiza, tendo em perspectiva a indissociabilidade do trabalho de rua com o espaço público.

2.2.1 A cidadania e o espaço público no Brasil: desigualdade, privilégios e desafios

A esfera pública e a cidadania se constituem de modo particular no Brasil, devido às condições estruturais de desigualdade sobre as quais eles se assentam. Apesar de se poder considerar que os desiguais façam ou possam fazer parte da esfera pública, trata-se de uma relação de grande assimetria e de distinção dos direitos aos quais se acede.

Em nossa leitura, consideramos que a presença de trabalhadoras e trabalhadores nas ruas, cujo volume e complexidade aumentam em razão da ampliação da concentração de renda e da impermeabilidade ou desestruturação do mercado de trabalho, coloca ainda mais pressão política nessa discussão. Sua presença pode ser lida como uma reivindicação por cidadania e

por aquilo que sobrou em termos de direito ao trabalho, mas também enquanto esfera vitalista de atividade dos pobres, todos confluindo para prover o sustento de forma minimamente digna para parte significativa da população e para dar legitimidade a esferas econômicas e sociais não hegemônicas.

Holston (2013) nos traz a possibilidade de sair da discussão universal e abstrata para fazer uma reflexão ancorada na realidade brasileira, mais particularmente da capital paulista, ambas marcadas pela desigualdade social e por uma estrutura política bem distinta daquelas onde a esfera pública burguesa foi concebida e se estabeleceu. Com que questões a esfera pública se depara no contexto de um país como o nosso?

Observamos no Brasil um cenário em que a cidadania está ancorada em disparidades sociais que, ao serem formalizadas de modo incompleto, acaba por conferir legitimidade e perpetuar a desigualdade. Assim, a cidadania no Brasil é marcada pela persistência de um sistema em que “privilégios legalizados e desigualdades legitimadas” ainda prevalecem. (HOLSTON, 2013, p.22).

Assim como em diversas outras sociedades, mas com suas particularidades, no Brasil os privilégios são determinados desde o nascimento devido à persistente herança escravocrata e racista que permeia nossa sociedade. Nessa hierarquia social complexa, a busca por recursos escassos é constante entre indivíduos e classes. Assim, a dominação econômica exercida pelas elites é o que lhes permite, em grande parte, ter acesso a benefícios com capacidade de potencializar seu capital econômico, cultural e social, com impactos diretos no prestígio e no exercício de vantagens sobre as demais. Os privilégios são naturalizados pela elite dominante, que busca invisibilizar o fato de que as relações sociais, culturais e econômicas são mais vantajosas para essa classe social, que age como se se tratasse de uma “distinção inata e não comprada com dinheiro” (SOUZA, 2017, p.93).

As classes trabalhadoras, no entanto, estão formulando uma cidadania insurgente nas periferias das cidades brasileiras que desestabiliza os privilegiados e seus privilégios. Por meio das lutas pela cidade, não necessariamente pelas lutas trabalhistas, integrantes da classe trabalhadora estão se transformando em novos cidadãos (HOLSTON, 2013; KOWARICK, 1979).

Numa sociedade em que a cidadania já apareceu fortemente atrelada ao trabalho formal³⁶, e que ainda assim possui limitações, o trabalho de rua manifesta explicitamente a desigualdade de oportunidades, a existência estrutural de privilégios herdados da colonialidade e de processos de negação da cidadania para parcela significativa da população, com consequentes processos sequenciados de negação de direitos fundamentais (ao trabalho, a moradia, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer, entre outros).

Nesse sentido, para Holston (2013), o sistema legal brasileiro traz vantagens especiais para categorias específicas dos cidadãos, já que o Estado os diferencia, regula e recompensa de forma diferenciada. Isso leva a uma cidadania orientada como um meio de distribuição de direitos para alguns e de negação para outros. É importante notar ainda a observação de Holston (2013, p.38) sobre o espaço público, local onde se pode vivenciar de forma mais evidente a cidadania, já que a circulação e o encontro com os mais diversos indivíduos exigem a negociação de vulnerabilidades, direitos e poderes.

A interseção entre desigualdade social, herança escravocrata e persistência de privilégios desafia a concepção tradicional de cidadania, sendo o espaço público o palco onde se expressam os diferentes tipos de negociações. Nesse sentido, é preciso destacar que ele não é claramente regulamentado pelas leis brasileiras, embora integre o discurso político construído sobre as cidades, profundamente desiguais, como já mencionado. A noção de espaço público não está regulamentada no principal instrumento orientador do país, a Constituição Federal de 1988³⁷, tampouco apareceu nos primeiros esbo-

³⁶ O trabalho formal é uma importante herança das políticas populistas adotadas pelo governo Vargas, em que o trabalho se tornou a essência da cidadania da classe trabalhadora, já que inseriu o trabalho como fonte de dignidade. A incorporação de direitos sociais por meio do trabalho formal, no entanto, não foi estendida de maneira universal para toda a população brasileira, uma vez que, estruturalmente, nem todos obtiveram meios (sociais e econômicos) para entrar no mercado de trabalho formal. Vale ressaltar que a cidadania, conquistada através do trabalho formal, se restringiu aos direitos sociais. Outros, como direitos civis e políticos, estavam fora das políticas populistas de Vargas (e até sequer existiam, já que foram implantadas durante o Estado Novo -1937-1945). No Brasil, os direitos sociais precederam os demais, que foram finalmente contemplados na Constituição Federal de 1988. Ler mais em: DE CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização Brasileira, 2012.

³⁷ A Constituição Federal de 1988 definiu e garantiu a autonomia e a soberania de cada esfera de governo, determinando suas funções, direitos, autoridade e limites. Ela criou um pacto entre as unidades territoriais com o objetivo de formar uma unidade nacional capaz de garantir a integridade e a liberdade de cada parte deste pacto federativo. Sua formulação foi parte de um processo de transição democrática, onde foram destinados mais recursos para as esferas subnacionais (estados e municípios), ampliou-se os controles institucional e social nos três níveis de governo e as competências dos demais poderes (legislativo e judiciário). A Constituição também reconheceu direitos civis (como dos indígenas e afrodescendentes, por exemplo) e os movimentos sociais como atores legítimos de controle dos governos, além de universalizar serviços sociais como a saúde, a educação e a assistência social (SOUZA, 2005).

ços do código civil brasileiro, aproximadamente entre 1859 e 1865, nem no Código Civil ³⁸ aprovado em 1916 e nem mesmo no de 2002 (FERNANDES, 2017).

Ao examinar as duas leis³⁹, foi possível encontrar apenas o termo “logradouro público”, tratado pelo Código Civil de 2002, quando se refere às disposições gerais do condomínio edilício (Capítulo VII, Art. 1.331, §1 e §4). Este termo encontra-se definido no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), compreendido como: “espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçadas, parques, áreas de lazer, calçadões.” (BRASIL, 2008).

Embora confluentes, o termo “logradouro público”, no entanto, não pode ser confundido com espaço público, pois designa sobretudo funcional e normativamente – e não em termos de práticas – determinados espaços da cidade. O espaço público, por sua vez, parece ser uma criação do Século XX⁴⁰ e foi pensado a partir da problematização teórica da esfera pública, entendida como lugar da constituição e do exercício da hegemonia burguesa em países ocidentais. Aqui compreende-se que o espaço público existe enquanto uma materialidade praticada, ou seja, como conjunção das diversas dimensões da vida social, inclusive ideológicas. ⁴¹

Há ainda, no Código Civil de 2002, a definição de bens públicos, que são aqueles de: “uso comum do povo”, como rios, mares, estradas, ruas e praças, inalienáveis enquanto conservarem sua qualificação; “uso especial”, como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou

³⁸ O Código Civil é um instrumento orientado de acordo com o a Constituição Federal, onde se definem as normas que determinam os direitos e os deveres das pessoas, de seus bens e as relações inerentes entre eles.

³⁹ São termos em que se encontra o termo público na CF/88: perigo público; órgãos públicos; Poder Público; caráter público; fundos públicos; interesse público; documentos públicos; serviço público; registros públicos; patrimônio público; concurso público; emprego público; concurso público; agente público; consórcio público; direito público; mandato público; valores públicos; recursos públicos; imóveis públicos; equipamentos públicos; bens e serviços públicos; servidores e agentes públicos; acesso público; fundo público; imóveis públicos; ensino público; orçamento público; bem público; espetáculos públicos; defensores públicos; transporte público (BRASIL, 1988). São termos em que se encontra o termo público no Código Civil de 2002: instrumento público; emprego público; registro público; desprezo público; direito público; caráter público; Ministério Público; poder público; servidor público; bens públicos; tradutor público; escrito público; depósito público; perigo público; logradouro público; terrenos públicos; edifício público; encargos públicos; estabelecimento público; testamento público; sinal público; oficial público (BRASIL, 2002).

⁴⁰ Como já dissemos anteriormente, uma pesquisa específica deve ser feita sobre a historicidade do conceito, mas trabalhamos com a hipótese de que sua vigência é exacerbada a partir de meados do século XX, tendo sido fortemente inspirado pelo já citado trabalho de Habermas ([1962]/1984).

⁴¹ O espaço público pode ser entendido ainda como uma construção teórica, cuja positivação no direito se dá via outras nomeações, como é o caso da Lei 6766/79, por exemplo, que prevê a geração de espaços públicos em loteamentos, como praças, ruas, espaços institucionais, etc.

estabelecimento da administração pública; e “dominicais”, constituídos como patrimônio das pessoas jurídicas de direito público. Estes podem ser alienados, desde que observadas as exigências da legislação⁴² (BRASIL, 2002; Arts. 98, 100 e 101).

A ausência de um entendimento claro sobre o espaço público nas leis federais revela a importância de discutir e refletir sobre essa noção de maneira abrangente, já que este é um local fundamental para a vivência de cidadãos e negociação de poderes e direitos. Nesse contexto, as classes trabalhadoras das periferias urbanas surgem como forças impulsionadoras de uma cidadania insurgente (HOLSTON, 2013), desafiando os privilégios estabelecidos e suas raízes profundas. Essa complexa dinâmica reflete a necessidade premente de reavaliar e redefinir os fundamentos da cidadania e do espaço público em um contexto profundamente marcado pela desigualdade e pela exclusão.

A complexidade do espaço público em países como o Brasil, como já vimos, está além da noção abstrata, distanciada e burguesa em que ele surge, de modo que nos parece importante reconhecer sua heterogeneidade, potencialidade e urgências. O estudo sobre a atividade do(a) trabalhador(a) de rua nesse caso, nos parece exemplar. É interessante observar que grandes ou pequenos eventos com capacidade de gerar renda ou de construir polos de atração como atividades artísticas, esportivas e festividades são permitidos no espaço público. No entanto, a atividade rotineira de trabalhadoras e trabalhadores de rua é entendida como incompatível com ele, ensejando medidas que buscam combatê-la de forma sistemática, como poderemos ver mais adiante neste capítulo, quando serão abordadas algumas das diversas iniciativas que buscam expulsar essas atividades das cidades brasileiras, sobretudo de seus centros. Para avançarmos além da ideologia dominante sobre a constituição dos espaços públicos, parece importante ainda investigar as múltiplas configurações que pode assumir a rua.

2.2.2 A rua como espaço público: porosidade, vitalidade e diversidade

Abraão (2008) sintetizou algumas das principais discussões acerca dos espaços

⁴² A observar que o século XXI no Brasil vem se caracterizando por um intenso processo de privatização de bens públicos, sob diversas formas, nas três esferas de governo juntamente com uma flexibilização muitas vezes constrangedora de suas normas.

públicos, considerando suas polêmicas, críticas e manifestações no contexto brasileiro. Ele amplificou com sua obra a crítica ao planejamento urbano moderno e o tratamento que é dado aos espaços públicos, apropriados pela lógica dos pressupostos urbanísticos progressistas-racionalistas e que se ancoram na concepção abstrata da esfera pública burguesa. Nesse sentido, o autor debruça-se principalmente sobre o trabalho do arquiteto e urbanista Carlos Nelson F. Santos, cujos estudos sobre a rua tratavam-na como espaço animado pelo uso coletivo e diversificado, componente essencial para a vitalidade urbana, aspectos fundamentais para a compreensão de nosso objeto de pesquisa.

De acordo com Santos & Vogel (1985, p.24), “a palavra rua vem do latim *ruca*. Primitivamente o vocábulo significava o sulco situado entre dois renques de casas ou muros em um povoado qualquer.” Para Lamas (1993), a rua é um lugar de circulação, ela é estruturadora do traçado urbano e se constitui em um dos elementos mais fáceis de serem identificados numa cidade.

Sobre a importância da rua, Carlos Nelson esclarece:

[...] As ruas são importantíssimas. Não se pode conceber uma cidade sem elas. Servem para ligar os diversos pontos de interesse particular ou semipúblico, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma, pois servem de suporte ao deslocamento de pessoas, veículos, mercadorias, informações. Mas não é só isso: territórios de ninguém e de todo mundo, são palco de onde se desenvolvem dramas e representações da sociedade (SANTOS, 1988, p.91).

A rua pode ser compreendida ainda como o lugar da novidade, do inesperado (Santos, Vogel: 1985). Isso se deve porque ela é o lugar do outro, que pode ser tanto o estranho como também aquele com quem se mantém algum tipo de relação social. Na rua, o social pode se apresentar como espetáculo e daí gerar um fascínio, pois este lugar permite que personalidades sejam assumidas e que diferentes papéis sejam desempenhados.

Sobre a vitalidade das ruas, Jacobs ([1963]/2011) observa a necessidade de ela gerar diversidade, ou seja, de que a monotonia residencial seja quebrada pela presença de opções de comércio variadas e de atrativos culturais. Teoricamente, isso se torna mais fácil de ser alcançado pelas cidades grandes, naturalmente geradoras de diversidade e incubadoras de novos

empreendimentos e ideias. Contudo, só se verifica na prática se houver diversas e eficientes combinações de usos econômicos na cidade. As situações capazes de gerar tal diversidade dependem, para a autora, basicamente de quatro condições essenciais: 1) atender a mais de duas funções principais (lazer, moradia e trabalho, por exemplo), o que garante que haja pessoas saindo em diferentes horários e otimiza o uso da infraestrutura disponível; 2) as quadras devem ser curtas, o que possibilita aos usuários a oportunidade de virar esquinas, ou seja, diminui-se a possibilidade de existirem ruas isoladas, separadas e negligenciadas pela população; 3) uma combinação de edifícios de idades e estados de conservação diversos, o que pode gerar rendimento econômico variado, pois prédios antigos podem ser alugados por comércios ou serviços que não têm recursos para investir em novos edifícios; 4) densidade alta de pessoas, sobretudo incluindo pessoas com o propósito de morar no lugar. Este último aspecto é importante por favorecer a concentração de pessoas no bairro, que habitualmente são as que mais consomem dos pequenos comércios, o que amplia mais a diversidade de usos.

Ao contrário, a rua tratada conforme o planejamento racionalista, voltada apenas ao seu aspecto estruturador e funcional do espaço urbano, visando apenas à circulação de veículos, mostra-se totalmente desinteressante e sem vitalidade. Para Carlos Nelson e Vogel, havia uma relação intrínseca entre os espaços internos das casas e a rua, em sistemas que interrelacionavam categorias em um sistema de valores com os matizes possíveis, considerando uma diversidade de atividades que envolvem o morar, o trabalhar e o lazer, mas não apenas. A articulação entre esses sistemas é o que confere identidade, pertencimento e diversidade aos espaços públicos. (ABRAHÃO, 2008).

Se as ruas são planejadas apenas com base nas necessidades funcionalmente especializadas, os aspectos positivos destacados são duramente impactados. “O mundo das práticas cotidianas desafiava abertamente a paixão racionalista, sendo o lazer e o trabalho os melhores exemplos disso” (ABRAHÃO, 2008, p.136). Quando o planejamento urbano, fortemente influenciado pela corrente racionalista, descobre que o espaço público é a rua, conforme nos provocou Delgado (2007), cai-se na tentação de pensar que é necessário homogeneizá-lo e limpá-lo de toda presença indesejada.

Deslocando nossa perspectiva para as cidades africanas, onde também se observam os

efeitos da rápida urbanização, temos a identificação de limitações semelhantes às que observamos no Brasil, na constituição do espaço público limitado à implantação de parques, reservas ou jardins em estilo europeu e que não se conectam com as necessidades e prioridades da população (ROJI, 2020). Para Roji (2020), embora o modelo de constituição desses espaços públicos seja importante para a vida social e contribua, em alguma medida, para o fortalecimento da identidade dos bairros, a forma como são constituídos não incorpora as dinâmicas locais, onde se expressam espaços de protesto, culto e mercados dinâmicos de comércio de rua, por exemplo. Assim, para ela, tão importante quanto refletir sobre os espaços públicos é refletir sobre “espaços de públicos” como uma forma de contemplar grupos vulneráveis, já que “os espaços públicos também são um ativo econômico vital e grande contribuinte para os meios de subsistência em um contexto como o do continente africano, onde 85% da população trabalha na economia informal.” (ROJI, 2020, s/p; tradução nossa). Nesse sentido, é notável a semelhança com a realidade brasileira, ainda que a informalidade em nosso caso não tenha a mesma dimensão.

A atividade do trabalho de rua que aqui investigamos pode ocorrer em diferentes tipos de rua, mas é principalmente no centro das cidades onde talvez possamos verificar sua presença de modo mais significativo e visível. Local que concentra uma grande pluralidade de situações, é no centro que se evidencia com força a indissociabilidade da relação trabalho e rua.

2.2.3 O centro das cidades brasileiras como expressão do trabalho coletivo e a presença do trabalho de rua

O trabalho de rua no Brasil, está intrinsecamente relacionado às centralidades existentes nas cidades, em diferentes níveis de hierarquia. Nas metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais ⁴³, a presença desta atividade se expressa de forma mais significativa, como é o caso de algumas que aqui mencionaremos, a exemplo de Salvador, João Pessoa, Caruaru, Rio

⁴³ Utilizamos aqui os conceitos da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE, feita para identificar e analisar a rede urbana brasileira. De acordo com a REGIC (IBGE, 2018), a rede urbana brasileira é estruturada em duas dimensões. A primeira considera a hierarquia dos centros urbanos e está organizada em cinco níveis. A segunda dimensão considera as regiões de influência e pode ser identificada por uma ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia. Agrupamos aqui metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais por se tratar de cidades que exercem funções de gestão com alcance e comando mais amplo, enquanto os centros de zona e centros locais possuem um alcance mais limitado.

de Janeiro e São Paulo, com particular relevância para seus centros tradicionais. Neles, a existência do trabalho de rua no espaço público é uma condição inerente e indissociável, sobretudo se levarmos em conta a sua formação histórica, que teve como base uma estrutural desigualdade de oportunidades, conforme foi visto no Capítulo 1.

As ruas preferencialmente apropriadas pelos(as) trabalhadores(as) de rua não são localizadas em qualquer região da cidade, em geral apresentando íntima vinculação com o intenso fluxo de pessoas, o que deriva de um conjunto de circunstâncias. Os centros das cidades assumem papel relevante e, portanto, sobre eles precisamos ter especial atenção.

De acordo com Santos (1985), o espaço pode ser compreendido como uma instância da sociedade, um fator da evolução social que contém e é contido pelas demais instâncias. A natureza do espaço é, portanto, social: ele se constitui não somente pela paisagem (configuração geográfica), mas também pela sua interação com a sociedade. As formas-conteúdo (que contém frações do social) são permanentemente modificadas na medida em que ganham novos conteúdos, o que nos permite fazer a leitura de que o espaço pode ser compreendido então como uma interação entre forma e conteúdo⁴⁴. Cada localização é resultado da apreensão de um momento do movimento do mundo em um ponto, um lugar, e este muda sua significação conforme o movimento social se desenvolve. Cada lugar tem seu papel no processo produtivo e quanto mais diminuirmos a escala de análise com relação a um lugar, mais níveis de forças poderão ser observados atuando sobre ele.

Portanto, o espaço urbano é produzido pelo trabalho social empregado na produção de algo que seja útil socialmente (VILLAÇA, 2001). O trabalho empregado nessa atividade, como é de se esperar, gera valor. A princípio pode-se pensar que um primeiro produto desse trabalho se materializa em edifícios, praças, ruas e infraestruturas. Mas outro valor é aquele produzido pela aglomeração e se dá em função da localização em que os edifícios, ruas e praças se encontram. A localização, nesse sentido, é justamente um valor de uso da terra. Assim como qualquer outro valor, o da localização se dá pelo tempo social de trabalho que é desprendido para produzi-la.

Não se pode confundir o valor do espaço com a soma do valor das estruturas e dos

⁴⁴ Nos referimos aqui às categorias de análise processo, função, forma e estrutura, cunhadas por Milton Santos no método de apreensão do espaço geográfico.

objetos (edifícios, casas, ruas, infraestruturas etc.). O valor do espaço é maior justamente porque envolve a força produtiva representada pela aglomeração. O espaço urbano, portanto, é produzido socialmente pelo trabalho dispendido na produção de algo com importância e utilidade e pelas interações da vida em comum ⁴⁵, de modo tal que não pode ser reproduzido como um produto. Ao se criarem equipamentos de porte como as grandes superfícies comerciais dos *shoppings* e supermercados, o capital tenta produzir e transformar localidades em mercadoria, agregando o valor que a aglomeração pode somar. Como consequência, são produzidas tensões entre os agentes que produzem o espaço urbano ⁴⁶, com o Poder Público operando, segundo a conjuntura, limitações ou incentivos ao uso do espaço e às aglomerações que ele pode produzir.

Diferentes pontos no espaço vão gerar diferentes acessibilidades ao conjunto da cidade, de maneira que quanto mais central for um terreno, mais trabalho deverá ter sido empregado na produção dessa centralidade. Nesse sentido, a noção do ponto⁴⁷ adquire especial importância, já que sua localização possui um valor de uso produzido pelo trabalho realizado pela coletividade (VILLAÇA, 2001, p.74).

Ao tratar sobre o centro, Villaça (2001) nos lembra que ele surge em função de uma disputa pelo controle da energia e do tempo despendidos nos deslocamentos espaciais, além de ter sua importância atrelada também a um sentido político e simbólico. Na medida em que a complexidade de uma sociedade aumenta, os grupos sociais podem decidir se afastar ou se aproximar do centro. No caso das classes que podem se deslocar para a periferia, ou seja, que podem bancar os custos de transporte para se afastarem do centro, são ofertadas possibilidades de vantagem como maiores lotes, por exemplo. No entanto, a classe dominante tende a não renunciar à possibilidade de ter controle sobre o seu tempo de deslocamento e com isso ela tende

⁴⁵ De acordo com Santos (2012) o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2012, p. 63) que não podem ser considerados de forma isolada, porque funcionam em interação.

⁴⁶ De acordo com Correa (2005), são agentes que produzem o espaço urbano: os empresários, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

⁴⁷ Para Villaça (2001, p.74) o ponto é um conceito popular extremamente feliz porque denota o valor que uma localização agrega a um terreno ou edificação. Segundo Santos & Vogel (1985), a apropriação de um “ponto” em um local específico por meio de uma atividade envolve torná-lo único, tanto em termos de uso especializado quanto de conexão com o grupo que o utiliza. A característica essencial do “ponto” é a prática regular de uma atividade específica. Os autores argumentam que essa atividade faz parte do domínio público, pois é fundamental para criar o “ponto.” No entanto, a identificação desse “ponto” pode ou não ocorrer. Quando não ocorre, a própria atividade atribui significado ao “ponto,” tornando-o reconhecível.

a criar ou deslocar as centralidades para que mantenham seus privilégios.

Se a essência do valor de uso das localizações está associada à otimização dos deslocamentos de toda a comunidade, é nesse ponto que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração. Isso significa que nenhum outro ponto o supera em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, ou seja, em acessibilidade (VILLAÇA, 2001, p. 241).

Mas, para além do valor econômico, Villaça (2001) afirma que o que faz com o que os centros sejam objeto de grande valor simbólico é a sua importância social e comunitária diferenciada e excepcional.

Para Lefebvre ([1974]/2000), quando uma pessoa adquire uma porção do espaço, ela está comprando um valor de uso que não é somente o volume habitável, que pode ser trocado com outros. Na verdade, ela está detendo uma distância que liga sua casa aos lugares. Temos então o tempo em cena como um fator determinante. Ainda que o espaço possa aparentemente ser programado e planejado com símbolos desprovidos de significado objetivo como, por exemplo, com a incorporação do *status quo* criado pelas ideias de prestígio ou felicidade que se busca agregar em empreendimentos, o que se tem em realidade é uma tentativa de compensação pelo tempo perdido com o distanciamento. Compra-se e vende-se um emprego de tempo e esse por sua vez constitui um valor de uso do espaço. “O espaço envolve o tempo. Nós o dividimos: separamos o tempo; o tempo não pode ser reduzido. Através do espaço, um tempo social se produz e se reproduz.” (LEFEBVRE, [1974]/2000, p. 392; tradução nossa).

Para Villaça (2001), o que faz com que os centros sejam assim denominados está no entendimento de que eles possibilitam a minimização do tempo gasto e os desgastes ou custos que se associam aos deslocamentos espaciais realizados pelas pessoas. O desenvolvimento do centro e daquilo que está fora dele seria fruto da disputa de classes.

Ter o domínio sobre o centro e sobre o acesso a ele representa uma vantagem material, mas não só. Outra vantagem se dá também no campo do domínio simbólico. Ou seja, para além do valor econômico, Villaça (2001) afirma que o que faz com o que os centros sejam objeto de grande valor simbólico é a sua importância social e comunitária diferenciada e excepcional. Sendo assim, “os centros urbanos principais são, portanto (ainda são, em que pesem suas recentes

decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação” (VILLAÇA, 2001, p. 244) e, acrescentamos, para sua própria contestação.

Ora, é exatamente em função dessas características dos centros das cidades que o trabalho de rua neles se expressa de modo tão contundente. Se considerarmos a confluência de políticas de ordenamento do trabalho de rua, por exemplo, que trataremos no tópico a seguir, podemos constatar que boa parte das intervenções propostas pelo poder público se dá nas áreas centrais das cidades.

Podemos perceber até aqui como a questão da centralidade, aspecto essencial para a existência coletiva, é capaz de ancorar a indissociabilidade entre o espaço público e o(a) trabalhador(a) de rua em sociedades como a nossa. Isto porque a centralidade reúne condições indispensáveis para a realização do trabalho de rua: fluxo de pessoas que se deslocam para satisfazer suas necessidades e que conseguem realizá-las nesse “território de trabalho” (QUEIROZ, 2017) mais do que em outros locais. Nesses locais, onde as mais diferentes pessoas com suas respectivas diversas necessidades transitam com grande regularidade, intensidade e volume, são criadas as condições ideais para que o trabalho de rua se constitua e permaneça. Como disse um trabalhador do centro de Salvador em uma das entrevistas realizadas por Bouças (2015), “cliente não vai atrás de camelô. Só compra quando passa e vê algo. Você quer comprar um coador, você esquece que precisa. Mas quando passa e vê, você compra” (BOUÇAS, 2015, p.138). De certa forma, poderíamos pensar em uma atividade que, para além da flexibilidade e rápida adaptação, assenta-se também no consumo necessário e não programado.

Os centros tradicionais das cidades permanecem como focos – mesmo que mutantes – da organização espacial urbana. Concentram, pela acessibilidade que ali é construída no espaço e no tempo, equipamentos, órgãos da administração pública, comércio, cultura, escritórios e serviços capazes de atender e atrair parte significativa da população. Uma das características fundamentais do centro é a diversificação do comércio e dos serviços e, com isso, há também uma grande diversificação dos empregos e níveis de renda que por ali se estabelecem e circulam. Embora em alguns casos se fale de decadência ou deterioração desses lugares, o que pode ser verdadeiro em algumas de suas áreas, o que acontece de fato é uma mudança de sua dinâmica, decorrente de seu abandono por parte da classe mais abastada e de sua retomada com dinamismos

distintos através de sua reapropriação pelas camadas populares. Essa, por sua vez, acontece até o momento em que os centros antigos ou tradicionais não voltam a despertar interesses econômicos ou políticos.

Apesar da ambição das atividades hegemônicas em se apropriar do produto do trabalho que molda as localizações urbanas em termos de vitalidade, seu sucesso não é completo. Isso se deve à extrema dificuldade, senão à impossibilidade, de reproduzir plenamente a riqueza das aglomerações sociais em áreas onde não existe essa concentração geográfica. Esse aspecto é muito importante se considerarmos a atividade do trabalho de rua. De acordo com Montessoro (2006), o comércio nas ruas existe e continuará se expandindo, sobretudo nas áreas centrais das cidades brasileiras, pois o fluxo que incide neste local permite uma circulação mais acirrada e, portanto, maior mercado consumidor potencial. A dinâmica urbana é impulsionada pela presença da atividade do(a) trabalhador(a) de rua, que não apenas alimenta a vitalidade do local, mas também é alimentada por ele, criando um ciclo de retroalimentação. Talvez por isso seja muito comum que exista uma tentativa de reapropriação do espaço pelo poder público, seja através da expulsão dos(as) trabalhadores(as), seja pela busca do seu confinamento nos chamados mercados populares. O que, no entanto, pode passar despercebido do ponto de vista analítico e político, é que pessoas, transeuntes e trabalhadores(as) engajados em relações sociais e no trabalho coletivo que ocorre em algumas dessas localidades produz uma nova força no espaço, o comum, tema que discutiremos no terceiro capítulo desta tese.

2.2.4 Conflitos e enfrentamentos na realização do trabalho de rua nos centros urbanos

As abordagens realizadas pelas instâncias e profissionais responsáveis pelo planejamento urbano estão distantes de resolver os impasses entre a apropriação do espaço público e o trabalho de rua. Impasses esses que derivam da compreensão burguesa do espaço público, construída de modo unitário e calcado em sua versão saneada e asséptica e que, como vimos, nasceu e se constituiu em nossa realidade de forma colonial e racista. Dessa compreensão emergem conflitos que, mediados por aparato repressivo direto ou via projetos de urbanismo, serão tratados, a depender das conjunturas, por ações que oscilam entre tolerância, normatização, perseguição

ou (tentativas de) remoção por parte do poder público.

O aumento do desemprego, da desigualdade e dos níveis de empobrecimento da população tem feito com que a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores de rua fique mais expressiva, principalmente nas regiões centrais das cidades, que concentram toda a densidade de atividades e informações já referida. Aqui, as mudanças no mundo do trabalho, tratadas no Capítulo 1, expõem e atualizam as discussões sobre o trabalho de rua em sua relação com o espaço público e com os processos hegemônicos da economia. Isso fica evidente quando observamos, por exemplo, que, enquanto os(as) trabalhadores(as) de rua muitas vezes enfrentam repressão e regulamentação de suas atividades, inclusive até de forma violenta, podem, paradoxalmente, por vezes, utilizar as ruas para prestar serviços diretamente a plataformas virtuais controladas por grandes empresas (MAGALHÃES, 2022).

Não nos aprofundaremos nessa questão, mas consideramos importante destacar o contraste existente na forma de atuação de trabalhadoras e trabalhadores de rua que atuam para as grandes empresas de aplicativo e aqueles que trabalham na rua em pontos fixos, mesmo que os(as) trabalhadores(as) de plataforma também criem progressivamente pontos fixos para sua atividade. As semelhanças e diferenças das novas formas de trabalho de rua com as já consolidadas estão em processo, assim como as articulações que se fazem com os grandes circuitos da economia. É importante ressaltar, como observado por Magalhães (2022), o fato de que as grandes empresas são vistas como modernas e eficientes para as classes média e alta, enquanto os(as) trabalhadores(as) de rua, vendedores(as) de produtos baratos, podem ser vistos como clandestinos(as), indesejáveis e criadores(as) de transtornos para aqueles(as) que transitam pelas áreas onde se estabelecem. Assim “trabalhadores em plataformas se misturam com a dinâmica da cidade (motoristas, motoboys, entregadores de bicicleta), enquanto a economia popular se destaca nas calçadas como um elemento disruptivo”. (MAGALHÃES, 2022, p.13; tradução nossa).

Ainda de acordo com Magalhães (2022), é notável como as plataformas urbanas são operacionalizadas em países como o Brasil, buscando se conectar aos circuitos globais do capital através das relações com os mercados financeiros⁴⁸ onde exploram o trabalho mal pago de

⁴⁸ É válido mencionar que os(as) trabalhadores(as) de rua que aqui estudamos também estão conectados à economia global, sobretudo se pensarmos no uso dos cartões de crédito e pix, utilizando o celular, por exemplo.

jovens pobres e frequentemente negros e periféricos. De acordo com o autor, “Essas são as novas formas de colonialidade que se configuram por meio de agenciamentos tecnológico-urbanos de governamentalidade que conectam capital e trabalho em toda a economia global” (MAGALHÃES, 2022, p.13-14; tradução nossa).

Aproximando-nos do cotidiano e dos problemas enfrentados pelos(as) trabalhadores(as) de rua em áreas centrais, podemos trazer alguns exemplos de momentos em que estes se exacerbam. Como visto, o centro possui grande importância social, comunitária e simbólica, principalmente nas grandes cidades brasileiras, daí as disputas de classe que se dão em torno desse lugar. O seu uso e apropriação como um “território de trabalho” faz com que ele seja alvo de ações de ordenamento, que acontecem com certa regularidade em diversas cidades, sobretudo nas capitais, com episódios onde a violência se faz presente (Figuras 14 a 16).

Guardas municipais e ambulantes entram em conflito no Centro do Rio

Guarda afirma que agentes foram atacadas por cerca de trinta pessoas. Quatro pessoas foram detidas e levadas para a delegacia.

Do G1 Rio



Um confronto entre homens da guarda municipal e ambulantes assustou os frequentadores do centro do Rio nesta sexta-feira (23), como mostrou o RJTV. A guarda municipal afirmou que os agentes faziam patrulhamento de rotina e, quando apreenderam mercadorias vendidas irregularmente, foram atacados por cerca de trinta pessoas.

Figura 14: Notícia G1/Rio sobre ação da guarda municipal no centro do Rio.

Fonte: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/guardas-municipais-e-ambulantes-entram-em-conflito-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: mai 2022.



Figura 15: Notícia portal G1/SP sobre protesto realizado por trabalhadores na região do Brás, no Centro de São Paulo.

Fonte: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/16/policia-e-ambulantes-entram-em-confronto-no-bras-no-centro-de-sp.html>> Acesso em maio 2022.



Figura 16: Notícia portal O Dia, sobre uma ação de fiscalização feita pela Prefeitura do Rio de Janeiro que resultou em confronto com a guarda municipal.

Fonte: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/09/6701911-acao-de-fiscalizacao-no-centro-termina-em-confronto-entre-guardas-municipais-e-camelos.html>> Acesso em novembro 2023.

Importa ressaltar que a atividade é reconhecida pela legislação municipal, especialmente das capitais e é, portanto, incorporada às políticas públicas. No entanto, a permissão de funcionamento é concedida a título precário, ou seja, trata-se de autorização temporária. Isso significa dizer que mesmo que o(a) trabalhador(a) possua licença para atuar num determinado local, sua permanência fica condicionada à gestão do Poder Público do momento. Ela pode desde autorizar uma obra no local onde a atividade acontece sem avisar previamente os(as) trabalhadores(as), até determinar sua realocação para camelódromos ou soluções semelhantes. Além disso, para os não licenciados, situação que não apenas persiste, mas se amplia, as ações de fiscalização e de apreensão de mercadorias – ou o temido rapa – são também recorrentes, fragilizando ainda mais essa parcela da população

Embora não haja uma regulamentação específica sobre o espaço público na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002, como mencionado anteriormente, nas esferas municipais existem leis orgânicas, códigos de obras, leis de ordenamento e uso do solo, bem como decretos específicos que buscam regulamentar de alguma forma as questões relacionadas à atividade de trabalho de rua. Essas normativas definem aspectos como locais, horários e o mobiliário permitido, por exemplo, e podem funcionar como um desestímulo ao licenciamento já que há cobrança de taxas envolvidas no processo e esse pagamento não elimina o risco de perder o ponto de trabalho.

Se em dias comuns a presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua é tolerada e pode ser até reconhecida e regulamentada nas cidades, em eventos como o Carnaval, as tensões podem eclodir em diversos episódios de violência. No Rio de Janeiro e em Salvador, o Poder Público costuma realizar um cadastro de trabalhadoras e trabalhadores que estarão aptos a comercializar durante os dias de folia, para além do cadastro regular feito pelo município⁴⁹, mesmo que as localizações estejam nos circuitos da folia.

Em Salvador, o carnaval é uma festa popular que interrompe as atividades tradicionais do centro da cidade por 7 dias e o trabalho de rua que já existe nesse circuito adquire outras

⁴⁹ A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua é reconhecida pela legislação dos municípios, que estabelecem normas para localização e funcionamento da atividade, mediante pagamento de uma taxa para emissão do alvará de liberação, cujo valor varia de cidade para cidade. Em Salvador, o carnaval demanda um cadastro específico para os dias de festa, quando os interessados em comercializar nas ruas durante os dias de folia devem se cadastrar para obter a licença.

feições, precisando adequar-se também à folia. O processo de cadastramento que costuma ser noticiado com o registro de filas imensas, em 2016 ganhou um novo componente: a proibição de comercialização de bebidas de marcas distintas daquelas que se tornam patrocinadoras do evento. Um protesto (Figura 17) realizado pelos(as) trabalhadores(as) chamou atenção para a apreensão de mercadorias em vários pontos do circuito e para o conflito com relação à exigência do licenciamento, já que muitas pessoas trabalharam no evento sem terem recebido o mesmo.

08/02/2016 15h38 - Atualizado em 08/02/2016 17h14

Vendedores ambulantes fazem protesto no carnaval de Salvador

Manifestantes queimaram mercadorias no Farol da Barra, nesta segunda. Eles reclamam da proibição da venda de diversas marcas de cervejas.

Figura 17: Notícia portal G1/BA sobre protesto realizado por trabalhadores no Carnaval de Salvador em 2016. Fonte: <<https://g1.globo.com/bahia/carnaval/2016/noticia/2016/02/vendedores-ambulantes-fazem-protesto-no-carnaval-de-salvador.html>> Acesso em maio 2022.

Em 2023, a Prefeitura de Salvador criou um sistema com acesso via internet para o cadastramento de trabalhadoras e trabalhadores para o Carnaval, visando evitar os transtornos pelas grandes filas que se formavam dias antes da abertura das inscrições. A solução, no entanto, apresentou falhas como a dificuldade de acesso por parte dos(as) trabalhadores(as), que não conseguiram ou tiveram meios para acessar o sistema de forma *online*. A situação gerou protestos por parte dos(as) trabalhadores(as) que questionaram as dificuldades enfrentadas e foram reprimidos pela Guarda Municipal (Figura 18).

Ambulantes fazem manifestação em frente à sede da Semop, em Salvador

Spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio foram lançados contra o grupo por homens da Guarda Civil Municipal

Figura 18: Notícia Correio da Bahia sobre protesto realizado por trabalhadores no Carnaval de Salvador em 2023. Fonte: <<https://g1.globo.com/bahia/carnaval/2016/noticia/2016/02/vendedores-ambulantes-fazem-protesto-no-carnaval-de-salvador.html>> Acesso em maio 2022.

De acordo com informações disponibilizadas no site da Defensoria Pública do Estado da Bahia, 2023⁵⁰, um Grupo de Trabalho foi criado, após o carnaval, com a participação da Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Trabalho, Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura de Salvador e representantes dos(as) trabalhadores(as) de rua, com o intuito de ajustar os problemas ocorridos no novo sistema de cadastramento. Como resultado, foram estabelecidos critérios de classificação e formação de cadastro para atuar não apenas no carnaval, mas nas demais festas populares da cidade. Os critérios estabelecidos foram: 1) ser residente em Salvador; 2) participação anterior no evento que indicou interesse de participar; 3) possuir cursos de capacitação ou reciclagem com apresentação de certificado; 4) ser mulher e chefe de família; 5) ser idoso ou aposentado; e 6) ter sido beneficiário do Programa Salvador por Todos⁵¹. Ficou definido que a prefeitura lançará um edital a cada ano e disponibilizará postos de atendimento nas prefeituras-bairro, onde profissionais capacitados estarão presentes para orientar e auxiliar no cadastro de trabalhadoras e trabalhadores que não possuem acesso aos meios eletrônicos de cadastramento⁵².

Embora a questão do carnaval aqui se referencie especificamente a Salvador, a representação e apreensão de mercadorias não é uma ação exclusiva da festa de rua ou dessa cidade⁵³. exemplos citados são apenas alguns dentre os muitos que poderiam ser apresentados sobre os conflitos e disputas em torno do espaço público no centro de diversas cidades brasileiras, sejam elas de grande ou médio porte. Em todas se repete mais ou menos o mesmo ciclo de apropriação das ruas pelo trabalho e iniciativas de organização do espaço público, sobretudo quando existem interesses corporativos e especulativos a serem ali inseridos. Além das formas de controle e

⁵⁰ Ambulantes: com atuação da Defensoria, critérios são estabelecidos para implementação de novo sistema de cadastramento nas festas populares de Salvador. Disponível em: <<https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/ambulantes-com-atuacao-da-defensoria-criterios-sao-estabelecidos-para-implementacao-de-novo-sistema-de-cadastramento-nas-festas-populares-de-salvador/>> Acesso em 10 fev. 2024.

⁵¹ O Programa Salvador Por Todos foi uma iniciativa da Prefeitura de Salvador, criado no ano de 2020, para distribuir um auxílio mensal de R\$270 por mês, durante 3 meses, para trabalhadores(as) de rua que não tiveram como trabalhar em razão da pandemia de COVID-19.

⁵² No final de 2023 a Prefeitura de Salvador lançou o “Sistema de Cadastramento de Ambulantes” com 8 mil vagas para que os(as) trabalhadores(as) de rua pudessem atuar nas festas populares da cidade do ano seguinte. Foram cadastradas 9.260 pessoas para trabalhar nas festas populares da cidade, de acordo com informações disponíveis no site do Jornal Correio da Bahia, como pode ser visto em: <<https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/prefeitura-divulga-lista-de-ambulantes-pre-selecionados-para-as-festas-de-2023-e-2024-1023>>. Acesso em 10 fev. 2024.

⁵³ No Rio de Janeiro também ocorreram conflitos parecidos no período do carnaval, como pode ser visto na notícia: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/vendedores-ambulantes-ja-podem-se-credenciar-para-o-carnaval-de-rua-2024/>>. Acesso em 10 fev. 2024.

repressão mais ou menos violentas do trabalho realizado na rua, é importante também investigar a ação política do Estado mediada pelo planejamento urbano.

2.3 A visibilidade do trabalho de rua: planejamento urbano e a organização política de trabalhadoras e trabalhadores

O planejamento urbano, entendido em seu sentido largo, desempenha um papel crucial na produção, no uso e na ocupação do espaço e, por decorrência, na configuração dos espaços públicos, uma dimensão essencial da sociedade em constante transformação. Esses espaços não são entidades passivas, mas sim parte das dinâmicas sociais e econômicas que os moldam.

Para melhor balizar essa relação, consideramos fundamental tratar aqui da triplicidade do espaço conforme proposto por Henri Lefebvre – espaço percebido, vivido e concebido – pois essas dimensões, quando exploradas em conjunto, fornecem uma compreensão mais abrangente do espaço público e sua influência na vida urbana, bem como na expressão da identidade e cultura da cidade, conforme será visto adiante. Compreende-se ainda que o planejamento urbano está intimamente e diretamente relacionado com o espaço concebido, mas este, por sua vez não pode ser apartado das outras dimensões da tríade. A partir dessa noção tríplice do espaço, desdobramos a compreensão do exercício do planejamento em duas perspectivas: a primeira que o relaciona ao exercício do controle sobre a atividade do trabalho de rua e a segunda que busca excluir sua presença do espaço público.

Em contraponto, o espaço vivo e dinâmico que resulta da apropriação da rua pelo trabalho estimula a formação de organizações e grupos de pressão que atuam politicamente na esfera pública, ampliando suas dimensões. Nesse sentido, a associação com a teoria dos “homens lentos” e dos “espaços opacos” (SANTOS, 1994) é apresentada, convidando à reflexão sobre a importância da relação entre o trabalho e a rua em uma dinâmica capaz de permitir o florescimento de racionalidades alternativas.

2.3.1 O espaço e a ação dos homens (e das mulheres) lentos(as)

O espaço, produto social sob permanente processo de transformação, é uma dimensão da sociedade, condicionante e resultado de sua ação (SANTOS, 1985). O espaço urbano não é uma entidade passiva, pois incorpora características específicas de cada sociedade, incluindo lugares moldados pelas dinâmicas das relações sociais que sustentam a reprodução social e as relações de produção que o influenciam.

Lefebvre ([1974]/2000), estabeleceu uma triplicidade de características do espaço para que possamos entendê-lo melhor: a prática social, os espaços de representação e as representações do espaço. Também identificadas, respectivamente, enquanto espaço “percebido”, “vivido” e “concebido”, são importantes para complementar nossa leitura sobre o espaço público, sobretudo no que se refere à sua concepção ideológica.

A prática social – ou o espaço percebido – abarca a produção e a reprodução do espaço, em que espaços específicos e os conjuntos sociais próprios de cada formação social articulam a relação de cada membro da sociedade ao seu espaço. Pode-se descobrir a prática social de uma sociedade se se decifra o seu espaço. E a prática social, sobretudo no capitalismo em sua fase neoliberal associa, no espaço “percebido”, as realidades cotidiana (tempo) e urbana (trajetos que ligam os locais de trabalho, da vida privada e do lazer), criando uma separação entre os lugares que liga. (LEFEBVRE, [1974]/2000). Essa dimensão se refere a como as pessoas percebem e interpretam o espaço ao seu redor.

É possível relacionarmos essa dimensão ao espaço público, tendo como referência o modo como as pessoas interagem com ele. Quando se percebe em uma rua características como dinamismo, movimento e segurança⁵⁴, os indivíduos podem se sentir mais inclinados a frequentá-la. E a circulação de pessoas nas ruas (do centro da cidade, por exemplo) favorece o estabelecimento e a permanência de trabalhadoras e trabalhadores de rua, que aproveitam essa característica para realizar as vendas, retroalimentando o dinamismo e a vitalidade do local.

⁵⁴ A ideia de segurança aqui refere-se à presença de pessoas circulando nas ruas, no sentido como Jacobs ([1963]/2011) observou em sua obra “Morte e Vida de Grandes Cidades”, considerando que a vitalidade está diretamente ligada à diversidade de usos, tipos de edificação e “olhos voltados para rua”, não necessariamente relacionando-se com a perspectiva da presença do policiamento.

O espaço do “vivido” ou espaços de representação é onde estão inseridos os simbolismos ligados ao lado cotidiano da vida social. É o espaço do habitante, dos usuários, que a imaginação tenta modificar e apropriar. É o espaço que tem um centro afetivo, contendo os lugares das situações vividas, constituindo-se como obras simbólicas para os indivíduos (LEFEBVRE, [1974]/2000).

Essa dimensão se concentra nas experiências cotidianas das pessoas no espaço público. Envolve como se dão as interações com o espaço, seus usos práticos, encontros sociais e experiências emocionais. Compreender como as pessoas vivem o espaço público permite avaliar seu valor como local de encontro, expressão cultural, interação social, participação cívica e, como evidenciamos nesta tese, como “espaço de trabalho” (QUEIROZ, 2017). É particularmente interessante notar o trabalho de rua enquanto uma manifestação do “vivido” e como é simbólica a reivindicação das ruas do centro enquanto local de trabalho por uma população secularmente marginalizada. Também é relevante para identificar como as dinâmicas espaciais podem promover ou limitar a igualdade e a diversidade.

Tem-se ainda as representações do espaço, relacionadas com a ordem que as relações de produção impõem a este espaço, ou seja, conformadas enquanto espaço “concebido” (aquele do domínio dos planejadores, urbanistas e técnicos). Essa dimensão refere-se ao planejamento e à organização institucional do espaço (LEFEBVRE, [1974]/2000).

No que se refere ao espaço público, abrange as decisões sobre a localização de parques, praças, ruas, regulamentos de uso e a gestão do espaço por autoridades municipais. O modo como o espaço público é concebido e estruturado influencia diretamente as possibilidades e limitações do seu uso. A análise dessa dimensão ajuda a entender como as políticas urbanas e o planejamento urbano moldam o espaço público, conforme será discutido e aprofundado no tópico seguinte.

A relação entre essas três dimensões é crucial. Por exemplo, as percepções das pessoas (espaço percebido) podem ser influenciadas pelo desenho urbano e pelas regras estabelecidas pelo planejamento (espaço concebido), enquanto o acúmulo de experiências manifestadas no cotidiano (espaço vivido) molda essas percepções. Através dessa perspectiva tripla, podemos analisar como as diferentes dimensões interagem e influenciam a dinâmica do espaço público, permitindo uma compreensão mais abrangente e detalhada do seu papel na vida urbana e na

expressão da identidade e cultura da cidade, principalmente quando relacionadas à dinâmica do trabalho de rua em suas diferentes interações.

A compreensão do espaço “percebido” e “vivido” nos parece muito próxima da compreensão do “território usado” (SANTOS, 1994), aquele produzido no fazer cotidiano do sujeito social que habita e produz uma cidade viva e ativa. O território usado valoriza a vida e se aproxima do espaço banal, aquele que não pertence a alguém, mas é de todos e permite a existência de todas as práticas. Em sua interpretação sobre o conceito elaborado por Milton Santos, Ribeiro (2012) compreende que o conceito de território usado reinscreve o território numa problemática que não se submete a apenas uma instância da vida coletiva, já que o espaço é relacional. Nessa concepção do espaço, é esperado do urbanismo crítico uma contribuição no sentido de valorizar o espaço socialmente apropriado, do homem lento.

A cidade, ao ser revestida pela técnica, impõe uma ideia de tempo criada pelo próprio homem que passa a ser capaz de tratá-lo de forma contábil e concreta. Lugar do mundo onde há mais movimento, a cidade, com a imposição da técnica e de uma certa modernidade, possui espaços “luminosos”, aos quais se superpõem, justapõem e contrapõem os lugares onde vivem os pobres, zonas “opacas”, que são espaços não racionalizados, onde predomina a lentidão (SANTOS, 1994).

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço inorgânico é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os “espaços luminosos” da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos (SANTOS, 1994, p. 42).

De acordo com Ribeiro (2004) e Santos (2012) o homem lento⁵⁵, o cotidiano e o espaço banal são fatores que impõem resistência ao processo de alisamento dos espaços, que inclui a cenarização da paisagem e a mercadorização da cultura. Nesse sentido, o homem lento, ou seja, os excluídos, marginalizados e sem propriedade, são afastados dos lugares luminosos através de políticas orientadas para não tolerá-los nesses espaços, sobretudo onde patrimônio, cultura e lazer se unem. É o caso do centro das cidades, por exemplo, que concentra usos e serviços capazes de

⁵⁵ O conceito de homem lento (SANTOS, 1994), de acordo com Ribeiro (2012), nos permite assimilar as experiências dos outros, aprendendo com elas e valorizando-as.

mobilizar diferentes interesses e disputas que tensionam as predileções dos agentes hegemônicos. A experiência dos homens (e das mulheres) lento(as) é, portanto, antagônica à homogeneização da cultura e à equalização dos espaços. A noção de oriente negado, proposta por Ribeiro (2004), é um indicativo da resistência das formas de dominação características da ocidentalização do mundo, tanto pela força dos espaços inorgânicos e dos homens (e das mulheres) lentos(as) em processos de resistência à exclusão em espaços luminosos, quanto pela existência de áreas não atingidas pela ordem tecnocultural.

Entre as resistências, incluem-se as práticas sociais que buscam garantir a circulação e permanência do Outro nos espaços públicos. É indispensável reafirmar a circulação e a permanência como dimensões essenciais do direito à cidade, frente à crise do trabalho, ao aumento da exclusão social e à difusão de ideários de segurança que ampliam a segregação sócio-espacial e cultural (RIBEIRO, 2004, p.102).

Os espaços luminosos amplificam os comandos da modernidade, são ativos e oferecem a materialização de uma visão de mundo desejada e desejável. Ele está sob as luzes do mais moderno, sempre. São carregados de técnica e dela dependentes. A rigidez e a artificialidade que estão contidas em seu cerne não ficam aparentes, tornando difícil a percepção de ações e racionalidades alternativas. Os espaços opacos correspondem ao orgânico⁵⁶, flexível, plástico; são espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos são da vida que se apresenta plena, justa, *clean* e envolta pela beleza (RIBEIRO, 2012, p.67).

Em grosso modo, poderíamos dizer que os espaços luminosos, passíveis de interpretação com base no paradigma da mecânica, correspondem aos vetores mais avançados da produção, abrigados em ideários produtivistas. Já os espaços orgânicos, correspondem às formas inaugurais da vida que se inscreve e resiste nos espaços abandonados por sucessivas modernizações ou naquele espaço que “não importa”. Trata-se do espaço da vida, do espaço de Eros, do espaço do alimento, da adoção e da sobrevivência dos muitos outros. (RIBEIRO, 2012, p.68)

Os espaços opacos seriam aqueles onde predomina a inventividade e não a racionalidade, que oferecem materializações tanto de lógicas alternativas como de saberes que se relacionam à apropriação necessária dos recursos disponíveis. É o espaço que “instaura o enigma

⁵⁶ Há uma distinção para os dois autores no que se refere ao entendimento sobre os espaços opacos. Enquanto para Ribeiro (2012) o espaço opaco é orgânico, para Santos (1994) ele é inorgânico.

da invisibilidade do muitíssimo visível” (RIBEIRO, 2012, p.68).

A iluminação acompanha a lógica apoiada em eventos da promoção atual de cidades e lugares. Nesta direção, introduz ou substitui transformações estruturais, criando impedimentos simbólicos que retém formas populares, clandestinas ou os ensaios de apropriação do espaço urbano. A opacidade abriga-se, em geral, em determinantes estruturais e, logo, em processos de longa duração. Mas, também pode estar relacionada à subordinação de formas de produzir e de sobreviver. Caberia indagar, por outro lado, se a opacidade também não resultaria, por vezes, das próprias estratégias de sobrevivência dos setores populares. (RIBEIRO, 2012, p.68)

Para Ribeiro (2004), os modelos de planejamento e de política urbana contribuem para a desintegração das relações que se estabelecem no espaço público, ainda mais quando não reconhecem os vínculos existentes entre a rua, o mercado, a linguagem e a cultura. Vale ressaltar que essas ponderações vão num sentido semelhante ao dado por Santos (2001), pois propõem negar o mercado que sustenta uma globalização perversa, que é responsável por difundir massivamente ideologias, sobretudo as relacionadas ao consumo.

Nos espaços luminosos dos centros das cidades, fica mais difícil garantir a opacidade das estratégias de sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores de rua. Homens e mulheres lentos(as) que desafiam com sua existência, seus corpos e mercadorias o alisamento do espaço asséptico, simultaneamente contribuem para a difusão de mercadorias direcionadas ao consumo massivo. Submetem-se a rotinas de trabalho exaustivas, ao passo que garantem diversidade e vitalidade para o espaço público. Têm sua atividade incorporada de forma ambígua pelo planejamento urbano que materializa projetos de intervenção, cria estruturas e políticas públicas para o segmento, ao mesmo tempo em que lhes impõe tentativas de apagamento e exclusão. Assim, nos parece necessário investigar mais detidamente as iniciativas desenvolvidas pela administração pública e materializadas em diversas cidades por meio do planejamento urbano, tratando mais especificamente, do espaço concebido.

2.3.2 Planejamento urbano, urbanismo e o espaço público: sobre intervenções e reações

O debate sobre a política urbana no Brasil envolve uma tensão entre a visão técnica

do planejamento urbano e as forças políticas, econômicas e sociais que moldam as cidades. Ele nos interessa, sobretudo, por ser o Estado, em sua esfera municipal, o agente que, expressando diversos interesses e utilizando-se de normatizações das outras instâncias estatais, toma para si a tarefa de controlar o trabalho de rua, aparecendo como seu principal “opositor” na esfera pública: é através dele que decisões são tomadas a respeito da normatização da atividade e das regras que buscam definir a apropriação do espaço público.

O planejamento urbano, atribuição municipal, desempenha um papel fundamental na configuração e na regulação do espaço das cidades de modo geral, e na dos espaços públicos em particular, principalmente, mas não apenas por meio de projetos urbanos⁵⁷. Para compreender essa dinâmica, é essencial adotar uma abordagem que leve em consideração a crescente mercantilização das cidades.

Em seu sentido original, o planejamento urbano refere-se à organização do aspecto físico-territorial de uma cidade ou área urbanizada. (FERRARI, 2004). De acordo com Rebouças (2019), o planejamento urbano é uma faceta do campo do urbanismo. Ele desempenha um papel importante tanto na preservação da ordem quanto na transformação do ambiente urbano. O planejamento urbano busca, simultaneamente, regular as atividades humanas e promover um tipo específico de desenvolvimento, sempre sujeito às dinâmicas das forças presentes em um determinado momento, com projeções futuras para o espaço urbano.

O exercício do planejamento urbano no Brasil, no entanto, frequentemente se descola da realidade, já que se embasa em uma racionalidade pensada “para lugares fora das ideias” (MARICATO, 2012), ou seja, que se direciona majoritariamente para uma parcela da sociedade reproduzindo privilégios e ignorando a “escala vivencial” (ROLNIK, 1994). Esse modelo e suas desconexões com a “cidade real” (SAMPAIO, 1999) foram substituídos pelo planejamento estratégico, o que se tornou mais evidente com as crises dos anos 1990, em um contexto de integração ao capitalismo global, do domínio da ideologia neoliberal e a conseqüente influência no enfraquecimento dos Estados nacionais e no desmantelamento das políticas desenvolvimentistas e protecionistas (ROLNIK, 1994; FERNANDES, 2013).

⁵⁷ De acordo com Sampaio (2010), enquanto os planos fornecem uma estrutura geral e definem objetivos amplos, os projetos são mais específicos e detalhados, visando à implementação dos objetivos e metas delineados nos planos, podendo também surgir de outros processos decisórios.

A partir da década de então, instaurou-se o modo estratégico de planejar a cidade, que passou a ser tratada como uma junção entre “mercadoria, empresa e pátria” (VAINER, 2012). De acordo com Fernandes (2013), para atender a esses moldes, foram adotados instrumentos e métodos para aparelhar as cidades e torná-las competitivas no mercado internacional. Os projetos urbanos desempenham um papel fundamental nesse tipo de planejamento, pois visam resolver questões específicas em áreas urbanas, reestruturando a propriedade fundiária e a oferta de bens e serviços para se adequar aos novos padrões de produção imobiliária. Nesse contexto, a intervenção do Estado é crucial, uma vez que este agente detém os instrumentos legais necessários para essa reestruturação.

A maneira como os espaços são concebidos, especialmente seguindo o modelo de planejamento estratégico, demonstra uma priorização às dimensões da normatividade e da funcionalidade do espaço para a ação dos interesses hegemônicos, parecendo desconsiderar as dimensões do vivido e do percebido. O poder midiático desempenha aqui um papel crucial por sua capacidade de difundir e influenciar a esfera pública, tornando mais aceitáveis projetos voltados para beneficiar os interesses dos já privilegiados. A ideologia dominante, no entanto, não se difunde de forma homogênea. A vida cotidiana e as práticas sociais continuam a habitar e moldar ativamente o espaço, sobretudo nas áreas centrais que aqui estudamos. É nesse sentido que se expressam os movimentos contra-hegemônicos, como os da luta por moradia e a luta pelo trabalho de rua nos grandes centros urbanos do Brasil, por exemplo.

Os centros das cidades, pela confluência de características históricas, socioeconômicas e culturais, são espaços muito luminosos nas cidades. Neles, os(as) trabalhadores(as) de rua, homens e mulheres lentos(as), desafiam a tranquilidade do espaço público ordenado ou que se tenta ordenar. Assim se configuram, através da ação dos órgãos de planejamento nos municípios, algumas combinações de soluções muito difundidas para tentar dar conta dos “incômodos” causados pela atividade do trabalho de rua: ações de ordenamento, construção de camelódromos, mercados ou *shoppings* populares.

As ações de ordenamento, como visto no Capítulo 1, são praticadas desde os tempos coloniais, quando a atividade do trabalho de rua realizada por pessoas pretas e pardas eram combatidas e direcionadas para locais determinados pela municipalidade. O Poder Público vem,

nesse sentido, secularmente desenvolvendo mecanismos regulatórios e de ordenamento para controlar a atividade, a exemplo de normatizar locais e mobiliários específicos. Mais contemporaneamente, no contexto de mercantilização acentuada das cidades, a urgência na necessidade de regularização da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua parece ter uma relação estreita com o surgimento de propostas de revitalização apresentadas, sobretudo, para suas localidades mais centrais.

Para Marques (2010), é comum que sejam associadas estratégias para os centros urbanos apresentadas como importantes para “recuperação” do espaço público, antes considerado como degradado. No entanto, o conjunto das transformações propostas está frequentemente associado à conversão desses lugares em espaço de consumo voltado para uma classe social específica, cujo poder aquisitivo é maior e para a qual não há o interesse de compatibilização com expressões da pobreza. Um movimento frequentemente adotado nesse processo é a “limpeza” social, com a adoção e a criação de camelódromos, por exemplo, que costumam ser implementados através de projetos com administrações privadas. Trataremos, a seguir, de algumas situações que nos parecem emblemáticas nesse sentido, e através das quais podemos ilustrar algumas ações do Estado em diferentes cidades brasileiras.

Os camelódromos ou mercados populares resultaram de iniciativas do poder público em planejar e disciplinar o espaço urbano. Eles começaram a ser implantados no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1980, em razão de uma crise econômica aguda associada a um processo de depreciação do centro da cidade. De acordo com Carneiro (2017), o motivo para a criação do equipamento foi justamente a “necessidade” de retirada dos vendedores ambulantes dos locais de grande movimentação de pedestres. A solução encontrada naquela época foi a concentração de trabalhadoras e trabalhadores em espaços determinados pelo governo municipal, modelo que posteriormente foi seguido como exemplo por diversas gestões municipais em outros estados do Brasil.

De acordo com Carneiro (2017, p.108-109), camelódromo é “o nome usado para qualificar o espaço urbano onde se concentram diversos vendedores ambulantes (camelôs), que em geral vendem mercadorias ilegais, sem nota fiscal e com total ausência de tributação”. No nosso entendimento, o camelódromo seria mais uma estrutura criada para livrar as ruas da presença

(indesejada) de trabalhadoras e trabalhadores de rua (negros(as) e pobres), sobretudo quando as ruas estão localizadas em centralidades, ou seja, em áreas interessantes para valorização imobiliária, turística, simbólica, entre outras. Isto porque as estruturas são frequentemente implementadas em locais distantes do ponto habitual do(a) trabalhador(a), mesmo quando estão no mesmo bairro. Tal distanciamento pode levar a conflitos, já que o fluxo de pessoas passando por um determinado local é um fator crucial para o sucesso da atividade.

A justificativa do poder público para o deslocamento de trabalhadoras e trabalhadores das ruas onde têm seus pontos, para os camelódromos ou mercados são diversas. Dentre elas, destacamos duas que nos parecem mais frequentes: a incompatibilidade do trabalho de rua com a circulação de pedestres e a necessidade de “moralizar” o espaço público, ou seja, torná-lo aceitável e dentro dos padrões de limpeza e ordem urbana. Em ambos os casos, é preciso destacar que as iniciativas das municipalidades enfrentam o desafio de acompanhar a dinâmica da atividade, que usa da criatividade que lhe é inerente para inventar novas formas de estar nas ruas⁵⁸, conforme assinala Marques (2010):

É fato que a reestruturação dos centros da cidade, voltada ao incentivo do aumento e facilidade do fluxo de pedestres, pressupõe a potencialização das estruturas necessárias para a instalação do comércio ambulante informal, uma vez que este, para existir, depende apenas, e simplesmente, de um espaço onde transitem pessoas, clientes em potencial, e sua própria disposição para o trabalho. Mesmo quando o trânsito de pedestres não é favorável, as estratégias dos ambulantes mudam e adaptam-se em cruzamentos de ruas, avenidas movimentadas e sinais de trânsito, onde o cliente, agora motorizado, torna-se o alvo (MARQUES, 2010, p. 72)

No que se refere à incompatibilidade do trabalho de rua com a circulação dos transeuntes é interessante notar que, num processo contraditório, o espaço da rua tende a ser liberado e flexibilizado para a criação de estacionamento de veículos, por exemplo, embora estes também se constituam como um obstáculo para a circulação de pedestres (MARQUES, 2010).

Com relação à necessidade de moralização do espaço público por parte da municipalidade, nos parece uma boa referência a pesquisa de Canellas (2010), que analisou a visão da mídia sobre a atividade e organização de trabalhadoras e trabalhadores no Mercado Popular

⁵⁸ Seria o caso, por exemplo, do uso de automóveis como expositores de produtos, do aproveitamento de colunas de edificações em acordos feitos com lojistas, etc.

de Uruguaiana, criado em 1994 no Rio de Janeiro para retirá-los das ruas. Moralizar o espaço público, em sua pesquisa, significava minimizar os incômodos e transtornos causados pelo aspecto de desorganização que a atividade do trabalho de rua criava, o que seria resolvido com o seu deslocamento da rua para espaços mais organizados e limpos. A autora observa, no entanto, de forma que consideramos bem pertinente, que:

[...] afastar o vendedor das áreas mais movimentadas, significaria forçá-los ao abandono de suas atividades, eles deixariam de ser ambulantes, pois a possibilidade de não haver consumidores para suas ofertas, eliminaria o sentido de exercerem essa ocupação (CANELLAS, 2010, p.28).

Ainda que os(as) trabalhadores(as) sejam deslocados dentro de uma mesma área, há um ponto muito sensível que se refere à localização do ponto em que se estabelecem. Deixar um ponto onde as vendas se realizam com mais facilidade para ocupar um ponto desconhecido pela clientela é um fator crucial que pode inviabilizar todo o empreendimento, já que, nesses casos, os(as) trabalhadores(as) tendem a abandoná-lo.

Um contraponto interessante a essa prática de retirada de trabalhadoras e trabalhadores das ruas do centro sob o pretexto de “moralizar” uma área específica ou solucionar problemas de mobilidade é o caso de Salvador. Em 2014, foi identificado pela municipalidade que um dos maiores problemas do centro da cidade eram os conflitos referentes à mobilidade urbana envolvendo transeuntes, trabalhadores(as) de rua e veículos. As intervenções de ordenamento executadas entre 2014 e 2015, ao invés de deslocar os(as) trabalhadores(as) de rua para um mercado ou camelódromo, suprimiram uma faixa de rolamento de veículos da via para ampliar o passeio e incluir uma faixa de serviço, que correspondia ao trabalho de rua ⁵⁹.

⁵⁹ Salientamos que antes do projeto mencionado, outras propostas foram realizadas na cidade com o intuito de retirar os(as) trabalhadores(as) de rua de espaços do centro de Salvador, conforme poderá ser lido em Bouças (2015). O projeto de requalificação urbana de 2015 foi concebido no âmbito do Programa Avenida Sete de Setembro – Território Empreendedor, com uma proposta que articulava agentes econômicos, políticos e sociais numa área que se estendia da Av. Sete de Setembro à Rua Chile. Não nos escapam, no entanto, os interesses de mercado envolvidos nessa área, já que a Rua Chile está inserida no Centro Histórico de Salvador e tem um grande valor histórico, turístico e imobiliário. Não nos aprofundaremos aqui na discussão sobre o Centro Histórico de Salvador, mas recomendamos a leitura do artigo: SANT'ANNA, Marcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **RUA: Revista de arquitetura e urbanismo**, v. 6, n. 1, 2003. Ver também a tese de doutorado: SILVA, Janaina Chavier. **Rua Chile: estilhaços de uma via movimento**. 2023. / Janaina Chavier Silva. – Salvador, 2023. 383 p. Tese – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 2023.

De acordo com Carneiro (2017), nos anos 1990 começaram a surgir os *shoppings* populares, que não necessariamente se configuraram como uma evolução dos camelódromos. A distinção entre esses dois tipos de estabelecimentos está principalmente relacionada à noção de *status* que pode ser agregada, enquanto as semelhanças dizem respeito aos produtos que são vendidos. Estes espaços, de maneira geral, foram destinados às atividades comerciais da população de baixa renda. Sua viabilidade frequentemente se dá por meio de uma articulação entre o papel das prefeituras, que costumam doar os terrenos e realizar o cadastramento de trabalhadoras e trabalhadores, e o financiamento dos boxes junto aos bancos públicos, cujos custos são arcados pelos(as) trabalhadores(as) beneficiados(as), como é o caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua. Há ainda a possibilidade de construção e/ou administração de *shoppings* populares pela iniciativa privada, como é o caso do Shopping Belô, inaugurado em 2012 no centro de Belo Horizonte.

De acordo com De Jesus (2011), em Belo Horizonte, a transferência de trabalhadoras e trabalhadores de rua do centro da cidade para os *shoppings* populares ocorreu com a promulgação do Código de Posturas de 2003. O primeiro *shopping* popular inaugurado no centro da cidade foi o Oiapoque, em 2003, com 180 boxes ocupados por atacadistas que não dependiam da circulação de pedestres para realizar vendas, já que tinham uma clientela estabelecida. Isso gerou um sucesso aparente, impulsionando a retirada de todos(as) os(as) trabalhadores(as) de rua do centro. Outros *shoppings* populares foram construídos para absorver essa atividade, como o Xavantes, Tupinambás e Caetés, inaugurados em 2004, mas não obtiveram o mesmo êxito do Oiapoque. No caso do Tupinambás, por exemplo, De Jesus (2011) menciona que a região de sua implantação era pouco frequentada por pedestres, o que resultou em escassez de clientes e dificuldades para pagar as taxas, levando muitos(as) trabalhadores(as) ao endividamento e a problemas de saúde, como depressão e até suicídio.

Enquanto o cenário em Belo Horizonte revelou dificuldades enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as), com muitos deles incapazes de arcar com as taxas dos espaços de trabalho, a análise de Carneiro (2017) sugere que esta tendência - de os(as) trabalhadores(as) assumirem a responsabilidade financeira por seus espaços nos *shoppings* populares - seja algo mais amplo e articulado. Isso compõe uma dinâmica na qual a circulação do capital se dá tanto pelo trabalho

de venda de mercadorias, quanto pelos pagamentos de trabalhadoras e trabalhadores por seu ponto de trabalho, além de implicar na valorização da renda da terra.

Ao analisar os *shoppings* populares construídos nos estados da Paraíba e Pernambuco, Carneiro (2017) identificou que, apesar de serem apresentados como uma estratégia para gerar empregos, eles, na verdade, permitem o desenvolvimento de outras maneiras de fazer o capital crescer. Em outras palavras, esses shoppings proporcionam oportunidades para que o capital se reproduza de maneira diferente da que seria esperada em uma estratégia convencional de geração de empregos⁶⁰. Os(as) trabalhadores(as) financiaram ou compraram seus boxes nesses *shoppings* populares, ou seja, eles também assumiram a responsabilidade de pagar por seus espaços de trabalho. Isso pode levar a uma situação em que os trabalhadores não apenas trabalham para ganhar o sustento, mas também pagam pela oportunidade de trabalhar. Assim, o capital é reproduzido não apenas através do trabalho de trabalhadoras e trabalhadores - mediante a venda das mercadorias -, mas também através dos pagamentos que eles fazem para ter acesso a esses locais de trabalho (compondo outro circuito ligado ao financiamento bancário ou ao mercado de locações). Para a autora, isso representa uma estratégia de reprodução do capital, que pode não ser tão benéfica para os(as) trabalhadores(as) como a política econômica poderia sugerir.

[...] os trabalhadores dos *shoppings* populares do Brasil fazem parte de forma direta da globalização, visto que, eles importam produtos, ideias e serviços vendidos no mundo inteiro, sobretudo da China, que vende seus produtos abaixo do preço de mercado e também porque segundo eles mesmos dizem “*nós vendemos o que está na moda no mundo afora*”. Ou seja, a globalização produz o desemprego e alimenta a informalidade, ao mesmo tempo em que, “os informais” através de mecanismos da própria globalização, criam espaços de cumplicidade e de ambiguidades recíprocos (CARNEIRO, 2017, p. 115).

Ainda de acordo com Carneiro (2017), se por um lado os(as) trabalhadores(as) conquistam o direito de trabalho em um local ao abrigo das intempéries e legal, em alguns casos a localização do *shopping* inviabiliza os negócios, fazendo com que o(a) trabalhador(a) de rua retorne ao seu local de origem. Por outro lado, a construção dos *shoppings* populares pode representar uma alternativa direta de ganhos para o capital, já que pode levar à valorização fundiária

⁶⁰ Lembremos que, como visto no Capítulo 1, o modo de operação do capitalismo em sociedades desiguais, potencializado com a globalização neoliberal, implicou a geração de ocupações ao invés de empregos, o que acabou por constituir esse modo próprio de se operar a acumulação nestas sociedades. Nesse sentido, o shopping se configuraria como uma das atualizações desse processo.

de áreas renovadas. Embora apenas como hipótese, a autora levanta também questões acerca de desdobramentos do equipamento após construído, como, por exemplo, da possibilidade de ser capturado por interesses outros que não os de trabalhadoras e trabalhadores, visando questões políticas, econômicas e/ou da iniciativa privada.

Para Carneiro (2017), a transferência de trabalhadoras e trabalhadores de rua do espaço público para os mercados ou *shoppings* populares confere uma aparência de formalidade. Este aspecto formal contém ambiguidades, já que tanto se mantém a situação de informalidade e de desamparo pela legislação, quanto não se tem garantia sobre a eliminação de atividades ilícitas relacionadas ao contrabando, por exemplo.

A ideia de *shopping* popular está associada à convergência de fenômenos que estão presentes em diferentes dimensões da análise social do contexto brasileiro, bem como da posição relativa do país na divisão regional do trabalho. Portanto, refletir sobre o *shopping* popular implica na investigação dos mecanismos através dos quais a força de trabalho disponível no Brasil vem sendo historicamente incorporada na dinâmica capitalista, assim como quais têm sido os meios utilizados pelo Estado e pelos capitalistas para lidar com a força de trabalho excedente, notadamente no que tange à gestão do espaço público nas cidades (CARNEIRO, 2017, p. 15).

Na percepção da autora supramencionada, a estratégia adotada pelo planejamento das cidades é regida segundo os princípios de racionalidade e eficiência que costumam ser atribuídos aos indivíduos nas teorias de inspiração liberal. O destino das cidades, de acordo com esta compreensão, depende das habilidades dos administradores públicos no sentido de qualificá-las para os desafios impostos no contexto econômico.

No contexto em que a disseminação de valores associados às virtudes do mercado alcança as políticas de gestão urbana e também as ações voltadas para geração de emprego e renda, os alicerces que constituem a formulação dos *shoppings* populares também são estabelecidos. Essa solução emerge em um ambiente urbano permeado por trabalhadoras e trabalhadores de rua, tanto fixos(as) quanto ambulantes, que buscam prover minimamente sua subsistência. A construção desses equipamentos pode ser até mesmo encarada como componente de uma estratégia de crescimento econômico. Contudo, embora essa seja a ideia apresentada, é importante a avaliação de que estes equipamentos “surgem mais como estratégia de segregação espacial e resolução de conflitos urbanos do que como ferramenta de geração de empregos.” (CARNEIRO,

2017, p.109).

Carneiro (2017) aponta que, embora os *shoppings* populares sejam entendidos como um produto do esforço das gestões públicas no sentido de “dar ordem”, no sentido de “revestir de legalidade” as atividades realizadas no espaço público, os resultados obtidos nem sempre são equilibrados. A ênfase nessas ações, como observado acima, para a autora, “repousam mais sobre livrar as ruas dos camelôs” (CARNEIRO, 2017, p.116). Entretanto, embora estejam abrigados em áreas formalizadas do ponto de vista do espaço construído, os(as) trabalhadores(as) continuam atuando às margens da legislação trabalhista, inclusive com atividades ilícitas que podem estar relacionadas ao contrabando⁶¹. A pesquisadora analisou as principais rotas de contrabando presentes no Brasil e as altas cargas tributárias sobre os produtos nacionais. Reunindo documentos apresentados pelo Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, ela apresentou o dado de que apenas 5 a 10% das mercadorias que entram ilegalmente no Brasil são apreendidas e, mais adiante, observou que na cidade de São Paulo estão os principais pontos de vendas para atacadistas e distribuição de contrabando no país (Brás, Santa Efigênia e Rua 25 de março).

As diversas iniciativas apresentadas, realizadas em diferentes cidades do Brasil, revelam que a prática de tentar concentrar a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua em instalações comerciais segue o mesmo padrão: cria-se um equipamento que não é apropriado conforme a idealização do planejamento e os(as) trabalhadores(as) buscam retornar ou de fato retornam para os locais onde há o movimento que necessitam. É interessante notar que mesmo a noção de *status* que se tenta agregar, quando equipamentos são concebidos como “*shoppings*”, não é capaz de garantir o seu sucesso, já que essa noção subjetiva não compensa, na dimensão das necessidades concretas da vida, o distanciamento do público e, conseqüentemente, da possibilidade de realização das vendas. As ações concebidas pelo poder público, no entanto, parecem ignorar esse aspecto e se repetem. Se, por um lado, elas criam barreiras para os(as) trabalhadores(as), por outro contribuem para o surgimento de maneiras de organização, que criam modos de estruturar a atividade e reivindicar por direitos.

⁶¹ A questão do contrabando afeta a atividade em qualquer circunstância, esteja o(a) trabalhador(a) das ruas, em camelódromos ou *shoppings* populares. Além disso, pode estar presente em atividades consideradas formais e legais.

2.3.3 Tendências recentes da organização de trabalhadoras e trabalhadores de rua e formas de associação

Em diversas cidades brasileiras, a busca por retirar a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, sobretudo das ruas das áreas centrais, não é uma prática recente. A justificativa publicizada quase sempre é a mesma: liberar as calçadas para a circulação dos pedestres. As soluções, por sua vez, como já vimos, consistem majoritariamente em retirar e/ou deslocar os(as) trabalhadores(as) para *shoppings* ou camelódromos, o que conseqüentemente desencadeia uma série de contradições e conflitos. Mesmo em momentos em que as festas populares como o carnaval tornam “aceitável” a presença da atividade nas ruas, a maneira como o processo é conduzido frequentemente recoloca em xeque o trabalho de rua que já se desenvolvia nos circuitos da festa. Ora, com tantas ameaças e ambigüidades, como então esta atividade persiste, a despeito das políticas quase sempre contínuas no sentido de bani-la?

É interessante observar que, nos anos 2000, uma época caracterizada por uma relativa estabilidade econômica no país, ocorreu a legitimação da criminalização da atividade como justificativa para as medidas de limpeza social nos espaços públicos em diversas cidades. Isso ocorreu principalmente nos centros urbanos das capitais do país, para a realização de grandes eventos mundiais.

Os grandes eventos mundiais que ocorreram no Brasil nas primeiras décadas do século XXI⁶² foram importantes catalisadores para uma série de intervenções realizadas no sentido de higienizar e sanear as ruas das cidades⁶³. No ano de 2013, um ano antes do megaevento Copa do Mundo, uma carta aberta assinada por 10 entidades do movimento de trabalhadoras e trabalhadores de rua das cidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Manaus, e pela StreetNet International foi divulgada. Tratava-se de denunciar as opressões vivenciadas por eles, reivindicar direitos, reafirmar o papel social do trabalho, e denunciar a incoerência que significa reprimir o trabalho de rua numa ação “tão contraditória quanto manter as grandes fortunas

⁶² Em 2014, o evento Copa do Mundo, aconteceu pela primeira vez no Brasil. Foram cidades que sediaram os jogos: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Os jogos das eliminatórias também aconteceram nas cidades de Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Natal e Salvador. Em 2016, o Brasil foi ainda sede dos Jogos Olímpicos. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os jogos.

⁶³ São exemplos de intervenções realizadas em função dos megaeventos: remoções de favelas, expulsão da população em situação de rua, ações de despejo em prédios ocupados no centro das cidades e a repressão do trabalho de rua.

imunes de tributação” (Carta aberta à sociedade: Dia Internacional do Ambulante, 2013) ⁶⁴.

Sabemos que nossa atividade é importante para a economia, especialmente para proporcionar o acesso aos diversos bens e produtos produzidos na sociedade como, por exemplo, chapéus, roupas, sapatos, eletrônicos, utensílios domésticos, material de informática, bijuterias, alimentação, bebidas, doces, salgados, acessórios masculinos e femininos, bilhetes de ônibus, entre outros milhares de produtos consumidos diariamente pela população brasileira de todas as faixas econômicas, raça, credo e origem. Quem nunca comprou algum produto com um ambulante que atire a primeira pedra!!

Nossa escolha pelo trabalho ambulante representa, muitas vezes, uma oportunidade aberta para a manutenção de nossos lares, para o pagamento da alimentação de nossa família, dos serviços de água, luz e telefone que abastecem nossas casas, do custeio da educação de nossos filhos, do pagamento do aluguel ou da prestação de nossas casas, entre tantos outros direitos que efetivamos com o suor de nosso trabalho nas ruas. Se o trabalho deve dar dignidade ao ser humano, por que não podemos garanti-lo no comércio de rua?

[...]

– Nosso repúdio às políticas de gestão das cidades baseadas no modelo de cidade-empresa, caracterizada pela apropriação dos recursos públicos por poucos grupos privados, pela criminalização da pobreza, por processos de remoção, e pela redução da cidade a sua faceta de exportação.

– Que os governos federal, estadual e municipal promovam a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas com pouca renda ou desempregadas, evitando a eliminação e disposição de espaços para o exercício de políticas adequadas para sua incorporação na economia urbana.

– Que as políticas de gestão urbanística e social das cidades necessariamente atendam, prioritariamente, às demandas sociais locais, e não a projetos estruturantes de megaeventos e grandes empreendimentos.

[...]

Somos trabalhadores no comércio ambulante e também temos direito à cidade!
(Carta aberta à sociedade: dia internacional do Ambulante, 2013).

Podemos observar, pelas afirmações feitas na carta, que os(as) trabalhadores(as) de rua não se encontram isolados. Eles estão se articulando para a reivindicação de direitos. Os conflitos entre o controle do Estado e o trabalho de rua se tornaram cada vez mais vívidos em função dos megaeventos. Por um lado, o processo de higienização das ruas e dos centros das capitais que sediaram os jogos na busca pela adequação das cidades aos parâmetros globais foi agudizado. Mas, por outro houve o fortalecimento do enfrentamento feito pelos(as) trabalhadores(as), que construíram laços de apoio mútuo organizando-se em associações, além de terem recebido como reforço o apoio de organizações da sociedade civil em âmbito nacional e internacional, como o

⁶⁴ A Carta aberta à sociedade foi divulgada no Dia Internacional do Ambulante e encontra-se disponível nos Anexos desta tese e no site: <<https://streetnetbrasil.wordpress.com/2013/11/14/dia-internacional-das-os-ambulantes-carta-aberta-a-sociedade/>> Acesso em março de 2021.

Fórum dos Ambulantes de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, da cidade de São Paulo; Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão (ABAEM), de Belo Horizonte; Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) e Associação de Expositores das Feirantes e Outros (AEFO), do Rio de Janeiro; Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado do Ceará (APROVACE), de Fortaleza; Associação dos Feirantes e Ambulantes da região metropolitana de Salvador (ASFAERP), de Salvador; Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus (SINCOVAM) e Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus (SINDIFEIRAS), de Manaus; Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP) e Associação Ambulantes do Gasômetro, de Porto Alegre; e *StreetNet International*.

Para Jakobsen et al. (2000), de forma geral, existem dificuldades para se definir estratégias de organização de trabalhadoras e trabalhadores informais. Internacionalmente, algumas iniciativas em forma de cooperativas apontam para possibilidades de organização de trabalhadoras e trabalhadores que extrapolam a noção dos Sindicatos. A SEWA (*Self Employed Women Association*) da Índia, por exemplo, reúne e organiza mulheres que trabalham na informalidade, por conta própria, garantindo crédito e condições mais dignas para o comércio dos bens que produzem, principalmente têxteis e de vestuário.

Para Singer (2000, p. 14), a organização do segmento sob a forma de cooperativas⁶⁵ se apresenta como uma perspectiva viável, pois essa forma de organização contribuiria para que grande parte do trabalho informal deixasse de estar relacionado com a população excedente⁶⁶, na qual os integrantes estão condenados a trabalhar o máximo de tempo para ganhar o mínimo de remuneração. Esse movimento seria interessante também para os setores formais, pois a organização de trabalhadoras e trabalhadores informais reforçaria a luta dos assalariados por melhores condições de trabalho e de vida. Além disso, as cooperativas poderiam competir com empresas capitalistas, oferecendo melhores condições de trabalho para os cooperados.

O desafio seria justamente unir trabalhadores(as) que atuam individualmente. Para avançar nesse sentido, Singer (2000) acredita ser necessário apoio constante de organizações

⁶⁵ De acordo com Singer (2000), a cooperativa se embasa na solidariedade entre os(as) trabalhadores(as), fator que impede a concorrência entre os mesmos.

⁶⁶ Singer (2000, p.13) compreende o trabalho informal como uma "terceira categoria da população relativamente excedente, a estagnada", ou seja, aquela que possui uma ocupação totalmente irregular e oferece, portanto, uma fonte de força de trabalho disponível e abundante.

experientes como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), das incubadoras universitárias de Cooperativas Populares e da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo. Nesse sentido, consideramos importante destacar também o papel da organização global *StreetNet International – International Alliance of Street Vendors*, que reúne comerciantes informais, dentre os quais estão os(as) trabalhadores(as) de rua, e que possui como objetivo formar e fortalecer uma aliança democrática e autônoma entre eles. A *StreetNet* está presente em mais de 50 países e foi uma importante articuladora para o surgimento da União de Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Feirantes e Camelôs do Brasil (UNICAB), no ano de 2011.

A UNICAB é um movimento popular que articula organizações de sete estados do país⁶⁷. Surgiu dos processos de luta desencadeados a partir dos conflitos e disputas relativos ao uso do espaço público pelos(as) trabalhadores(as) de rua no contexto de organização das cidades que iriam sediar os jogos da Copa do Mundo. Vem, desde então, se dedicando a formar lideranças e contribuir para a luta dos(as) trabalhadores(as) de rua no Brasil. Algumas das conquistas do movimento são a realização de fóruns de discussão e o intercâmbio de experiências de trabalhadoras e trabalhadores nos vários estados em que atua, o que certamente fortalece a luta coletiva por trabalho digno e direito à cidade.

Cabe destacar, ainda, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos⁶⁸, como se denomina o movimento fundado em 2022, composto por pedreiros, manicures, entregadores, trabalhadoras e trabalhadores de rua, serventes e tantos outros trabalhadores informais de 4 estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco). O Movimento reivindica direitos (ao trabalho, a moradia, à cidade etc.) e busca promover a discussão sobre a precarização do trabalho no Brasil, cujos números cresceram significativamente após a pandemia de COVID-19. Consideramos que essas novas formas de organização ampliam a capacidade de articulação dos movimentos já existentes e representam um avanço significativo na organização coletiva de trabalhadoras e trabalhadores de rua, sobretudo no que se refere a buscar melhorias

⁶⁷ A UNICAB se identifica enquanto um movimento popular nacional, com representantes presentes em cidades dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Amazonas.

⁶⁸ Ver mais em: Trabalhadores sem direito: surge um novo movimento social. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/trabalhadores-sem-direito-surge-novo-movimento-social/>>. Acesso em: 10 ago 2022. Ver Carta às Trabalhadoras e aos Trabalhadores do Brasil nos Anexos B.

e reconhecimento da atividade que desenvolvem.

O espaço opaco que é atribuído a esse segmento dos setores populares, num país constituído por um modelo social formado a partir das hierarquias raciais (NASCIMENTO, 1978; PEREIRA, 2011) é algo que não podemos ignorar. O muitíssimo visível no Brasil tem cor, e o “mistério” envolvido no enigma de sua invisibilidade, na metáfora sugerida por Ribeiro (2012), tem como principal componente o racismo estrutural. Nesse sentido, a resistência e organização de trabalhadoras e trabalhadores de rua contra as políticas de higienização que tentam afastá-los dos espaços luminosos das cidades é mais do que uma reivindicação por direito ao trabalho, é também um movimento de luta pelo direito à cidade, particularmente da população negra, estruturalmente excluída.

Rever nossa perspectiva sobre esse processo, que vem sendo construído há longa data nas nossas cidades, pode nos conduzir a novos horizontes em termos de ação política e de planejamento. Qual tipo de substância o trabalho de rua é capaz de produzir no espaço público, até então tratado de forma tão abstrata? Nos interessa aqui mudar a chave de leitura, saindo de uma prática normatizadora que concebe e materializa formas de ordenamento e disciplinamento do espaço público – reduzindo a atividade apenas a uma questão de limpeza e de ordem – para uma perspectiva que considera as práticas vitalistas envolvidas na atividade, valorizando suas potencialidades insurgentes e sua contribuição para construção dos comuns urbanos.

CAPÍTULO 3

Pode o trabalho de rua instaurar um comum urbano?



Pode o trabalho de rua instaurar um comum urbano?

Fonte: NAZARIO, L. 2023

Neste capítulo daremos continuidade à compreensão da atividade do trabalho de rua, aprofundando nosso estudo sobre a maneira como a atividade é capaz de conferir substância ao espaço público que, no cotidiano das cidades brasileiras, sobretudo nas áreas centrais, pouco tem a ver com a concepção anódina e burguesa que boa parte dos projetos urbanos realizados tenta desenhar.

Será então possível dizer que o trabalho de rua produz um comum urbano? Para avançarmos na busca de respostas a essa questão, iniciamos, na primeira seção deste capítulo, pelo estudo dos conceitos desenvolvidos sobre o comum, recuperando o que foi introduzido sobre a questão ao final do Capítulo 1. Da noção de pertencimento às discussões filosóficas que envolvem as dimensões comunitárias, cooperativas e recíprocas, o comum tem em sua construção um campo de discussão fértil, que o opõe ao próprio. Enquanto práxis, ele não pode ser definido rigidamente, sendo continuamente produzido e reinventado, provido e instituído como elo social, construído politicamente. O espaço público, aprisionado pelo poder do Estado, só pode ser convertido em comum na medida em que é apropriado, ou seja, converte-se em comum por meio da ação social e política.

A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua possui uma presença marcante no centro das cidades brasileiras, de modo que nos aproximarmos dela e das pessoas que a fazem é fator imprescindível para esta pesquisa. Partimos aqui das observações realizadas na pesquisa de mestrado da autora, que teve como objetivo investigar a relação entre o trabalho de rua e o espaço público no centro da cidade de Salvador, especificamente na Avenida Sete de Setembro e áreas próximas, entre os anos de 1992 e 2014, considerando ainda as ações municipais de planejamento e ordenamento urbano.

Passamos, então, da análise dos conflitos existentes na apropriação do espaço público, realizada na pesquisa de mestrado, para a perspectiva da construção dos comuns urbanos, encontrando eco nas reflexões de autores como Dardot e Laval (2017), Gago (2018) e Stavrides (2021). Os autores evidenciam questões como as dinâmicas de convívio das pessoas nas cidades, as relações de cooperação daí decorrentes e suas táticas de vida.

Para ampliar a discussão e lhes dar relevo, apresentaremos duas aproximações sobre a

atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, sob a forma de duas narrativas⁶⁹. Elas partem de duas problematizações distintas: a primeira, em que se revisita e se atualiza teoricamente a experiência da autora em sua pesquisa realizada em 2015 por ocasião da preparação de sua dissertação de mestrado; e a segunda, realizada em 2021, enquanto pesquisa desta tese, no contexto dramático da pandemia. A metodologia envolve o “pensar situado” ou “conhecimento situado”, onde se destaca a importância de considerar a interconexão entre sujeitos envolvidos na produção de conhecimento, reconhecendo os “saberes localizados”. Nosso objetivo é, além de apresentar a dinâmica das atividades de trabalhadoras e trabalhadores de rua de forma mais aproximada, dando voz aos sujeitos que a realizam, também recolher pistas para problematizar o comum em suas vinculações com a realização do trabalho de rua.

A análise, que abrange diferentes momentos e contextos, nos proporcionou uma visão integrada dos sujeitos, territórios e táticas de vida envolvidos no exercício do trabalho de rua. Buscou-se, então, realizar uma costura com as informações coletadas, evidenciando como as lutas pelo trabalho e pela cidade estão interligadas. As categorias de análise “se virar,” “o rapa,” e “a pedra”, desenvolvidas em Bouças (2015), são atualizadas ao final deste capítulo como forma de analisar diferentes perspectivas da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua em relação à cidade e à produção do comum.

⁶⁹ As narrativas presentes neste capítulo foram criadas como uma forma de trazer as experiências empíricas para esta tese, valorizando a escuta de trabalhadoras e trabalhadores entrevistados. Constituem também um recurso capaz de nos conectar à memória e às histórias desses encontros.

3.1 Teoria e derivações para uma aproximação do comum

Compreender conceitualmente do que se trata quando falamos do comum é um ponto de partida de grande importância para o percurso que aqui construímos. Ou seja, ele nos ajuda a entender os motivos pelos quais o espaço onde as atividades de trabalhadoras e trabalhadores de rua se manifestam é tão diverso e intenso, uma vez que nele o comum encontra-se em constante produção.

O comum diz respeito a uma grande diversidade de práticas sociais em compartilhamento, autogestão e cooperação. Para Dardot e Laval (2017), existem três tradições que influenciam a forma como pensamos o comum.

A primeira, de origem essencialmente teológica, concebe o “comum” como finalidade suprema das instituições políticas e religiosas: a norma superior do “bem comum” (no singular) deveria ser o princípio de ação e conduta de todos os que têm corpos e almas sob sua responsabilidade. A segunda é de origem jurídica e atualmente encontra uma espécie de prolongamento em certo discurso economicista sobre a classificação dos “bens” (no plural): tende a reservar a designação “comum” a certo tipo de “coisa”. Essa é, por exemplo, a orientação dos movimentos altermundialistas, que gostariam de promover “bens comuns mundiais”, como o ar, a água ou o conhecimento. A terceira é de origem filosófica: ela tende a identificar comum e universal (o que é comum a todos) ou então a relegar às margens insignificantes do ordinário e do banal tudo o que, do comum, resistir a essa identificação (DARDOT E LAVAL, 2017, p.27-28).

De acordo ainda com Dardot e Laval (2017) o termo comum (*koinón*) possui ressonância no “pôr em comum” de Aristóteles (*koinónein*). Na concepção aristotélica, os cidadãos deliberam em comum o que melhor iria convir à cidade. A instituição do comum, portanto, é um resultado do “pôr em comum” articulado de acordo com a reciprocidade entre os que participam de uma atividade ou compartilham um determinado modo de vida. Na atividade que estamos analisando, o “pôr em comum” está sobretudo na ação de compartilhar e desenvolver estratégias coletivas para a apropriação do espaço público. Está também na organização da atividade, que coordena fluxos quais sejam: informação, mercadoria, festividade, solidariedade e apoio, resultando na substância com que ela anima o espaço público que se desejaria liso e abstrato.

[...] o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da *coobrigação* para todos os que estejam engajados numa mesma atividade. Ele dá a entender o duplo sentido presente em *munus*: ao mesmo tempo obrigação e participação numa mesma tarefa ou numa mesma “atividade” – de acordo com um sentido mais amplo que o da estrita “função”. Aqui falaremos de agir comum para designar o fato de que os homens se engajam juntos numa mesma tarefa e, agindo desse modo, produzem normas morais e jurídicas que regulam sua ação (DARDOT E LAVAL, 2017, p.25).

O público é comum? Dardot e Laval (2017, p.30) vão dizer que “o público se opõe ao privado, como o comum se opõe ao próprio”, o próprio aqui entendido como tudo que é ou pode ser possuído. Isso implica que o registro de discussão do público se opõe a tudo o que está no domínio privado, independentemente de estar relacionado ao Estado. Por outro lado, o público refere-se também a tudo o que está relacionado ao Estado, suas instituições e funções, ou seja, a tudo o que é coletivo e foi apropriado pelo Estado. No mesmo sentido, para Hardt e Negri (2015), o comum vai além de uma concepção de público (geralmente constituído e relacionado a propriedades controladas pelo Estado) e de privado (relacionado a posses materiais e imateriais). Assim, é importante reconhecer que nem tudo o que é público é necessariamente comum, e nem tudo o que é comum é controlado pelo Estado, uma vez que o comum abarca uma esfera mais ampla de recursos, espaços e conhecimentos que são compartilhados e acessíveis a todos os membros de uma comunidade, muitas vezes fora das estruturas estatais de poder.

O termo “público”, herdado dos romanos, remete à comunidade dos cidadãos e pode também ser utilizado para aumentar o domínio das instituições do Estado sobre os próprios sujeitos. A doutrina política romana vai tanto na direção da estatização do comum, ao convertê-lo no público, quanto na sua espiritualização em um contexto cristão. Para Dardot e Laval (2015), ao discutir o comum, não se trata de estabelecer uma oposição entre propriedade privada e propriedade pública. O foco deve estar na necessidade de questionar o conceito de propriedade em si, destacando o imperativo social do uso comum. A liberdade exercida por detentores de propriedade privada entra em conflito com a liberdade dos outros, não coopera com os outros, uma vez que a propriedade privada exclui o conceito de ‘comum’.

A instituição da propriedade separa a relação da pessoa com a coisa dos múltiplos laços existentes entre os membros da comunidade, ela se separa dos usos sociais consuetudinários, das normas morais e dos valores culturais do grupo. A abstração econômica do valor, que está no cerne do capitalismo

como valor em processo permanente de autovalorização, é o corolário da instituição proprietária. A abstração da relação da pessoa com a coisa, que está no princípio do direito absoluto da pessoa sobre a coisa, e a abstração do valor relativamente aos usos sociais padronizados por hábitos, estatutos ou funções, valores e costumes do grupo constituem as duas faces, jurídica e econômica, de uma mesma moeda. Assim, é “o indivíduo” em geral, abstraído de todas as determinações particulares, o “Indivíduo” com maiúscula, que é o verdadeiro efeito social do absolutismo da propriedade privada. Ele constitui “naturalmente” a unidade elementar do mercado, conforme a economia política e a filosofia do homem que a sustenta: conduzido e esclarecido pelo seu interesse, livre para contratar com terceiros a troca dos seus direitos de propriedade segundo a sua própria vontade subjetiva, o indivíduo proprietário dos seus bens e de suas faculdades produtivas é esse homem econômico que investe e trabalha para acumular bens e aumentar o gozo exclusivo que detém – um gozo que ele pode avaliar em função do esforço estritamente individual que realizou para obtê-lo (DARDOT E LAVAL, 2015, p.263-264).

Se por um lado a propriedade privada restringe a relação de uma pessoa a um objeto que ela detém e se constitui como o fundamento próprio do capitalismo, a propriedade pública confere ao Estado um domínio público e uma capacidade de ser o agente garantidor da ordem proprietária, mas que ainda assim não é capaz de garantir o comum. No período histórico que vivemos, o neoliberalismo enquadra o Estado e converte-o num tipo particular de “empresa” que deve ser tão competitivo e eficaz quanto uma empresa privada como estamos acostumados a interpretar. Vivemos uma condição em que a hibridação entre público e privado nos confunde ao ponto de não ser possível mais colocá-los em oposição como já foi feito no passado (DARDOT E LAVAL, 2015). É importante destacar, como dito acima, que a propriedade do Estado não garante o comum, uma vez que nada que é propriedade pode ser comum. O comum está relacionado com a ideia de uma dimensão inapropriável e se refere a uma práxis instituinte “uma prática que visa instituí-lo ou manter e reforçar a sua instituição já efetuada” (DARDOT E LAVAL, 2015, p. 271).

Para Hardt e Negri (2015, p.275-276), embora se possa conceber o comum como algo que designa o mundo material e suas riquezas, ele tem também um sentido antropológico, já que o agir humano implica necessariamente condições e recursos comuns. E é a partir da mobilização do comum, que este ganha mais intensidade, manifestando-se não como uma mera existência estática, mas como uma força dinâmica e cheia de vitalidade. Essa intensidade pode ser revelada, por exemplo, nas lutas e revoltas locais que, por meio de ações coletivas, tensionam as

hierarquias impostas pelo sistema global e podem se expressar na forma de confrontos diretos com o poder, mobilizando diversos sentidos.

Dessa forma, podemos depreender que aquilo que é instituído como comum encontra-se em viva oposição aos processos de privatização. A noção do comum está diretamente relacionada à práxis (DARDOT E LAVAL, 2017).

Somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexista a essa atividade na qualidade de titular de direitos. [...] O comum não é um bem (DARDOT E LAVAL, 2017, p. 53).

De acordo com Stavrides (2016, p. 263-264), os comuns urbanos são ligados às relações sociais e práticas que desafiam a lógica hegemônica da sociedade capitalista, proporcionando a criação de alternativas que questionam e podem provocar fissuras nessa lógica. A ideia dos comuns urbanos aponta um horizonte em que seria possível transcender as fronteiras convencionais, criando oportunidades para o desenvolvimento de novos valores sociais. Estes novos valores estão relacionados à forma como as pessoas percebem e interagem com o ambiente urbano, incluindo aí as noções de coletividade, autonomia, sustentabilidade, inclusão e diversidade.

O comum é entendido neste trabalho, portanto, como um princípio que se contrapõe à lógica neoliberal, com capacidade para desenvolver formas de organização social baseadas em cooperação, solidariedade e democracia. Ele pode, nesse sentido, ser entendido como processo e, como processo, se encontra eivado de conflitos e contradições. Para Hardt e Negri (2015), o comum significa uma chave, a única, para que exista um futuro livre do capitalismo. O comum, portanto, é em si o princípio político que define, em escala global, um novo regime de lutas. Segundo essa perspectiva, é crucial nos voltarmos para construir comuns, preservá-los, ampliá-los e animá-los (DARDOT E LAVAL, 2017). De que maneiras então o comum se relaciona com nosso objeto de pesquisa? Há produção do comum no trabalho de rua?

3.2 A inserção da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua na cidade: o método e as narrativas de um processo

Avançar nesta pesquisa significa necessariamente fazer uma aproximação dos sujeitos que realizam a atividade que estudamos, o que será feito em contextos distintos, num processo marcado pelas fraturas do tempo em que esta investigação foi realizada, atravessada por conjunturas e momentos delicados e violentos. Das dificuldades enfrentadas desde o momento em que o imperativo da vida se destacou, até a inevitável restrição de estar nas ruas devido à presença de um vírus mortal e invisível, surgiu a problemática de como dar corpo às ideias e análises teóricas sobre a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua em sua interface com a produção do comum, em meio à necessidade e à urgência de se ater apenas ao muito fundamental.

Como apreender empiricamente de que modo os(as) trabalhadores(as) de rua se relacionam com o espaço público e compreendem seu próprio trabalho e as derivações que daí emergem sem poder estar no local onde a dinâmica acontece?

Aqui o “pensar situado” ou “conhecimento situado” se valida como método que inspira e entremeia o processo de pesquisa. Através desse procedimento, são contextualizadas nossas narrativas e o percurso científico, feitos em momentos distintos por uma mulher que mora no centro de Salvador e estuda a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua há 10 anos, num movimento em que se acumularam perspectivas variadas e complementares.

O conhecimento situado considera a interconexão entre sujeito e objeto de conhecimento, não apenas como uma interação, mas como um diálogo ativo e contínuo. Essa perspectiva reconhece a importância dos processos relacionais do sujeito com outros sujeitos, com o mundo e consigo mesmo na formação do conhecimento. Nesta noção, os “saberes localizados” são reconhecidos enquanto instâncias ativas das comunidades e grupos marginalizados, questionando a objetividade e a neutralidade que por vezes foram associadas à ciência dominante. Isso amplia o entendimento sobre o conhecimento, reconhecendo a diversidade de perspectivas e a necessidade de considerar as vozes e os saberes que estiveram historicamente excluídos dos círculos científicos tradicionais (CABRAL, 2006; SELISTER et al., 2019).

Esse “pensar situado”, como denominado por Gago (2020, p.12), é inevitavelmente

um pensar feminista e reflete a potência do pensamento que tem um corpo, onde se congregam “experiências, expectativas, recursos e memórias”. Este pensamento é decisivamente parcial e com isso não se deve apequená-lo, já que se constitui como parte de um todo. Ao se unir uma parte com outras, como numa bricolagem, temos “um ponto de entrada, uma perspectiva, que singulariza uma experiência” (GAGO, 2020, p.12).

Tendo isto no horizonte, traremos a chave de leitura do comum entremeada à experiência da autora desta tese e à revisão das entrevistas realizadas em 2015, na elaboração de sua dissertação de mestrado, bem como às informações levantadas entre os anos de 2020 e 2021, durante a pandemia, por meio de entrevistas e questionários realizados remotamente. Esse processo fragmentado é reunido aqui buscando, de forma conexa, embora com descontinuidades, unir elementos que auxiliem a identificar o que é produzido pela atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, tendo o comum como pista e como guia.

Em Bouças (2015), uma das ferramentas utilizadas para analisar a atividade e aprofundar o conhecimento sobre os(as) trabalhadores(as) foi a elaboração de uma narrativa sobre essa atividade, analisando sua presença na Avenida Sete de Setembro, em Salvador, bem como a aplicação de questionários com uma amostra significativa de trabalhadoras e trabalhadores (299 no total – quantitativo que será detalhado mais adiante). Isto foi feito principalmente porque, naquele momento, inexistiam informações que dessem conta especificamente do perfil desses(as) trabalhadores(as) na área estudada ou sobre como a atividade se conformava no centro de Salvador. Os resultados obtidos foram importantes por ajudar a compreender quem eram os(as) trabalhadores(as) de rua que atuavam naquele momento na área estudada, o modo como operavam sua atividade e qual a importância que viam no seu trabalho para a cidade.

Na narrativa que aqui construímos serão trazidas partes do que consideramos mais significativo daqueles relatos em termos de sua articulação com a ideia de um comum urbano. Assim pretendemos evidenciar os aspectos cotidianos da rotina de trabalhadoras e trabalhadores, sua relação com a rua, transeuntes e consumidores.

Em seguida, apresentaremos uma sistematização das entrevistas realizadas remotamente durante a pandemia e informações colhidas por meio do questionário aplicado em 2021 com trabalhadoras e trabalhadores das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (Apêndices A,

B, C, D e E). Embora em cidades distintas, esses(as) trabalhadores(as) tinham atuação na região central, o que nos ajuda a convergir na discussão que viemos realizando ao longo desta tese.

O resultado dos dois períodos analisados será trazido sob a forma de narrativas que, mesmo separadas por motivos, processos e temporalidades distintas, nos ajudam a montar algo novo, onde se integram sujeitos, território e suas táticas de vida.



Foto da autora, 2023.

3.2.1 NARRATIVA 1: O trabalho de rua no centro tradicional de Salvador/BA

A primeira narrativa tem o centro tradicional da cidade de Salvador como território. O trecho estudado, na Avenida Sete de Setembro, está situado numa área com dinamismo próprio, margeada por bairros de uso misto, com forte presença de comércio, serviços, instituições, residências e próximo de um dos mais importantes terminais de transporte rodo-metroviário da cidade, a Estação da Lapa.

Nas primeiras décadas do século XX, Salvador enfrentou desafios econômicos, mas não permaneceu estagnada no que se refere ao desenvolvimento urbano. Havia uma clara intenção de modernização da cidade, abordando os problemas por meio de ideais higienistas e propostas de intervenção urbana nessa região histórica da cidade.

Um dos marcos desse período foi o alargamento da Avenida Sete de Setembro, realizado entre 1912-1916, sob a administração de J.J. Seabra. Esta intervenção foi ancorada no chamado “urbanismo demolidor”, inspirado pelas intervenções realizadas no Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, e conduzidas pelo então Prefeito Pereira Passos (PINHEIRO, 2011). O objetivo era romper com o traçado colonial da cidade, buscando ordenar e higienizar a expansão urbana na direção sul. Entretanto, devido ao impacto da Primeira Guerra Mundial e à redução dos recursos financeiros provenientes do financiamento internacional, o andamento das obras foi prejudicado. Isso resultou em mudanças no projeto original, impedindo a demolição de diversos prédios ao longo da avenida que, de outra forma, teriam sido destruídos. A escassez de recursos forçou adaptações na execução do plano inicial. Apesar disso, algumas edificações de valor patrimonial foram demolidas para permitir o alargamento da Avenida Sete, como a Igreja de São Pedro Velho, o que demonstra que, apesar das restrições financeiras, parte do planejamento original foi executada, levando à perda de importantes marcos históricos da cidade (FLEXOR, 2021; PINHEIRO, 2011).

Segundo Pinheiro (2011), a reforma da Avenida Sete tinha como objetivo

principal aliviar o congestionamento no Distrito da Sé⁷⁰. O projeto da via tinha 4,6 km de extensão, com 21 metros de largura e calçadas de 3 metros. Uma parte significativa da avenida, correspondendo a 1,5 km do total, estava localizada no Distrito de São Pedro. Essa área abrigava a elite econômica e intelectual de Salvador e passou por um processo de empobrecimento, resultando na conversão de muitas construções em cortiços, já que foram abandonadas pela gente abastada que então mudava seu ideal de moradia. O trecho correspondente ao Distrito de São Pedro é o local onde a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua se faz mais notável, num trecho que se estende do Mosteiro de São Bento ao Forte de São Pedro. A partir do Campo Grande, a Avenida Sete de Setembro adentra o Distrito da Vitória, uma das áreas mais nobres da cidade. Partes desse trajeto são popularmente conhecidas como Corredor da Vitória e Ladeira da Barra, indicando uma região de maior prestígio, onde se identificam edificações de alto padrão construtivo. A transição ao longo da avenida se explicita por uma mudança significativa na paisagem urbana e na estratificação social de seus moradores, frequentadores e trabalhadores(as), indo de uma área empobrecida e com atividades mais populares para uma região de maior prestígio e *status* social elevado (Figura 19).

⁷⁰ A delimitação por distritos pode parecer desatualizada à primeira vista. No entanto, essa delimitação foi escolhida para conciliar as informações atuais com dados mais antigos sobre a região. Além disso, destaca-se que Salvador só recentemente atualizou e ampliou a delimitação oficial para seus bairros, o que justifica o uso dos distritos como referência para a localização e descrição das áreas.

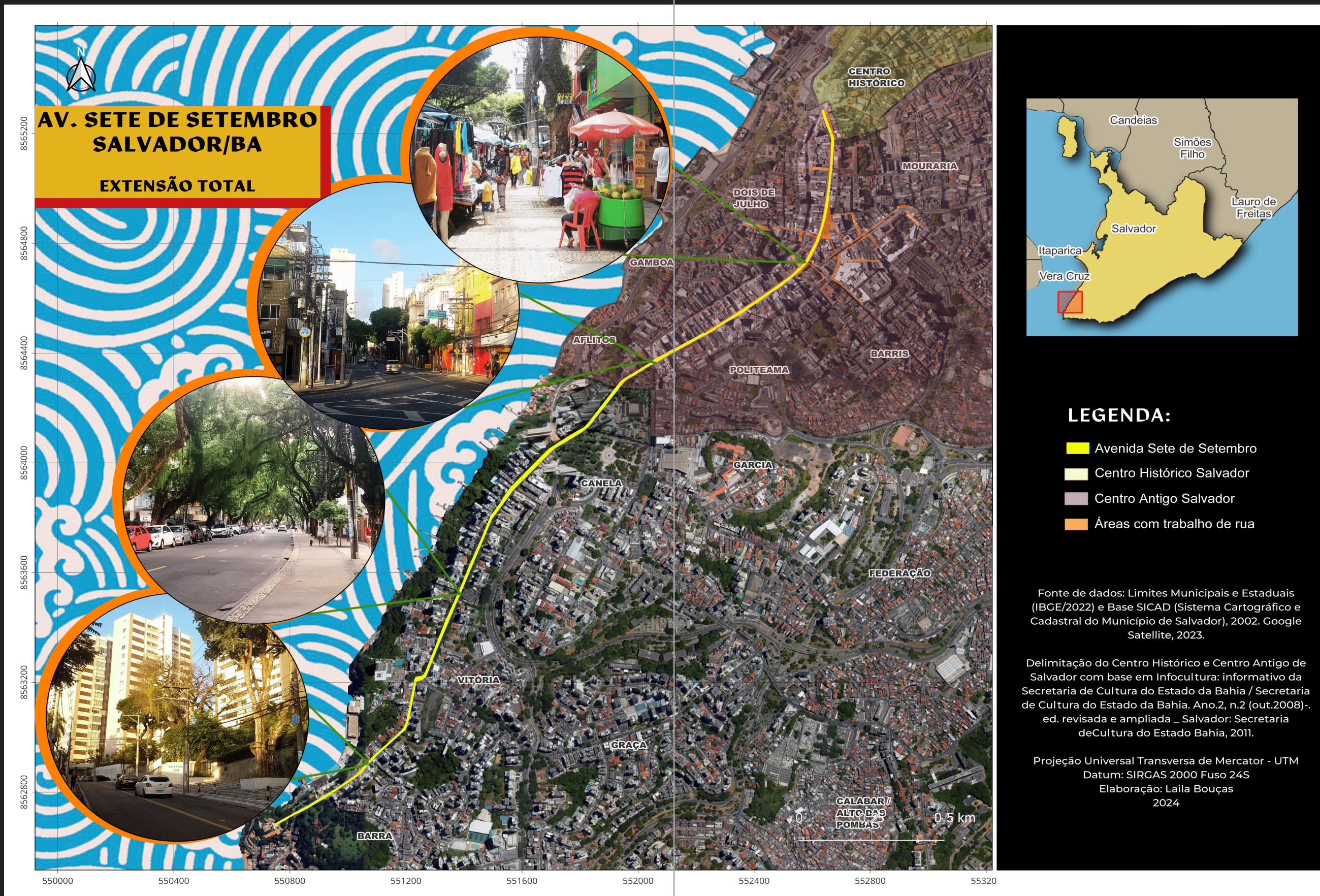


Figura 19: Mapa da Av Sete de Setembro, considerando sua extensão total e diferentes características.
Fonte: Elaboração da autora, 2024.

A perda gradual de dinamismo e de prestígio do Centro Antigo e do Centro Histórico de Salvador⁷¹ é fenômeno da segunda metade do século XX sem que, no entanto, se desfizesse sua relevância. Na Rua Chile, que historicamente possuía uma grande importância para o comércio e serviços da cidade, muitas das principais lojas e estabelecimentos de luxo foram transferidos para outras áreas. Segundo Gomes & Fernandes (1995), já na década de 1950, o comércio refinado da cidade, que antes era centralizado na Rua Chile, começou a migrar para a Avenida Sete de Setembro. Além disso, a expansão do sistema viário com a abertura das Avenidas de Vale na cidade permitiu o desenvolvimento urbano em novas direções, resultando em mudanças no fluxo de pessoas, que passaram a redirecionar seus deslocamentos para novas áreas.

A Avenida Sete de Setembro em Salvador permanece ainda como uma das ruas mais importantes seja do ponto de vista histórico e cultural, seja do ponto de vista do comércio popular da cidade. De acordo com Franco (1995) a área central, onde a avenida está inserida, tem reconhecida importância como “patrimônio coletivo”, pois trata-se de um espaço onde as diferentes classes sociais e grupos da cidade encontram formas de compartilhar e se manifestar cultural e politicamente. Discutindo a propalada ideia da decadência econômica da área central por volta dos anos 1990, a autora salienta que, na verdade, este seria um espaço de consumo por excelência, voltado principalmente para a população de renda média baixa e baixa, cuja expressão populacional comporia um mercado significativo a partir das “baixas rendas”. Paralelamente, a região central se constituiria como “*locus* estratégico de obtenção de renda das camadas mais pobres da população”, destacando-se como espaço de concentração de atividades informais. (FRANCO, 1995, p.42).

A Avenida Sete de Setembro diferencia-se, variando do aspecto fortemente comercial em seu trecho inserido no Centro Antigo de Salvador (Figura 19), com alta

⁷¹ O Escritório de Referência do Centro Antigo da Cidade de Salvador em convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresentam uma delimitação onde são considerados o Centro Histórico e o Centro Antigo da cidade. Nesta delimitação, o Centro Histórico compreende a área que vai da Rua Chile ao Santo Antônio. Já o Centro Antigo abrange o Centro Histórico, Campo Grande, Politeama, Centro, Barris, Tororó, Jardim Baiano, Nazaré, Barbalho, Lapinha, Comércio, Água de Meninos, Steiro, Queimadinho, Liberdade e Calçada (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA, 2011).

densidade de transeuntes, a um espaço de uso residencial de alta renda, no qual é possível andar mais tranquilamente sobre calçadas sombreadas adjacentes a intensa verticalização. No trecho do Centro Antigo, nos deparamos com edificações de diferentes períodos históricos, igrejas, praças e os mais variados serviços e atividades comerciais, além de intensa presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua, movimentando uma grande quantidade de pessoas.

Aqui se agrega ainda o intenso fluxo de transeuntes que se deslocam para a área através de uma das mais importantes estações rodo-metroviárias de transporte público da cidade, o que garante uma presença constante e bastante numerosa de pessoas todos os dias. Não por acaso, esse é um dos locais onde há maior concentração de trabalhadoras e trabalhadores de rua, que veem aí uma grande oportunidade para o comércio de suas mercadorias. Em seu entorno imediato estão bairros residenciais⁷² que são nutridos pela dinâmica da Avenida Sete em uma relação de reciprocidade (Figura 19). Em Bouças (2015), apenas o Dois de Julho foi estudado, por também concentrar tradicionalmente trabalhadoras e trabalhadores de rua. Nas Figuras 20 a 31 podemos observar alguns registros da dinâmica da área estudada em diferentes temporalidades.

⁷² São eles: Dois de Julho, Afritos, Barris e Politeama.



Figura 20: Avenida Sete de Setembro, 2012
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 21: Praça do Relógio de São Pedro, 2012
Fonte: Foto da autora, 2012



Figura 22: Transversal da Avenida Sete de Setembro, 2012.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 23: Avenida Sete de Setembro em meio a projeto de intervenção, 2014.
Fonte: Foto da autora, 2014.



Figura 24: Avenida Sete de Setembro, 2017.
Fonte: Foto da autora, 2017.



Figura 25: Praça do Relógio de São Pedro, 2017.
Fonte: Foto da autora, 2017.



Figura 26: Avenida Sete de Setembro em contexto pandêmico, 2020.
Fonte: Foto da autora, 2020.



Figura 27: Avenida Sete de Setembro em contexto pandêmico, 2020.
Fonte: Foto da autora, 2020.



Figura 28: Avenida Sete de Setembro, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 29: Avenida Sete de Setembro, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 30: Avenida Sete de Setembro, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 31: Avenida Sete de Setembro, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.

A quantidade de trabalhadoras e trabalhadores de rua no centro de Salvador ainda é um dado impreciso. De acordo com a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), em dados divulgados em 2023, na cidade de Salvador existem 14.501 (quatorze mil quinhentos e um) cadastrados, número que se refere àqueles(as) e trabalhadores(as) licenciados. A estimativa do órgão municipal, que se aproximaria do contingente real de trabalhadores(as), levando em consideração também aqueles sem licença, aponta um número entre 50 e 70 mil em toda a capital⁷³. Em 2015, a pesquisadora contabilizou uma média de 1.131 trabalhadoras e trabalhadores⁷⁴ no trecho da Avenida Sete

⁷³ Informação disponível em: <<https://www.trbn.com.br/materia/155863/70-mil-ambulantes-n-o-cadastrados-circulam-em-salvador>>. Acesso em nov. 2023.

⁷⁴ Em Bouças (2015) foi realizada uma contagem in loco em todoo trecho da Avenida Sete que é

SALVADOR

LEGENDA



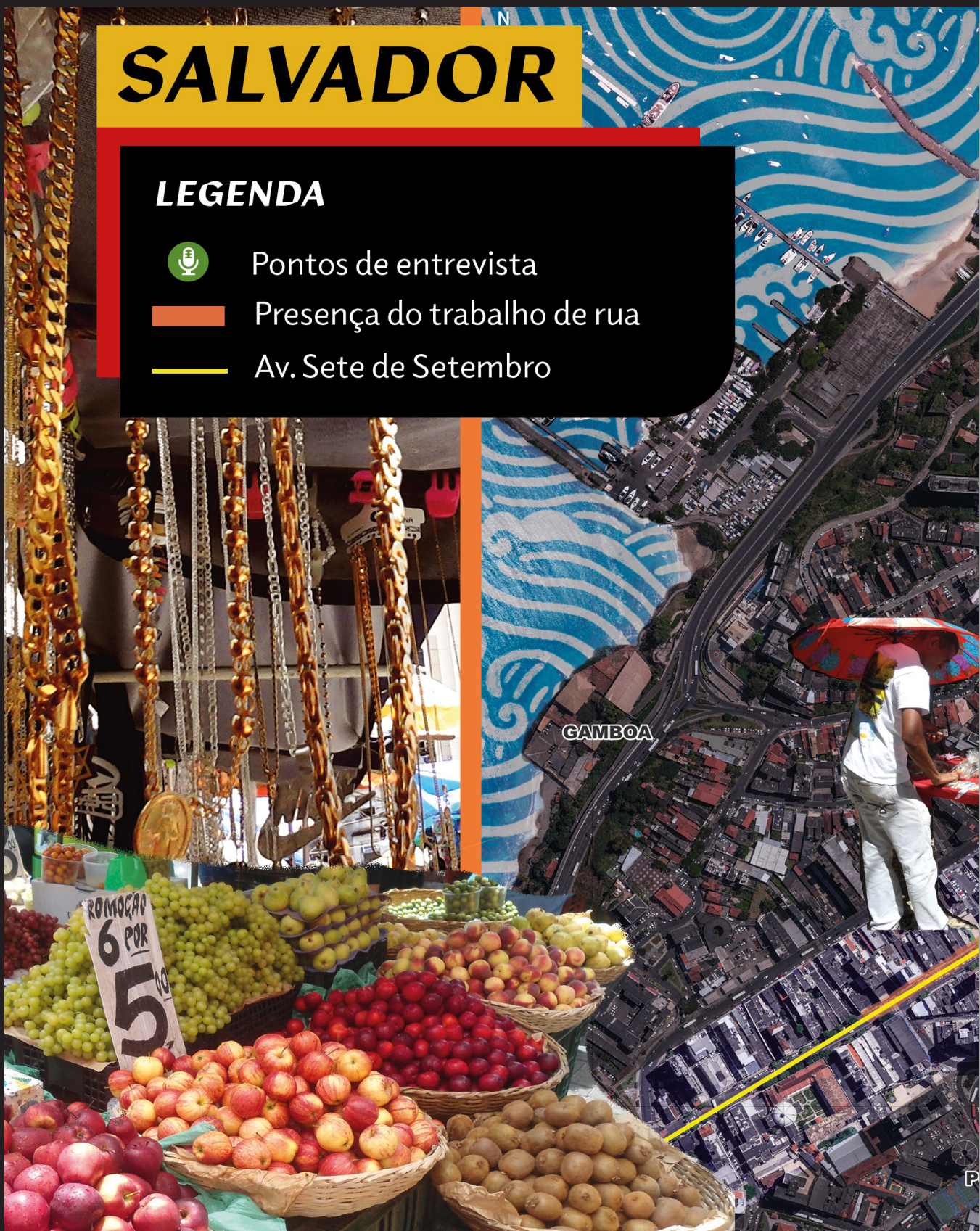
Pontos de entrevista



Presença do trabalho de rua



Av. Sete de Setembro



inserido no Distrito de São Pedro, onde se encontram aqueles que se disponibilizaram a ser nossos interlocutores, cedendo parte do seu tempo para nos contar um pouco de sua trajetória (Figura 32).

ocupado por trabalhadores(as) de rua. A pesquisa contabilizou o quantitativo de trabalhadores(as) em dias diferentes e utilizou a média obtida como referência.

Figura 32: Mapa com a presença do trabalho de rua na Av. Sete de Setembro.
Fonte: NAZARIO, L. e BOUÇAS, R. L. 2024.

Aproximações com as trabalhadoras e trabalhadores de rua em Salvador

Ao sair de casa e iniciar uma caminhada no Dois de Julho (Figuras 33 à 39) em direção à Avenida Sete, passando pela Rua do Cabeça, a pesquisadora encontrava dona Valdenice, 58 anos, que trabalhava vendendo feijão verde e andu. Na entrevista realizada em 2015, ela contou que começou a vender numa feira no centro, mas lá só podia trabalhar dia de sábado, o movimento era fraco e tinha muita gente vendendo a mesma coisa. Algumas pessoas sugeriram que ela fosse para a Feira de São Joaquim⁷⁵, mas ela

não tinha barraca e não conseguiu se estabelecer no local. Tentou então vender seu feijão numa feira na Barra, mas só conseguiu vender um litro, pois a clientela dali era fiel aos feirantes antigos. Com o pouco dinheiro que ganhou, decidiu pegar o primeiro ônibus, o qual passava pela Avenida Sete em direção ao Centro Histórico. No caminho, pensou que estava fazendo bobagem, pois o que iria vender lá? Ao passar pela praça do Relógio de São Pedro, na Avenida Sete, olhou para o outro lado e viu gente na rua. Resolveu descer e foi até o Dois de Julho. Assim que botou a guia⁷⁶ na rua veio logo uma cliente. Conta que em meia hora vendeu todo o feijão que tinha levado: era dinheiro pra ir embora, para comer e pra garantir a comida da filha recém-nascida. Depois desse dia nunca mais saiu do bairro e nele trabalhava já há 30 anos. Dona Valdenice contou que, com seu trabalho, conquistou a casa própria e nela tem tudo que precisa. Criou

⁷⁵ A Feira de São Joaquim está situada no bairro do Comércio em Salvador, área estreitamente relacionada com o Recôncavo Baiano e de grande importância histórica e comercial. Para aprofundar os conhecimentos sobre a feira, recomendamos: SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998. e SOUZA, Márcio Nicory Costa. A teia da feira: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

⁷⁶ A guia é frequentemente usada como um sinônimo para o mobiliário usado pelo(a) trabalhador(a) de rua para expor sua mercadoria ou para os recursos que serão investidos na atividade.

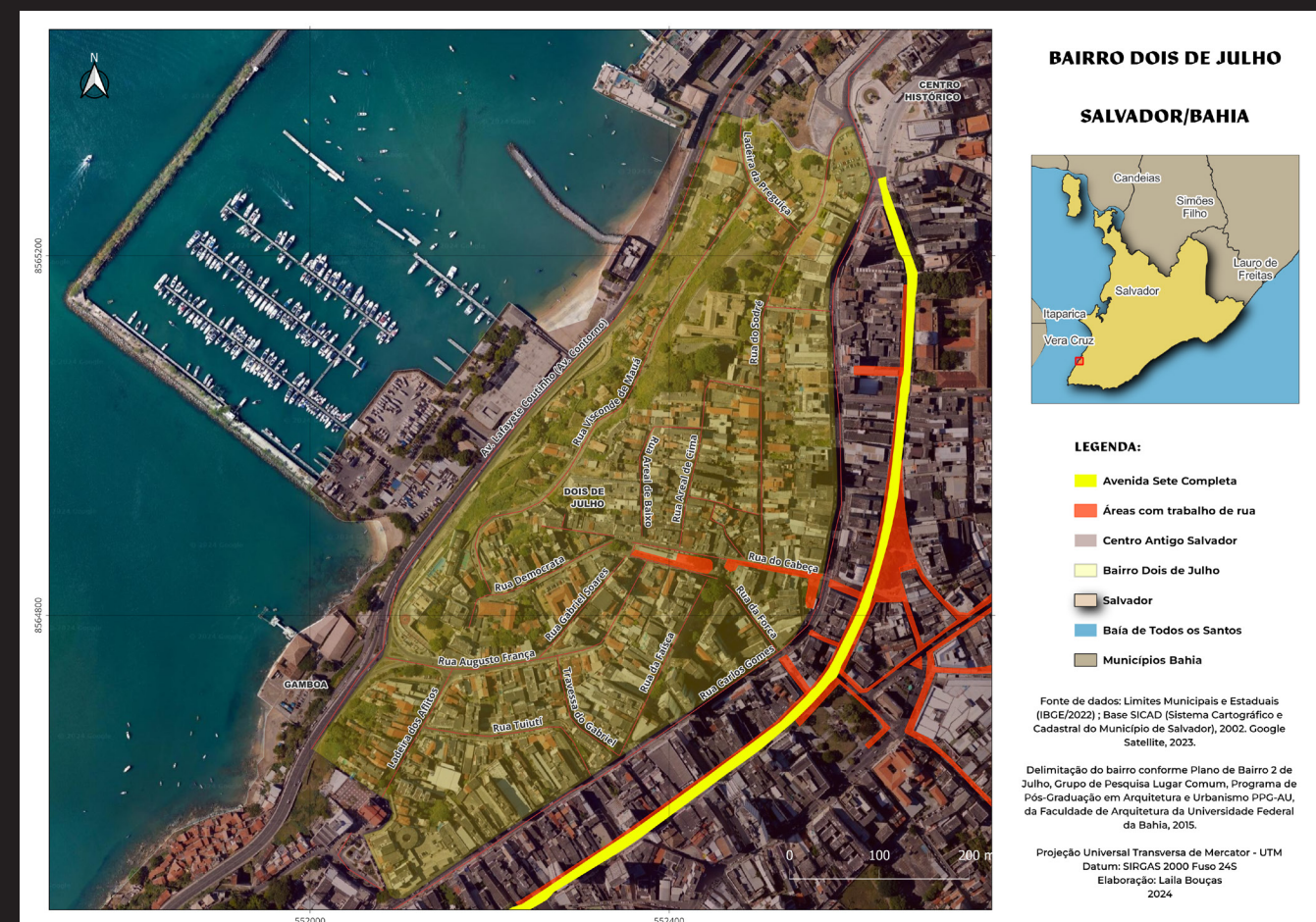


Figura 33: Mapa do bairro Dois de Julho. Fonte: Elaboração da autora, 2024.

seus dois filhos e ali se via como empresária, já que agora podia escolher os dias em que colocava sua guia na rua (duas vezes na semana). Além do feijão verde, vende também mangalô, andu⁷⁷ e pimenta, alguns mercadorias que só ela ofertava no bairro. Apesar de gostar muito do trabalho que realiza, dona Valdenice, que já foi prestadora de serviço para uma empresa com carteira assinada, conta que gostaria de ter novamente um emprego formal, mas sabe que não conseguirá, por conta da idade e da pouca escolaridade. Se considerava uma boa comerciante e acha que seu trabalho é um lazer, pois nele podia conversar com todo mundo, além de se divertir. Atualmente, após a pandemia, Dona Valdenice não atua mais no bairro. Perguntando para seus vizinhos de ponto, foi possível saber que ela parou de trabalhar no período da pandemia. Sua filha não assumiu o ponto, embora a acompanhasse de vez em quando. Segundo os vizinhos, a filha de Valdenice se formou em medicina.

⁷⁷ Mangalô e andu são tipos de feijões, também conhecidos como Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).



Figura 34: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2012.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 35: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2017.
Fonte: Foto da autora, 2017.

Ali próximo, ainda no 2 de Julho, está a banca de Seu Raimundo, 55 anos de idade. Nela vemos diversos sapatos e instrumentos usados por ele, que contou ter “caído” na juventude (ter sido preso) e não conseguiu mais outro emprego. Ele também trabalha no bairro Dois de Julho e aprendeu sua profissão atual no Liceu de Artes e Ofícios, que ficava na Praça da Sé. Antes disso chegou a trabalhar com carteira assinada na antiga Telebahia. Quando foi entrevistado, trabalhava como sapateiro, entre bancas de frutas, verduras, farinhas de beiju, ovos, quei-

jos e ervas medicinais. O trecho ia passar por uma reforma implementada pelo município, mas ele dizia que mesmo quando tudo estivesse pronto iria continuar no mesmo lugar e dali não se mudaria, pois é onde está sua clientela. Seu Raimundo é artesão e por ser artesão disse nunca ter conseguido licença da prefeitura. Ele opta por trabalhar na rua principalmente porque, em ambiente fechado, fica-se muito exposto ao cheiro da cola de sapateiro. Então, trabalhar na rua é uma questão de saúde, segundo sua opinião. Contou que suas coisas já foram jogadas fora e sua guia quebrada em momentos de tensão entre ambulantes e o poder público, em gestões



Figura 36: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2013.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 37: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2013.
Fonte: Foto da autora, 2013.

anteriores. Segundo conta, só conseguiu permanecer por ajuda de uma cliente que foi professora de um antigo prefeito e intercedeu por ele. Ele não tem nenhum controle contábil de seu negócio, o que sabe é que consegue pagar suas contas em dia. Com o trabalho conseguiu conquistar a casa própria e o estudo particular dos filhos. Entre seus planos para o futuro está o desejo de ver os filhos formados, mas não pensa em ter um trabalho formal para si. Em 2023, seu Raimundo ainda trabalha no mesmo local, ainda que a intervenção mencionada tenha ocorrido no bairro.



Figura 38: Coreto, próximo à Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 39: Rua do Cabeça, Dois de Julho, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.

É preciso pontuar ainda que a reforma do Mercado do Dois de Julho foi um fracasso. Há apenas uma pessoa trabalhando no local destinado aos trabalhadores de rua. Ocasionalmente, nos finais de semana, aparecem algumas pessoas vendendo artesanatos e roupas, um tipo de brechó. Todos os demais trabalhadores seguem atuando onde originalmente tinham seus pontos. A intervenção foi tão mal-recebida pelos(as) trabalhadores(as) que, mesmo gerando espaço reformado, pouco foi capaz de atrair quem quisesse se arriscar na nova localização. Apenas uma trabalhadora de rua mantém o ponto funcionando diariamente dentro da estrutura do mercado. Outros, que trabalham à noite nas proximidades do mercado com comércios de lanches e petiscos, usam o local para guardar seus carrinhos ou a estrutura de suas barracas – Figuras 40 e 41. Aqui é importante notar que, ao contrário do que acontece em outras localidades, a criação do mercado não favoreceu a chegada de novos(as) trabalhadores(as), assim como não ensejou conflitos entre trabalhadores(as) licenciados(as) e não licenciados(as).



Figura 40: Mercado Municipal do Dois de Julho recém inaugurado, 2017.
Fonte: Foto da autora, 2017.



Figura 41: Mercado Municipal do Dois de Julho recém inaugurado, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.

Saindo do Dois de Julho pela Rua do Cabeça, onde há mais trabalhadores(as), sente-se um clima de feira. Morar no Dois de Julho tem um significado especial em razão dessa feira: o fato de poder nutrir-se com alimentos de qualidade, frescos e de baixo custo. O desfile de frutas, verduras e hortaliças, muitas vezes adquiridos de

pequenos produtores da agricultura familiar de cidades próximas, inunda o espaço com suas cores e cheiros. Frutos do mar, mariscos, caranguejos e peixes trazidos da Ilha de Itaparica ou pescados na Baía de Todos os Santos também são encontrados nesse trecho e se misturam em uma profusão rica para os sentidos. Ao perguntar onde esses(as) trabalhadores(as) guardavam o pescado não vendido, muitos disseram ter amizade com os açougues do local, onde podiam deixar a mercadoria gratuitamente ou pagando um valor bem pequeno. Por sua vez, há também o comércio de flores próximo ao ponto de ônibus, quando já alcançamos a Rua Carlos Gomes, o que levou o local a ser conhecido como “Largo das Flores” – Figuras 42 a 45.



Figura 42: Largo das Flores, Dois de Julho, 2012.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 43: Largo das Flores, Dois de Julho, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 44: Largo das Flores, Dois de Julho, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 45: Largo das Flores, Dois de Julho, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.

Seguindo da Rua Carlos Gomes em direção à Praça da Sé, passamos por mais alguns pontos de ônibus e prédios comerciais de uso misto que comercializam produtos de decoração para casa, lojas de eletrônicos e artesanatos. Aliás, toda Rua do Cabeça, passando pela Rua Carlos Gomes até a entrada do Beco Maria Paz é um verdadeiro paraíso para os artesãos. Encontra-se de tudo: linhas, missangas, tecidos, pedrarias, papéis, caixas de MDF, tintas, pinceis, argilas, embalagens etc. Os proprietários desses comércios frequentemente são estrangeiros de origem chinesa ou latina.

No Beco Maria Paz, transversal que se conecta com a Avenida Sete, já na altura do Mosteiro de São Bento,

encontramos Adriana. Ela relatou ter começado a trabalhar costurando em casa com a mãe. Mulher de 39 anos, concluiu o ensino médio e quer voltar a estudar. Disse ter optado pelo trabalho na rua porque nele consegue ter liberdade para cuidar do filho pequeno, que estuda no centro. Naquela oportunidade, Adriana contou que a grande vantagem de trabalhar assim é que consegue fazer o próprio horário, o que é bastante importante também se considerarmos que ela mora a 24km do centro, no bairro de Itapuã. Como não ficar aliviada com a possibilidade de sair mais cedo do trabalho e assim evitar pegar um engarrafamento que cruza quase toda a cidade no horário de pico?

Para Adriana “vender na rua é ter dinheiro à vista”, e disse que, se pudesse mudaria para um lugar onde tivesse mais movimento, pois a rua onde está agora é muito “fraca”. Antes de vir para o Beco Maria Paz estava trabalhando na Avenida Sete e contou que alguns clientes já a encontraram, mas outros ainda não sabem para onde ela foi depois que precisou se mudar devido à política de ordenamento implementada pela Prefeitura. Sua mercadoria era “diferenciada”, tratava-se de confecções de moda de praia produzidas por suas próprias mãos, cujo controle de compras e vendas era

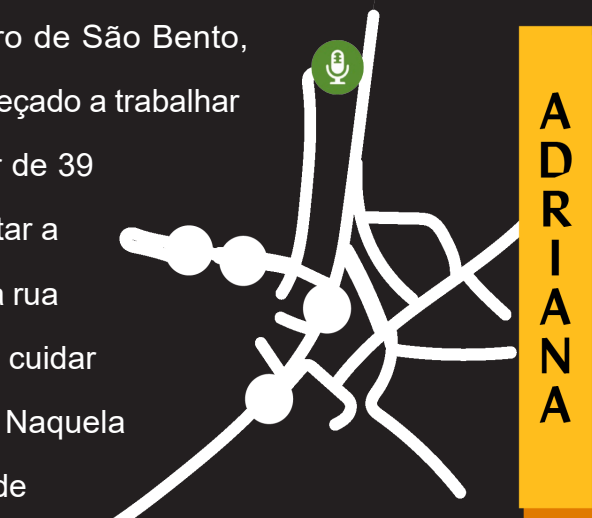


Figura 46: Beco Maria Paz, 2012.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 47: Beco Maria Paz, 2020.
Fonte: Foto da autora, 2020.

feito num caderninho onde ela anotava tudo, separando o dinheiro daquilo que compra para manter o negócio, daquilo que é de seu uso. Ela destacou que suas principais conquistas no trabalho incluíram a possibilidade de arrumar a própria casa e viver com dignidade. Sua relação com as demais mulheres da rua também chamou a atenção. Elas tomavam conta das bancas umas das outras e reuniam-se em conversas quando o movimento estava fraco. Esta rua onde trabalhavam, Beco Maria Paz, é uma das que mais se ouve reclamações por parte de trabalhadoras e trabalhadores, pois o movimento de pessoas transitando por ela é pequeno se comparado com o das demais. Contudo, Adriana chamou atenção para algo que considera bom de estar nela, que é o fato de o lugar agora ser coberto, o que lhe possibilita vender mesmo em dias de chuva, além



Figura 48: Beco Maria Paz, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 49: Beco Maria Paz, 2023.
Fonte: Foto da autora, 2023.

de ser um lugar para onde ela pode levar seu filho, que brinca com as outras crianças também filhos(as), netos(as) e sobrinhos(as) de outros(as) trabalhadores(as) do local. Adriana revelou ainda que se as vendas continuassem fracas depois do carnaval⁷⁸, desistiria do ponto e procuraria um emprego formal próximo de onde mora, pois pretendia também mudar a escola do filho. Em 2023, o movimento da rua onde Adriana trabalhava segue fraco e ela não se encontra mais no mesmo ponto de trabalho.

Concluindo a travessia do Beco Maria Paz alcançamos a Av. Sete, de frente para o Colégio do Mosteiro de São Bento. Aí estampa-se aos olhos uma profusão de informações num movimento intenso e contrastante com relação à Rua Carlos Gomes, onde até era possível sentir a brisa da Baía de Todos os Santos. A palavra para descrever não é outra senão frenesi. Os tipos de loja são os mais diversos, mas se encontram principalmente confecções. São muitas as lojas de roupas e calçados e de produtos para cama, mesa e banho. Há serviços diversos como relojarias, consultórios de dentistas, clínicas de exame médico, lojas de conserto de eletrônicos. Além de instituições como escolas, igrejas, sindicatos e centros de estudo. Somados a essa diversidade estão os(as) trabalhadores(as) de rua, que se mantiveram em seus pontos de trabalho após a reforma da Avenida Sete, entregue em 2016. Muitos são os rostos conhecidos e muitos são os novos. Neste trecho foi possível verificar algumas situações de conflito

⁷⁸ As entrevistas foram realizadas no ano de 2015, portanto Adriana referia-se ao carnaval do ano de 2016.



Figura 50: Avenida Sete de Setembro, 2019.
Fonte: Foto da autora, 2019



Figura 51: Avenida Sete de Setembro, 2019.
Fonte: Foto da autora, 2019

envolvendo a disputa por pontos entre trabalhadores(as) licenciados, que atuam há muitos anos na localidade e recém-chegados. Não entrevistamos novamente os(as) trabalhadores(as) mas, seguindo a rota realizada para a pesquisa de mestrado, passamos pela Avenida Sete de Setembro, em direção ao Campo Grande, passamos próximo ao Relógio de São Pedro, onde ficava o ponto de Diana, que não conseguimos localizar. O movimento nessa área é um dos mais intensos, talvez devido às quadras serem mais curtas e as transversais darem acesso tanto para a Estação da Lapa quanto para o Bairro 2 de Julho.



Em 2015, Diana ainda estava na Avenida aguardando a conclusão das obras do local para onde seria transferida. Com 45 anos, falava muito de sua filha pequena. Na primeira vez que nos encontramos, ela foi indicada por outros(as) trabalhadores(as) depois de muitos terem se recusado a responder o questionário básico. Disseram para procurá-la porque ela gostava muito de falar. Ela estava neste ponto há dois anos e disse ter entrado no ramo por falta de opção, depois de ter sido demitida do antigo emprego, onde atuava na linha de produção, embalando roupas. Apesar de ter amizade com alguns lojistas próximos de seu ponto, ela contou que não vai mais ao banheiro enquanto está trabalhando, deixa pra ir só quando chega em casa. Segundo ela, o motivo para isso é a intensa fiscalização que está havendo e as ações do rapa⁷⁹. Ela trabalhava na rua e expunha suas mercadorias em um tipo de grade ou tela, na qual era possível pendurar os objetos e transportá-los com mais facilidade caso precisasse se deslocar.

Na segunda vez em que conversamos, o sol estava muito forte e ela estava trabalhando de sombrinha. Às vezes mostrava dificuldades para segurar a sombrinha

⁷⁹ De acordo com o disposto no dicionário Michaelis (2008) o termo “rapa” refere-se ao “carro que conduz fiscais da Prefeitura e força policial para apreender, na via pública, mercadorias que estejam sendo vendidas por pessoas não licenciadas e pequenos veículos não matriculados.

ao mesmo tempo em que atendia, recebia o pagamento e dava a mercadoria para o cliente. Contou que preferia trabalhar num lugar coberto, onde tivesse um banheiro e disse que às vezes chegava a almoçar em pé. Sobre seu controle contábil, ela disse tentar anotar tudo que compra e o que vende, sobretudo porque, se não fizer isso, sai gastando o dinheiro no mercado e não podia deixar a guia vazia. Quanto a seus planos para o futuro, desejava continuar trabalhando por conta própria, mas quer “ter uma lojinha em um lugar mais aconchegante”. Considerava que o bom de trabalhar na rua é principalmente que tem sempre dinheiro na mão e faz amizades.

Seguindo ali, após passar pela Praça da Piedade, encontramos seu Antônio, um homem que dizia ter a idade aproximada de 61 anos e que nunca frequentou a escola.

Desde a primeira vez que conversamos, sua história despertou muita curiosidade, principalmente porque foi difícil falar com ele, já que a todo momento chegava alguém para ele atender. Num primeiro momento, a mercadoria com que trabalhava eram colares, anéis e brincos de aço inox e uma das poucas coisas que ele conseguiu contar foi que não sabia onde nasceu porque fugiu de

casa muito novo. Em nosso segundo encontro, ele vendia adereços para o carnaval: delicadas tiaras de flores confeccionadas por ele mesmo. Nesse dia o movimento estava mais tranquilo e ele contou com mais calma sua história. Disse ter fugido no fundo de um caminhão com 10 anos de idade porque era obrigado a trabalhar na roça desde os 5 anos e apanhava do padrasto. Por isso ficou muito tempo sem documentos, não lembra o ano certo em que nasceu, nem sua data de aniversário, tampouco de que cidade era. Começou vendendo bala na rua e foi baleiro até os 20 anos de idade. Seu Antônio dizia preferir continuar vendendo na Avenida Sete sem ponto fixo, mesmo se tiver que correr do rapa, pois ele não tem licença e acha que no beco não se vende



nada. Segundo ele “cliente nenhum procura camelô para comprar nada; ele compra quando vê a mercadoria”. Além disso, diz não ter mais idade e condição de montar e desmontar a barraca todos os dias. Atualmente ele guarda sua mercadoria numa das lojas da Avenida, pois tem amizade com o dono. Ele não faz controle contábil de seu negócio e diz só saber o que deve no cartão de crédito. Destaca que sua principal conquista com esse trabalho foi ter uma casa e ter criado os filhos, inclusive, contou com orgulho que uma de suas filhas hoje está formada e é administradora. Seu Antônio não pensava em ter um emprego formal, tampouco em sua aposentadoria. Ele não paga INSS e disse não saber se vai conseguir sair da rua quando tiver que se aposentar, pois para ele “coisa boa é estar aqui na rua, dá pra conhecer todo mundo, ter amizade”. De dificuldade no trabalho, para ele, só mesmo o rapa. Anos depois dessas entrevistas, ele segue trabalhando praticamente no mesmo local em que foi entrevistado, sempre com mercadorias diferentes e seus artesanatos.

Seguindo adiante, é como se abaixássemos o volume de uma música. O movimento vai arrefecendo, embora o comércio siga vivo. Caminhamos para o Campo Grande, maior Praça do centro da cidade com cerca de 3,5 hectares. Aí está também um dos mais importantes equipamentos públicos da cidade, o Teatro Castro Alves e já é possível aproximar-se de alguns prédios que compõem a Universidade Federal da Bahia, isolados de seus campi. São estes também equipamentos que atraem muitas pessoas ao longo do dia e contribuem para a vitalidade da região. Entretanto, aí os(as) trabalhadores(as) já se encontram de forma mais dispersa, comercializando coisas específicas como temperos, frutas e lanches.

A observação dos elementos presentes na área mais dinâmica para o trabalho de rua e nas áreas mais rarefeitas faz ressaltar algumas características importantes. Tanto no trecho próximo ao Centro Histórico, quanto no trecho próximo ao Campo Grande, onde a Avenida Sete passa a ser denominada Corredor da Vitória, temos locais mais valorizados pelo capital. São trechos mais luminosos. Entre eles, o fluxo de transeuntes que se desloca por variados motivos faz emergir, entre bairros residenciais mais populares como o Dois de Julho e os Barris, condições ideais para despertar o

senso de oportunidade de trabalhadoras e trabalhadores de rua.

Entre os(as) trabalhadores(as) que aqui destacamos e os demais entrevistados que não foram citados, percebemos que, além do espaço comum compartilhado, relações diversas se estabelecem. Neste espaço se faz amizades, ainda que exista concorrência e disputa por alguns pontos mais movimentados. Há solidariedade para olhar a guia do outro enquanto se vai para o banheiro, para fazer a venda enquanto o outro se alimenta, para olhar o filho da colega que não foi para a escola, para guardar a mercadoria no final do dia. São muitos os relatos de quem conseguiu custear os estudos dos filhos com a atividade. Há ainda a relação de amizade com os clientes e transeuntes que passam cotidianamente. Quando a pesquisadora, que também era moradora e transeunte, ficou grávida, por exemplo, sempre havia quem perguntasse sobre a criança ou oferecesse uma fruta. As tramas cotidianas que se fazem, desfazem e refazem conforme passam os dias, modulam relações diversas e conectam desconhecidos. Despertam interesses e revelam conflitos, como evidenciamos no Capítulo 2 com o desencadeamento de ações de ordenamento realizadas pela municipalidade. Produzem ainda algo de incomensurável, como o são as relações interpessoais, a sociabilidade, a cooperação e a solidariedade, enquanto o dinheiro contado no final do dia permite uma ida ao mercado ou o pagamento de uma conta mais adiante.

Esse processo, tecido em diferentes tempos e revelador das táticas de vida dos sujeitos com que trabalhamos nos permite explorar articulações mais sensíveis, reunindo informações dispersas para formar a imagem de um todo. Assim, ainda que uma interdição como a pandemia de COVID-19 tenha entremeado nosso trabalho e dificultado nossas possibilidades de pesquisa, há também o que extrair dessa fratura. Interessa então avançar questionando: o que foi possível observar no espaço público quando se tornou impraticável estar na rua?



3.2.2 NARRATIVA 2: A pesquisa sob o impacto da pandemia

A pandemia de COVID-19, conforme foi visto no Capítulo 1, representou um forte impacto para o mundo do trabalho, sobretudo para aquele realizado no âmbito da economia popular. Para esta pesquisa, a pandemia representou a ruptura com a possibilidade de realizar o trabalho de campo planejado para aquele ano e prorrogou sua interdição para o ano seguinte, quando os prazos regimentais para a conclusão da tese se esgotavam e ainda não havia vacina para crianças, fator imprescindível para uma pesquisadora mãe. A resiliência e a insistência, no entanto, moveram os processos metodológicos na criação de possibilidades de pesquisa que tiveram, na virtualidade e na tecnologia, o seu suporte.

Antes de iniciarmos a narrativa que apresenta as principais questões conversadas com os(as) trabalhadores(as) através de chamadas de vídeo, faremos uma breve contextualização do período pandêmico, já trabalhado anteriormente no Capítulo 1, mas aqui retomado numa perspectiva que nos aproxima mais dos efeitos sobre os(as) trabalhadores(as) de rua especificamente.

É importante mencionar como o período pandêmico foi ainda mais difícil para esses(as) trabalhadores(as), já que sua necessidade de estar no espaço público se manteve ainda que não fosse possível estar nele por conta das medidas sanitárias. Os(as) trabalhadores(as) de rua aqui estudados foram profundamente afetados pela diminuição da circulação de pessoas. Seus rendimentos despencaram ou mesmo se anularam. Ferreira, Da Silva e Martins (2021) sistematizaram e disponibilizaram a síntese dos dados da PNAD COVID-19 para a categoria “Vendedor ambulante (feirante, camelô, comerciante de rua, quiosque)”⁸⁰. As autoras constataram que, de acordo com esta pesquisa, válida para o ano 2020, e para o conjunto das unidades federativas brasileiras, a categoria apresenta-se majoritariamente composta por pessoas que se declaram negras, o que corresponde a 67% do total das pessoas nesta categoria.

⁸⁰ Variável de código C007C, conforme dicionário PNAD COVID, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: mar 2022.

A maioria destes(as) trabalhadores(as) são homens (58%), enquanto as mulheres correspondem a 42%, das quais 28% são mulheres negras⁸¹.

Os estados onde havia maior concentração dessa categoria de trabalhadoras e trabalhadores eram: Rio de Janeiro (9,14%), Bahia (7,15%), Amazonas (6,14%), Maranhão (6,05%), Pará (6%) e São Paulo (5,91%). Ainda de acordo com as mesmas autoras, a partir de dados da PNAD COVID19, cerca de 70% de trabalhadoras e trabalhadores enquadrados na categoria “vendedor ambulante” disseram ter recebido o auxílio emergencial. Destes, 58% eram homens e 42% eram mulheres. Entre estas e estes(as) trabalhadores(as) que receberam auxílio emergencial, 68% correspondem a pessoas negras (11% que se declararam como pretas e 57% como pardas), seguidas de 31% autodeclaradas brancas, 0,52% amarelas e 0,79% indígenas. Chama a atenção nos dados apresentados, que 30% dessa população no país tenha ficado sem o auxílio emergencial⁸², o que certamente aprofundou sua situação de vulnerabilidade, já que as condições para trabalhar praticamente se anularam.

Para esta tese, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários através de formulário *online*⁸³, com respostas de 15 trabalhadoras e trabalhadores moradores das cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As entrevistas foram realizadas com 03 trabalhadoras e 01 trabalhador: no Rio de Janeiro, Maria de Lurdes do Carmo, conhecida como Maria dos Camelôs, 48 anos, coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) e André Luiz Pacheco, 45 anos, associado ao MUCA e diretor

⁸¹ Não foi possível verificar a partir da PNAD COVID19, indicada como fonte dos dados pelas autoras, mais informações sobre a categoria estudada. Mas, o material produzido por elas se constituiu como único recurso disponível e muito precioso por tratar de forma específica sobre o trabalho dos vendedores ambulantes, que engloba os trabalhadores de rua.

⁸² De acordo com Ferreira, Da Silva e Martins (2021), nas cidades em que foi oferecido um auxílio específico para os(as) trabalhadores(as) da categoria “vendedor ambulante”, o benefício foi limitado apenas para aquelas e aqueles que tinham licença. Este foi o caso do Rio de Janeiro, com o “Auxílio Carioca” e de Salvador, com o “Salvador para Todos”, por exemplo.

⁸³ O formulário da pesquisa foi gentilmente distribuído através de alguns dos interlocutores entrevistados nesta pesquisa, Maria dos Camelôs, do MUCA no Rio de Janeiro, Pitty do Sindibaç de Salvador, e por Benedito Barbosa que atua como advogado junto ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos de São Paulo. O formulário foi respondido por 7 trabalhadores(as) de São Paulo, 7 de Salvador e um do Rio de Janeiro. Consideramos aqui que, embora seja um número restrito no universo de trabalhadores(as) existentes nessas cidades, as informações apresentadas podem indicar caminhos para avançarmos na percepção dos impactos da pandemia para esta categoria. O formulário ficou aberto entre os dias 27/11/2020 e 03/02/2021.

da Associação da Lapa; em Salvador, Marli Almeida, conhecida como Pitty, 51 anos, associada ao Sindicato dos Ambulantes do Estado da Bahia (Sindibaq) e diretora na Associação Baiana dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mercado Informal (ABA-TIS); e em São Paulo, Valdina Silva, 67 anos, presidente da Jaciara - Associação das trabalhadoras e dos trabalhadores ambulantes e camelôs do Estado de São Paulo.

Na impossibilidade de estar em campo, se exercitou a escuta do outro e aqui se faz a partilha deste encontro. A narrativa que construímos a seguir costura os aspectos levantados nas entrevistas e os resultados dessa pesquisa. Além disso, os relatos das entrevistas serão circunscritos e entremeados pelos resultados dos questionários aplicados que, embora apresentem uma amostra muito restrita, possuem relevância por contribuir para o entendimento da dinâmica em função do período em que a pesquisa foi realizada.

Todos os 15 trabalhadores e trabalhadoras que responderam ao questionário através do formulário online possuem mais de 43 anos de idade. Dentre eles, 5 se declararam pretos, 6 se declararam pardos e 4 se declararam brancos; 9 são homens e 6 são mulheres. Nesse conjunto, 8 trabalhadores e trabalhadoras de rua possuem ensino fundamental (completo e incompleto), 5 completaram o ensino médio, e 2 cursaram ou cursam o ensino superior ou uma pós-graduação. A maioria informou três razões principais, listadas em ordem de prevalência, para justificar o motivo de estar realizando esse trabalho: por não ter encontrado outra oportunidade, para ganhar mais e melhor e pelo desejo de não possuir patrão. Disseram realizar a



Figura 52: Fotografia de Roberto Moreyra / Agência O Globo, janeiro de 2021. Fonte: Disponível em: <<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/um-aplicativo-para-evitar-a-lotacao-e-o-virus-no-busao/>>. Acesso em 10 set 2022.

atividade diariamente por cerca de 12h. Onze dos 15 entrevistados disseram estar há mais de 15 anos atuando como trabalhadora ou trabalhador de rua, no mesmo local, para onde se deslocam majoritariamente a pé ou utilizando o transporte público.

Esses três últimos dados, escolaridade, jornada de trabalho e modo de deslocamento são importantes, porque lemos aí que não se trata apenas de pessoas com baixo nível de escolaridade atuando neste setor. Tampouco a possibilidade de acessar o nível superior faz com que alguns deles deixem de trabalhar na rua.

A longa jornada de trabalho evidencia os desafios para obter uma renda satisfatória, o que expõe as dificuldades a que esses(as) trabalhadores(as) estão submetidos, sem desfrutar dos direitos

conquistados historicamente pela classe trabalhadora, como jornada de 8h, férias, 13º salário etc. Em tempo de pandemia, isso implica também a dificuldade de se proteger em meio a uma exposição prolongada, em locais que muitas vezes não dispõem de banheiro público para uma higiene adequada das mãos, por exemplo. Durante o período de trabalho na pandemia, 13 trabalhadores(as) dos 15 que responderam ao formulário online disseram ter usado máscara para

se proteger, dentre os quais quatro disseram não ter tido condições de trocá-las durante o dia. Apenas quatro disseram ter usado álcool gel para higienizar as mãos enquanto trabalhavam. Por fim, é importante atentar para o modo como eles se deslocam para o local de trabalho, muitos através do transporte público que, no momento mais crítico da pandemia, colocava-os em situação de risco (Figura 52).



Entre as 15 pessoas que responderam ao questionário, apenas 6 trabalhadores(as) disseram ter continuado a trabalhar durante a pandemia, sendo que boa parte deles permaneceu atuando no mesmo local onde já tinha estabelecido seu ponto. Entre os(as) trabalhadores(as) que não conseguiram trabalhar no período da pandemia, a maioria afirmou que não foi possível continuar trabalhando porque sua atividade foi impedida pelas autoridades em função das normas sanitárias adotadas, e houve também os que disseram não ter conseguido porque os clientes sumiram.

É preciso ressaltar que, nesse contexto, a impossibilidade de transitar na cidade no período pandêmico não nos permitiu qualificar o ambiente onde os(as) trabalhadores(as) estão inseridos, como pudemos anteriormente fazer para o centro de Salvador. A construção desse texto se faz então pela interconexão do espaço de atuação dos(as) trabalhadores(as), que coincide com o centro das cidades onde estão localizados, e pelos elementos semelhantes identificados ao longo das conversas que tivemos, sobretudo com relação ao seu papel na liderança de movimentos de trabalhadoras e trabalhadores de rua. A única exceção nesses casos é o de Pitty, que reside em Salvador e atua em uma estação de transporte público da cidade.

Aproximações com as trabalhadoras e os trabalhadores de rua

Pitty trabalha no segmento há mais de 36 anos, tendo começado acompanhando seu pai. Sua presença aqui se deve principalmente ao fato de ela ser uma liderança importante para o movimento de trabalhadoras e trabalhadores de rua na cidade. A entidade da qual faz parte é a Associação Baiana dos Trabalhadores Informais (ABATIS), associada à União de Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Feirantes e Camelôs do Brasil (UNICAB). Ela nos contou que começou na atividade trabalhando com seu pai e se emociona porque ele trabalhou a vida inteira como trabalhador de rua. Quando sua mãe adoeceu, todos os membros da família precisaram trabalhar para comprar os medicamentos que ela precisava. Na época, segundo ela, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não distribuía medicamentos de forma gratuita. Foi assim que

ela começou a trabalhar com seu “coroa”, tomando gosto pela coisa. Ela conta que também já trabalhou muito de carteira assinada, por 22 anos. Disse que sempre que existe a possibilidade, ela vai para algum trabalho formal. Sua área de atuação nesse mercado é com serviços gerais e atendimento ao público. Quando alguma oportunidade surge, no entanto, seu ponto não fica fechado, pois sua companheira fica tomando conta da barraca.

Para ela, a importância do seu trabalho está no fato de suprir as necessidades de consumo das pessoas, já que produtos que comercializa, lanches, ficam disponíveis em áreas de passagem: “o trabalho de rua se torna importante a partir do momento que muitas pessoas não têm condição de chegar a tempo de comprar alguma coisa, ou tá em cima da hora de comprar e sair, ou tá chegando e encontra as lojas oficiais fechadas, e o ambulante tá ali pra suprir essa necessidade e ajudar porque acaba gerando renda e tudo que gera renda, gera emprego, sustentabilidade para as famílias. Então o ambulante, no meu ponto de vista, teria que ser visto com mais respeito pelas autoridades e ser visto como cidadão sim, porque muitos estão ali, pagam seu Documento de Arrecadação Municipal (DAM)⁸⁴ e a gente só quer reconhecimento e respeito.”⁸⁵

A maioria de trabalhadoras e trabalhadores de rua que responderam o formulário online disse ter percebido mudanças na sua relação com a freguesia. Eles apontaram o distanciamento, o medo e a redução nas vendas em consequência da nova forma como os clientes se relacionaram com sua atividade após a pandemia ter se iniciado. Uma trabalhadora disse que “eles só vem na barraca e não compra nada”. Outros comentaram que: “com o uso da máscara o pessoal parou de comer”, e “Estão em menor número e mais apressados. Não querem ficar muito tempo na rua”. Com relação à renda durante a pandemia, 6 trabalhadores(as) disseram que ela foi reduzida pela metade, 5 afirmaram que ela praticamente zerou e 3 informaram que ela zerou completamente. Apenas uma pessoa disse ter mantido a mesma renda.

⁸⁴ O Documento de Arrecadação Municipal (DAM) é o documento emitido pela Prefeitura de Salvador para pagamento de taxas.

⁸⁵ ALMEIDA, Marli. Entrevista III [mar. 2021]. Entrevistadora: Rose Laila de Jesus Bouças. Salvador, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]. 1 arquivo .mp3 (54 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta tese.

Pitty pontuou na entrevista o seu desejo para a categoria, que é o de poder realizar seu trabalho com a garantia do direito de pagar sua alimentação, água, luz e aluguel de maneira tranquila, sem sofrer punição. Contou que o auxílio emergencial ajudou muito durante a pandemia, mas que ainda assim precisou abrir a guia mesmo nos momentos de restrição. Ela também participou de atividades de solidariedade realizando a arrecadação de cestas básicas para serem distribuídas entre os(as) trabalhadores(as).

Pitty conseguiu captar cestas básicas para trabalhadoras e trabalhadores em Salvador através da UNICAB. Além disso, trabalhou coletando e entregando cestas básicas e máscaras doadas para as trabalhadoras e trabalhadores de rua, integrando ações da ABATIS, associação da qual faz parte, e da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários da Bahia (UNISOL), (Figuras 53 e 54).



Figura 53: Pitty com doações recolhidas para trabalhadoras e trabalhadores de rua em Salvador. Fonte: Imagem cedida por Pitty em março de 2021.

OS AMBULANTES E CAMELÔS PRECISAM DE AJUDA. CONTRIBUA!

PONTO DE ENTREGA DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS:
Mussurunga II,
Caminho 7, Casa 8

TRANSFERÊNCIA OU DEPÓSITO DE DOAÇÕES:
Caixa Econômica Federal
Agência: 1053
Conta poupança:
00098558-2

Informações: Marli Almeida Neves | 71 98189-5266

Figura 54: cartaz de divulgação para arrecadação de alimentos. Fonte: Imagem cedida por Pitty em março de 2021.

A solidariedade foi extremamente importante para os(as) e trabalhadores(as) de rua durante o período da pandemia. A maioria dos que responderam ao questionário disse ter participado de alguma ação de ajuda para a família, vizinhos ou colegas de trabalho. As formas de ajuda apontadas foram relacionadas a atividades de cuidado e à divisão e/ou doação de alimentos e cestas básicas.

Todos os quatro entrevistados participaram de ações de arrecadação de fundos e/ou distribuição de cestas básicas. André, do Rio de Janeiro, contou que se entusiasmou tanto com as ações de solidariedade do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) no período da pandemia que se juntou ao Movimento. O MUCA fez uma vaquinha virtual logo no primeiro momento da pandemia. O dinheiro arrecadado foi distribuído para apoiar os(as) trabalhadores(as) de rua. A capacidade de organização do Movimento fez com que fosse selecionado pelo Instituto Unibanco, que doou uma parcela de R\$250 para cada um dos 1.800 membros por ele cadastrados. Considerando que o preço da cesta básica estava alto, a decisão do MUCA foi por comprar cestas básicas no atacado, o que tornou possível ajudar mais pessoas por mais tempo: essa decisão levou ao atendimento de 6.500 pessoas no primeiro mês e de 4.000 no segundo e no terceiro mês.

André é associado ao MUCA e faz parte da Associação dos Trabalhadores da Lapa. Ele contou que trabalha no ramo há mais de 12 anos e acredita que a importância do trabalho é a garantia do seu sustento e da sua família, já que todos trabalham naquela barraca e a têm como fonte de renda. No começo do seu trabalho, encontrou dificuldade porque não tinha ponto fixo. “Na época a gente não tinha ponto fixo, né, a gente coloca a barraca em qualquer lugar. Coloca lá na calçada e ficava correndo dos guardas, correndo da fiscalização, correndo da polícia e aí quando foi no ano de 2007 pra 2008, aí teve uma implantação da barraca dessa feira, que eles criaram esse projeto e aí através de um sorteio eu fui um dos sorteados, entendeu? Prá obter o meu ponto lá. Mas já era meu desejo mesmo na época de colocar barraca na Lapa.”⁸⁶

⁸⁶ PACHECO, André Luiz. Entrevista I [mar. 2021]. Entrevistadora: Rose Laila de Jesus Bouças. Salvador,

Considerando o momento atravessado, ele contou sobre sua vivência diante da política adotada durante a pandemia, que fechou o comércio. E apontou as dificuldades enfrentadas durante a pandemia:

“[...] eu já não tava ganhando nada porque com a questão da pandemia o movimento caiu bastante e a gente tava praticamente tentando sobreviver com o que a gente ganhava e aí ele⁸⁷ fechando por mais uma semana conforme ele tá querendo, vai prejudicar muito e eu preciso muito tá trabalhando nas ruas. Preciso muito desse emprego e não tenho outra coisa pra fazer a não ser esse trabalho.” (PACHECO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

André disse ter sentido sintomas de COVID-19, mas não conseguiu fazer teste porque, no período em que esteve doente, ainda não havia testes disponíveis. Ele ficou em casa, em isolamento, sem poder trabalhar até se recuperar dos sintomas. Não teve acesso ao auxílio emergencial, mesmo tendo se cadastrado e contou que sobreviveu graças a doações de cestas básicas.

Essa situação não foi exclusiva de André. Entre as respostas do formulário online, apenas 6 dos 15 entrevistados, menos da metade, disseram ter recebido auxílio emergencial e outros 6 receberam cestas básicas. Três trabalhadores(as) não receberam nenhum tipo de ajuda durante a pandemia. Das 15 pessoas que responderam ao questionário, 9 precisaram se manter trabalhando mesmo recebendo o auxílio.

Com o comércio fechado e sem poder estar na rua, André contou que tentou vender quentinhas pelo *Ifood*, mas não conseguiu porque, segundo ele, “ninguém pedia porque a demanda foi tão grande no aplicativo que todo mundo migrou pro *ifood* e, assim, era muito difícil de tocar. Foi bem complicado, bem complicado mesmo”. Ele também enfrentou problemas para realizar, em casa, a preparação do Yakisoba, que era o alimento que vendia na rua e que os clientes conheciam, pois o local onde mora não permitia o uso de botijão de gás, necessário para uso da chapa onde preparava o

2021 [Entrevista *online* via aplicativo Zoom]. 1 arquivo .mp3 (42 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta tese.

⁸⁷ André se referia ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

alimento. Isso significa que, com a pandemia, ele não podia preparar o mesmo produto que vendia na rua e para o qual tinha clientela. Para ele, foi uma grande satisfação quando pôde retornar para seu ponto. Contou que foi muito bem recebido pelos clientes que sentiram falta do seu produto.

“Eu senti que as pessoas estavam, algumas pessoas estavam felizes porque não aguentavam mais ficar dentro de casa e aí de uma certa forma as pessoas sentiam falta das barracas na Lapa. Passava ali e via tudo esvaziado, deserto, com tudo esvaziado, com tudo escuro, deserto e aí as pessoas ficavam com medo de passar ali naquele local. E aí quando as barracas voltaram as pessoas ficaram felizes porque tavam vendo de volta as pessoas ali e assim de uma certa forma tinha gente que ainda tava com medo de ir pra rua, mas quando a gente botou a barraca na rua as pessoas ficaram “caramba, vocês voltaram”, “caraca, tava morrendo de saudade de vocês”, “tava morrendo de saudade do seu yakisoba”, “não aguentava mais ficar em casa sem comer seu yakisoba”, as pessoas ficaram felizes.” (PACHECO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Um dos desejos destacados por André é o de haver um maior diálogo com o poder público para as questões que dizem respeito à atividade. Para ele, o que o motiva a continuar como trabalhador de rua é seu apreço pelo que faz:

“eu não trocaria a minha profissão de camelô por qualquer outra profissão. Eu gosto do que eu faço, eu gosto de ser camelô. Gosto de estar envolvido nas ações com os camelôs, porque eu acho que o trabalho informal é um trabalho muito bonito, as pessoas se dedicam muito a fazer aquilo ali. Tem o cara que faz a caipirinha, e aí ele faz uma caipirinha gostosa, aí coloca um “enfeitizinho”, aí o cara que tá fazendo um hamburguer lá, faz um hamburguer lá bem legal. Eu gosto de ser camelô. Eu não trocaria por outra profissão. Eu gosto do que eu faço e vou ser sempre camelô.” (PACHECO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Ainda com atuação no centro do Rio de Janeiro, entrevistamos Maria dos Camelôs, liderança do MUCA, que contou ter começado sua vida profissional trabalhando em casa de família e que o salário que recebia mal dava para pagar o aluguel e a alimentação. Maria, que nasceu em Caratinga (MG), sofreu também com a agressividade de

um ex-marido, se separou e mudou para o Rio de Janeiro com os filhos pequenos. Para ela, trabalhar na rua lhe deu um empoderamento muito grande, já que ela podia gerir o seu trabalho, da escolha da mercadoria à venda e lhe permitia estar com os filhos.

Ao chegar no Rio, Maria morou em uma ocupação do Movimento Sem Teto (Ocupação Chiquinha Gonzaga). Morou lá por 6 anos e contou que aprendeu muito ao construir aquele espaço, ao participar e se formar por meio das discussões sobre o direito à moradia. Maria também compartilhou que faz parte do MUCA desde a sua fundação. De acordo com ela, o Movimento nasceu dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e das discussões realizadas pelo movimento sobre o direito à cidade. Ser uma liderança mulher também é um ponto que traz alguns conflitos por conta do machismo, mas Maria enxerga a atividade como uma possibilidade de libertação para que mulheres saiam de relacionamentos abusivos e possam cuidar de suas vidas com autonomia. Para ela esse “não é um lugar que você trabalha menos, eu acho que a gente trabalha até muito mais, mas é um lugar que você faz a sua carga horária de trabalho. Você consegue cuidar dos filhos, cuidar da casa e você consegue trabalhar porque você é o seu próprio patrão. Você chega, monta sua barraca e consegue cuidar dos seus filhos, ou você desmonta mais cedo prá ir cuidar dos seus filhos, então você consegue se organizar e trabalhar e cuidar dos filhos e dar conta do seu trabalho, então é um trabalho que eu acho que dá mais liberdade de você ser dona de casa e [dar conta] dos filhos e dar conta do seu trabalho.”⁸⁸

Esse depoimento é extremamente importante, sobretudo se considerarmos o quantitativo de mulheres pretas e pardas que são mães solo no Brasil. Embora não nos aprofundemos nesse tema, é importante destacar o uso da sabedoria e das táticas de vida pelas mulheres para dar conta do próprio sustento e do trabalho do cuidado.

Em contraposição a essa experiência solidária, é preciso também destacar a experiência do conflito e do enfrentamento às políticas do Estado. Aqui, outro trecho da conversa com Maria nos ajuda a dimensionar essa relação:

⁸⁸ DO CARMO, Maria. Entrevista II [mar. 2021]. Entrevistadora: Rose Laila de Jesus Bouças. Salvador, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]. 1 arquivo .mp3 (70 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

“O Muca nasce em 2003, dia 1º de julho de 2003. Eu fiquei 2002 inteiro na rua trabalhando, tava grávida e foi aquele momento de conflito muito grande com a prefeitura, numa época do governo Cesar Maia e eu sempre defendendo os trabalhadores. Porque assim, eu tô na rua desde 1996, tem 25 que eu trabalho na rua. Eu nunca tinha me envolvido em nada porque meus filhos eram muito pequenos, eu morava longe, eu era mãe sozinha, tinha separado, então sempre vinha na rua trabalhar e voltava pra casa e em 2002 quando eu engravidei de novo, eu me vi assim, “cara, tenho mais um filho pra sustentar e eu preciso fazer alguma coisa pra garantir esse trabalho que eu tenho aqui”. Comecei a enxergar a rua com outro olhar, então comecei a me envolver com tudo que tinha na rua. O guarda pegava um camelô, levava mercadoria, eu ia pra cima do guarda e aí aquela confusão, eu grávida com um barrigão, chamava atenção da população, aí o guarda ficava constrangido, devolvia a mercadoria e eu fiquei a gravidez inteira. Meu filho nasceu dia 18/03, fez 18 anos agora, e eu fiquei trabalhando com ele com uma semana, eu não tive resguardo. Eu tive ele e em uma semana o médico marcou pra tirar os pontos, eu já fiquei na rua trabalhando e aí eu vim com ele. Eu lembro que rolou uma briga na rua, minha mãe viu na televisão eu correndo com ele, aí minha mãe não deixou mais eu trazer e ficou com ele em casa e eu vindo pra rua sozinha. Quinze dias após eu ter tido ele, rolou um conflito e eu fui agredida pela guarda municipal. Eu apanhei muito. Os guardas quebraram meu nariz, então assim, quando a gente tem filho, a gente fica muito frágil, uma cesariana, uma ligadura de trompas, uma responsabilidade pelos dois filhos sozinha, eu tava bem frágil. Eu fiquei verde de tanto apanhar da guarda municipal e meu nariz foi quebrado. Eu voltei pra casa muito machucada e já imaginei chegar em casa e minha filha me ver assim machucada, foi horrível. Aí eu vou pro hospital, me cuido e fico uma semana no hospital e aí o médico passou medicamento na veia pra cesariana cicatrizar, aí fiquei no hospital e volto com aquela ideia, preciso organizar alguma coisa pra gente sair desse conflito, eu só tô na rua trabalhando! E aí a gente vai procurar a CUT. Reunimos um grupo de camelôs e a gente foi procurar a CUT. O MUCA nasce dentro da CUT.” (DO CARMO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Situações como as que Maria vivenciou ao longo de sua história com relação à violência não foram ausentes durante a pandemia. No formulário online, foi perguntado se, no período da pandemia, os(as) trabalhadores(as) observaram alguma mudança na relação com a prefeitura, guarda municipal ou polícia: 47% disseram ter observado mudanças nesse sentido e apontaram o aumento da violência. Algumas das respostas para essa questão foram: “ele estava no pé da gente para não trabalhar” e “ela ficou

mais agressiva, correndo atrás e agredindo sem qualquer respeito”. Sobre o assunto, Maria dos Camelôs relatou sobre o choque de ordem ocorrido em sua cidade, agravado por um projeto de lei que visava armar a guarda municipal, situação que demandou uma série de ações e manifestações de trabalhadoras e trabalhadores para denunciar as implicações desse armamento para a categoria. Nas Figuras 55 e 56 é possível ver uma das ações do MUCA contra o armamento da guarda municipal.



Figura 55: Protesto contra o armamento da guarda municipal, 2020.
Fonte: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camelo-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm>> Acesso em 10 set. 2022.



Figura 56: Protesto contra o armamento da guarda municipal, 2020.
Fonte: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/a-camelo-que-luta-para-impedir-que-guardas-no-rio-andem-armados.htm>> Acesso em 10 set. 2022.

Nos depoimentos de Maria ainda é possível evidenciar sua experiência com a luta pelo direito à cidade:

“Outro dia eu tava numa aula, era uma professora de direito, ela tava dando uma aula e ela pediu pra gente falar na aula. Eu fui lá falar. Aí teve uma menina que tava lá e perguntou assim: “Maria, por que você luta tanto pelo direito de trabalhar na rua se esse trabalho é tão precário?”. Eu respondi pra ela: “é o que sobrou pra gente”. Esse trabalho precarizado foi o que sobrou pra gente e a gente precisa lutar pra ele ser um trabalho menos precário. É por isso que a gente tem essa luta, pra gente ter reconhecimento do trabalho informal. O camelô é trabalhador e a gente vai tá aqui fazendo toda essa discussão com o poder público. Essa discussão, eu fico muito olhando quais são os direitos que a gente tem. Por que as pessoas são impedidas de trabalhar? A gente quer uma cidade organizada, a gente vê tantos jovens que poderiam estar fazendo alguma coisa de errado, estar na boca de fumo, matando, roubando, traficando, mas o cara tá ali tentando. Aquelas pessoas que entram no ônibus, “poderia tá matando, roubando, mas tô aqui trabalhando”. É exatamente isso. Você passa na rua, você vê um trabalhador, menino. Cada vez que você passa na cidade, ali na Rio

Branco, pra mim é um espelho desse lugar, você vê aquele menininho com 16, 18, 19, 20 anos [sic] tá ali como sacoleiro. Ele vai lá no Saara e compra e tá ali vendendo, vai sustentar a casa. Muitos pra sustentar filho, pra sustentar a casa, e a gente vê a guarda municipal ter coragem de tomar a mercadoria dessas pessoas. Eu fico me perguntando qual o incentivo de vida que essas pessoas têm? As pessoas moram em favelas, em lugares que oferecem de tudo pra fazer coisa errada, as pessoas moram em lugares que o Estado entra e sai matando, então eles querem uma alternativa de vida diferente e vem pra rua tentar ganhar o seu sustento e aqui você não tem o poder público ali te acolhendo, tem o poder público te batendo, te impedindo de fazer aquilo, né. Eu acho que uma das coisas que me faz ser tão valente nesse trabalho que eu faço de todos os dias, de tá pensando como é que eu vou fazer essa discussão com todo setor, como que a gente vai fazer? As pessoas precisam de organização, é isso. É ver essas pessoas que não tem pra onde ir, mas que tá ali defendendo esse trabalho tão precário, porque foi isso que sobrou pra gente, então a gente precisa lutar pra não ser tão precário. Ele é precário, mas ele é bom. Eu gosto de montar minha barraca, eu adoro receber meus clientes, eu gosto de carregar o peso que eu carrego, eu gosto muito da rua. É um prazer estar trabalhando na rua.” (DO CARMO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

O depoimento e a conversa com Maria têm pontos muito fortes, sobretudo quando fala sobre a importância da atividade para ela e para as demais pessoas que a realizam. É possível identificar em sua fala a referência à Avenida Rio Branco, no centro do Rio, como um “território de trabalho”, cabendo lembrar que esta foi reformada e saneada nos moldes europeus no início do Século XX. No relato de Maria fica evidente a maneira intensa como o que foi concebido para esse lugar luminoso é tensionado pela prática daqueles que tentam criar formas de trabalho com seus próprios recursos e que, no âmbito do vivido, enquanto homens e mulheres lentos(as), desafiam a ordem hegemônica através das táticas de vida que tecem cotidianamente nesse lugar. Maria defende que esse trabalho, mesmo precário, é o que lhes sobrou e é preciso buscar condições para que ele seja mais valorizado e reconhecido. Ela acredita que é importante ser reconhecida para além da pessoa que vende alguma mercadoria, mas como uma trabalhadora, reforçando assim, espontaneamente, o termo com o qual tratamos essas e esses trabalhadores.

“A gente precisa garantir fazer a discussão da informalidade, precisa garantir o camelô que ocupa o espaço público e lutar por essa bandeira, por esse direito, a gente precisa ser reconhecido. Eu não posso ser só aquela pessoa que quando a pessoa sai do metrô e cai aquela chuva imensa e de repente brota camelô de todos os lados vendendo sombrinha. Eu não posso ser só essa pessoa. Eu não posso ser só o garçom das festas, do carnaval, do ano novo, quando as pessoas estão lá pulando e eu vou estar lá só servindo pra ela, água gelada, cerveja gelada. Eu não posso ser só visto como essa pessoa. Eu quero ser enxergada como uma trabalhadora. A gente precisa que a prefeitura discuta esse setor informal e legalize as pessoas que estão na informalidade e respeite. Pra gente é muito importante essa discussão. Pra mim essa discussão é muito importante. Eu faço ela todos os dias, eu converso sobre ela todos os dias. Todos dias eu vou amadurecendo o meu discurso, porque ele pode ser melhor sobre a informalidade, pra eu falar sobre a necessidade de estar nesses espaços e aí eu costumo dizer pras pessoas que a rua, o espaço público que a gente tá, é o nosso chão de fábrica. É o lugar onde a gente trabalha pra levar o sustento pra dentro da nossa casa. É onde a gente discute qual a mercadoria que a gente vai vender, é onde a gente discute como a gente vai enfrentar a fiscalização, como a gente vai enfrentar a guarda municipal, quem vai ser o próximo prefeito, como que isso vai acontecer, então a gente discute ali, esse local é muito importante na cidade.” (DO CARMO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Conforme tratamos anteriormente, o espaço público só pode ser convertido em comum quando é apropriado por meio da ação social e política. Esse aspecto é reforçado quando Maria menciona que ele é o “chão de fábrica” de trabalhadoras e trabalhadores de rua, o que pode ser entendido como metáfora do comum. Isso porque é aí que se tecem condições para formação de relações de cooperação e redes de compartilhamento que não só sustentam táticas de vida, mas também se configuram como comum por meio da ação política.

Durante a pandemia Maria contou que ficou com muito medo de ir para a rua e ficar doente, mantendo-se em casa a maior parte do tempo. Ela também contribuiu junto ao MUCA para distribuição de cestas básicas. Não ficou doente, mas perdeu familiares para a COVID-19. Nos relatos de Maria e André, que trabalham no Rio de Janeiro, se revelou a ausência de condições para estar na rua, ainda que a necessidade se mantivesse e se fizesse ainda mais urgente.

De acordo com André, “a cidade ficou completamente esvaziada, o comércio fechado, aí depois de um tempo foi abrindo aos poucos, mas a nossa feira continuava fechada.” (PACHECO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]). Já Maria dos Camelôs relatou que ninguém estava passando no local onde ela tem seu ponto e possui autorização para funcionar, “porque é aquele espaço onde tem muita empresa, as pessoas estão em *home office*, então ninguém passa naquele espaço. Eu ficar naquele espaço é só correr risco de ficar doente.” (DO CARMO, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Assim também foi o caso de Valdina Silva, 65 anos, que trabalha no centro de São Paulo. Valdina nasceu na cidade de Ilhéus, na Bahia, é aposentada e fazia parte do grupo de risco tanto pela idade quanto por ter pneumonia crônica. Ainda assim, contraiu o vírus, mas felizmente teve apenas sintomas leves. Ela nos contou que possui ascendência indígena e que reside atualmente em São Paulo, cidade onde chegou aos 14 anos movida pelo desejo de estudar.

Ao chegar em São Paulo, encontrou uma realidade mais difícil do que esperava e precisou começar a trabalhar em casa de família, onde, naquele período, não era possível sair do trabalho para estudar. Depois conseguiu trabalhar para outra família que flexibilizou seu horário para que ela pudesse estudar à noite. Em seguida, Valdina alternou o trabalho em casa de família com o trabalho em empresas, até que foi parar no ramo de hotelaria. Mas, ainda assim, precisava complementar a renda, motivo que a levou a começar a vender bolo, lanches e suco à noite, depois de sair do hotel em que trabalhava. Assim como Maria dos Camelôs, Valdina teve em sua formação o Movimento de Luta pela Moradia. Ela também participou da Central dos Movimentos Populares e faz parte do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Valdina destacou o problema da violência contra o(a) trabalhador(a) de rua, manifestada através da violência física, moral e psicológica. Na pandemia, ela destacou a maior dificuldade para as mulheres que, além de não ter capital de giro, também não possuem com quem deixar os filhos⁸⁹. O auxílio emergencial contribuiu para melhorar

⁸⁹ SILVA, Valdina. Entrevista IV [mar.2021]. Entrevistadora: Rose Laila de Jesus Bouças. Salvador, 2021

a situação, mas não chegou para todas. Ela mencionou a dificuldade de ter acesso à internet para conseguir se cadastrar, por exemplo, e, assim como as demais lideranças entrevistadas, esteve envolvida nas articulações para arrecadar cestas básicas.

Durante a pandemia, nos momentos de restrição à circulação, Valdina contou que tentou vender bolos por encomenda, mas isso não chegou a se constituir como uma atividade de *delivery*. Das dificuldades para realização da atividade, Valdina mencionou o fato de não existirem banheiros públicos. A importância de trabalhar nesse ramo para ela é a sua importância para a economia, já que garante ocupação para pessoas que não conseguem trabalho de carteira assinada. Cabe aqui o adendo de que a atividade não é importante apenas do ponto de vista econômico, mas para a própria reprodução da vida.

“Nunca passei fome, nunca morei na rua, nunca fui pro caminho errado. Tinha sempre alguma porta que alguém abria, que alguém me acolhia. Eu fui trabalhar na casa de uma família que era meia complicada. Não digo pra você que era ruim. Anos depois bateu na minha porta a mãe de um jornalista, eu fui ser babá dos filhos [trecho suprimido por citar o nome da família]. Aí eu fui acolhida na casa deles pra trabalhar, eu cuidava dos filhos dele, ele era jornalista e economista e ele trabalhava na Tv Cultura nessa época e a mulher dele era professora. Passou alguns ano, eu fui levada pra casa da mãe e do pai dele que eram idosos e precisava de alguém. Ele confiava em mim então ele disse, olha, eu vou mandar você porque eu confio em você pra cuidar dos nossos pais. E ali eu fiquei, ali eu consegui fazer o primário, comecei o ensino médio, tudo apoiado por esse casal de idosos. e depois dali que eu sai, eu comecei a caminhar pro caminho de empresa, né. Ele não queria que eu saísse de jeito nenhum, ela queria que eu fizesse uma faculdade, mas novamente como eu disse pra você, devido a minha inquietação, eles me apoiaram muito, aí eu sai de lá e fui trabalhar na Eletropaulo que na época era chamada Light, que era a empresa de energia daqui, hoje chama Eletropaulo, trabalhei em algumas casas de família. Trabalhei acho que uns 6 meses depois que eu sai da Eletropaulo eu fui trabalhar com uma moça também muito boa, aí depois eu fui trabalhar em firma. Aí eu entrei no ramo de hotelaria. Fiz alguns anos no ramo da hotelaria, mas na verdade era dois paralelo porque eu precisava pagar aluguel, precisava comer e o dinheiro da hotelaria também não dava, não era suficiente, aí eu vendia bolo e café pras minhas amigas, eu aluguei um quartinho...

[Entrevista *online* via aplicativo Zoom]. 1 arquivo .mp3 (57 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta tese.

esse casal, esse do primeiro idoso, eles falaram se precisar você vem, mas eu achei que não que eu já tinha saído, eles já tinham me ajudado muito, aí eu aluguei um quartinho, a minha cama eram dois cobertor, que eu tinha três, então era dois cobertor, um lençol e um travesseiro e era minha cama por alguns meses. Eu comprei uma sanduicheirinha elétrica e aí eu comia misto, meu jantar era aquilo até foi melhorando e eu fui conversando com as companheiras, muitas até faleceram e elas falavam, ai, vai vender alguma coisa pra você aumentar sua renda. E dali eu consegui alugar um quarto maior, consegui comprar um fogão, um botijão e comecei a fazer bolo, café, torta, suco, então de dia eu trabalhava no hotel e até 23h eu tava trabalhando na rua vendendo meu bolo e é assim até hoje. Eu graças a Deus tô aposentada, eu comecei a minha casa no governo do Lula, criei uma menina que hoje tem 33 anos. Perdi meu filho, ele estava com 6 meses de vida e depois de 2 anos eu adotei essa menina. Então hoje eu tenho, eu sou vó de duas meninas e um menino e minha filha que hoje tem 33 anos. Eu me sinto realizada. Me aposentei com um salário mínimo, mas me aposentei.” (SILVA, 2021 [Entrevista online via aplicativo Zoom]).

Assim como Valdina, outros trabalhadores que responderam nosso questionário online disseram perceber a importância de sua atividade para a cidade.

Eles disseram:

“Entre tantas coisas ajuda no aquecimento da economia do país”

“Pode-se complementar a aposentadoria, divulgando um trabalho personalizado.”

“Facilidade para os clientes”

“Gera emprego para pessoas que não consegue entrar no mercado formal.”

“Espontaneidade liberdade preço tempo”

“Ótimo para a renda per capita da cidade, Salvador não é uma cidade industrial e sim comercial seja no mercado formal ou informal.”

“Muito importante para as pessoas terem como garantir a sobrevivência”

“Tudo para meu sustento”

“Já é uma tradição nas cidade e é uma forma de comércio mas barato, gera emprego e renda e dignidade e cidadania ao trabalhador ambulante.”

“Facilita a aquisição de produtos para a população diminuindo o trabalho e o

tempo para que as pessoas tenham acesso com mais facilidade os produtos de serviços”

“Emprego lucrativo”

“Bom como todo”

“Si [sic] torna um serviço de informação e segurança pras pessoas”

“Muito importante para a economia”

Percebemos, com as respostas obtidas e de modo semelhante ao que aconteceu na pesquisa realizada por Bouças (2015), que os(as) trabalhadores (as) compreendem a importância da sua atividade para a economia. Reconhecem o seu peso histórico quando afirmam que essa é uma atividade tradicional que vem gerando emprego e renda para parcelas da população das cidades. Destacaram ainda a sua importância para a dinâmica dos locais onde a atividade está presente.

Em nosso processo fragmentado de trabalho, avançamos em direção a uma escala de maior proximidade, conectando o momento em que era possível estar nas ruas, imerso no conjunto sinestésico de estímulos e informações ao caminhar pelo centro de Salvador, com a abstração proporcionada pela virtualidade, quando se tornou possível conversar e aprender mesmo à distância. Entre esses momentos distintos e extremos criaram-se aproximações com um território em comum: as ruas dos centros. Mas não tratamos apenas disso. Existe um conjunto de elementos que ao longo dessas narrativas nos convidam à reflexão e poderão ser mais bem explicitados na sessão a seguir.



3.3 As tramas tecidas entre o trabalho de rua e o comum

As informações trazidas pelos sujeitos que realizam a atividade que estudamos imprime uma rica textura a tudo que viemos discutindo. Nosso objetivo agora é problematizar essas informações, tendo em vista que a forma pela qual o espaço público vem sendo planejado e gerido é colocada em tensão (ou em crise) quando buscamos compreender o que a ação de trabalhadoras e trabalhadores de rua produz para além da ocupação das calçadas. Essa reflexão pode ainda nos ajudar a rechaçar o modelo dominante de intervenção sobre o trabalho de rua no espaço público, que busca, principalmente, retirá-la da intensidade do fluxo citadino, organizando-a em camelódromos e *shoppings* populares. Como nos diz Ribeiro (2012), a ação possui um potencial libertário e descobre o que ainda não existe, enquanto a atividade reitera o pré-existente, a percepção funcionalista do mundo. Assim, preservando a diferença entre a ação e a atividade, se faz necessário confrontar os Séculos XIX e XX⁹⁰, que ainda permanecem como grande fonte da compreensão que domina nosso campo. Ao inverso, trata-se de “construir em sintonia com a urgência social”, seus modos e valores de existência. (RIBEIRO, 2012, p.62). Nesse sentido, nos parece ser fundamental a reflexão sobre o papel da ação de trabalhadoras e trabalhadores de rua, homens e mulheres lentos(as), nos espaços luminosos da cidade.

As tentativas de ordenamento do trabalho de rua nos espaços luminosos nem sempre são bem-sucedidas. Se, na maioria das vezes, são negadas pelos(as) trabalhadores(as) por não apresentarem uma proposta que contemple sua permanência nos locais onde a clientela costuma passar, ao mesmo tempo contribuem para a mobilização e organização de trabalhadoras e trabalhadores em torno de um objetivo comum, onde a luta pelo direito ao trabalho é uma luta pelo direito à cidade. Entendemos aqui que a presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua confere um conteúdo político aos locais dos quais se apropriam, já que sua presença na rua evidencia tanto os nossos problemas históricos, sociais e econômicos, quanto os conflitos e disputas em torno dos interesses que conformam o lugar que ocupam.

⁹⁰ Com base no texto de Ribeiro (2012, p.62-64), entendemos que é necessário confrontar as ideias dos Séculos XIX e XX, cuja hegemonia é constituída pela colonialidade do saber e do poder, barreira para construções conceituais e metodológicas mais afeitas ao reconhecimento de um pluriverso e seus modos diversos e complexos de vida. No mesmo sentido, é inadiável o desenvolvimento de perspectivas transdisciplinares, essenciais para a abordagem das urgências sociais contemporâneas.

As duas lutas – históricas –, pelo trabalho e pela cidade, estão intimamente interligadas, podendo ser vistas como faces complementares de um mesmo processo, conferindo unidade à ação. Isto porque, ao se reivindicar o reconhecimento e a adaptação dos espaços urbanos para acomodar a diversidade, estão também se abrindo novas possibilidades para expressão das complexidades das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, a presença dessas e desses(as) trabalhadores(as) nas ruas e a apropriação que fazem do espaço público podem nos permitir evidenciar algo além de um obstáculo ao movimento: ao ocupar as ruas dos centros das cidades esses(as) trabalhadores(as) reivindicam não apenas o direito ao trabalho, mas também sua integração à vida coletiva da cidade.

Para Ribeiro (2012), a natureza da economia, da política e do poder são multiescalares. As lutas sociais guardam uma correspondência com o direito de ir e vir, da apropriação sobre oportunidades instáveis no atravessamento de fronteiras. A vida coletiva, nesse sentido, não pode ser reduzida a uma única dimensão do espaço, já que assim pode estar à mercê de mecanismos de controle social. A vitalidade social aparece recusada nas representações da vida urbana, nas cartografias que desenham mapas de medo, levando à desconsideração de outros usos, também legítimos, do espaço urbano.

O espaço não é um lugar passivo, pois nele se encontram contrapostas as forças das relações sociais, onde a hegemonia de uma classe se superpõe sobre a sociedade como um todo. O espaço é, antes de tudo, um produto social, com características particulares em cada sociedade. Ele contém as relações de produção que lhe deram origem, estruturadas de acordo com a divisão do trabalho, e que complexificam a organização da sociedade (LEFEBVRE, [1974]/2000). Ao mesmo tempo, o espaço é ativo, condição para a existência e a transformação social. Em sentido complementar, para Ribeiro (2012), na realização de leituras multidimensionais não se deve levar em consideração apenas o território ou a dimensão espacial, mas também levar em conta as diversas racionalidades alternativas que podem transcender fronteiras e serem mobilizadas em diferentes escalas.

Através das práticas realizadas nos diversos espaços da cidade, emergem as qualidades humanas. Isso ocorre ainda que esses espaços possam estar sujeitos a cercamentos, controle social e a apropriação seja por interesses estatais ou privados. Nesse sentido, retomando brevemente o

que foi discutido no Capítulo 2, há que se distinguir o que são os espaços públicos, bens públicos e os comuns. Os primeiros sempre teriam sido uma questão de poder do Estado, gerenciados pela administração pública, não se constituindo necessariamente como um comum. À administração pública, por sua vez, ficou atribuída a competência, às vezes forçada, de garantir os bens públicos para a classe trabalhadora urbanizada e, ainda que estes possam dar uma contribuição significativa para a qualidade dos comuns, é a ação política dos cidadãos e das pessoas em geral, por meio da apropriação, que pode concretizar suas qualidades enquanto comuns (HARVEY, 2014, p.143-145).

A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, conforme foi possível observar através das entrevistas, permite diferentes tipos de arranjos entre os(as) trabalhadores(as) não só para dar conta do mínimo necessário para sobreviver, mas também para realizar conquistas em outras dimensões da vida, como a construção da casa própria ou o estudo dos filhos, por exemplo. O tempo e a sua qualidade é um aspecto importante e que deve ser valorizado, já que essa qualidade, diversa e heterogênea, contrasta com a forte pressão do capital para fixá-lo em seu aspecto linear e homogêneo, em que cada instante se assemelha ao anterior e será idêntico ao próximo. É justamente nas variações do tempo que a vida coletiva e singular se organiza, permitindo que a atividade cotidiana se altere e se reorganize (AGUILAR E TRUJILLO, 2019).

Esse uso do tempo pelos(as) trabalhadores(as) de rua é um aspecto que tensiona e nos permite questionar, inclusive, a depreciação que se faz dos arranjos de vida articulados no desenvolvimento da economia popular. Isto porque entendemos que, na apropriação do espaço público pelo trabalho de rua, há também um uso inteligente e humano do tempo, que não é disposto apenas para a submissão dos corpos a um trabalho frequentemente subalterno, mas para dar conta de questões que nutrem verdadeiramente a vida. Dialeticamente, esse processo não exclui a necessidade de um trabalho cotidiano frequente e exaustivo, já que o rendimento para essas pessoas só pode ser conquistado através do esforço diário. Contudo, é nesse trabalho também que se tecem relações e solidariedades que permitem dispor do tempo com alguma liberdade e bastante riqueza. Como o uso inteligente desse tempo pelos(as) trabalhadores(as) de rua contribui para além da satisfação de suas próprias necessidades? De que forma isso reverbera na cidade e que potencialidades pode evidenciar?

A multidão formada pelos(as) trabalhadores(as) de rua está em constante processo de produção do comum, considerando que sua atividade favorece a produção de algo inapropriável, como a sociabilidade e a solidariedade, por exemplo, possibilitando a coatividade, a co-responsabilidade e se instituindo enquanto práxis. Como já mencionado, ao contrário da propriedade que separa, o processo do comum vincula as pessoas aos laços societários existentes e em processo contínuo de reconstrução. Eles reivindicam, por meio do seu trabalho, o espaço público da rua para a realização de uma atividade produtiva, que lhes garante o sustento e lhes permite criar diversas relações, num contexto em que melhores oportunidades de emprego e renda lhes foram negados de forma estrutural. Sua presença nas ruas por si só consiste em um ato político cotidiano, pois indica sua luta e busca pelo reconhecimento de sua existência e de sua prática de trabalho, além de colocar em cena o exercício da cidadania.

Assim como exploramos a legitimação das desigualdades na discussão da construção da cidadania, conforme apresentado por Holston (2013), encontramos um processo análogo na discussão sobre o espaço público como um local para a produção do comum, como abordado por Stavrides (2016). Nesse contexto, instituições dominantes frequentemente legitimam as desigualdades ao definir quem tem direitos específicos e quem é privado desses mesmos direitos, já que “as instituições dominantes focadas na produção e nos usos do espaço público são essencialmente formas de autorização que derivam de certas autoridades e visam direcionar os comportamentos dos usuários do espaço público.” (STAVRIDES, 2016, p.40; tradução nossa). No espaço público, portanto, coexistem regras gerais sob as quais usuários homogêneos podem ter acesso a locais específicos, em horários do dia também específicos e em condições igualmente específicas. Como discutimos no capítulo 2, deslegitima-se tudo aquilo que parece indesejado, como é o caso do trabalho de rua, realizado por homens e mulheres lentos(as), cuja atividade é tolerada até determinado ponto nos espaços luminosos dos centros das cidades.

Seguindo Hardt e Negri (2005), é possível compreender que a forma como a sociedade se organiza para dar conta da reprodução da vida está interligada com a noção da razão produtiva, em conjunturas mais ou menos possibilitadoras de sua efetividade. Desde a ascensão neoliberal, essas possibilidades tiveram suas diferenças aprofundadas, o que foi exacerbado pelo período pandêmico, no qual se acentuam a precarização do trabalho e a fragilização ou mesmo ausência

de vínculos nas relações de produção. Esse processo teve uma implicação importante na produção das subjetividades e do que a coletividade compreende como o comum.

Nesse sentido, compreendemos aqui que o comum se institui enquanto razão produtiva, ou seja, enquanto trabalho e enquanto atividade produtiva, que estabelece conexões com o mundo econômico e social. Relaciona-se com aquilo que se faz e as formas como se consegue dar conta da sobrevivência para a manutenção da existência dentro do sistema capitalista em sua fase neoliberal, em condições mais ou menos precarizadas e excludentes.

À razão produtiva se agrega a razão política que se quer alternativa ao mundo hegemônico, separada do que os governos decidem como formas de ação, mas interagindo com elas. A práxis que emerge da busca da razão alternativa (DARDOT, LAVAL, 2017) coloca em cena um movimento confluyente que se manifesta também através de coprodução de normas capaz de instituir o comum. Da razão produtiva escapa, portanto, uma alternativa, uma nova possibilidade da criação, de produção da criatividade e das subjetividades, que pode surgir mesmo num contexto de precarização e ausência de vínculos no âmbito do trabalho. A forma como a vida vai emergir, seguir e operar na subjetividade para possibilitar o surgimento do novo, principalmente através da solidariedade, será decorrente do processo de construção de uma razão alternativa, derivada da práxis e da luta política. Nesse sentido, a partir de Hardt e Negri (2005) e de Dardot e Laval (2017), confluímos com o entendimento de Fernandes (2017) da operação conjunta entre razão produtiva e razão alternativa que, ao mesmo tempo que exclui e desampara, constrói novas possibilidades e perspectivas de existência social, nas quais o comum emerge como um real praticado, perspectivado e mobilizador. O trabalho de rua contempla as duas razões, a produtiva e a alternativa, com suas particularidades, temporalidades e regências próprias.

Trata-se agora, portanto, de buscar compreendê-las a partir dessa chave de compreensão do comum.

Em Bouças (2015) foram criadas três categorias de análise a partir do trabalho de campo. Na ocasião da realização da dissertação de mestrado, essas categorias de análise tiveram a finalidade de permitir o estudo da atividade sob diferentes perspectivas, com vistas a auxiliar a compreensão das relações estabelecidas a partir de cada um dos aspectos mais marcantes da prática desenvolvida: “a pedra” envolvendo as redes de solidariedade identificadas e as relações

de pertencimento; “o rapa” referindo-se aos conflitos e disputas; e o “se virar”, contemplando as relações entre subordinação e autonomia. Os termos para nomear as categorias de análise foram escolhidos por serem termos frequentemente utilizados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) de rua.

Aqui partimos dessas categorias de análise buscando atualizá-las sob uma nova perspectiva, à luz da compreensão dos comuns urbanos. Entendemos aqui que o comum está presente e manifestado na práxis coletiva do trabalho de rua, na corresponsabilidade e no vínculo estabelecido com o espaço público, que produz vitalidade e possibilita a construção de alternativas. Pensamos que, assim, além de olhar para o trabalho de rua de maneira mais abrangente, como foi feito em Bouças (2015), também poderemos avançar na análise sobre as potencialidades envolvidas nessas práticas cotidianas, já que as tramas criadas em sua realização imprimem um relevo extremamente rico ao espaço urbano e podem trazer novas interpretações sobre as nossas cidades.

3.2.1 A pedra: o território, o coletivo, a contingência

A categoria que aterra as relações que exploramos é “**a pedra**” e se refere ao vínculo que o(a) trabalhador(a) estabelece com o lugar, consolidado na medida em que o “ponto” escolhido por ele lhe garante, em conjunturas favoráveis, uma certa estabilidade e um certo sucesso nas vendas. É essa a categoria utilizada para definir e caracterizar a relação de trabalhadoras e trabalhadores com a rua, na qual são estruturantes o pertencimento ao lugar e o valor que os(as) trabalhadores(as) outorgam a seu trabalho em relação com a cidade. A expressão “**a pedra**” é também utilizada para tratar dos diferentes níveis de solidariedade identificados entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as), entidades de classe, lojistas e clientes. Nesta categoria de análise percebemos, por exemplo, a existência de circuitos de cooperação, como os já mencionados anteriormente (narrativa 1) e os verificados na situação em que trabalhadores(as) podem armazenar suas mercadorias com lojistas, que as guardam gratuitamente.

Aqui então é importante distinguir o espaço público do significado que ele adquire enquanto espaço comum, numa distinção que pode nos aproximar ainda mais do que aqui

chamamos de “**a pedra**”. Espaços comuns podem ser definidos como “aqueles espaços produzidos pelas pessoas em seu esforço para estabelecer um mundo comum que abriga, apoia e expressa a comunidade na qual participam” (STAVRIDES, 2016, p. 54; tradução nossa). Estes precisam ainda ser distinguidos dos espaços públicos e espaços privados. Ainda segundo Stavrides (2016):

Os espaços públicos são primariamente criados por uma determinada autoridade (local, regional ou estatal) que os controla e estabelece as regras sob as quais as pessoas podem usá-los. Os espaços privados pertencem e são controlados por indivíduos específicos ou entidades econômicas que têm o direito de estabelecer as condições sob as quais outros podem usá-los (STAVRIDES, 2016, p.54; tradução nossa).

O espaço comum pode então ser considerado como uma relação entre um determinado grupo social e os seus próprios esforços para estabelecer um mundo compartilhado entre os seus membros. Ele pode também ser um “mundo poroso”, já que é moldado por práticas de uma comunidade heterogênea, que busca assegurar sua reprodução e a enriquece ao se relacionar e estabelecer trocas com outras comunidades e membros. Aqui surge um aspecto que para nós é imprescindível: a perspectiva de reapropriação da cidade e de sua conformação política “onde as formas dominantes de convivência são questionadas e potencialmente transformadas.” (STAVRIDES, 2016, p.55; tradução nossa).

A escolha pela “**pedra**” pode parecer meramente subjetiva, mas está intimamente relacionada com a possibilidade de o(a) trabalhador(a) conseguir efetuar (ou não) a venda num determinado local. Ela é uma escolha essencialmente ancorada no sentido de oportunidade. Analisando tecnicamente, a predileção de trabalhadoras e trabalhadores por determinadas áreas está diretamente relacionada com a diversidade de uso do solo e com a presença de terminais de transporte e facilidades de acesso. Bouças (2015), ao realizar sua pesquisa na cidade de Salvador, na Avenida Sete de Setembro, num momento em que o Poder Público reordenava a atividade, identificou que a densidade de ocupação era mais forte justamente onde a circulação tanto das pessoas que moravam, quanto daquelas que buscavam os serviços era mais forte, motivo pelo qual algumas áreas, ainda que tivessem condições de abrigar um bom número de trabalhadoras e trabalhadores, eram desprezadas. A autora observou que as ruas situadas entre áreas residenciais

e locais onde havia grande presença de comércios e serviços, sobretudo quando articuladas por grandes terminais de transporte, eram as preferidas para a atividade do trabalho de rua porque eram justamente onde havia mais movimento e, portanto, maior possibilidade de auferir renda.

O aspecto da influência exercida pela diversidade de usos merece ser destacado. No caso do Centro Antigo de Salvador, por exemplo, existem bairros tradicionais capazes de gerar uma dinâmica e vitalidade urbanas que não se encerram quando os estabelecimentos de comércio e serviço fecham as portas. A presença de moradias na localidade observada contribui para uma maior diversidade de atividades, inclusive as noturnas. O movimento dos moradores, seja em busca de algum produto ou serviço específico, seja deslocando-se para a realização de atividades de trabalho ou lazer, é extremamente benéfico para a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, que usufruem do movimento de passagem em diferentes momentos do dia e da diversidade de necessidades que essas pessoas podem ter, o que amplia também as possibilidades de mercadorias ofertadas⁹¹. O sucesso de um ponto ou o seu fracasso está intimamente relacionado a esse movimento contínuo e variado.

Isso fica claramente demonstrado quando se segue cronologicamente as principais tentativas de reformas e implementação de mercado popular no centro de Salvador entre 1988 e 2014. (BOUÇAS, 2015). É interessante notar que a pesquisa foi realizada em um período em que o centro da cidade passava por uma dessas reformas e que, ao contrário de outras tentativas, não removeu totalmente os(as) trabalhadores(as) da área. A forma como o processo ocorreu e o seu resultado, no entanto, não significa isenção de conflitos.

Os(as) trabalhadores(as) apontaram, por exemplo, a dificuldade de diálogo com o poder público, já que o processo aconteceu sem aviso prévio e os distanciou de suas “pedras”, impactando, portanto, de forma violenta, seus rendimentos por longos meses enquanto durou a obra. Outro aspecto a notar é que, embora tenha se verificado uma certa tolerância à presença da atividade no centro da cidade, a promessa de valorização de todos os pontos por conta da reforma

⁹¹ Em Bouças (2015), foi realizada uma análise sobre a densidade de ocupação nas áreas apropriadas pelos(as) trabalhadores(as) de rua, no Centro Antigo de Salvador, numa região onde a atividade é mais pulsante. O cálculo realizado considerou o quantitativo de trabalhadores(as) por área, levando em conta a área de serviço demandada pela atividade, que vai além das dimensões físicas da barraca utilizada. A área de serviço compreende o espaço utilizado pelos(as) trabalhadores(as) com o mobiliário onde dispõem seu produto, o espaço onde sentam e a área utilizada por quem se aproxima da barraca para especular ou efetuar uma compra.

realizada ao longo da Avenida Sete de Setembro não se efetivou. Os locais mais interessantes e, conseqüentemente, mais disputados, continuaram sendo justamente os locais onde há mais circulação de pessoas (região entre os terminais de transporte, *shoppings centers* e bairros residenciais), enquanto aqueles situados nas extremidades das ruas continuaram sendo preteridos.

Na “pedra”, é importante mencionar também a contrapartida de suporte que a cidade oferece para a atividade, para que os(as) trabalhadores(as) realizem necessidades básicas e, assim, também estabeleçam relações de consumo com outros comércios da área. Ou seja, as condições em que opera o comum estão intimamente vinculadas também a essa interação com as condições de existência urbana presentes em determinadas localizações, demandando constantes buscas de adequação. Sob este aspecto, fica evidente a importância da atividade para os restaurantes existentes no centro, já que nem todas e todos os(as) trabalhadores(as) de rua levam a refeição para seu ponto de trabalho, almoçando em locais próximos ou recebendo a quentinha no local onde atua. Por sua vez, a ausência de sanitários públicos destinados ao uso de trabalhadoras e trabalhadores é um problema dilatado, compensado pela solidariedade de muitos dos donos de estabelecimentos comerciais (BOUÇAS, 2015).

Apesar das dificuldades, pode-se notar a satisfação com relação ao trabalho desenvolvido, através do contato com clientes e amigos feitos nos pontos, somada à possibilidade de honrar os compromissos e de ter uma maior flexibilidade para cuidar dos outros aspectos da vida que não somente relacionados ao trabalho, traduzindo a pluralidade e a riqueza do tempo às quais nos referimos anteriormente. Apesar das inúmeras dificuldades na realização desse trabalho, como o fato de estar exposto às intempéries do dia ou de ter a mercadoria apreendida pelo rapa, para muitas pessoas essa ainda é uma perspectiva melhor de obter sustento e garantir a sobrevivência, pois mesmo com os rendimentos incertos, ainda é possível obter uma melhor renda através dessa atividade do que com alguns empregos no mercado formal, com carteira assinada. Além disso, boa parte dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) estava em idade adulta e possuía baixa escolaridade, o que significa ainda mais dificuldade de entrar no mercado formal.

A produção do comum é, portanto, um exercício de reconexão, recomposição e reapropriação e, nesse sentido, supõe-se um exercício concreto do tipo de sociabilidade e formação

de vínculos que se deseja construir⁹². Para Gago (2018), uma atenção especial deve ser dada à noção de operativo⁹³ que há no comum, pois a partir dela considera-se que há uma capacidade de exibir e ampliar os modos de fazer. Com isso, a autora tem o intuito de destacar até que ponto se encontra a disputa pelas formas sociais que moldam um fazer coletivo, capaz de construir autonomia e se apropriar da riqueza social. Há nesse processo, portanto, uma potência vital que pode ser capaz de inaugurar e desenvolver outras lógicas, tempos e espaços suficientemente aptos a fazer frente à hegemonia neoliberal. Trata-se, portanto, como já nos referimos, da construção de uma razão alternativa.

Aproximando-nos da confluência da atividade com diversas dinâmicas e tensões que se materializam no espaço e vão desde as relações entre os fornecedores, passando pelo armazenamento de mercadorias, até diversos tipos de arranjos estabelecidos nas mais variadas escalas, podemos observar que, de forma semelhante ao observado por Gago (2018) em Buenos Aires, há uma capacidade inerente e ambivalente que tece o comunitário⁹⁴. Trata-se, para a autora, de dinâmica oportunista, no sentido de que essa economia estará propensa a capturar o que se desenhe a cada tempo e lugar como melhor opção. É esse o sentido que define, por exemplo, a localização da “**pedra**”, levando em consideração o senso de oportunidade para realizar a venda no local.

De acordo com Gago (2018, p.47), a força de trabalho, nessas condições, “se vê obrigada justamente a ser oportunista com relação à contingência, cínica frente às regras universais e fixas para poder sobreviver e prosperar.” Nesta tese, é importante salientar que buscamos observar o que há para além da precariedade da atividade estudada e, ao mesmo tempo, nos manter afastados da simplificação operada pelas estratégias neoliberais que apontam para o empreendedorismo como uma salvação, ao conectar a economia informal a uma teologia da

⁹² As lutas das mulheres, por exemplo, sejam elas urbanas ou rurais, é central nessa perspectiva. Embora não nos direcionemos aqui para essa questão em específico, consideramos importante pontuá-la, tendo em vista a potência das lutas feministas no direcionamento de boa parte das reflexões que expõem a fratura na estrutura que funde o patriarcado com o capitalismo e a colonialidade. É importante pontuar ainda sobre esse aspecto, já que boa parte das lideranças entrevistadas nesse trabalho foi composta por mulheres, conforme se pode observar nas narrativas desenvolvidas anteriormente.

⁹³ A noção de operativo está relacionada aos modos de organização da vida produtiva, política, social e ritual que permaneceram no nosso continente por causa de tradições que são antigas, mas também porque são dinâmicas e flexíveis, com grande capacidade de expansão e reinvenção.

⁹⁴ La Salada é constituída principalmente por migrantes que reproduzem, no território da feira, um modo de produzir comunitário.

prosperidade. A dinâmica empreendedora popular tem a sua complexidade, como já visto no Capítulo 1 e como será retomado adiante.

Há, de acordo com Gago (2018), um modo de acumulação fractal, que não tem como objetivo apenas o aumento da concentração do capital, mas também a sua multiplicação.

[...] seria um modo de proliferação que funcionaria como garantia de limite ou fronteira dinâmica da acumulação e, ao mesmo tempo, uma modalidade que assegura uma regeneração do mercado de trabalho: engaja e organiza trabalhadores num contexto de informalização e mutação de instituições estatais que recriam uma lógica de exploração, correndo por fora de toda norma de trabalho contratual tradicional, abrindo uma gama de misturas de formas contratuais e salariais, e viabilizando por baixo um fluxo laboral flexível que se articula às dinâmicas comunitárias, historicamente familiarizadas com territórios sem instituições de bem estar (*welfare*) (GAGO, 2018, p.50).

As “políticas de autogestão” desenvolvidas pelos atores sociais que atuam remediando as atividades e serviços ausentes ou ineficientes, por parte das instituições de bem-estar, são uma resposta a essa inexistência, de modo que os(as) trabalhadores(as) se veem obrigados a assumi-las. Essa situação nos coloca diante da dificuldade que é distinguir a vida e o trabalho, tanto como efeito da espoliação do capital, mas também como uma tradição auto organizacional e comunitária que não se centra no Estado.

No caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua, podemos vincular uma noção de comunitário a três circunstâncias, evidenciadas nas narrativas que fizemos no início deste capítulo. A primeira se refere à identificação entre os(as) trabalhadores(as) de rua, capaz de favorecer sua organização social e política. A segunda refere-se à associação do pertencimento com o local no qual o(a) trabalhador(a) se estabelece (“**a pedra**”). Por fim, temos as solidariedades do cotidiano, criadas para dar conta de um trabalho que, apesar de ser realizado de forma individual, permite a criação de laços coletivos com capacidade para favorecer a organização e reivindicação por direitos.

À primeira vista, quando se parte de uma noção eurocentrada, pode-se ter a ideia de que o espaço público é privatizado por meio da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua. Esta compreensão tende a dificultar a noção de que essa atividade contribui para a produção do comum cotidianamente e de que é uma forma através da qual a razão produtiva e a razão

alternativa emergem e se combinam. Essa atividade é tanto uma reivindicação dos pobres de possuir meios que garantam dignidade para reprodução de suas vidas, quanto um fator que torna possível a animação política do espaço público, já que só o fato de ter pessoas que precisam recorrer à rua para trabalhar denuncia, por exemplo, a desigualdade de oportunidades a que estamos submetidos. A ausência de rendimentos na pandemia e de possibilidades de auferir renda naquele momento crítico, por exemplo, revelou os níveis de pobreza e precariedade a que essas pessoas poderiam estar submetidas, não fosse a alternativa que elas mesmas criaram para dar conta da sua sobrevivência. Mostrou, também, a saída pela solidariedade, articulada por lideranças conscientes de seu papel político e que conseguiram mobilizar diferentes frentes para conquistar o mínimo necessário, enquanto as instituições de bem-estar tinham dificuldade para enfrentar e equacionar as adversidades que estavam postas.

O trabalho de rua pode ser considerado ainda como um ato de rebeldia e de insubordinação, já que consiste em uma tentativa de uma categoria de subalternos dizer não à submissão ao trabalho doméstico, precarizado, mal remunerado e pouco valorizado por parte da sociedade, sobretudo pela branquitude. É preciso ponderar, no entanto que, na rua, o(a) trabalhador(a) pode não lidar pessoalmente e de forma direta com os desejos e as vontades do patrão, mas permanece submetido à precariedade e afastado dos direitos conquistados pela classe trabalhadora⁹⁵. O que consideramos importante chamar atenção é que, nesse trabalho, há uma mínima, nem sempre possível, muitas vezes ilusória, mas uma mínima possibilidade de usar o tempo com mais flexibilidade e liberdade e esse é um dos principais fatores apontados pelos(as) trabalhadores(as) para permanecerem nessa atividade (BOUÇAS, 2015), ainda que isto implique jornadas mais longas que as permitidas pela legislação trabalhista. É possível, ainda, dependendo do ramo e do ponto de trabalho, obter rendimentos superiores aos recebidos em muitas funções contratualizadas.

Essa constatação também comparece em Magalhães (2022) que, na realização do seu trabalho empírico, observa, entre os(as) trabalhadores(as) que entrevistou, a referência a experiências de humilhação e assédio em atividades assalariadas e daí a justificativa para preferirem o trabalho de rua, ainda que instável.

⁹⁵ Este aspecto não deve ser desconsiderado, haja vista que casualidades da vida (questões de saúde, acidentes, consigo e com familiares, dentre outras contingências) interrompem o exercício da atividade e, conseqüentemente, a obtenção de renda, situação que seria amenizada pelo afastamento previsto como direito trabalhista.

Este não é um problema secundário na busca por trabalho autônomo por parte de segmentos da população mais pobre; trata-se de uma forma popular de empreendedorismo de êxodo, que combina o *ethos* de fuga emancipatória com uma prática diária popular de empreendedorismo. Não está necessariamente sintonizado com subjetividades neoliberais. Em vez disso, tende a estar mais conectado a desejos de construir formas de viver e trabalhar com dignidade do que a uma ética de lucro/crescimento empresarial. Também indica como o fornecimento de mão de obra barata é o produto de uma ampla gama de processos que precisam ser reproduzidos de forma proativa, sendo a restrição do acesso direto ao mercado um elemento importante em contextos semi-periféricos. (MAGALHÃES, 2022, p.7; tradução nossa).

Ao passo em que os(as) trabalhadores(as) de rua estão imersos e vitimados pela ordem econômica neoliberal, também a subvertem, por de certa forma negarem estar no local que lhes foi determinado enquanto sujeitos subalternos, submetendo-se a subempregos.

Em outra perspectiva de análise, vamos agora avançar na leitura sobre o conflito entre a permanência ou não de trabalhadoras e trabalhadores nas ruas.

3.3.2 O rapa: o controle, a violência, a disputa

A ordem, seja ela urbana ou social, é muito mais um projeto do que um estado pronto, realizado. Assim, a ordem urbana pode ser compreendida como um limite que não será alcançado, mas sob o qual práticas de classificação e hierarquização espacial tendem a ser direcionados, no sentido de produzir relações espaciais necessárias para a reprodução do capitalismo. Muitos mecanismos de controle e ordenação são, portanto, criados (STAVRIDES, 2016, p.33, tradução nossa).

A relação entre o trabalho de rua e o espaço público gera tensionamentos entre interesses contraditórios, se pensarmos apenas no antagonismo existente entre o ato de liberar os passeios para os pedestres e o de permitir a livre comercialização de mercadorias neste mesmo lugar. Vemos, de um lado, um ente que possui a condição de decidir e determinar a maneira como a atividade pode ocorrer e, de outro, aqueles que estão sujeitos a se submeter às determinações daqueles. Essa subordinação de uns com relação aos outros, como podemos supor e acabamos de ver na seção anterior com as narrativas, nem sempre se dá de forma pacífica. Frequentemente

podemos associar os conflitos e disputas que aí emergem ao “**rapa**”, termo aqui utilizado para definir esta categoria e que é utilizado pelos(as) trabalhadores(as) para se referir aos fiscais da prefeitura que podem apreender suas mercadorias, sobretudo daqueles que não são licenciados. Essa dimensão de conflito, inclusive, é a que mais comumente o trabalho de rua está associado.

Na categoria de análise “**o rapa**” são exploradas situações de embate e tensionamento. Os conflitos estão principalmente na relação do poder público com a atividade, seja nas limitações impostas para os locais onde a atividade é permitida, seja para o tipo de mercadoria comercializada, seja ainda para a emissão de licenças. As ações do rapa se relacionam intimamente com o espaço público, que é o local onde acontecem as atividades do trabalho de rua. Trata-se, portanto, de retomar os contornos da regulamentação do espaço público estatizado e problematizar como florescem situações de emergência do comum.

De maneira geral, devido ao desemprego, há mais pessoas buscando vender nas ruas, sem conseguir obter licença, do que espaço para que todos possam atuar. Como resultado, as ações de licenciamento e fiscalização dos pontos tornam-se frequentes, gerando, portanto, conflitos com aqueles que precisam utilizar o espaço público para trabalhar, muitas vezes mesmo estando licenciados. Durante a pandemia, essa relação ganhou contornos ainda maiores, que puderam ser expressos na relação da guarda municipal com os(as) trabalhadores(as), com maior uso da violência. No Rio de Janeiro, como exemplificado em nossa narrativa, a necessidade por manter a ordem pública quando não se podia estar na rua revelou-se de forma mais agressiva.

O período da pandemia pode ser associado a uma espécie de ápice do rapa, já que, naquele momento, ainda que a permanência nas ruas representasse um imperativo para o trabalho que aqui estudamos, não havia condições para estar nela. Fica evidente o drama colocado por meio das leis elaboradas pelos órgãos de planejamento e ordem pública nesse caso extremo e específico, impondo aos cidadãos muito mais regras do que direitos, conforme as necessidades que esse particular e excepcional momento exigia⁹⁶.

Em situação de “normalidade”, por sua vez, não podemos deixar de mencionar o fato

⁹⁶ As interdições do espaço público em geral durante a pandemia - e que atingiram de modo intenso o(a) trabalhador(a) de rua - foram decisões derivadas da responsabilidade das autoridades com o que é público, a despeito dos boicotes da esfera federal sob o governo de Bolsonaro. Diante da urgência sanitária, evidenciou-se, então, a necessidade imperiosa de políticas de auxílio emergencial, como reportamos no Capítulo 2.

de existir o licenciamento municipal nas cidades estudadas, onde a atividade é liberada em determinados lugares mediante o pagamento de taxas. Uma trabalhadora entrevistada (BOUÇAS, 2015) disse optar por ficar na “correria” porque não adiantava pagar taxa para ficar legal e não ter lucro. Outra trabalhadora que possuía licença, por seu lado, comentou sobre a dificuldade de estar em uma área ordenada onde não havia fluxo de pedestres e ela não conseguir realizar a venda. Aqui a disputa pelo melhor lugar na “pedra” se configura como uma relação que envolve não só o poder público, mas acordos e negociações entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as) e entre os trabalhadores(as) e os lojistas, por exemplo. Esta dinâmica ilustra como as relações de poder e interesses permeiam o espaço urbano.

Enquanto isso, em diversas sociedades ao redor do mundo, observa-se uma variedade de abordagens na busca por caminhos rumo à emancipação social, muitas das quais são mais receptivas aos processos pelos quais o comum pode se desenvolver. Os processos de negociação e disputa envolvidos nesse processo não podem, no entanto, ser considerados como um campo de batalhas interminável pelo comum. Até porque, conforme STAVRIDES (2016):

A produção de um mundo comum não precisa ser o resultado de um processo de homogeneização. Não precisa ser o resultado explícito e inevitável de estratégias de poder de normalização. Se entendermos um mundo comum como o resultado de relações sociais (que são necessariamente abertas à história de transformações menores ou maiores), então os mundos comuns não apenas podem permitir diferenças, mas se converter em um meio para estabelecer um terreno comum entre elas. É esse tipo de mundo comum que está sendo expresso no espaço público, **se o espaço público for compreendido não como o local de dominação, mas como uma área sempre contestada.** (STAVRIDES, 2016, p.33; tradução e grifo nossos).

O comum é uma ação e, portanto, expressa relações na sociedade que são indissociáveis das relações com a natureza. Em concordância com Hardt e Negri (2009), Stavrides (2016) afirma que as novas formas do comum que emergiram no capitalismo contemporâneo se ligam aos bens imateriais passíveis de partilha, como são o conhecimento, os afetos e as formas de relacionamento social, mas também a natureza, o ar, a água.

De acordo com Harvey (2014), embasado em leituras da obra de Elinor Ostrom (1990), não são todas as formas do comum que podem requerer livre acesso. Usando o exemplo do autor, o ar que respiramos requer acesso livre, assim como as ruas de nossas cidades. Porém, embora a

princípio possam ser livremente acessadas, possuem regulações, policiamento e podem até ser administradas de forma privada.

Alguns espaços públicos são convertidos em comum na medida em que pessoas nele se reúnem para expressar sua opinião política e fazer suas reivindicações (HARVEY, 2014). Podemos pensar, nesse sentido, que as trabalhadoras e os trabalhadores de rua, ao realizar sua atividade na rua, estão conferindo conteúdo político à mesma, uma vez que sua presença *per se* já denuncia a desigualdade de oportunidades a que estamos submetidos. Essa desigualdade, no entanto, pode não ser tão facilmente percebida, já que aí está instaurado o enigma da invisibilidade do muitíssimo visível (RIBEIRO, 2012) como discutimos no Capítulo 2, associado fortemente ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. “**O rapa**”, nesse sentido, instrumento da ordem pública que se impõe frequentemente nesse processo, normalmente é acionado nos momentos em que parece haver um interesse em devolver a luminosidade aos espaços de interesse do capital. Esse é o caso que observamos na cidade de Salvador, quando iniciativas de ordenamento coincidiram com a ampliação do interesse econômico e político no Centro Histórico, local próximo de onde a atividade é observada.⁹⁷

Para Stavrides (2021, p.9), o “comum” fundamenta-se em um conjunto de relações de compartilhamento que transcende as categorias de público e privado. Em outras palavras, ele não deve ser interpretado de maneira simplista, apenas como algo a ser compartilhado, já que a própria ideia de público é tensionada e reelaborada:

Nas redes e relações de compartilhamento, o público é reapropriado por ser definido coletivamente por aqueles que o compartilham. A esfera pública, historicamente, sempre pertenceu a uma autoridade específica que não apenas a definia, mas também fornecia (impunha) as regras para seu uso. (STAVRIDES, 2021, p.10)

Stavrides (2021), ao analisar as considerações de autores como Hardt, Negri e Lefebvre, por exemplo, observa que existe um ponto de interseção entre suas percepções: a dinâmica urbana e o convívio das pessoas nas cidades, que induzem à formação de relações de cooperação e de

⁹⁷ Nesse sentido, é possível ainda aproximar a repressão ao trabalho de rua das práticas de expulsão daqueles que resistem em morar no centro da cidade, em sua maioria grupos vulnerabilizados, formados por pretos e pardos. Consideramos aqui que ambas as práticas de repressão do Estado buscam diretamente destruir o comum.

redes de compartilhamento que sustentam as táticas de vida, conforme foi tratado na categoria “pedra”. Nesse ponto de inflexão, as negociações e a inventividade têm papel destacado como fatores que possibilitam a organização dos indivíduos. O compartilhamento de conhecimento, as relações de apoio, os espaços de encontro e, no caso aqui estudado, as relações de trabalho, incluídas como dimensões fundamentais da prática, são fatores que permitem o fluxo de reprodução da vida. Esse compartilhamento, no entanto, não costuma ser incentivado ou floresce espontaneamente, já que o espaço urbano é alvo de disputas e transformações.

O comum desafia as regras que mantêm a esfera pública, – e lembremos aqui dos interesses burgueses (ou hegemônicos) sob os quais ela se constituiu e que nela predominam – já que nesse entendimento ele é nascido da liberação potencial da comunização. O comum também escapa à noção de privado tanto por desafiar as apropriações individuais, quanto por também desenvolver maneiras de ligar aspirações e táticas individuais a circuitos maiores de compartilhamento. A comunização possibilita um “terreno comum” para as diferenças e multiplicidades (STAVRIDES, 2021).

Na contemporaneidade, no entanto, a humanidade é hegemonzada por aqueles que detêm o poder econômico, aqueles cuja classe social e casta política não se dispõem em ceder nenhum privilégio. Ao contrário, buscam prolongá-lo através de um exercício de dominação - agora mais incisivo e poderoso - que mantém a guerra econômica e a “chantagem do desemprego”. Por isso, podemos dizer que o que vivemos é justamente uma tragédia do não comum⁹⁸ (DARDOT E LAVAL, 2017).

Assim, parece muito pertinente o entendimento de que a compreensão da cidade como espaço comum possui, justamente, o significado de reivindicar o poder da autonomia, da criatividade coletiva e da co-responsabilidade, ou seja, reivindicar a cidade como “obra”, no sentido lefebvriano. Desse modo, as práticas comuns que se reinventam nas metrópoles de hoje se constituem, também, em atos de sobrevivência cotidiana coletiva, isto é, em práticas que buscam garantir meios de comunicação e troca que não são necessariamente os meios regulados pelas regras da exploração formal do trabalho. São práticas que surgem no cotidiano por meio do

⁹⁸ Em crítica ao ensaio *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, publicado em 1968, no mesmo caminho de Elinor Ostrom em seu livro *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, de 1990.

encontro e da colaboração e, na maioria das vezes, sequer se formalizam como uma alternativa às relações sociais existentes (STAVRIDES, 2021;2016).

Nesse sentido, a articulação e a organização política que se dão no caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua, como podemos observar nas ações do MUCA, por exemplo, também reafirmam a conversão dos espaços públicos em comuns urbanos. Talvez ainda por isso, não por acaso, a repressão e o controle à atividade representada pelo “**rapa**”, ainda que ela seja permitida e licenciada pelo Poder Público, se dê de forma violenta, seja no plano simbólico, quando intervenções e deslocamentos não são previamente comunicados, seja física e materialmente, quando ações das guardas municipais apreendem mercadorias e agridem trabalhadores(as).

O trabalho de rua, como pontuou Maria dos Camelôs em uma de nossas entrevistas, representa uma alternativa importante para uma população cuja pobreza, como vimos, carrega uma condição estrutural e que foi territorializada em nossas cidades. Manter ações que criminalizam as alternativas criadas por essas pessoas – a instituição de comuns – contribui para sufocá-las podendo, inclusive, resultar em manifestações de maior violência urbana.

No âmbito do neoliberalismo, que se desenvolve na proximidade dos territórios e entremeadado a eles, influenciando as subjetividades, é vital compreender como as formas de vida, as artes do fazer e as táticas de resistência podem ser capturadas e, ao mesmo tempo, tendem a combater e transformar esse sistema. O neoliberalismo é uma fase do capitalismo, não apenas um matiz. De cima para baixo ele indica uma mudança no regime de acumulação global. De baixo para cima significa a propagação de modos de vida que remodelam as noções que se tem de liberdade e obediência, intencionando alterações nas perspectivas coletivas de racionalidade e afetividade (GAGO, 2018). Como podemos transitar entre esses aspectos analisando o trabalho de rua?

3.3.3 Se virar: a vitalidade, a práxis, o movimento

Analisar o trabalho de rua exige uma transição hábil entre diferentes aspectos. É preciso compreender como as ações políticas desses(as) trabalhadores(as) se conectam às dinâmicas

mais amplas do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dessas ações na reconfiguração dos espaços públicos, na construção de comuns e na resistência contra as imposições que buscam sufocar sua atividade.

Para Gago (2018), o continente americano, sobretudo o que se designa por América Latina, foi alvo da experimentação das medidas neoliberais que englobam privatizações, redução de proteção social, desregulação financeira, flexibilização do trabalho etc., num processo imposto de cima para baixo pelos governos, elites econômicas e organismos financeiros internacionais. Para a autora, isso justifica o fato de esse regime de existência ter sido instalado pelas ditaduras de diversos países, com posterior consolidação em decorrência das reformas estruturais ajustadas pela lógica das políticas globais. Compreender a complexa dinâmica que se coloca no âmbito do político implica, para a autora, levar a sério a conexão entre o neoliberalismo e as subjetividades populares.

O neoliberalismo tem uma grande capacidade de mudar e adaptar-se a novas dinâmicas. Na perspectiva de baixo para cima, o neoliberalismo é, de acordo com Gago (2018):

um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo, de sua legitimidade ou não, mas que se transformam diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba se enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como pragmática vitalista (GAGO, 2018, p.14).

Para a autora, é necessário desconstruir as três ideias que explicam o neoliberalismo exclusivamente de cima para baixo. A primeira ideia considera que o neoliberalismo é somente um conjunto de macropolíticas pensadas pelo eixo imperialista, ou seja, concebido pelos países do “norte global”, impondo-se sobre os “países do Sul”. Essa perspectiva coloca o Estado e as corporações hegemônicas como os principais atores que determinam o funcionamento do sistema e os exclui das modificações concretas que ocorrem a partir da difusão das práticas neoliberais⁹⁹. A segunda ideia que deve ser desconstruída é de que o neoliberalismo é uma racionalidade que

⁹⁹ É importante lembrar aqui que o trabalho de rua existe antes das práticas neoliberais, já que aparece nas cidades brasileiras sob a forma de trabalho de ganho ainda no século XIX.

se refere apenas aos grandes atores políticos e econômicos. A racionalidade neoliberal, em diferentes escalas (local, regional ou transnacional), passou por diversas mutações e degenerações, agregando outras racionalidades. Nessa concepção, atores sociais costumam se ver e serem vistos como coadjuvantes ou vítimas do neoliberalismo e não como articuladores da heterogeneidade social. Por fim, a terceira ideia deriva das anteriores, pois pensa-se que só é possível superar o neoliberalismo através de políticas macroestatais, conduzidas por agentes de grande porte.

De maneira semelhante, pensamos ser necessário refletir e desconstruir a associação do trabalho de rua a uma ideia romantizada e de vitimização das classes populares, para levá-las mais a sério, assim como suas subjetividades. A primeira ideia a ser desfeita é a de que no circuito inferior circulam apenas mercadorias e tecnologias obsoletas, refugos do circuito superior. Vimos, por exemplo, que o uso da tecnologia, sobretudo a bancário-financeira, é amplamente incorporada no trabalho de rua e que a ampliação do crédito entre as classes populares lhes permite adquirir produtos de melhor qualidade e, conseqüentemente, mais caros. A segunda premissa a ser desfeita é de que há apenas pobres e pessoas com baixa instrução/qualificação realizando esse trabalho. Na pesquisa que realizamos durante a pandemia, por exemplo, apareceram pessoas com nível superior entre os entrevistados. Embora essa possa ser uma exceção, o fato de tais atributos serem manifestados evidencia essa heterogeneidade. Por fim, está a ideia de que apenas o ingresso no mercado formal pode salvar esses(as) trabalhadores(as) da miséria. Vimos que algumas pessoas transitam entre ocupações com e sem carteira assinada e que conseguem realizar conquistas importantes, o que não significa que políticas de seguridade social não devam ser ampliadas para esses(as) trabalhadores(as), que precisam, assim, como qualquer outro(a) trabalhador(a), ter direito ao lazer, ao ócio, à aposentadoria e a outras conquistas ligadas ao trabalho, como as licenças remuneradas para várias contingências (doença, maternidade/paternidade, acidente etc.).

O neoliberalismo, na perspectiva de baixo para cima, ainda segundo Gago (2018), se origina da evolução histórica das relações de poder e é influenciado por estratégias que vão além do cálculo liberal. Isso resulta na formação de subjetividades individuais e coletivas sob uma perspectiva biopolítica, por meio de várias táticas de vida. Pensar o neoliberalismo nessa perspectiva implica considerar a dinâmica que põe resistência à espoliação e à exploração e que,

ao mesmo tempo, desdobra-se no espaço antropológico. Dessa forma, o neoliberalismo tanto se faz presente nos territórios, quanto encontra-se fortalecido nas subjetividades populares, espalhando-se pela organização das economias informais.

Embasando-se em Marx e Foucault, Gago (2018) chama atenção para a centralidade da produção do valor, não no sentido economicista que concebe o trabalho separadamente da vida social, já que é uma característica do capitalismo reduzir o valor à economia, mas compreender o valor no sentido de produção de existência. O valor é então evidenciado pelo conceito de força de trabalho, retomado pela autora com a intenção de adequar o vocabulário político para aproximá-lo da problemática, sem mitigar as contradições que nela possam existir. Para ela, essa compreensão só é possível a partir das práticas do território, que criam a chance de pensar uma dinâmica transindividual das forças produtivas, que a todo tempo extravasam o neoliberalismo e antecipam possibilidades novas. Assim, as práticas do território são uma forma de cooperação social capaz de reorganizar o horizonte do trabalho e da exploração.

Direcionando nosso olhar para o trabalho de rua, na categoria “**se virar**”, tem-se o próprio exercício do trabalho realizado no cotidiano, no qual se destaca a relação dialética que se estabelece entre a subordinação e a autonomia do(a) trabalhador(a), e que se desdobra em processos de negociação e disputa. Segundo Martinez (2010), no trabalho, a subordinação se evidencia quando o tomador de serviço define o tempo e o modo de execução do que foi contratado. Isso significa que o tomador de serviço pode determinar tanto o horário de início, de fim e de intervalo da atividade, quanto a maneira como ela será operacionalizada. Já a autonomia é uma característica do trabalho por conta própria, no qual o(a) trabalhador(a) pode definir a maneira como operacionaliza sua atividade, gozando de variados graus de liberdade organizativa e de uso múltiplo de seu tempo. Porém, sobre este(a) trabalhador(a) não incidem proteções e direitos trabalhistas, uma vez que não possui proteção jurídica no âmbito do direito do trabalho.

A categoria ‘**se virar**’, portanto, aborda aqui a relação dialética e complexa entre a subordinação e a autonomia de trabalhadoras e trabalhadores. A subordinação contrasta com a autonomia, visto que, em termos de vínculo de trabalho, na subordinação, o tomador de serviços assume a posição de pagador posterior, recebendo o serviço primeiro e efetuando o pagamento em seguida. Na autonomia, por sua vez, o(a) próprio(a) trabalhador(a) estabelece as regras para

a prestação de seus serviços. A autonomia é, portanto, uma característica inerente ao trabalho por conta própria, submetida às restrições de seu modo de inserção na economia e no direito hegemônicos.

Os níveis de subordinação analisados em Bouças (2015), que são também mecanismos de controle e ordenação, são considerados: a) com relação à obtenção de recursos para iniciar ou manter a atividade; b) com relação ao que determina o planejamento urbano; c) com relação ao acesso às mercadorias; e d) com relação à posição na ocupação (acordos, contratações e subcontratações).

Na pesquisa então realizada, se verificou que a maioria de trabalhadoras e trabalhadores começaram na atividade com recursos próprios ou comercializando uma mercadoria que adquiriu com baixo custo ou que foi produzida de forma artesanal. Há também os(as) trabalhadores(as) que, sem acesso a linhas de crédito formais, conseguem empréstimo com agiotas para iniciar a atividade (BOUÇAS, 2015).

Na relação com o que é determinado pelo planejamento urbano, pode-se identificar elementos de subordinação quando, por exemplo, são estabelecidas condições de licenciamento específicas ou quando os(as) trabalhadores(as) ficam submetidos a mudanças de ponto, independentemente de sua vontade, para não terem a mercadoria apreendida pelo rapa. Ora, isso aponta para como as instituições legitimam desigualdades ao definir quem tem direito específico e quem é privado dos mesmos direitos quando o assunto é o acesso e o uso do espaço público (STAVRIDES, 2016).

O acesso às mercadorias é outro ponto que merece atenção. A maioria das mercadorias é adquirida com distribuidores no atacado, mas ainda assim há muitos(as) trabalhadores(as) que compram no varejo, o que certamente implica uma menor remuneração pelo trabalho. Há ainda os(as) trabalhadores(as) que realizam viagens para outras cidades com vistas a adquirir a mercadoria e aqueles que compram de atravessadores, pessoas que levam os produtos diretamente para a rua onde o(a) trabalhador(a) está. Os(as) trabalhadores(as) de rua, de maneira geral, não conseguem fazer grandes estoques. Vende-se na medida em que há procura, o que permite uma adaptação mais rápida ao mercado e minimiza os riscos de prejuízo (BOUÇAS, 2015).

No trabalho de rua são criados arranjos que reproduzem a informalidade dentro da

informalidade, dando origem a novos acordos de subordinação. É assim que podemos perceber que nem todos os pontos de trabalho pertencem aos trabalhadores ali registrados, o que nos permite analisar a interação entre subordinação e autonomia com relação aos acordos, contratações e subcontratações. Essa relação se estabelece não apenas no aluguel dos pontos, geralmente feito para pessoas da família, mas se estende à criação de mais um elo de trabalho relacionado ao armazenamento das mercadorias, atividades que não existiria não fosse o trabalho de rua.

No centro de Salvador foi possível verificar a existência de vários depósitos, que consistem em casas antigas utilizadas inteira ou parcialmente para este fim. Nesse sistema, são ainda contratados carregadores, responsáveis por levar a mercadoria dos depósitos para o ponto do(a) trabalhador(a) e vice-versa. A carência desse equipamento favorece a criação de arranjos informais que surgem para suprir essa que é uma necessidade básica para o funcionamento da atividade. A saída para aqueles(as) trabalhadores(as) que tentam reduzir os custos sobre seu trabalho acontece quando eles conseguem, por exemplo, guardar gratuitamente sua mercadoria com amigos, parentes ou mesmo com lojistas (Figuras 57 e 58).



Figura 57: Carregador próximo à Praça da Piedade.
Fonte: Foto da autora, 2012.



Figura 58: Carregador próximo ao Dois de Julho.
Fonte: Foto da autora, 2023.

É nesse contexto que a falta de investimento estatal na fase mais austera do neoliberalismo apresentou-se como um terreno fértil para a ideologia do microempresariamento e do empreendedorismo. Os(as) trabalhadores(as) assumiram os custos da reprodução de atividades e serviços como educação, saúde e segurança ao arcar com os custos de escolas, planos de saúde ou segurança privados, por exemplo, de modo que essas economias não podem mais ser classificadas como marginais, pois guardam uma grande capacidade de se relacionar com a

heterogeneidade metropolitana que articula do comércio ilegal até o autoemprego. Tal circunstância deixa evidente o dilema da visibilização e invisibilização sobre a forma como essas economias se apresentam como função produtiva. As transformações neoliberais, portanto, complexificaram e amarraram as tramas de informalização às tramas empreendedoras, num contexto em que a espoliação de direitos e a flexibilização são crescentes (GAGO, 2018).

Enquanto o neoliberalismo promove a ideia de que tudo pode ser transformado em mercadoria e vendido no mercado, a noção do comum envolve benefícios não mensuráveis, recursos compartilhados e gestão coletiva. A rede de práticas e saberes criada pelos(as) trabalhadores(as) que, ao organizar o seu trabalho, reorganizam o espaço circundante, nos aproxima do que Gago (2018) denomina de pragmáticas vitalistas, que mobilizam o saber-fazer, dificilmente apreendido já que é muito mais experiencial do que discursivo.

As práticas oriundas “de baixo” pluralizam o neoliberalismo ao passo em que também permitem ver como se dá a sua articulação com formas comunitárias e práticas populares que dão conta da resolução da vida, com os empreendimentos que nutrem as cadeias informais, e com as modalidades de renegociação de direitos que tiram proveito da vitalidade social. Nessa pluralização, revela-se o caráter “heterogêneo, contingente e ambíguo em que a obediência e a autonomia disputam, palmo a palmo, a interpretação e a apropriação das condições neoliberais” (GAGO, 2018, p.20).

Nesse sentido, podemos também ter uma aproximação com Santos (2001) naquilo que ele conceitua como uma divisão de trabalho por cima e por baixo. Por cima significa relacioná-la ao que se prende a um uso submisso das técnicas da racionalidade hegemônica, com uma solidariedade gerada de fora e que se vincula a relações pragmáticas, onde a racionalidade é pautada em normas radicais. Já pensada por baixo, a divisão do trabalho se funda no redescobrimto cotidiano de combinações que permitem a vida, onde a solidariedade surge de dentro e se vincula com o território e com a cultura local, num dinamismo intrínseco, espontâneo e complexo.

A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua assume assim importância tanto por questões sociais, uma vez que garante ocupação e sustento para todos que dela se ocupam, quanto pelos recursos que movimentam. A apropriação do espaço público é incorporada ao cotidiano, tornando possível o estabelecimento de novas relações entre aqueles que utilizam este espaço,

seja sua presença duradoura ou eventual. Estabelece-se assim uma relação recíproca entre os sujeitos que participam dessa ação e compartilham de um modo de vida, em uma práxis coletiva que põe em questão a concepção de um espaço liso e abstrato em nossas cidades.

É fundamental considerar que a tensão na apropriação persiste mesmo quando ela é legitimada. Isso ocorre devido ao fato de que o local em questão, a rua, é constantemente disputado. No contexto da atividade de trabalhadoras e trabalhadores que estamos analisando, essa tensão se torna evidente, especialmente porque as pessoas não desejam trabalhar em ruas sem movimento, ou seja, onde não há oportunidade de vendas. Sua necessidade de sobrevivência prevalece sobre a ordem estabelecida, resultando em pressões contínuas nos locais onde a atividade, em tese, não deveria ocorrer. Esses locais estão sujeitos a reapropriações constantes, tanto durante como após cada intervenção realizada pelas autoridades públicas.

O espaço da rua onde o(a) trabalhador(a) exerce sua função não se esgota na atividade laboral. As pessoas estabelecem uma conexão de pertencimento com o local onde se estabelecem, muitas vezes permanecendo lá por anos e até mesmo décadas. Essa relação evoca sentimentos afetivos, comprometimento e, em algumas ocasiões, conflitos. É muito evidente a diferença observada no espaço público vazio, sem a presença do trabalho, como ocorreu durante a pandemia e a enorme variedade de movimentos e possibilidades de interações existentes nos mesmos espaços com a presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua – Figuras 59 a 68.



Figura 59: Avenida Sete de Setembro sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023



Figura 60: Avenida Sete de Setembro com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023



Figura 61: Avenida Joana Angélica sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 62: Avenida Joana Angélica com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2020.



Figura 63: Rua Nova de São Bento sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 64: Rua Nova de São Bento com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2022.



Figura 65: Praça do Relógio de São Pedro sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 66: Praça do Relógio de São Pedro com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2019.



Figura 67: Rua do Cabeça sem trabalhadores(as) de rua.

Fonte: Foto da autora, 2023.



Figura 68: Rua do Cabeça com trabalhadores(as) de rua.

Fonte: Foto da autora, 2023.

Observa-se, também, uma notável heterogeneidade nos interesses de trabalhadoras e trabalhadores em relação às atividades que desempenham. Alguns deles não têm outra fonte de subsistência, no entanto, encontram maneiras de se divertir e obter prazer no trabalho. Além disso, a flexibilidade de administrar seus próprios horários e a oportunidade de cuidar dos filhos durante o trabalho são aspectos relevantes. Em contrapartida, não deixa de existir a incerteza em relação à obtenção de renda diária e mensal, o que dificulta a garantia de sobrevivência e prosperidade nos negócios para alguns(as) trabalhadores(as). Entre essas alternativas, a solidariedade e a possibilidade de contar uns com os outros nas relações que se tecem na rua desafiam qualquer análise que desconsidere a força dessas relações.

Pensando nos(as) trabalhadores(as) de rua à luz das reflexões apresentadas ao longo do capítulo, temos que o comum não está na atividade em si, na licença do Estado para funcionar num determinado ponto, na barraca ou nas mercadorias. As tentativas de captura do Poder Público através de deslocamentos ou construção de equipamentos que segregam a atividade das ruas, por sua vez, divergem e não encontram ressonância justamente porque se opõem ao comum produzido socialmente enquanto práxis, uma vez que terminam por confinar a atividade. É importante lembrar que a propriedade privada exclui o comum (Dardot e Laval, 2015). É justamente a partir da mobilização dos setores sociais que a atividade se intensifica e ganha novas articulações e dimensões. Podemos perceber, portanto, que o comum no trabalho de rua está nas relações que se estabelecem na prática coletiva: o processo de estabelecimento da “pedra”, a obtenção de licença formal e/ou aceitação com os vizinhos, da barraca em si e da escolha das mercadorias, no cotidiano, na co-responsabilidade, no vínculo com a rua e na produção de vitalidade que dessa relação deriva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa se buscou identificar as possibilidades de produção de comuns urbanos, particularmente nos centros das cidades, a partir da atividade do(a) trabalhador(a) de rua. Evidenciou-se que esta atividade possui relevância não apenas pela sua contribuição social, ao assegurar ocupação e subsistência para aqueles que a exercem. A apropriação do espaço público pelo(a) trabalhador(a) de rua é incorporada ao cotidiano e às rotinas da cidade, o que torna possível o estabelecimento de novas relações entre aqueles que utilizam este espaço, criando relações recíprocas em que se compartilha um modo de vida. Trata-se de uma práxis coletiva que questiona a concepção de um espaço público liso e abstrato em nossas cidades e que aponta para uma razão alternativa na constituição de sociabilidades e de solidariedades através do comum.

A discussão sobre a colonialidade do saber e do poder e o racismo estrutural foram suportes fundamentais para nossa discussão, permitindo avançar sobre uma questão preliminar: por que o trabalho de rua é considerado tão incompatível com o espaço público no centro das cidades brasileiras?

A aproximação sobre as possibilidades de resposta para essa pergunta nos permitiu reunir leituras críticas sobre o mundo do trabalho, o espaço público e o urbanismo em si. Através delas foi possível compreender que a condição estrutural que marginaliza parte considerável da população, onde estão inseridas principalmente pessoas pretas e pardas, as segrega não apenas dos espaços privilegiados da cidade. Ela também afasta essas pessoas de condições de trabalho capazes de permitir a existência para além da produção e reprodução do capital. Não as impede, no entanto, de construir suas próprias alternativas.

O conceito da informalidade, usado por muito tempo para abarcar a atividade que aqui estudamos, vem sendo amplamente discutido desde os anos 1970, mas não dá conta por si só da multiplicidade de situações envolvidas e que não se referem apenas àqueles que nomeamos como pobres, pessoas vulnerabilizadas por processos estruturais que as subalternizaram. As situações heterogêneas abarcadas nesse grande guarda-chuva são também fruto do capitalismo, cuja evolução ao longo do tempo, especialmente em sua fase neoliberal, tem exacerbado a sua capacidade

de produzir desigualdades. Neste processo, potencializa-se a lógica do mercado e relativiza-se a política pública, o que dificulta consideravelmente a criação de oportunidades equilibradas para todas(os). Assim, recuperando a trajetória crítica da informalidade e aproveitando a reflexão possibilitada pelos dois circuitos da economia, chegamos à discussão sobre os setores populares, composto por um amplo e diverso conjunto de atividades conduzidas direta e independentemente pelas classes trabalhadoras, forjando suas próprias formas de trabalho e ganhando a vida com seus próprios recursos. Na economia popular estão englobadas uma variedade de atividades, como trabalho familiar, trabalho autônomo, produção artesanal, autoconstrução de moradias, micro e pequenos negócios, além da economia camponesa.

Em sociedades desiguais como a nossa, a complexidade decorrente da própria lógica do sistema de acumulação capitalista cria processos simultâneos onde a economia popular desponta ao indicar para possibilidades de construção de algo novo e disruptivo. Expressões tão multitudinárias quanto o trabalho de rua, integram assim um modo de desenvolvimento latino-americano, que expõe no espaço público – imediatamente político – formas de apropriação que podem vir a cultivar os comuns urbanos. Ressaltamos ainda que reconhecer esse potencial não significa tornar absoluto o significado do trabalho de rua. Compreendemos o trabalho de rua como um comum importante que deve ser tanto enaltecido enquanto perspectiva de análise, quanto apoiado enquanto setor fundamental para a reprodução da vida de parcela significativa da população. O trabalho de rua, no entanto, não deve ser o único comum a ser considerado na discussão do espaço público. Entre as possibilidades que a porosidade do espaço público enseja, deve-se também cultivar os espaços de discussão, trocas e negociação.

O trabalho de rua possui inegável importância para a dinâmica de nossas cidades e de seus sistemas de trocas. Além disso, compreende-se sua contribuição para a criação de atividades produtivas a partir da ação autônoma de setores populares – embora com diversos níveis de interação e de subordinação – e para a circulação de mercadorias produzidas por sistemas nacionais e internacionais de produção em massa, que relacionam os circuitos superior e inferior da economia.

Os(as) trabalhadores(as) de rua, que guardam relação íntima com as diversas centralidades e fluxos de deslocamento espaço-temporal de pessoas na cidade, são importantes ainda para

alimentar a vitalidade urbana. Sua atuação no espaço público tensiona e desafia cotidianamente as instituições. Isso se reflete nos conflitos gerados por intervenções urbanísticas, as quais têm como princípio, em geral, a manutenção de um espaço público em sua concepção burguesa, que reproduz a busca por um modelo unívoco, frequentemente descolado da realidade da maioria das cidades brasileiras. Nos parece, nesse sentido, ser uma dimensão da colonialidade do saber, do poder e do fazer a suposição de que é possível existir um espaço público isento e homogêneo, numa sociedade extremamente desigual como a nossa. A busca pela eliminação da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, nesse contexto, mantém atualizada a perseguição histórica sofrida pela população formada por pretos e pardos, evidenciando mais uma faceta do racismo estrutural que permeia nossa construção social.

Quando tratamos sobre o trabalho de rua fica evidente que a “cidade informal” não se encontra territorializada apenas nas periferias, onde a infraestrutura urbana, os equipamentos e serviços são insuficientes devido à ação deficitária do Estado. Essa cidade se afirma e se escancara também através da disputa no e pelo espaço público, acessado por (quase) todos, independente da classe social. Através das leituras teóricas e empíricas realizadas, foi possível perceber que o direito ao trabalho e o direito à moradia encontram-se intimamente interligados. As táticas de vida que as classes populares criam aí são fundamentais para dar conta de algo que vai além do mínimo oferecido pelas instituições de bem-estar, seja nas formas de morar, seja nas formas de prover o sustento, e merecem que as tratemos com a devida atenção.

Nesse contexto, é importante também considerar a articulação de fluxos, localização de trabalhadoras e trabalhadores de rua e suas relações históricas e de pertencimento, que são praticamente indissociáveis das áreas centrais, ao menos no caso das grandes capitais regionais do país. As ruas dos centros estão entre os espaços mais luminosos das cidades e concentram uma grande densidade de interesses hegemônicos. É interessante notar que quanto mais importante for o centro de uma cidade, mais ele será luminoso, e mais intensa parece ser a repressão e a perseguição sobre os homens e mulheres lentos(as), como é o caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua. Nos parece exemplar nesse sentido, a atuação das guardas municipais e as tentativas de armá-las nas principais metrópoles do país, o que pode ser facilmente constatado numa rápida busca em matérias de jornal que tratem do assunto.

O trabalho de rua, como já mencionado, é compreendido aqui como um importante indutor de sociabilidade, capaz de produzir algo novo por meio de sua práxis. Assim nos aproximamos do comum, que emerge da cooperação e da co-responsabilidade entre indivíduos, sendo simultaneamente fonte e resultado de um mesmo processo, em moto-contínuo. Ele representa um espaço onde o trabalho vivo é concebido como o plano de produção tanto da subjetividade quanto da riqueza social, que não está ligado a uma propriedade específica, mas sim a uma dimensão inapropriável.

A produção do comum no trabalho de rua pode ser observada quando identificamos que, nesta atividade, existe a criação de formas diferentes de lidar com as condições materiais pré-existentes para dar conta da vida através de táticas que permitem utilizar o tempo de forma menos subordinada, seja na atividade comercial, seja na formação de relações interpessoais. O valor gerado a partir daí é de difícil apreensão, já que escapa das formas tradicionais de avaliação econômica, como apontado por Gago (2018). Nesse contexto, a perspectiva da pragmática vitalista à luz da contribuição da economia dos setores populares nos parece significativa e instigante, ao apontar para uma perspectiva potente e transformadora, ainda que não descolada dos processos de produção capitalista. Para nós, uma de suas mais importantes contribuições se dá justamente no sentido da não vitimização da pobreza, investigando, nestas táticas de vida, formas de tecer relações para além da lógica capitalista, capaz de criar caminhos para viver melhor.

Buscamos aqui tensionar o enquadramento puro e simples das lógicas da economia e da sociabilidade popular em normas colonizadoras da racionalidade instrumental como uma ideia estruturadora do desenvolvimento econômico e urbano no Brasil. Acreditamos que, em meio ao que se considera normativamente como precariedade, existe uma insubordinação capaz de apontar alternativas, como inclusive já se desenha através da articulação e organização de trabalhadoras e trabalhadores de rua e sua potência em construção em termos de força política, sobretudo considerando que eles compõem uma categoria bastante numerosa.

Há nesse processo dialético, um movimento de luta dos pobres: pelo direito à cidade, pelo direito ao trabalho e também pelo direito a um modo de viver melhor, ainda que isso signifique a possibilidade de trabalhar com um amigo ou familiar e não em um ambiente que os subalternize. Essas relações não podem ser romantizadas, já que as relações

entre os próprios(as) trabalhadores(as) de rua nem sempre são pacíficas – não nos esqueçamos que se trata de relações humanas, mediadas por complexos interesses, valores e (des)afetos. Ainda assim, a solidariedade deve ser destacada, já que sua prática é muito mais palpável no nível da ação dos indivíduos, como foi percebido através das articulações para doações durante o período da pandemia de COVID-19, cobrindo aquilo que as políticas de assistência praticadas pelo poder público não conseguiram alcançar. Que caminhos alternativos então podem ser traçados a partir do olhar sobre essa atividade como uma atividade indutora da produção dos comuns urbanos?

Caminhando para o fim, mas ainda distante de encerrar a discussão, é importante marcar que não se tem aqui o intuito de assimilar a precariedade como um parâmetro aceitável de viver e estar no mundo. Trata-se aqui de mudar a forma de olhar para esse fenômeno, identificando o que pode ir além do senso comum. As narrativas apresentadas nesse sentido foram fundamentais para identificarmos pistas para esses novos caminhos, assim como para ampliar sua compreensão.

As categorias de análise da “pedra”, “rapa” e “se virar” desenvolvidas em Bouças (2015) e aqui revisitadas a partir de nova chave teórica – a ativação da noção de comum – buscaram dar conta das complexidades envolvidas, dando-lhes relevo e permitindo nos aproximar do entendimento sobre a relação da atividade com a produção do comum de forma mais concreta. É na “pedra”, categoria que ancora a relação que estudamos entre o trabalho e a rua, que tanto se desmonta uma perspectiva moralizadora e criminalizadora sobre a atividade quanto se identifica o esforço de trabalhadores e trabalhadores para estabelecer algo que pode se aproximar de um senso comunitário, com diversas situações de ajuda mútua e solidariedade. No “rapa” exploramos a dimensão concreta dos conflitos e suas repercussões na reprodução da vida desses(as) trabalhadores(as). É nesta categoria onde verifica-se o estabelecimento da ordem urbana, a tentativa de destruição do comum em processo e os processos de negociação e resistência. Por fim, é no “se virar” que as práticas de baixo ficam mais evidentes, revelando que se trata menos de encontrar uma salvação para os pobres, e mais de alcançar uma compreensão sobre as possibilidades por eles encontradas para realizar conquistas importantes para a vida, mesmo em meio às limitações agudas do mundo capitalista. No entanto, a alternância entre subordinação e autonomia, nesse aspecto, não deve ser entendida de forma superficial ou idealizada, já que a violência é um aspecto fortemente presente nessa atividade, em diversas modalidades.

O intuito da discussão levantada se deu no sentido de provocar a atenção para as economias populares e as possíveis insurgências que ela pode permitir, sobretudo para pensarmos em termos de urbanismo. Ter essa atenção, inclusive, pode nos levar a evitar que as táticas de vida das classes populares e suas criações possam ser apropriadas por um discurso influenciado, por exemplo, pela teologia da prosperidade. De que maneira a discussão que aqui traçamos pode contribuir para fortalecer uma noção emancipatória e democrática, legitimando diferentes interpretações dessas práticas e dos sujeitos envolvidos em nossas cidades? Como a mudança de perspectiva sobre a percepção desses processos pode ser incorporada ao planejamento urbano? Longe de encerrar e esgotar a discussão, pensamos que esses questionamentos podem abrir possibilidades de pesquisa e criação de propostas para intervir no espaço urbano, considerando as singularidades e complexidades com que nos apropriamos e vivemos na cidade

REFERÊNCIAS

Livros, Teses, Dissertações, Artigos

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez; TRUJILLO, Mina Lorena Navarro. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. **Confluências** | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 21, n. 2, p. 298-324, 2019.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares**. Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. – [2. ed., 10.reimpr. rev. e ampl.] – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 83 | 2008.

ANTUNES, Ricardo L. C. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

ALCÂNTARA, André; COMARU, Francisco; SAMPAIO, Geilson; ITIKAWA, Luciana; KOHARA, Luiz; FERRO, Maria Carolina. **Ambulantes e direito à cidade**: trajetórias de vida, organização e políticas públicas. Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, p. 452-477, 2013.

ARAÚJO, Iara Soares de., BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Trabalho e renda no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Práxis**. Novo Hamburgo. a. 18, n. 2. mai./ago. 2021.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Publicação original: ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BALTRUSIS, Nelson. Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas: novos discursos, velhos problemas. **Caderno CRH**, v. 23, p. 235-253, 2010.

BATISTOTI, Aleida Fontoura. A “**guia**” como modo de vida [manuscrito]: trabalho de rua

e cidade por mulheres negras no centro de Salvador. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.

BERGALLO, P.; MANGINI, M.; MAGNELI, M. & BERCOVICH, S.. Los impactos del COVID-19 en la autonomía económica de las mujeres en América Latina y el Caribe. **COVID-19 Policy Documents Series**. UNDP LAC C19 PDS No. 25. 2021.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2003.

_____. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. **Portal VITRUVIUS–Arquitexto**, v. 72, 2006.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

_____. Espaço de vida e de labuta: um relato sobre o trabalho de rua na Avenida Sete de Setembro. In: URIARTE, Urpi Montoya (Ed.). **Avenida Sete: antropologia e urbanismo no centro de Salvador**. EDUFBA, 2017.

_____. O trabalho na rua: uma relação entre espaço público, planejamento e direito à cidade. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 12, p. 49, 2017.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus; DE SOUZA, Luiz Antonio. **Trabalhadores de rua: uso do solo e apropriação do espaço público no Centro de Salvador**. In: Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual (CTV). 2012.

BOUÇAS, R.L.J e PENA, J.S. Racismo, luta e resistência da população negra na cidade segregada. **Minha Cidade**, v. 15, n. 180.01, 2015.

CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cadernos Pagu**, p. 63-97, 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, n. jul. 2000, p. 153-174, 2000.

CANELLAS, Lidia. **Camelô no Camelódromo não fica na pista: uma etnografia acerca da construção e desconstrução de regras no Mercado Popular da Uruguaiana - RJ**. 2010. p.115. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARNEIRO, Cristianne Maria Barbosa. **Os fios (in)visíveis do comércio informal: um estudo sobre shoppings populares no Nordeste / Cristianne Maria Barbosa Carneiro**. -- Rio de Janeiro, 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAY-CHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artimed, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. In: **Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. v. 23, n.58. p 171-190, Jan./Abr. 2010. Salvador: UFBA, 2010.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil**. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 54(4): 969-978, jul-ago.2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

_____. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**; trad. Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. O Comum: um ensaio sobre a revolução no século 21. In: **Tenda | Rede Universidade Nômada**, 2016. Disponível em <http://uninomade.net/tenda/3294/>. Acesso em 22 jul. 2020.

_____. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social**, v. 27, p. 261-273, 2015.

DE AZEVEDO, Beatriz Regina Zago. Economia informal: uma revolução em marcha? **Ensaio FEE**, v. 9, n. 1, p. 136-140, 1988.

DE JESUS, Claudio Roberto. **A Geografia Urbana do camelô belo-horizontino – Belo Horizonte**, 2011. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, 2011.

DELGADO, Manuel. Barcelona: o mito do espaço público. Tradução Maria José de Almeida Müller. In: **Humboldt, apropriações da cidade**. Revista semestral, ano 49, núm. 95, Goethe-Institut, 2007.

_____. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

_____. El espacio público y sus “intrusos” em Buenos Aires. **El País - Blog Seres Urbanos**. México, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2017/11/27/seres_urbanos/1511772321_435236.html> Acesso em: 11 mar. 2021.

DE MATTOS, Wilson Roberto. **Negros contra a ordem**: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-BA 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

DE SOTO, Hernando. **El otro sendero**: la revolución informal. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1987.

_____. **Economia subterrânea**: uma análise da realidade Peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

DINIZ, Sibelle. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, v. 29, p. 963-985, 2019.

_____. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DINIZ, Sibelle; TONUCCI, João. A economia popular no Brasil contemporâneo: uma análise a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010. **Economías populares**: una cartografía crítica latino-americana / Patricia Aymar ... [et al.]; Compilación de Verónica Gago; Cristina Cielo; Nico Tassi. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho de rua de Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: “o trabalhador gratuito”. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 13, n. 25/26, 2005.

_____. **Camelôs globais ou de tecnologia**: novos proletários da acumulação. Salvador: Edufba, 2013.

_____. Do trabalho informal tradicional ao uberizado: história, inovação e pandemia. **Revista NAU Social** - v.11, n.21, p. 361 – 375 Nov 2020 / Abr 2021.

EVANGELISTA, Ana Paula. **Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.

FERNANDES, Ana. **Memorial de progressão à classe de professor titular**. Salvador: Faculdade de Arquitetura UFBA, outubro de 2017.

_____. Decifra-me ou te devo: Urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do Urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely F. N., FRANCISCONE, Jorge Guilherme e PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira**: objeto teoria prática. São Paulo: Rio e Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FERNANDES, Ana; FRANCO, Angela; VIVEIROS, Liana. **Pandemia**: registros e inquietações. Salvador,BA: EDUFBA: PPGAU/FAUFBA, 2021.

FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 254-268, 2018.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. Disal Editora, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz, A, M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O Conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. v.17, n.41. p. 211-229, Mai./Ago. 2004. Salvador: UFBA, 2004.

FRANCO, Ângela. Não só de referência cultural (sobre)vive o centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). **Pelo Pelô**: História, Cultura e Cidade. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Mestrado em Arquitetura e urbanismo, 1995.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. - trad. Igor Peres. - São Paulo: Elefante, 2018.

_____. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica; CIELO, Cristina; TASSI, Nico. **Economías populares**: una cartografía crítica latinoamericana. Agendas Emergentes. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho ontem e hoje. **NOVOS ESTUDOS**. CEBRAP. 85, novembro 2009 pp. 151-170.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

Publicação original: HABERMAS, Jürgen. Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft” auf Portugiesisch würde etwa so lauten. Neu-wied: Luchterhand, 1962.

_____. “L’espace public”, 30 ans après. **Quaderni**, n. 18, p. 161-191, 1992.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Editora Record, 2005.

_____. **Bem-estar comum**; tradução de Clóvis Marques – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jefferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. – trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. – São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil; trad. Claudio Carina; ver. Tecica Luisa Valentini. – 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

Publicação original: JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books, 1963.

JACQUES, Paola Berenstein. Experiências metodológicas para apreensão da cidade contemporânea. **Redobra**, Salvador, EDUFBA, n. 12, 2013.

JAKOBSEN, Kjeld A.; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. O trabalho informal no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (orgs.). **Mapa do trabalho informal**: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e CUT Brasil. 2000.

KOWARICK, Lucio (1979). **A lógica da desordem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel; SANTANA, André. Economia dos setores populares e inclusão socio-produtiva: conceitos e políticas públicas. In: **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 52; Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília, Ipea: MTE, 2012.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4).

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda de Barros. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **Cuadernos del CENDES**, vol. 32, n.89, mayo-agosto, 2015, pp.47-87. Venezuela: Universidad Central de Venezuela, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação e Pesquisa Tecnológica, 1993.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, p. 5-20, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Publicação Original: HENRI, Lefebvre. **Le droit à la ville**. Anthropos, Paris, 1968.

_____. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000.

Publicação Original: LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Collection Société et urbanisme. Paris: Anthropos, 1974.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. Norma, seletividade e justiça social no contexto da COVID-19. In: FERNANDES, Ana; FRANCO, Angela; VIVEIROS, Liana, organizadoras - Salvador, BA.

CIDADE E PANDEMIA: registros e inquietações. Edufba: PPGAU/FAUFBA, 2021.

LISBOA, Armando de Melo. Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano. **Textos para discussão.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

MAGALHÃES, Felipe NC. Popular Economies In, Against, and Through the Platform. **Anti-pode**, v. 55, n. 2, p. 527-547, 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 49, 2002, p. 10-29. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10704902#>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque. Comércio informal nos trens urbanos da Cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia do COVID-19. **BOCA - Boletim de Conjuntura**, ano III, volume 8, nº 22. Boa Vista, 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1995.

MARQUES, Ivana Souza. **Apropriação do espaço público urbano pelo comerciante informal na Avenida Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES.** 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, Venezuela, v. 53, n. 1, p. 147-164, jan./jun. 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 32 Nº 94. Epub: Junho, 2017.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 18, núm. 3, setembro-dezembro, 2016, pp. 363-377.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no Centro de Anápolis-GO.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa & OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e na extrema pobreza. **Nota de política econômica**, nº 10. MADE/USP, 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>> Acesso em: 30 nov. 2021.

NOGUEIRA, Mara. Displacing informality: rights and legitimacy in Belo Horizonte, Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 43, n. 3, p. 517-534, 2019.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 25., 2001. Caxambu, MG., 2001.

OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. **Auxílio emergencial na pandemia da Covid-19**: atuação do legislativo para a redução de vulnerabilidades. E-legis, Brasília, Edição especial, p. 182-193, março 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. In: **Rev. Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982

OIT. **Employment, income and equality**: a strategy for increasing employment in Kenya. Genebra, 1972.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**: the Evolution of institutions for collective action, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

PALLIERE, León. **Um mercado em Bahia** (Brasil). [S.l.: s.n.], [s.d.]. 1 grav., litograv. color (aquarela), 29,8 x 45,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon684511/icon684511.jpg. Acesso em: 2 jul. 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon684511/icon684511.html. Acesso em: 2 jul. 2021.

PEREIRA, André Luis. Para além do pensamento social hegemônico: Abdias do Nascimento e a condição afro-brasileira. **Revista Thema**, v. 8, n. 2, 2011.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Do direito à cidade para o direito ao trabalho**: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia. – Salvador, 2017. 281 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. In: **Conferencia dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires. 2009. p. 1-15.

_____. O labirinto da América Latina: haverá outras saídas. **Revista Novos Rumos**, n. 43, 2012.

REBOUÇAS, Thais. **O bairro e o plano: estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no Bairro 2 de Julho, em Salvador, Bahia, Brasil.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA: Salvador, 2019. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - Ano 2, número especial, (2004) - Ana Fernandes, Paola Berenstein Jacques (Org.). - Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004.**

_____. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Revista Redobra**, nº9, ano 3. Salvador: Laboratório Urbano PPG-AU/UFBA, 2012.

ROGGERO, G. **Cinco teses sobre o comum.** Lugar Comum: v. 42, 2014.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS Jr., Orlando Alves dos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1994.

_____. A lógica da desordem. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 4, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** – 3. Ed. – São Paulo: Global, 2015.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador. BA: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura: Quarteto, 1999.

_____. **10necessárias falas: cidade, arquitetura e urbanismo.** Salvador: EDUFBA; Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010.

SANT'ANNA, Marcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **RUA: Revista de arquitetura e urbanismo**, v. 6, n. 1, 2003. Ver também a tese de doutorado:

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa.** 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós 1990. **Pro-Posições**, v. 19, n.2 (56) - maio/ago. 2008

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 1994.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.**

Trabalho original: SANTOS, Milton. **L’Espace partagé: les deux circuits de l’économie urbaine des pays sous-développés** / Milton Santos. Paris: M.-Th. Génin, 1975.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Rafael José. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico. **CS**, n. 29, p. 47-72, 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Publicação original: SENNETT, Richard. *The fall of public man*. New York: RAndom House, 1975.

SILVA, Janaína Chavier. **Rua Chile: estilhaços de uma via movimento. 2023.** / Janaina Chavier Silva. – Salvador, 2023. 383 p. Tese – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 2023.

SILVEIRA, Ricardo. A construção da noção de espaço público. **Revista Mediações**, Londrina. v.1, n.1, p.24-28, jan-jun. 1996.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, K; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (orgs.). **Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e CUT Brasil. 2000.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun.2005.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 21, p. 43-51, 1999.

STAVRIDES, Stavros; FRANCA, Gilberto Cunha.; JUNIOR, Jefferson Baffica. Reivindicar a cidade como espaços comuns. Aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina. **E-metrópolis**, nº 47, ano 12, dezembro de 2021. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/049/original/emetropolis47.pdf?1651616566. Acesso em: 28

mar 2023.

_____. *Common Space. The City as Commons*. London: Zed books, 2016.

TONUCCI, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum?. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, p. 487-504, 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e Narrativas etnográficas urbanas. In: *Revista Redobra*, nº 10, Ano 3, 2012.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. *Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução*. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VAINER, Carlos B., Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VARGAS, Heliana Comim Vargas. *Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. – 2 ed. – Barueri, SP: Editora Manole, 2018.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

Sites

International Labour Office (ILO). *Transition from the Informal to the Formal Economy Recommendation*, Workers' Guide. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_dialogue/@actrav/documents/publication/wcms_545928.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

_____. *ILO Monitor: Covid-19 and the world of work*. Second Edition. Updated estimates and analysis. Geneva, Switzerland. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf>. Acesso em: 30 nov 2021.

INSTITUTO POLIS. *Dois anos de pandemia no municípios de São Paulo*. Fevereiro, 2022. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/dois-anos-de-pandemia-no-msp/#:~:text=Em%20maio%20de%202020%2C%20m%C3%AAs,das%20mortes%20por%20Covid%2D19>>. Acesso em: 10 agosto de 2022.

FERREIRA, Lola; DA SILVA, Vitória Régia; MARTINS, Flávia Bozza. Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. *Observatório da Sociedade Civil*. Abong, 2021. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/ambulantes-pandemia/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

MELIM, Tatiana. Dois em cada cinco trabalhadores do país eram informais em 2017. In: *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*, 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/>>

dois-em-cada-cinco-trabalhadores-do-pais-eram-informais-em-2017-3039>. Acesso em: 01 mar 2022.

ROJI, Ayanda. **Towards Pan-African Spaces of Public**. Urbanet.info, 2020. Disponível em: <https://www.urbanet.info/towards-pan-african-spaces-of-public/>. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

WERNECK, Mariana; RIBEIROS, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteria da vulnerabilidade. **Observatório das Metrópoles**. Artigos Semanais, 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteria-da-vulnerabilidade/>>. Acesso em: 20 mar 2022.

Legislação e publicações de órgãos governamentais

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - 3ª edição - Brasília: DENATRAN, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. DF: Senado Federal, 2020.

BRASIL, Fundo. **Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil**. São Paulo: Fundo Brasil, 2022.

DIEESE. **As mudanças de composição, intensidade e duração do desemprego urbano entre 1999 e 2009: um olhar sobre o desemprego de longo prazo / Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos**. São Paulo: DIEESE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA. Disoc - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Nota Técnica nº 92. **Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de COVID-19**. Livraria IPEA: fevereiro, 2021.

PNAD. **Boletim emprego e renda**. Políticas Sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 26 | 2019.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **INFOCULTURA: Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano.2, n.2 (out. 2008) - ed. revisada e ampliada**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2011.

ANEXO A

Dia Internacional das/os Ambulantes – Carta aberta à sociedade

Publicado em [novembro 14, 2013](#)

Trabalhadores(as) ambulantes também possuem direito ao trabalho na cidade! Hoje, na Copa e sempre! A Comissão Nacional de Ambulantes, formada por representantes de diversos estados, juntamente com a StreetNet Internacional e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), envia carta aberta à sociedade para comemorar o Dia Internacional da/o Vendedor/a Ambulante, demarcando a luta por reconhecimento social e pelo direito ao trabalho.

A Comissão Nacional de Ambulantes vem se reunindo desde 2011 com o apoio da StreetNet e do CGGDH, com o intuito de criar uma força nacional capaz de resistir aos processos excludentes que vêm ocorrendo nas cidades e que são intensificados com a proximidade da Copa do Mundo da FIFA. Celebrando o dia em que ambulantes do mundo inteiro vão às ruas para festejar uma das profissões mais antigas do mundo, a Comissão Nacional de Ambulantes solta a voz para exigir reconhecimento e garantia do direito ao trabalho.

A carta coloca: “Nossa escolha pelo trabalho ambulante representa, muitas vezes, uma oportunidade aberta para a manutenção de nossos lares, para o pagamento da alimentação de nossa família, dos serviços de água, luz e telefone que abastecem nossas casas, do custeio da educação de nossos filhos, do pagamento do aluguel ou da prestação de nossas casas, entre tantos outros direitos que efetivamos com o suor de nosso trabalho nas ruas. Se o trabalho deve dar dignidade ao ser humano, por que não podemos garanti-lo no comércio de rua?”

Para a comissão, o dia 14 de novembro é importante para demarcar a “busca de conquistas e denunciar a opressão provocada pelos grandes grupos econômicos e pelos governantes. Ainda estamos sedentos de direitos e de regulamentação que reafirme o papel social do trabalhador ambulante ao invés de criminalizá-lo e reprimi-lo. Em uma sociedade absurdamente desigual e sem emprego para todos, reprimir trabalhadores ambulantes é tão contraditório quanto manter as grandes fortunas imunes de tributação.”

A carta ainda denuncia “Estamos enfrentando dificuldades para garantir o direito ao

trabalho principalmente nas cidades que sediarão a Copa do mundo da FIFA de 2014. Muitas das capitais que receberão os jogos vêm realizando um processo de “higienização” urbana, que tira das áreas de interesse turístico e econômico das cidades tudo o que lembre a pobreza. Milhares de ambulantes vêm sendo removidos das ruas como obstáculos para a paisagem, sem ter nenhuma garantia assegurada e nem mesmo espaço de negociação com o poder público. Somos trabalhadores(as) dignos(as), temos nosso meio de sobrevivência arrancados de nós e ainda somos tratados como criminosos”.

E sob a ameaça de que durante a Copa serão proibidos de trabalhar propõem: “Seria justo que o poder público se responsabilizasse em garantir o sustento das famílias afetadas por essa restrição, abrindo outras frentes de trabalho, como áreas com telões, evitando assim que trabalhadores ambulantes, impedidos de trabalhar, sejam colocados em situação de alto risco social, e também para que a festa seja verdadeiramente para todos. O que não admitimos é sermos excluídos e ainda ignorados, veementemente desrespeitados enquanto cidadãos trabalhadores que somos.

A carta é concluída com a afirmação de que os(as) ambulantes são trabalhadores e também têm direito à cidade, e avisa que a categoria está se organizando e lutará até o fim pelo direito ao trabalho.

Carta aberta à sociedade – DIA INTERNACIONAL DO(A) AMBULANTE – 14 DE NOVEMBRO

Trabalhadores(as) ambulantes também possuem direito ao trabalho na cidade!!

Nós trabalhadores(as) ambulantes existentes nos centros urbanos de centenas de cidades brasileiras, conscientes da dignidade de nosso trabalho e de sua importância para o sustento de nossas famílias, apresentamos a presente CARTA ABERTA à toda a sociedade para comemorar, neste dia 14 de novembro de 2013, o dia internacional do trabalhador ambulante. Escrevemos também para denunciar as violações que vêm ocorrendo em diversas cidades em nome da Copa do mundo de 2014.

Sabemos que nossa atividade é importante para a economia, especialmente para proporcionar o acesso aos diversos bens e produtos produzidos na sociedade como, por exemplo, chapéus, roupas, sapatos, eletrônicos, utensílios domésticos, material de informática, bijuterias,

alimentação, bebidas, doces, salgados, acessórios masculinos e femininos, bilhetes de ônibus, entre outros milhares de produtos consumidos diariamente pela população brasileira de todas as faixas econômicas, raça, credo e origem. Quem nunca comprou algum produto com um ambulante que atire a primeira pedra!!

Nossa escolha pelo trabalho ambulante representa, muitas vezes, uma oportunidade aberta para a manutenção de nossos lares, para o pagamento da alimentação de nossa família, dos serviços de água, luz e telefone que abastecem nossas casas, do custeio da educação de nossos filhos, do pagamento do aluguel ou da prestação de nossas casas, entre tantos outros direitos que efetivamos com o suor de nosso trabalho nas ruas. Se o trabalho deve dar dignidade ao ser humano, por que não podemos garanti-lo no comércio de rua?

Também estamos nas ruas, pois nela não há os portões das fábricas ou as cercas das fazendas para privatizar os meios de subsistência barrando nossa passagem em busca de sobrevivência nos centros urbanos ou quando lutamos para garantir o futuro de nossas famílias. O comércio realizado nas ruas é uma atividade histórica. Acreditamos que o espaço público é um espaço eminentemente de trocas: trocas de mercadorias, trocas de informação, trocas de conhecimento, trocas de experiências de vida, trocas pessoais e coletivas, trocas de valores, entre outras.

Queremos transformar este dia nosso em um dia marcado pela busca de conquistas e contra a opressão provocada pelos grandes grupos econômicos e pelos governantes. Ainda estamos sedentos de direitos e de regulamentação que reafirme o papel social do trabalhador ambulante ao invés de criminalizá-lo e reprimi-lo. Em uma sociedade absurdamente desigual e sem emprego para todos, reprimir trabalhadores ambulantes é tão contraditório quanto manter as grandes fortunas imunes de tributação.

Estamos enfrentando dificuldades para garantir o direito ao trabalho principalmente nas cidades que sediarão a Copa do mundo da FIFA de 2014. Muitas das capitais que receberão os jogos vêm realizando um processo de “higienização” urbana, que tira das áreas de interesse turístico e econômico das cidades tudo o que lembre a pobreza. Milhares de ambulantes vêm sendo removidos das ruas como obstáculos para a paisagem, sem ter nenhuma garantia assegurada e nem mesmo espaço de negociação com o poder público. Somos trabalhadores(as) dignos(as), temos nosso meio de sobrevivência arrancados de nós e ainda somos tratados como criminosos.

Além disso, existe o anúncio de que durante a Copa ninguém trabalhará nas áreas reservadas para a FIFA. Seria justo que o poder público se responsabilizasse em garantir o sustento das famílias afetadas por essa restrição, abrindo outras frentes de trabalho, como áreas com telões, evitando assim que trabalhadores ambulantes, impedidos de trabalhar, sejam colocados em situação de alto risco social, e também para que a festa seja verdadeiramente para todos. O que não admitimos é sermos excluídos e ainda ignorados, veementemente desrespeitados enquanto cidadãos trabalhadores que somos.

Também reafirmamos o que vem sendo reivindicado nos espaços políticos de Direitos Humanos:

– Nosso repúdio às políticas de gestão das cidades baseadas no modelo de cidade-empresa, caracterizada pela apropriação dos recursos públicos por poucos grupos privados, pela criminalização da pobreza, por processos de remoção, e pela redução da cidade a sua faceta de exportação.

– Que os governos federal, estadual e municipal promovam a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas com pouca renda ou desempregadas, evitando a eliminação e disposição de espaços para o exercício de políticas adequadas para sua incorporação na economia urbana.

– Que as políticas de gestão urbanística e social das cidades necessariamente atendam, prioritariamente, às demandas sociais locais, e não a projetos estruturantes de megaeventos e grandes empreendimentos.

– Que sejam adotadas medidas que garantam que as pessoas que trabalham como vendedores ambulantes não sejam submetidas a hostilidades, incluindo penalizações por razões relativas à organização de megaeventos esportivos e megaempreendimentos.

Somos trabalhadores no comércio ambulante e também temos direito à cidade!

Estamos nos organizando e lutaremos até o fim pelo direito ao trabalho!

Viva o(a) ambulante, o(a) camelô, o(a) barraqueira(a), o(a) feirante e todos(as) os(as) vendedores(as) de rua!

Viva o dia 14 de novembro!

Comissão Nacional de Vendedores(as) Ambulantes

ABAEM – BELO HORIZONTE Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão

AEFO – RIO DE JANEIRO Associação de Expositores das Feirartes e Outros

APROVACE – FORTALEZA Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado do Ceará

ASFERAP – PORTO ALEGRE Associação Feira Rua da Praia

ASFAERP – SALVADOR Associação dos Feirantes e Ambulantes da região metropolitana de Salvador

ASSOCIAÇÃO AMBULANTES DO GASÔMETRO – PORTO ALEGRE

FÓRUM DOS AMBULANTES DE SÃO PAULO

SINCOVAM-MANAUS Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus

MUCA – RIO DE JANEIRO Movimento Unido dos Camelôs

SINDFEIRAS – MANAUS Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS

STREETNET INTERNATIONAL

ANEXO B

Carta às Trabalhadoras e aos Trabalhadores do Brasil

04 de maio de 2022

Nós queremos direitos! Queremos respeito! A maior parte do nosso povo dorme pouco, acorda ainda de noite, sai de casa, se espreme no transporte, trabalha mais do que o corpo aguenta, ganha menos do que precisa, não consegue cobrir as necessidades da família. Quando come, come mal. A maioria já teve que escolher entre comprar comida ou pagar o aluguel. É viver pra trabalhar, sem ter certeza do dia de amanhã.

Nossas mãos giram a economia do país. É por causa do suor do povo trabalhador que tudo funciona, que tudo existe – independente de ter um contrato de trabalho, ou o chamado “emprego na economia formal”. Quem vive e sobrevive do próprio suor e trabalho, não é parceiro, colaborador ou empreendedor. Isso é uma mentira que serve para mascarar as tentativas incansáveis do andar de cima da sociedade para assegurar seu lucro e suas riquezas às custas do povo pobre.

Antigamente, era trabalhador só quem estava na fábrica, na loja, na escola. Hoje isso não importa mais. A fábrica se transformou em uma moto, uma bicicleta, uma faxina, um carrinho de tapioca, uma barraca, um carro... Estamos aqui hoje, camelôs, ambulantes, costureiras, diaristas, entregadores e motoristas de aplicativos, manicures, cozinheiras, catadores de recicláveis, pedreiros, enfim, todas as trabalhadoras e trabalhadores informais que passam a vida inteira na correria para garantir formas de sobrevivência para suas famílias. Para nós, trabalhadoras e trabalhadores, é inegociável ter o direito à vida e à dignidade.

A nossa Constituição, em seu artigo 7º, assegura uma série de direitos ao trabalhador brasileiro. Independente de como se organiza o mundo do trabalho hoje em dia, a proteção das trabalhadoras e trabalhadores deve ser respeitada e mecanismos devem ser construídos para que isso seja possível. A responsabilidade do nosso sofrimento é dos governos que, a mando dos poderosos, não criam essas ferramentas para garantir os direitos.

No Brasil, cidadania e dignidade sempre foram possíveis apenas através do emprego formal. A luta das trabalhadoras e trabalhadores era para que se criassem empregos registrados,

com direitos como férias, 13º, seguro-desemprego, aposentadoria para cada vez mais gente.

Porém, a política econômica dos governos e as reformas que impedem a ação do Estado deixam o povo “ao Deus dará”. Cada vez menos gente tem emprego fichado, é tudo temporário, por conta própria, precarizado, sem proteção social, sem respeito à saúde e à vida do trabalhador. Os Governos e as empresas se desresponsabilizaram de nós. O mundo do trabalho é selva e cada um está por cada si. Pior, tentam nos enganar, e muita gente acreditou que melhorou, por não ter mais que bater cartão.

A história mostra que a conquista de direitos e da dignidade só foi possível porque a força de trabalho tomou consciência, juntou os braços e formou força coletiva. Porque o povo trabalhador se lembrou que é a maioria, que é formigueiro, e foi pra cima sem medo!

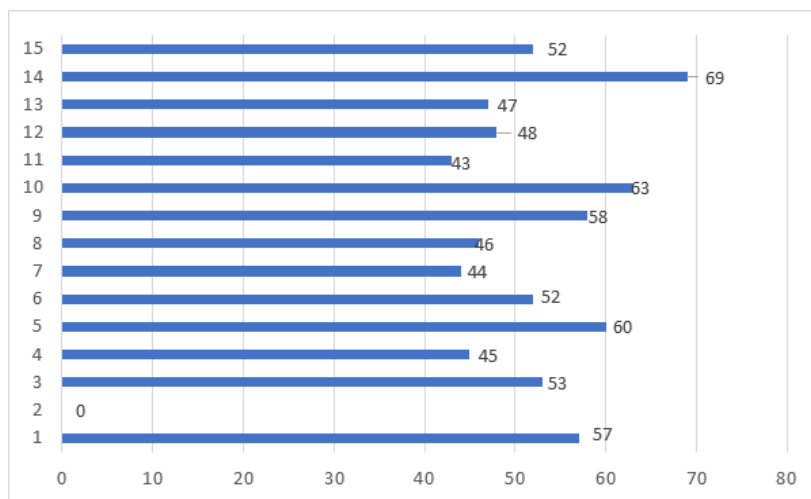
Agora é a nossa vez de fazer o mesmo. Hoje, 04 de maio de 2022, nasce hoje, o SEM DIREITOS, para fazer ecoar o nosso grito por união e força coletiva para lutar e dizer “basta!”. Basta de violação da dignidade humana. Basta de exploração e indiferença com a vida do povo. Não somos invisíveis e não aceitamos ser escravizados! Gritamos para que os governos criem políticas públicas que assegurem direitos essenciais; para que as empresas não continuem brincando com nossas vidas.

Se não querem nos garantir trabalho, renda, comida e moradia, então conquistaremos na marra. Vamos à luta trabalhadoras e trabalhadores SEM DIREITOS.

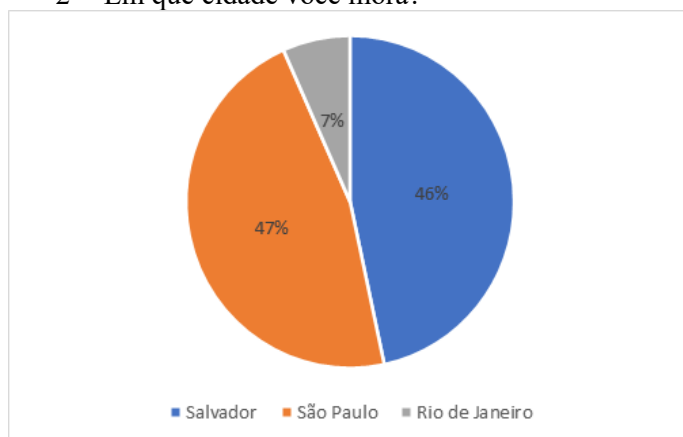
APÊNDICE A

Respostas do questionário

1- Qual sua idade?



2- Em que cidade você mora?



3 - Em qual bairro você mora?

Plataforma - SSA

São Cristóvão - SSA

Sao cristovao - SSA

Campinas de Pirajá - SSA

Canabrva - SSA

Sao cristovao - SSA

São Cristóvão - SSA

Tijuca - RJ

Cidade Ademar - SP

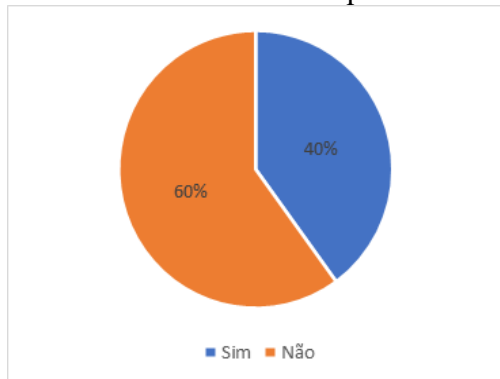
União de vila nova São Miguel Paulista - SP

Jardim São Jorge - SP

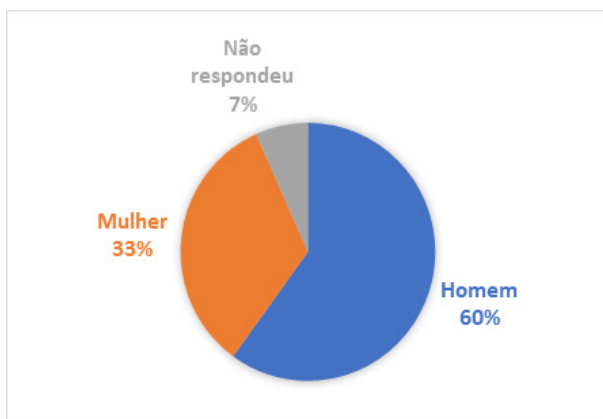
Brasilândia - SP

Cidade Ademar - SP
Centro/República - SP
Americanopolis – SP

4 – É o mesmo bairro em que você trabalha?



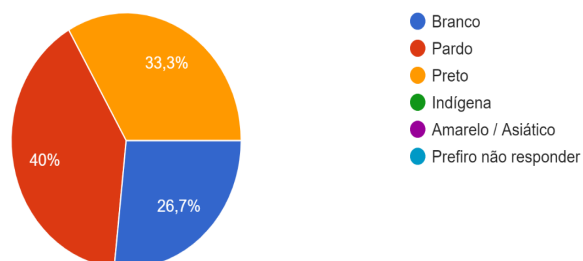
5 – Como você identifica seu gênero



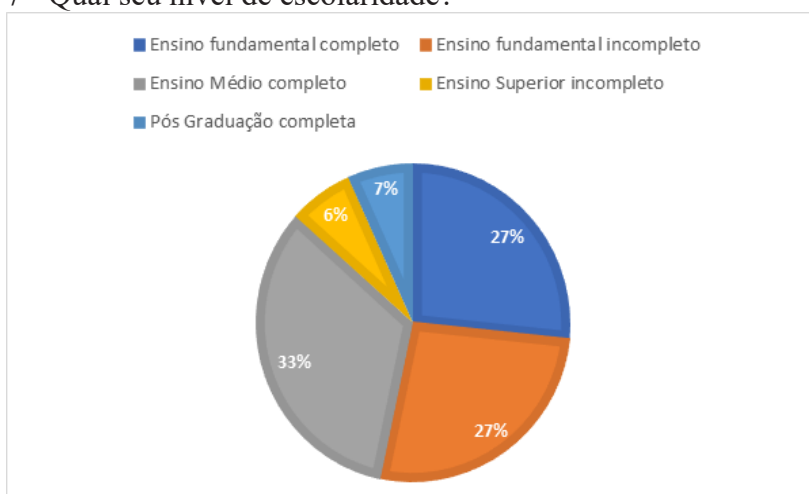
6 – Como você identifica sua raça

6 - Como você identifica sua raça?

15 respostas



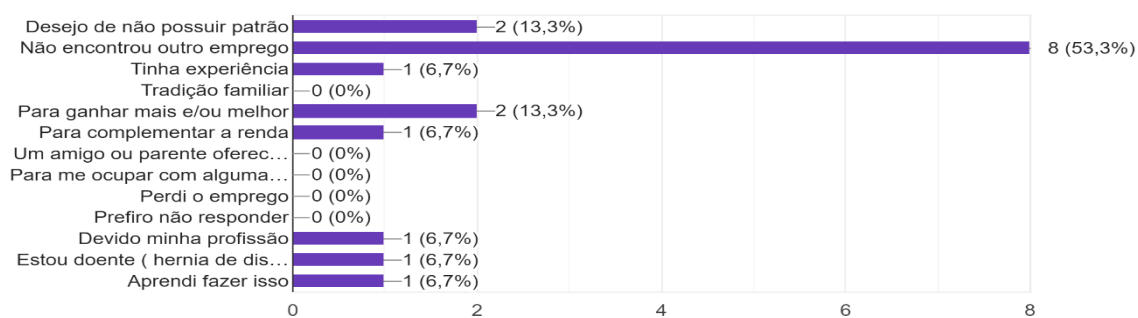
7 - Qual seu nível de escolaridade?



8 - Por que está realizando este trabalho?

8 - Por que está realizando este trabalho?

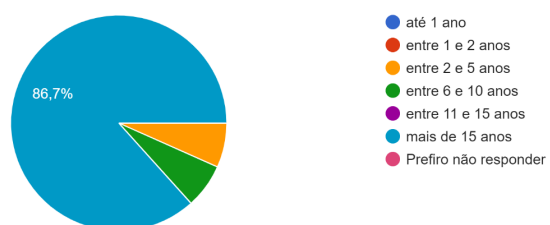
15 respostas



9 - Há quanto tempo exerce a atividade?

9 - Há quanto tempo exerce a atividade?

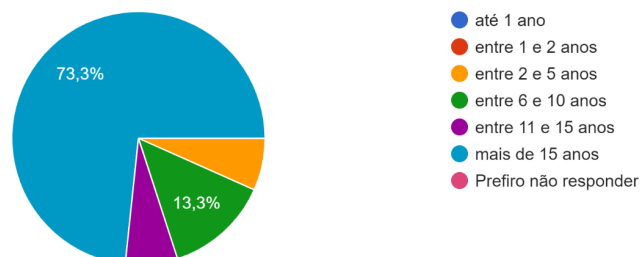
15 respostas



10 - Há quanto tempo atua no mesmo local?

10 - Há quanto tempo atua no mesmo local?

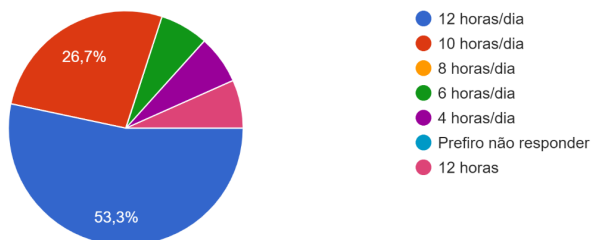
15 respostas



11 - Quantas horas em média você trabalha por dia?

11 - Quantas horas em média você trabalha por dia?

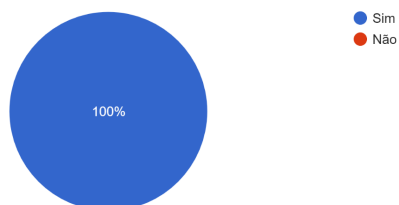
15 respostas



12 - Você escolheu a rua na qual trabalha?

12 - Você escolheu a rua na qual trabalha?

14 respostas



13 – Por que?

Porque entre tantos locais tinha este e o pude escolher

Mais perto de casa

Tem um movimento melhor

Por causa dos clientes

Pelo movimento de pessoas.

A opção da sub prefeitura

É um terminal de ônibus o fluxo é bom

Porque tem público

Nao tinha outra alternativa na época

Era a melhor opção

Por ter mais movimento

É onde passa mais o povão

Melhor acesso

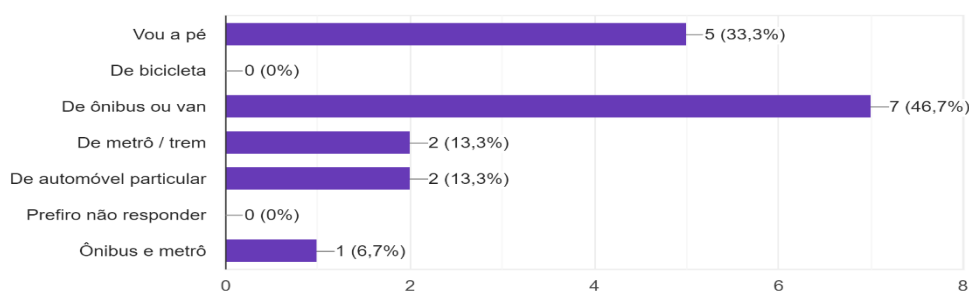
E um lugar onde passa muita gente

Vi que era um bom lugar para trabalhar

14 - Como se desloca até o local do trabalho?

14 - Como se desloca até o local do trabalho?

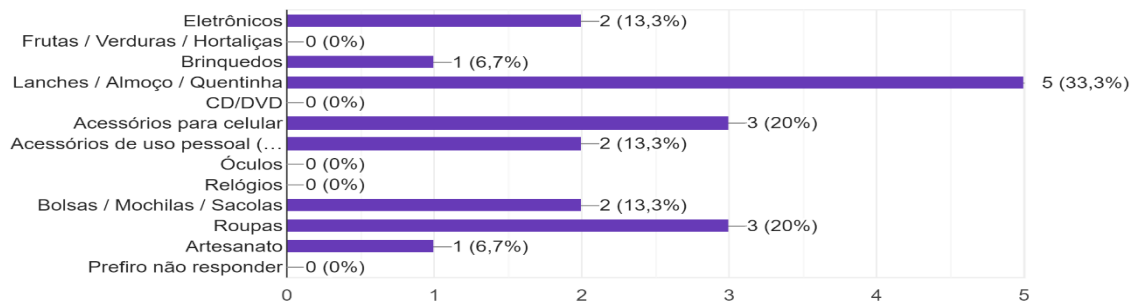
15 respostas



15 - Qual produto você comercializa?

15 - Qual produto você comercializa?

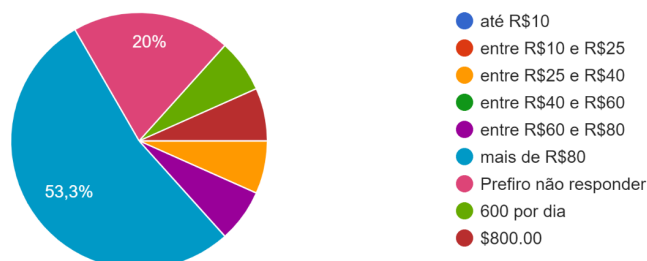
15 respostas



16 - Antes da pandemia, quanto você conseguia tirar num dia BOM?

16 - Antes da pandemia, quanto você conseguia tirar num dia BOM?

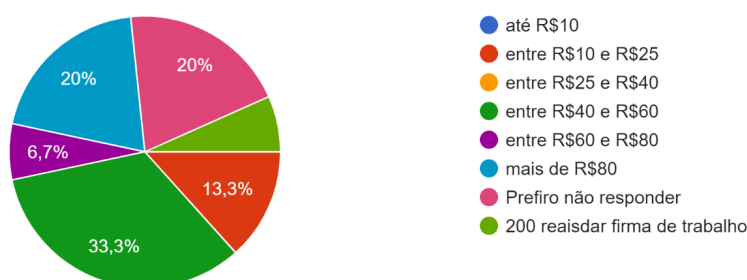
15 respostas



17 - Antes da pandemia, quanto você conseguia tirar num dia RUIM?

17 - Antes da pandemia, quanto você conseguia tirar num dia RUIM?

15 respostas



18 - Na sua visão qual a importância do trabalho de rua para as cidades?

Entre tantas coisas ajuda no aquecimento da economia do país

Pode-se complementar a aposentadoria, divulgando um trabalho personalizado.

Da forma de trabalho e renda pra quem não tem emprego.tras mais movimento pra cidade.

Facilidade para os clientes

Gera emprego para pessoas q não consegue entra no mercado formal.

Espontaneidade liberdade preço tempo

Ótimo para a renda percapta da cidade, Salvador não é uma cidade industrial e sim comercial seja no mercado formal ou informal. Mas estou indignado com a atitude de alguns representantes que formam associação e sindicato para levar vantagens em cima dos trabalhadores. Em um terminal o prefeito negociou com um líder a retirada dos ambulantes para pôde privatizar o terminal ofereceu vantagens e o mesmo não pensou duas vezes. Em outra situação o mesmo foi chamado por uma empresa privada para mediar a saída de quatro vendedores que trabalhava próximo a um terminal de ônibus com certeza oferecendo-lhe

vantagens e o mesmo deu luz a empresa que opera o metrô de Salvador Mandou a empresa acionar a SEMOP para fazer a notificação exigindo a retirada dos equipamentos ou caso contrário aprenderiam. Resumindo corruptos, canalhas, ele não mim representa

Muito importante para as pessoas terem como garantir a sobrevivência

Tudo para meu sustento

Já é uma tradição nas cidade e é uma forma de comércio mas barato, jera emprego e renda e dignidade e cidadania ao trabalhador ambulante.

Facilita a aquisição de produtos para a população diminuindo o trabalho e o tempo para que as pessoas tenham acesso com mais facilidade os produtos de serviços

Emprego lucrativo

Bom como todo

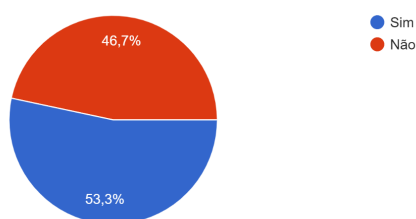
Si torna um servico de informacao e seguranca pras pessoas

Muito importante para a económica

19 - Você conseguiu continuar trabalhando como camelô/ambulante durante a pandemia?

19 - Você conseguiu continuar trabalhando como camelô/ambulante durante a pandemia?

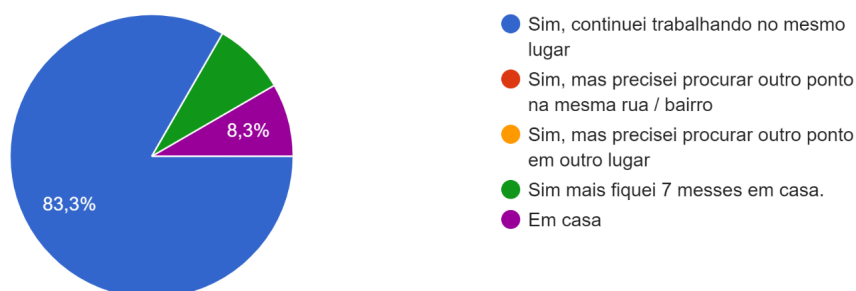
15 respostas



20 - Se sim, você continuou trabalhando na rua?
(somente 12 responderam a questão)

20 - Se sim, você continuou trabalhando na rua?

12 respostas

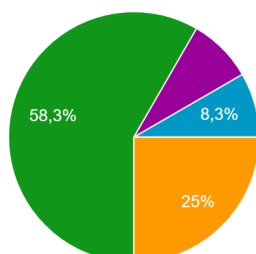


21 - Caso não tenha conseguido se manter trabalhando na rua, a que se deveu esta impossibilidade?

(somente 12 responderam a questão)

21 - Caso não tenha conseguido se manter trabalhando na rua, a que se deveu esta impossibilidade?

12 respostas

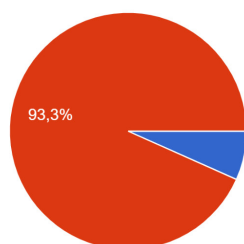


- Não, eu fiquei doente
- Não, um familiar ficou doente e eu fui responsável por cuidar dessa pessoa
- Não, os clientes sumiram
- Não, o meu trabalho foi impedido pelas autoridades
- Sou consciente e não me exponho na rua. Tenho medo de pegar a covid-19...
- Trabalhando quando o comércio voltou a ser permitido

22 - Você teve COVID-19?

22 - Você teve COVID-19?

15 respostas

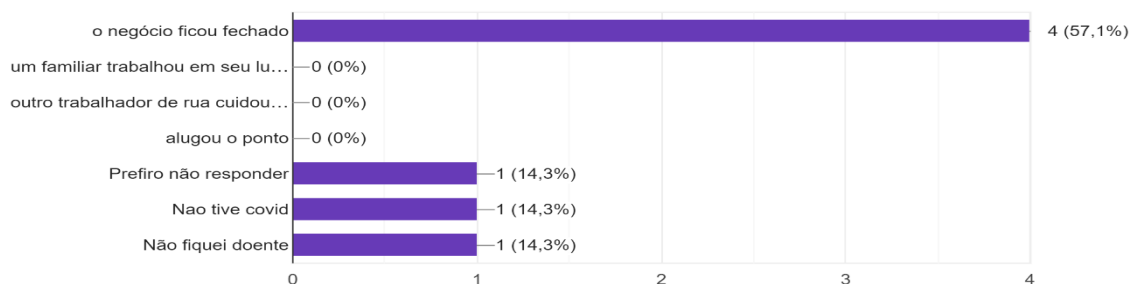


- Sim
- Não

23 - Se sim, o que aconteceu com o seu trabalho em decorrência desse adoecimento?
(7 respostas)

23 - Se sim, o que aconteceu com o seu trabalho em decorrência desse adoecimento?

7 respostas

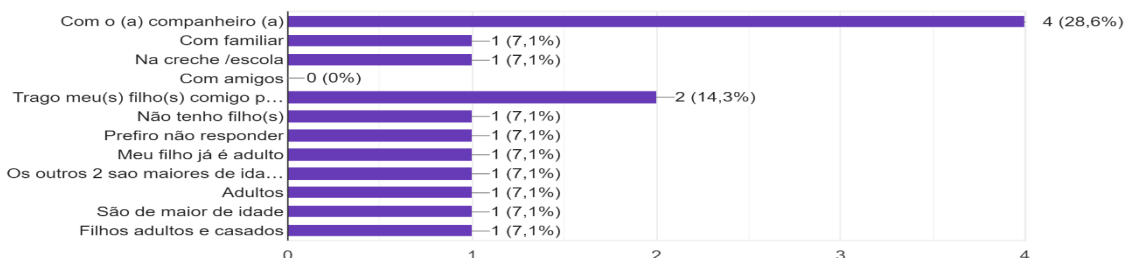


24 - Se você tem filhos, com quem eles ficam enquanto você trabalha nesse período da

pandemia?
(14 respostas)

24 - Se você tem filhos, com quem eles ficam enquanto você trabalha nesse período da pandemia?

14 respostas



25 - O que você precisou fazer para continuar como trabalhador de rua em função do isolamento social? Adotou alguma estratégia especial? Qual?
(14 respostas)

Fiquei apertada financeiramente só com a aposentadoria do INSS que é uma vergonha!!! Vai diminuindo o poder aquisitivo ano a ano.

Fiquei em casa fazendo ação solidaria pra ajudar outros camelos .

Trabalhando pelo zap

Segui as regra, distanciamento, usa máscara, usar álcool para a higiene.

Todas as restrição por ordem da prefeitura

O terminal não fechou

Nada

Que a prefeitura não cobre a licença de 20/21 pois não temos como pagar

Quando podia trabalhar eu trabalhava

Tive que aguardar a liberação das autoridades

Usando Máscara usando álcool gel e mantendo a distância do cliente

Continuei trabalhando com muito cuidado

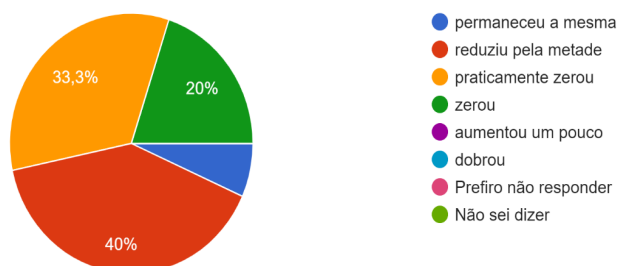
Nao

Não

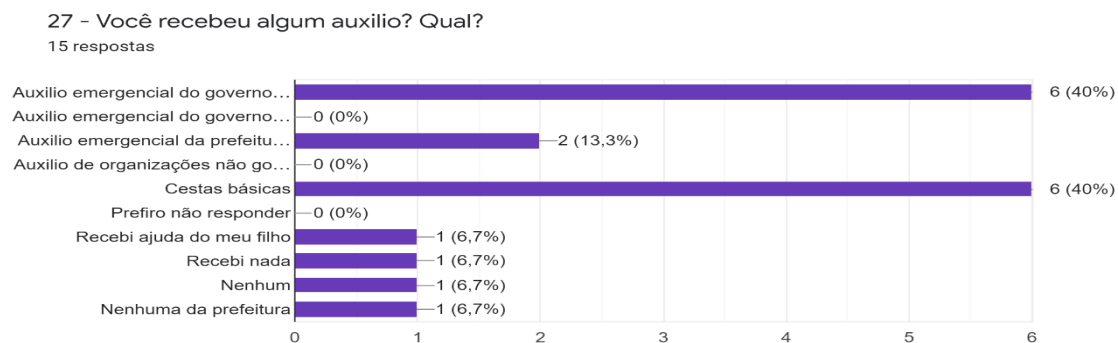
26 - Durante a pandemia, a renda com o seu trabalho na rua:

26 - Durante a pandemia, a renda com o seu trabalho na rua:

15 respostas

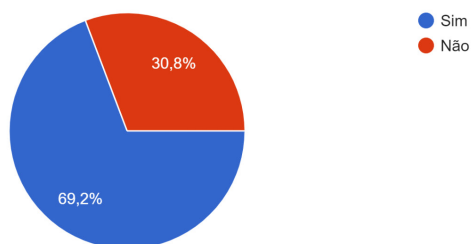


27 - Você recebeu algum auxílio? Qual?

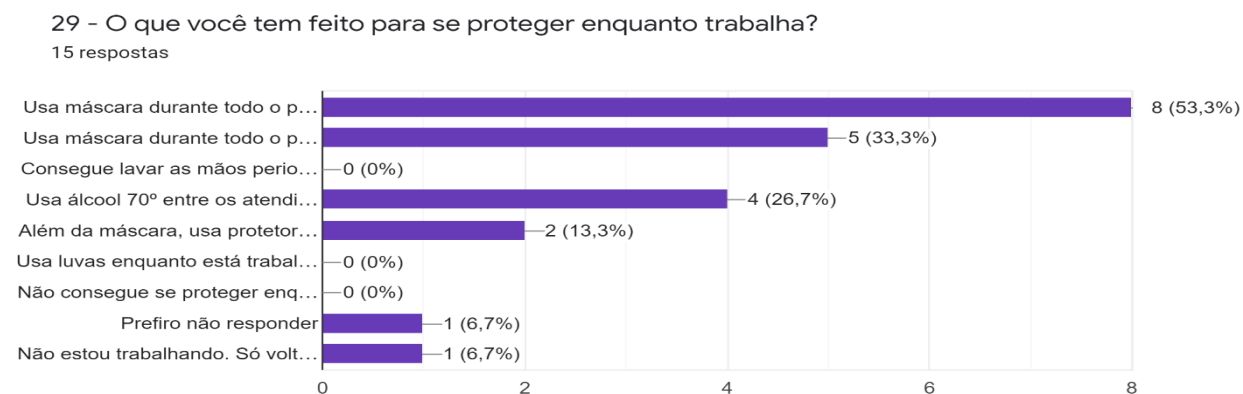


28 - Você precisou se manter trabalhando na rua mesmo recebendo auxílio?

28 - Você precisou se manter trabalhando na rua mesmo recebendo auxílio?
13 respostas

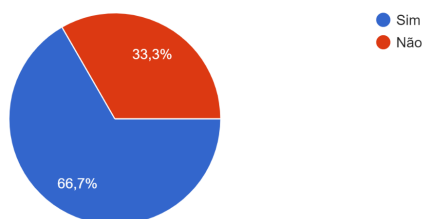


29 - O que você tem feito para se proteger enquanto trabalha?



30 - Você observou alguma mudança na sua relação com o freguês?

30 - Você observou alguma mudança na sua relação com o freguês?
15 respostas



31 - Se sim, qual?

11 respostas

Estão em menor número e mais apressados. Não querem ficar muito tempo na Rua

Eles si vem na barraca e não compra nada .

Medo de chegar perto de vc.

Mais cautela da freguês

Com o uso da máscara o pessoal parou de comer

Sumiram todos

Distanciamento que mudança de comportamento do cliente para meu estabelecimento de trabalho

Estou sempre bem de saúde graças a Deus

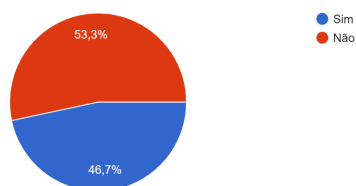
Mantendo distanciamento social

Distaciamento

As pessoas procurando si mente afastadas

32 - Nesse período de pandemia, você observou alguma mudança na sua relação com a prefeitura, guarda municipal e/ou polícia?

32 - Nesse período de pandemia, você observou alguma mudança na sua relação com a prefeitura, guarda municipal e/ou polícia?
15 respostas



33 - Se sim, qual?

(7 respostas)

Estão muito mais agressivos e se achando SEMPRE donos da razão.

Ela ficou mais agressiva, correndo atrás e agredindo sem qualquer respeito.

Mais bancas

Atacando vendedores de rua

Agreção

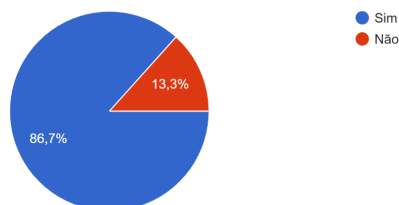
ele estava no pé da gente para não trabalhar

Distanciamento

34 - Nesse período da pandemia você se disponibilizou a ajudar alguém da sua família, vizinhos ou colegas de trabalho?

34 - Nesse período da pandemia você se disponibilizou a ajudar alguém da sua família, vizinhos ou colegas de trabalho?

15 respostas



35 - Se sim, de que forma?

(13 respostas)

Às vezes dividindo o pouco que eu tinha com quem precisava mais

Ajudei na distribuição de cestas-básicas para a classe de baixa renda.

Fazendo doação de cestas básicas foram doze mil e quinhentas cestas doadas .

Cuidando

Recebi 30 cesta básica do Gaspar Garcia de direitos humanos e distribuí para algumas pessoas da minha região de trabalho q estava precisando.

Alimentação

Dividindo o alimento

Orientando

Pedindo cesta para ajudar

Ajudando com cesta básica

Doando. Um pouco do que eu tinha sexta basica

Dividindo cesta basicas

Doando algum alimentos

APÊNDICE B

ENTREVISTA 1 – André (Rio de Janeiro)

Data: 06/03/2021 – 19h, via Zoom

Laila: Oi André. Tudo bom? Você consegue me ouvir? Consegue escutar?

André: Oi Leila. Tudo bom?

Laila: tudo! Prazer te conhecer. Obrigada por ter aceitado conversar comigo.

André: ô, que nada.

Laila: é. Tá super difícil, né? A gente tá vivendo um momento terrível assim e com as políticas que a gente tá tendo também. As coisas não melhoram

André: é

Laila: e aí pra eu viajar pra poder viajar e poder conversar com as pessoas ficou muito difícil e enfim, consegui falar com a Maria, ela me passou seu contato.

André: uhum

Laila: aí te mandei já pelo whatsapp um pouquinho do que eu to pesquisado. Eu já tô pesquisando essa questão dos camelôs, dos trabalhadores de rua, desde a graduação. Eu comecei a estudando o entorno de uma estação de transporte aqui de Salvador, a estação da Lapa, mas era um trabalho mais simples e aí no mestrado que eu consegui avançar um pouco mais pra questão da política, do planejamento urbano, e agora no doutorado a ideia era conseguir ver um pouco outras cidades, mas aí com a pandemia tiveram essas dificuldades, mas é um momento que ainda é mais urgente entender o que tá acontecendo com esse trabalho, com a atividade de vocês, quais são as dificuldades, enfim.

André: sim...

Laila: tem algumas perguntinhas assim mais só pra preencher aqui. Seu nome é?

André: André Luiz de Carvalho Pacheco

Laila: qual sua idade?

André: 43 anos

Laila: você é do RJ mesmo?

André: sou do Rio.

Laila: onde fica seu ponto, André?

André: o meu ponto fica na feira. Fica na Lapa.

Laila: na Lapa?

André: isso, na Lapa

Laila: tem quanto tempo que você trabalha como camelô?

André: tem mais de 10, tem uns 12 pra 13 anos que eu trabalho.

Laila: nesse momento que a gente tá vivendo da pandemia, qual que você considera que é a importância do trabalho de rua?

André: Olha, eu trabalho com comida. A importância... na verdade, hoje mesmo a gente tá vivendo um dia atípico aqui no Rio. A gente tá com o comércio fechado. Prefeito decretou toque de recolher de uma semana e aí ele colocou um horário aqui de 18h até 5h pra bares e restaurantes funcionarem com a capacidade reduzida e a nossa feira tá fechada. Ele fechou. Não só a minha feira, mas outras feiras também. Tem feirante, tem outras feiras aqui e ele fechou o trabalho. Quer dizer, pra mim já impactou muito. Já mexeu de uma certa forma no meu bolso. Porque eu já não tava ganhando nada porque com a questão da pandemia o movimento caiu bastante e a gente tava praticamente tentando sobreviver com o que a gente ganhava e aí ele fechando por mais uma semana conforme ele tá querendo, vai prejudicar muito e eu preciso muito tá trabalhando nas ruas. Preciso muito desse emprego e não tenho outra coisa pra fazer a não ser esse trabalho que eu faço que é o trabalho de camelô. Pra mim é muito importante a minha permanência na rua. É o meu sustento, meu e da minha família que dependem diretamente daquele trabalho. Todos trabalham ali naquela barraca. Todos usam a barraca como fonte de renda, então pra mim já começou a me impactar, mas acho até que fugiu um pouco da sua pergunta.

Laila: não, tudo bem. Você falou de você e imagino que é uma condição parecida com muita gente que tá nessa correria. Você falou que trabalha numa feira. Seu ponto é na rua ou é num camelódromo ou algo assim?

André: é uma rua mesmo. É uma praça. Lá na Lapa funciona da seguinte maneira. Tem a praça que é frente ao circo voador, que é uma praça. Não chega a ser uma praça. É um pátio grande que as pessoas chama de praça e tem a ilha do meio que as pessoas chamam de praça e as pessoas ficam ali. Eu trabalho na área do meio. Na ilha do meio. Ali são aproximadamente... Hoje a gente tá trabalhando com um número reduzido de 45 barracas no final de semana e uma dessas barracas é a minha.

Laila: Você escolheu trabalhar nesse lugar ou foi determinado pela prefeitura?

André: na verdade eu trabalhava num restaurante e aí eu trabalhava de garçom e aí eu comecei a aprender a culinária japonesa. Eu trabalho com yakisoba. Eu comecei a aprender a culinária japonesa e aí como eu era frequentador da Lapa, porque a minha sogra já tinha barraca na Lapa, eu vi que na Lapa não tinha o material que eu trabalhava, no restaurante. Eu comecei a ver que na Lapa tinha essa dificuldade de ter comida porque na época tinha muita bebida. Comida tinha pouca. Aí eu falei “cara, aqui tá faltando eu colocar uma barraca com yakisoba porque as pessoas bebem muito e quando chega de madrugada não tem o que comer e o yakisoba é uma comida que alimenta” e aí eu falei não, eu vou botar uma barraca aqui na Lapa. Na época a gente não tinha ponto fixo, né, a gente coloca a barraca e qualquer lugar. Coloca lá na calçada e ficava correndo os guardas, correndo da fiscalização, correndo da polícia e aí quando foi no ano de 2007 pra 2008, aí teve uma implantação da barraca dessa feira, que eles criaram esse projeto e aí através de um sorteio eu fui um dos sorteados, entendeu? Pra obter o meu ponto lá. Mas já era meu desejo mesmo na época de colocar barraca na Lapa.

Laila: entendi. Você deu sorte então, né?

André: eu dei sorte.

Laila: era muita gente?

André: era muita gente. E assim, na época a prefeitura deu preferencia pras pessoas que moravam no Rio, no município do Rio. Só que assim tinha muita gente de fora que tava tentando concorrer também. E aí eu dei sorte de ser sorteado. Meus amigos que trabalhavam comigo na época foram sorteados, entendeu? Então eu consegui a TUAP e tô lá até hoje.

Laila: e depois que teve essa regulamentação, da prefeitura, ainda tem uma repressão, uma relação mais dura da prefeitura ou vocês conseguem trabalhar mais tranquilos?

André: na Lapa a gente não tem nenhum tipo de repressão não. Lá as pessoas tem suas TUAPs, então a gente não tem repressão. A gente trabalha numa boa. Só quando tem algumas regras estabelecidas pela prefeitura, que eles queiram que a gente adote lá na feira, aí eles vem e comunica a gente e aí a gente faz. Mas assim, repressão nenhuma.

[vozes de criança]

Laila: o que que e COAP que você falou, desculpe perguntar.

André: TUAP.

Laila: TUAP?

André: é. TUAP. É a taxa de utilização. A gente tem o espaço, utiliza aquele espaço e aí a gente paga.

Laila: Você paga essa taxa então, né?

André: pago.

Laila: e mesmo se o seu ponto ficar fechado por conta da covid você continua pagando a taxa?

André: bom, até o ultimo ano, 2019, a gente pagava a TUAP. Em 2020 a gente não pagou porque a gente teve um programa da defensoria pública, da fazenda, parece que entrou com uma liminar, alguma coisa que pediu a suspensão da TUAP de 2020 até que durasse a questão do Covid na cidade, então de 2020 a gente não pagou TUAP.

Laila: entendi

[vozes de criança]

André: só que esse ano, por exemplo, já teve de 2021. Esse programa ele era de 2020 e aí a gente, eu estive com a Maria. Desculpe, eu to com meu filho aqui fazendo malcriação.

Laila: tudo bem. Eu sei como é, eu tenho dois.

André: ó, falando sozinho. Aí... Manoel, fica quietinho aí, tá? Aí. [criança fala algo] tá bom. Aí teve a TUAP de 2020 a gente não pagou por conta do programa, mas aí tem que pagar a se 2021, entendeu? Pra pagar a de 2021 tem que pagar a de 2020 primeiro.

Laila: Não entendi. Eles estão cobrando a de 2020 que foi suspensa?

André: tão cobrando. Não é que... a gente entende, porque eu sou do MUCA, não sei se Maria te passou isso também. Eu sou do MUCA, faço parte do MUCA junto com a Maria e a gente tá junto numa ação também, junto com a defensoria. O que acontece. Não é que eles estejam cobrando. Dá a entender que eles realmente estão cobrando sim porque desde o momento que você não imprime a TUAP de 2021 pra você pagar alegando que você não tem a TUAP de 2020 eles tão te forçando a você pagar a de 2020.

Laila: é

André: porque você não pode pagar a de 2021 porque a de 2020 ficou pra trás.

Laila: isso. É uma questão pra ver mesmo com a defensoria porque se foi suspenso o pagamento por conta da pandemia, não tem como pagar. E a gente ainda tá na pandemia, né.

André: então, estamos na pandemia.

Laila: você chegou a ter COVID?

André: cheguei a ter suspeita de COVID. A suspeita da COVID.

Laila: você chegou a testar?

[silêncio – fechou o áudio]

André: desculpa. Aqui em casa é a maior agitação.

Laila: tudo bem. Aqui também. Eu sou professora também, e aí as vezes os meninos entram, aparecem na aula, vem conversar. E as crianças tão ficando mais em casa, é complicado também pra eles.

[silêncio – fechou o áudio]

André: oi.

Laila: você falou que teve suspeita, né? Mas você chegou a fazer teste.

André: eu cheguei no posto de saúde, falei com o médico dos meus sintomas, mas aí como não tinha naquela época, naquela época quando começou o covid os testes estavam bem difíceis da gente fazer e aí eles falou que ó, você tá com todas características de covid, entendeu? Fica em casa de quarentena, isolado, porque eu tava com febre, tava sentindo dor, e aí ele falou fica isolado. Aí foi o que eu fiz, fiquei isolado. Mas não cheguei a fazer teste.

Laila: certo. Foi quando isso? Você lembra? Março, abril do ano passado?

André: foi bem no início mesmo, março pra abril. Não me lembro muito bem o dia, mas foi março pra abril.

Laila: a gente tem que continuar se cuidando, né? Soube que essas novas variantes são mais agressivas e elas podem recontaminar. Nesse período como ficou seu rendimento em relação ao que era antes da pandemia?

André: desculpa. Não entendi.

Laila: seu rendimento, no seu trabalho, como ficou nesse período? Imagino que ficou difícil, você falou que nesse período ficou sem trabalhar e você disse que trabalhava mais a noite.

André: na época de quando começou a pandemia e eles fecharam a feira, aí me prejudicou muito porque eu só tinha aquela fonte de renda ali, aí eu falei, caraca, como é que vai ser. Eu não tenho outra coisa pra fazer. Eles fecharam todos os comércios aqui no Rio de Janeiro. Fecharam tudo. Fecharam feira, fecharam tudo que era tipo de comércio ambulante e a gente não tinha pra onde a gente ganhar dinheiro. E assim, a minha esposa recebe o bolsa família e aí, ela teve direito ao auxílio emergencial. Eu não tive direito ao auxílio emergencial. Eu tentei fazer o cadastro, tentei umas duas vezes e todas as duas vezes foi negado. Eu não tive acesso ao auxílio. Tive que viver de cesta básica, de doação de cesta básica.

Laila: eu ia te perguntar isso, se você conseguiu ter acesso à cesta básica. Se recebeu alguma doação.

André: foi. O MUCA fez muita distribuição de cestas básicas. O MUCA me ajudou muito com a questão das cestas básicas, fora outras pessoas que me ajudaram com cesta básica. Eu praticamente fiquei ali aquele tempo inteiro vivendo de cesta básica porque não tinha como ganhar dinheiro, né, não tinha. Então fiquei ali a vida inteira só com cesta básica. Foi bem difícil, bem difícil mesmo.

Laila: imagino. E nesse período você ficou mais em casa mesmo?

[vozes de criança]

André: fiquei em casa, eu e minha família. Não tinha o que ser feito aqui porque a

cidade ficou completamente esvaziada, o comércio fechado, aí depois de um tempo que foi abrindo aos poucos, mas mesmo assim a nossa feira continuava fechada. A nossa feira ela só foi abrir em outubro. Agora no final do ano passado em outubro. E você não tinha outra coisa pra fazer. Eu fui tentando fazer umas entregas aqui, outras ali, mas não vingou.

Laila: isso que ia te perguntar, se você tinha tentado fazer algum tipo de venda por aplicativo, alguma coisa assim, porque seu negócio é com alimentação, né?

André: a gente colocou no ifood, mas aí o que aconteceu, ninguém pedia porque a demanda foi tão grande no aplicativo que todo mundo migrou pro ifood e assim, era muito difícil de tocar. Foi bem complicado, bem complicado mesmo.

Laila: você tinha ou tem uma clientela já? Que costuma comprar com você como é que era isso assim?

André: tinha uma clientela já que comprava conosco, mas aí tinha um problema que era o seguinte. O único problema que a gente enfrentou no começo foi a questão que a gente tinha que mudar o esquema da chapa porque a gente usa chapa de gás na barraca, no quiosque, na barraquinha, né, e pra colocar a chapa dentro do prédio você tem que mudar ela porque no prédio você não usa gás de bujão, tem que ser gás de rua e tem que pedir uma certa autorização pra trabalhar com isso e na época a gente não tava conseguindo autorização, entendeu? Eles não tavam deixando a gente trabalhar com chapa dentro do prédio e aí eu não pude trabalhar com o yakisoba. Eu trabalhei com outra alternativa, fiz outra coisa. Comecei a vender quentinha, entendeu? Que quentinha é mais fácil. Comecei a trabalhar com quentinha, mas a minha função mesmo com o yakisoba eu não consegui fazer por conta da chapa.

Laila: E aí seus clientes também como você trabalhava na rua não tinham seu contato? Não tinham como procurar você?

André: até tinham, mas o negócio era vender. Dentro do prédio, o principal, não tinha como botar chapa, não era permitido. O prédio não autorizava coloca a chapa porque tinha que trocar, colocar o bujão de rua, o gás de rua, e mesmo assim tinha que ter autorização do prédio pra colocar a chapa. O síndico não liberou.

Laila: entendi. Quando você voltou pra rua em outubro, que que você sentiu de diferença

com relação as pessoas? Com relação aos clientes, a quem ia comprar com você? Teve alguma diferença?

[vozes de criança]

André: quando a gente botou de volta a barraca? Eu senti que as pessoas estavam, algumas pessoas estavam felizes porque não aguentavam mais ficar dentro de casa e aí de uma certa forma as pessoas sentiam falta das barracas na Lapa. Passava ali e via tudo esvaziado, deserto, com tudo esvaziado, com tudo escuro, deserto e aí as pessoas ficavam com medo de passar ali naquele local. E aí quando as barracas voltaram as pessoas ficaram felizes porque tavam vendo de volta as pessoas ali e assim de uma certa forma tinha gente que ainda tava com medo de ir pra rua, mas quando a gente botou a barraca na rua as pessoas ficaram “caramba, vocês voltaram”, “caraca, tava morrendo de saudade de vocês”, “tava morrendo de saudade do seu yakisoba”, “não aguentava mais ficar em casa sem comer seu yakisoba”, as pessoas ficaram felizes.

Laila: então foi massa, você foi bem recebido.

André: foi.

Laila: Você falou que com relação ao poder público não tem muita questão, só essa coisa da taxa que eles tão cobrando, né isso?

André: uhum

Laila: o que você gostaria que fosse feito com relação ao seu trabalho nesse momento, o que você desejaria que fosse feito com relação ao seu trabalho.

André: por exemplo agora. Eu tava aqui gravando um áudio pro grupo que eu pertencço, que é o grupo da feira, que assim, o prefeito ele toma certas atitudes. Assim, não é só ele, muita gente tem o poder, toma as atitudes mas não procura ver se de fato aquela atitude ali vai prejudicar alguém ou não. Ele ah, mandou fechar o comércio de novo e ai suspendeu as feiras, mas nunca procurou saber. Pô, não fez uma reunião com a categoria, não sentou pra ver “vocês tão podendo?”. Vamos chegar num diálogo pra ver qual o melhor horário pra vocês poderem trabalhar. Não, não faz esse tipo de diálogo. Só toma atitude e pronto. Quer dizer, muitas pessoas na feira não tem benefício entendeu? Por exemplo, eu não tenho benefício, não tenho auxílio. Não tenho nenhum tipo de ajuda. Não tenho nada. Simplesmente fechou e assim, dane-se você. Se

você não tiver uma reserva você passa fome. Eu acho que, respondendo sua pergunta, eu acho que assim ele poderia ter conversado conosco, não só com a gente, mas com toda categoria de ambulantes pra ver se chegava no melhor acordo. Por exemplo, aqui na cidade do Rio, teve uma renda que foi aprovada, a Renda Carioca, ela foi uma complementação do auxílio emergencial aqui no Rio. Isso foi ano passado, no governo Crivela. Foi aprovado pela Alerj, foi aprovado pela câmara municipal, desculpa, e o Crivela não pagou. Por que que não pega essa renda complementar do auxílio emergencial e destina ela pros trabalhadores informais como foi votado e adotado pelos trabalhadores informais? Porque se chega pra gente e fala, “olha, vocês vão ficar 2 meses fechados, mas aí aqui ó, estou dando um auxílio pra vocês ficarem esse período afastados do trabalho de vocês”. Não é muito não, mas já ajuda. Já é um estímulo, né, você não tá sozinho nessa. Mas o cara fecha o comércio, não te oferece nada, não te dá nada, não te dá uma cesta básica, não te dá um auxílio. Não te dá nada. Fecha o seu trabalho e você fica ali entregue, a deriva mesmo e pronto, não tá nem aí pra você, não tá aberto ao diálogo. E é isso. Eu queria de fato, que ele pudesse dar um auxílio pra nós, um auxílio pra cada um de nós camelôs que tá sendo afetado diretamente nessa decisão, mas ele não fez nada disso.

Laila: a categoria de vocês é uma das mais afetadas. Porque o espaço da rua, o espaço público ele fica restrito, ele fica vetado, mas a necessidade de trabalhar e de estar nesse lugar pra garantir a sua sobrevivência, ela permanecesse, ela não passa.

André: sim, ela permanece.

Laila: aqui em Salvador a prefeitura ela distribuiu algumas cestas básicas pros trabalhadores informais, pros camelôs. Ouvi algumas queixas com relação ao que foi distribuído, mas teve uma cesta básica e é muito grave a situação que você falou sobre a renda carioca, quer dizer é um projeto aprovado, com um recurso destinado para o trabalhador de rua, né? E aí não foi pago.

André: é.

Laila: é uma situação muito triste e difícil porque é o mínimo que a gente pode ter nesse momento.

André: é

Laila: você tem que ficar em casa, ok, pra preservar a nossa saúde, a nossa vida, ainda mais que agora já tá com uma situação mais grave, mas precisa dar o mínimo de condição pra pessoa ficar em casa, né?

André: é isso.

Laila: o auxílio emergencial já é pouco, R\$600, agora tá pra diminuir

André: ficar em casa é realmente, é pra preservação, é necessário, mas tem que dar condições pra você ficar em casa. Não é só ficar em casa, não trabalha

Laila: e não é só isso, tem que ter o auxílio, tem que fazer o teste. Você foi fazer teste não conseguiu fazer. O poder público deveria buscar saber onde o vírus tá circulando, isolar as pessoas, e comprar vacina pra poder vacinar a gente, pra gente poder voltar o quanto antes.

André: é.

Laila: Você falou que você faz parte do MUCA também, né?

André: sim, faço parte do MUCA.

Laila: Você faz parte de alguma outra associação além dessa?

André: eu faço parte da associação da Lapa, dos trabalhadores informais aqui da Lapa. Eu sou da diretoria, sou vice-presidente da diretoria, e também faço parte do MUCA.

Laila: você tem ideia de quantas pessoas são associadas?

André: na associação?

Laila: sim

André: são uns 81 pessoas

Laila: e no MUCA? No MUCA é mais, né?

André: no MUCA é muito mais. No MUCA tem muita gente. No MUCA tem umas 4.000 pessoas.

Laila: vocês conseguem ter um diálogo com a categoria? Com os trabalhadores?

André: tem sim

Laila: tem assembleia, funciona direitinho?

André: sim, a gente faz muitas reuniões. A gente faz muitas reuniões, muito debate,

sempre tá no diálogo com a classe trabalhadora.

Laila: eu acompanhei, acompanho, assim à distancia, e na verdade por conta da pandemia que consegui assistir algumas reuniões de vocês, que vi no facebook e me pareceu que vocês são bem articulados e tem um trabalho coletivo sendo feito. Aqui em Salvador, as associações elas tem um funcionamento meio pulverizado. Algumas são associações que surgiram no processo de regulamentação mais recente. Tem umas mais antigas, mas quando você vai pra rua e conversa com as pessoas ninguém sabe qual é a associação, sabe? Aí fico imagino que aí a situação é um pouco diferente, não sei.

André: é. Ontem a gente promoveu, não sei se você recebeu, um ato aqui no Rio e é o ato que a gente tá promovendo para protestar na questão do armamento da guarda e esse ato ontem na Cinelândia, e teve uma parceria com alguns parlamentares. Teve a participação de alguns parlamentares, do pessoal do MTST que distribuiu umas quentinhas, que a gente fez a distribuição das quentinhas para os moradores de rua e foi bem bacana, teve muita gente, muita gente ficou ali, marcou presença, foi um ato bem bacana.

Laila: nessas duas associações que você faz parte, você chegou a participar de alguma ação no período do pico da pandemia? Além dessa distribuição das cestas básicas? Teve alguma outra atividade?

André: na associação da Lapa, a gente fez essa ação coordenada, mas fez uma ação coordenada com o MUCA, a gente promoveu um protesto em frente à Prefeitura, que era pra reivindicar a reabertura da feira. E Aí o MUCA entrou junto conosco, a gente planejou esse ato juntos, a gente promoveu esse ato juntos e foi na frente da Prefeitura. Acho que ano passado foi a única ação da associação, na minha gestão, junto lá da diretoria. Teve outras ações, em outros anos, mas esse ano a gente fez ações junto com o MUCA, coordenado junto com o MUCA.

Laila: no MUCA você tem algum cargo?

André: no MUCA eu sou membro. Eu sou do MUCA e eu tô junto com a Maria. A gente anda muito. O cargo que eu tenho no MUCA é de apoio. Eu apoio o MUCA nas ações dele, nas ruas do Rio de Janeiro. No ano passado a gente fez, a gente foi pra São Paulo, fomos lá apoiar a Campanha do Boulos, em São Paulo. O MUCA tá sempre nesses locais, sempre interagindo nessa política.

Laila: Então o MUCA não atua só no Rio de Janeiro, ele atua em outras cidades também?

André: atua. O único lugar que eu fui com o MUCA foi só São Paulo.

Laila: mas assim, o MUCA tem mais de uma diretoria ou é mais um movimento de intercambio, de viajar

André: de intercambio mesmo, entendeu?

Laila: entendi

André: eu tenho pouco tempo de MUCA, eu tenho pouco tempo. Maria tem muito mais tempo. Maria é coordenadora do MUCA, ela tem muito mais tempo de MUCA, então assim, a Maria ela viaja muito, ela tem muitos conhecimentos, conhece muitas pessoas, então assim... a única viagem que eu fiz com o MUCA mesmo foi no ano passado que eu fui pra São Paulo. Só.

Laila: entendi. Você tem quanto tempo no MUCA?

André: eu tenho muito pouco tempo no MUCA. Eu tenho mais ou menos, vai fazer um ano que eu tô no MUCA, mas a Maria, eu conheço a Maria a muitos anos. Desde 2008, 2007, que eu conheci Maria. Sempre na luta. Nas ruas, na luta, na defesa do trabalho informal. Mas MUCA mesmo eu tenho só um ano. A minha ida pro MUCA foi no ano passado, foi nessa época da pandemia, que a gente precisava... o pessoal da feira tava parado, tava sem trabalhar, e aí que aconteceu, eu conheci o MUCA através de um whatsapp que um amigo me mandou, que era pra fazer um cadastro de cestas básicas, eu fiz esse cadastro e aí a partir daí eu conheci a Maria e aí eu falei com a Maria se ela poderia nos ajudar aqui na feira com distribuição de cestas. A Maria falou “ah, vou ver um jeitinho de conseguir pra vocês” e aí fizemos uma lista, uma inscrição, colocamos o nome de todos os barraqueiros da Lapa e aí a Maria junto com o MUCA destinou essas cestas pra nós e aí eu gostei tanto da ação no MUCA na hora, as coisas que o MUCA tava promovendo da distribuição das cestas, tantas pessoas indo lá, buscar cestas básicas, pessoas necessitando mesmo, que aquilo me comoveu muito e aí eu pedi, falei pra Maria, falei “ó, no que depender, eu to com você”, entendeu? E aí comecei e a Maria me convidou, falou “ó, vem pro MUCA”. Aí fui pro MUCA e tô até hoje.

Laila: massa! Pra gente ir terminando, pra não tomar mais muito seu tempo, já é noite

e tudo, queria te perguntar o que te motiva, qual o maior desafio na verdade, o maior desafio que você tá enfrentando nesse contexto agora, acho que você já respondeu um pouco, mas se você quiser falar um pouco mais e porque você tá trabalhando como camelô, porque você tá trabalhando como camelô, você até já falou um pouquinho que você tinha outra profissão, outro trabalho, trabalhava como garçom e o que te motiva a continuar esse trabalho, se te motiva.

André: poxa, vou te falar. O maior desafio pra mim é porque, o maior desafio mesmo é porque eu tenho uma família, eu tenho quatro filhos. Tenho quatro filhos. Tenho um filho de 18 anos que já me deu uma neta, tá me dando uma segunda neta, quer dizer, minha família é grande pra caramba. Então é um desafio muito grande, de continuar trabalhando mesmo sabendo que a gente tá correndo risco, porque tem a questão do vírus, que a gente trabalha com exposição. Na Lapa, por exemplo, são muitos gringos, são muitos turistas que vai pra Lapa. Semana retrasada tinha um pessoal que era estrangeiro, que vinha de outra cidade, o pessoal era de Manaus e aí a gente perguntou, eu lembro que a gente perguntou, “vocês são de onde?” e eles “ah, de Manaus” e a gente ficou meio assustado na hora porque tem passado muita coisa no noticiário de Manaus, de Manaus, que a gente ficou assustado na hora. “Meu Deus, caraca, eles são de Manaus”. E tipo assim, porque na verdade a gente fica assustado. A imprensa passa pra você o que tá acontecendo e você fica assustando com a situação e aí o maior desafio é esse, de tá trabalhando na rua, de tá sendo exposto, de tá no meio desse vírus, né? Esse é o maior desafio. E o que me motiva a continuar é que eu amo o que eu faço. Eu não trocaria a minha profissão de camelô por qualquer outra profissão. Eu gosto do que eu faço, eu gosto de ser camelô. Gosto de estar envolvido nas ações com os camelôs, porque eu acho que o trabalho informal é um trabalho muito bonito, as pessoas se dedicam muito a fazer aquilo ali. Tem o cara que faz a caipirinha, e aí ele faz uma caipirinha gostosa, aí coloca um enfeitizinho, aí o cara que tá fazendo um hamburguer lá, faz um hamburguer lá bem legal. Eu gosto de ser camelô. Eu não trocaria por outra profissão. Eu gosto do que eu faço e vou ser sempre camelô.

Laila: você tá conseguindo se proteger pra trabalhar?

André: Eu vou de máscara. Lá na Barraca eu uso álcool em gel, a gente coloca o filme em frente à barraca que é pra se proteger, envelopo ela todinha, coloco álcool em gel e máscara.

Laila: sim, precisa desses cuidados mesmo. Tá bom, André, muito obrigada mesmo

André: nada, obrigada você

Laila: imagina, né, são informações com alguns detalhes que é muito difícil a gente ter lendo jornais, porque o que a gente lê as vezes em notícias no jornal, as vezes tem um depoimento ou outro, mas a gente consegue entender muito do contexto da pessoa, como que ela tá lidando com essa situação e ainda tem as questões pessoais, você por exemplo tem 4 filhos, tem 2 netos e tá nessa insegurança financeira, com sua esposa que conseguiu ter o auxílio, mas você não, num momento muito delicado mesmo, então queria te agradecer pela partilha, por me contar um pouco, te agradecer pela disponibilidade por falar comigo. Essa é uma pesquisa acadêmica, que ajuda também a dar um pouco de visibilidade ao que você e sua categoria estão passando. Eu estou na escrita desse trabalho e espero poder compartilhar com você quando tiver finalizado, não sei ainda, mais provavelmente no próximo semestre, mas até o final do ano eu espero conseguir terminar esse trabalho. Obrigada!

André: qualquer coisa é só chamar que tô a disposição

Laila: Obrigada e boa noite. Vamos continuar nos cuidando e esperando por dias melhores. Até mais. Tchau

André: tchau, boa noite.

APÊNDICE C

ENTREVISTA 2 – Maria dos Camelôs (Rio de Janeiro)

Data: 16/04/2021 – 19h, via Zoom

Laila: parece que agora sim, né

Maria: parece que melhorou

Laila: é, eu vi logo pela chegada

Maria: chegou, chegando, né?

Laila: tudo bem, Maria?

[silêncio]

Laila: tudo bem com você?

Maria: oi, oi. Travou de novo?

Laila: é, travou um pouquinho, mas acho que agora melhorou. Vou até parar aqui o vídeo

Maria: é, eu desliguei a câmera pra ver se melhora um pouco

Laila: é uma pena que a gente não se vê. A gente já tá distante, mas...

Maria: é, isso conta muito, né

Laila: é, eu sou professora também aqui e agora com essa coisa de dar aula remota, né, às vezes é um negócio que parece uma sessão espírita, que a gente tá falando sozinho, com a internet ruim fica todo mundo sem vídeo e aí fica falando um bocado de tempo e parece que não tem ninguém na sala, né

Maria: é, hoje eu tava pensando em quanta gente tá trabalhando assim, né, e a gente que é mãe tá trabalhando dobrado. Tem que dar conta de filho, de trabalho, dar conta da casa, cara... tá uma jornada assim pesada. Na pandemia todo mundo ficando surtado

Laila : eu tenho dois filhos pequenos. Um vai fazer 5 e o outro vai fazer 2.

Maria: ah, caramba, pequenininhos, né?

[risos]

Laila: não tem muita coisa que eles possam fazer sozinhos

Maria: eu tenho um de 4

Laila: é, tamos juntas

Maria: nessa idade suga muito a gente

Laila: sim, tem que ter muita atenção

Maria: muito, ne. E aí não pode mandar pra escola, não dá pra deixar sozinho, você tem que

Laila: não dá pra chamar alguém pra ficar

Maria: não pode chamar ninguém pra ajudar a gente dentro de casa. A gente tá assim numa situação que... só o tempo

Laila: é, tá difícil demais. Vamos aí esperar que as coisas melhorem, que a gente consiga chegar em alguma melhora, mas a perspectiva de nós brasileiros não tá muito legal, mas vamos seguindo na luta, sem perder a esperança de que as coisas vão melhorar em algum momento e fazendo a parte da gente, do que a gente pode fazer, tentando dar conta da sobrevivência mesmo que não tá fácil.

Maria: é, vamos que vamos, vai dar tudo certo

Laila: então, Maria, eu já venho estudando essa questão dos ambulantes como falei com você pelo whatsapp e agora tô ampliando os estudos. Minha intenção era fazer esse trabalho mais próximo, de viajar pra algumas cidades, mas aí eu tive filho no meio desse processo do doutorado e ano passado por conta da pandemia não consegui mais viajar e fiquei sem bolsa também e a gente tá nessa situação de se virar como pode, mas eu to entendendo também que é muito importante assim, reconfigurar o trabalho que eu tinha pensado em fazer pra colocar mesmo essa questão da pandemia que tá sendo muito difícil pros trabalhadores informais, pra quem tá na rua e quem depende do espaço da rua pra ter sua atividade de sustento mesmo. Agora a gente tá vivendo um momento que é um risco estar no espaço da rua

Maria: sim, sim

Laila: e aí eu queria conversar algumas coisas com você sobre isso, algumas coisas um

pouco parecidas com o que tava naquele questionário que eu passei, eu não sei se você chegou a responder porque eu não coloquei a opção do nome.

Maria: o nome, né

Laila: isso

Maria: eu respondi sim.

Laila: pronto. Aí eu queria aprofundar algumas questões e ter uma oportunidade de te ouvir mais mesmo.

Maria: pode ficar à vontade. Pode perguntar

Laila: seu nome é Maria...

Maria: Maria de Lurdes do Carmo

Laila: você é conhecida como Maria dos Camelôs mesmo, né?

Maria: isso

Laila: quantos anos você tem, Maria?

Maria: 46 anos

Laila: você é aí do Rio de Janeiro mesmo?

Maria: não, eu sou de Minas Gerais, de Caratinga.

Laila: mas você mora no Rio há muito tempo já?

Maria: eu vim pra cá com 12 anos de idade

Laila: sei. Minha mãe nasceu no Rio também e depois veio morar aqui em Salvador.

Maria: ah, é?

Laila: é, mas ela morou aí pouco tempo, acho que até uns 5 anos e aí depois veio pra Salvador porque meu avô trabalhava na Marinha e viajava muito.

Maria: hum

Laila: aí passou por alguns lugares e acabou fixando moradia mesmo aqui em Salvador.

Maria: Salvador é um lugar bom.

Laila: você conhece aqui?

Maria: olha eu fui aí uma vez. Uma vez mas muito rápido. Acho que foi pro Fórum Social, não lembro. Foi no dia que mataram a Marielle, não sei se você soube, aí teve o Fórum Social, aí eu fui

Laila: sim, lembro

Maria: aí eu fui porque tinham acabado aqui de matar Marielle, aí eu fui porque tinha o Fórum, a gente tava com passagem comprada, tinha uma reunião com os camelôs, aí acabei indo, mas foi bem tenso porque tava aí com minha cabeça aqui no Rio de Janeiro.

Laila: eu imagino. Eu também só fui uma vez no Rio. Fui participar de um evento também e acabei passando mais um dia além aí tive oportunidade de andar um pouquinho. Tive um amigo de um amigo que saiu comigo, me levou na Lapa

Maria: todo mundo vai na Lapa, né

Laila: é, todo mundo vai na Lapa [risos] fui no centro também, foi um dia que tava tendo umas feiras, porque eu já tava fazendo essa pesquisa aqui em Salvador dos camelôs e aí ele me levou pra andar em algumas feiras aí do centro e aí eu conheci bem rápido, já tem uns 4 ou 5 anos. O seu ponto fica onde, Maria?

Maria: fica no centro

Laila: fica no centro mesmo

Maria: fica na Rua Miguel Couto no centro da cidade.

Laila: foi você quem escolheu esse ponto?

Maria: eu escolhi porque tava lá, né, os pontos. Tinha tal ponto, tal ponto e ta ponto, aí eu escolhi dos que tavam ali pra ser escolhidos.

Laila: ah, entendi, mas aí foi quando você foi buscar permissão.

Maria: isso. Quando saiu meu nome do diário oficial, aí eu fui lá e tinha alguns pontos aí eu espertamente mandei meu irmão ficar na rua e aí falei, ó, vai lá escolher qual o melhor pra eu ficar, tem esse, esse e esse. Aí meu irmão foi lá e falou, ó, pede esse que é um pouquinho melhor. Aí acabei ficando num lugar melhorzinho.

Laila: mas você já trabalhava como camelô antes de escolher esse ponto?

Maria: já. Eu sou camelô há 26 anos e eu consegui meu ponto em 2013.

Laila: ah, certo. Demorou então, né?

Maria: muito tempo. E tem muita gente que quando eu cheguei na rua já estava na rua e ainda não tem ponto até hoje.

Laila: entendi. E aí você paga pra poder trabalhar nesse lugar? Tem a TUAP, né? Eu conversei com André e ele me falou um pouco sobre essa questão do licenciamento aí no Rio.

Maria: uhum. Eu pago por ano uma taxa de R\$180

Laila: entendi. E além desse você tem alguns outros custos? Tipo de guardar...

Maria: tenho de depósito. Eu tenho de depósito, mas como eu não me sinto segura nos depósitos da cidade, porque não são legalizados, eu aluguei uma sala e aí eu pago R\$1.300 de aluguel com condomínio. Com essa pandemia o proprietário só tá me cobrando o condomínio que é R\$603 por mês.

Laila: Entendi.

Maria: mas aí eu não tô trabalhando. Tem um ano que eu não trabalho.

Laila: sim.

Maria: hoje é 16?

Laila: sim, hoje é 16/03

Maria: hoje tá fazendo um ano que a última vez que eu montei minha barraca foi dia 16/03 do ano passado. Não montei nunca mais que aí foi o dai que começou, a cidade fechou e daí pra cá nunca mais voltei. Agora tava me preparando pra voltar e veio essa segunda onda. Tô bem com medo, não vou voltar agora.

[silêncio]

Maria: oi, caiu? Oi? Oi, oi?

[silêncio]

Laila: agora foi minha conexão que caiu. Meu gato deu uma cabeçada no modem e desligou. Desculpa.

[áudio muito ruim de Maria]

Laila: não ouvi se você chegou a falar alguma coisa

Maria: a ultima coisa que eu tava falando foi que dia 18/03 [áudio interrompe] foi a ultima vez que coloquei minha barraca na rua, né e tava me preparando pra voltar e veio essa segunda onda, tô com muito medo

Laila: falhou um pouco agora o áudio, mas eu consegui entender o que você falou

Maria: foi?

Laila: falhou um pouquinho, mas consegui entender. Você falou que tá há um ano sem conseguir.

Maria: é [áudio ruim] hoje faz um ano

Laila: e aí eu tinha perguntado, mas acho que você não ouviu porque caiu a conexão aqui, como que você conseguiu ficar esse tempo com o ponto fechado, como que você conseguiu trabalhar, o que você conseguiu fazer durante esse período, se conseguiu.

Maria: a gente se envolveu num primeiro momento num trabalho de assistir os trabalhadores que tinha perdido seu sustento, né, e aí a gente vai fazer campanha, vai fazer vaquinha, cesta básica, pra gente distribuir. Ano passado eu trabalhei muito desde a pandemia até dezembro. Depois entrou campanha eleitoral, a gente foi trabalhando pra caramba e que que eu fiz. A minha sorte é que meu marido é funcionário público. A gente pendurou todas as dívidas, esquecemos as coisas que a gente tava devendo e a gente faz é pra comer e pagar o que a gente precisa pra sobreviver, mas é tirar a criança da escola, colocar numa escola mais barata, entendeu? A gente teve que fazer organização dentro de casa porque o dinheiro que eu ganho, que eu ganhava, a gente não tem mais, então a gente teve que se organizar muito.

Laila: sim. É complicado mesmo. E aí teve essa coisa da campanha, né, e você precisou sair também por isso. Como que foi esse processo da campanha

[caiu]

MARIA – os trabalhadores, os informais, sem alternativa nenhuma é bem difícil, né. Vamos pra mais essa luta e ver como que fica aí.

Laila: tá muito complicado, né, esse auxilio emergencial de R\$150

Maria: sim [vozes de criança]

Laila: um absurdo, né

Maria: pronto [inaudível]

Laila: então a gente

Maria: pode falar

Laila: oi?

Maria: eu tava falando

Laila: vou tentar voltar onde a gente parou na semana passada, pode ser?

Maria: uhum

Laila: essa semana mesmo na verdade. Você tava falando da coisa da campanha, né, que você precisou sair, mas não tava saindo pra trabalhar, tava saindo por causa da campanha e tal, e ai eu ia te perguntar quando caiu, como que foi essa relação na política também, se é através do MUCA, como essas duas coisas de relacionam

Maria: você fala campanha política ou de arrecadação?

Laila: a campanha mesmo, política, que você saiu candidata

Maria: então, desde o ano passado que me senti na responsabilidade de ir preparada pra uma nova fase da minha vida que foi ser candidata a vereadora. A gente ficou fazendo a campanha, foi uma campanha muito bonita, foi uma campanha que os trabalhadores informais fizeram que a gente tava todo dia de manhã na rua, dialogando com as pessoas, conversando com os camelôs, com a população, fazendo várias agendas. A gente fez um debate muito grande na cidade, tive 1.981 votos, eu sei que não foi uma quantidade de votos muito grande, mas a gente fez um debate e pra mim fazer politica não é só você ganhar uma eleição, mas fazer o debate na sociedade e foi muito importante. Então a gente colocou a cara e disse, ó, a gente existe, a gente tá aqui e a gente quer respeito e foi esse debate que foi feito mesmo. Eu sai dessa campanha muito fortalecida. Acho que maior do que entrei porque o aprendizado de uma responsabilidade de você ser o nome, ser candidata, ter que responder várias coisas, tá ligada em tudo , me fez crescer bastante. Não paro por aqui porque eu acho que a gente precisa fazer esse papel no parlamento também, a gente não pode deixar só essas pessoas que não sabem o que que é trabalhar na rua, o que é ser empregada doméstica, o que é ser trabalhador mesmo e ficar lá representando a gente, a gente precisa de representar, precisa fazer a discussão desse setor, mas

foi um momento muito bom na minha vida, acho que se não tivesse na pandemia a gente tinha feito muito mais. Foi muito bom tá discutindo, foi muito bom ver as pessoas apoiando, muito bom ouvir as pessoas falando na rua “sua campanha tá maravilhosa” e eu falava “não é minha campanha, é nossa campanha”, essa construção coletiva é muito importante. Então foi muito bom, gostei muito e a gente fez um debate muito grande na sociedade sobre a informalidade, dizer que a gente existe e vai continuar estando nesses espaços.

Laila: é, eu acompanhei um pouco daqui a campanha, pelas redes sociais e achei muito bonita. Parabéns pelo trabalho. Eu vi que vocês fizeram vários debates, como você falou que levou essa discussão pra outras instancias. Eu não consegui acompanhar tudo, mas vi que tiveram várias reuniões e encontros com outros agentes. E a sua história no Muca, Maria, como que é? Desde quando você tá no MUCA?

Maria: acho que não cheguei a falar isso com você não, foi pra outra menina que eu acabei de dar entrevista. Eu contei pra ela como foi a organização do MUCA. O Muca nasce em 2003, dia 1º de julho de 2003. Eu fiquei 2002 inteiro na rua trabalhando, tava grávida e foi aquele momento de conflito muito grande com a prefeitura, numa época do governo Cesar Maia e eu sempre defendendo os trabalhadores. Porque assim, eu to na rua desde 1996, tem 26 que eu trabalho na rua. Eu nunca tinha me envolvido em nada porque meus filhos eram muito pequenos, eu morava longe, eu era mãe sozinha, tinha separado, então sempre vinha na rua trabalhar e voltava pra casa e em 2002 quando eu engravidei de novo, eu me vi assim, “cara, tenho mais um filho pra sustentar e eu preciso fazer alguma coisa pra garantir esse trabalho que eu tenho aqui”. Comecei a enxergar a rua com outro olhar, então comecei a me envolver com tudo que tinha na rua. O guarda pegava um camelô, levava mercadoria, eu ia pra cima do guarda e aí aquela confusão, eu grávida com um barrigão, chamava atenção da população, aí guarda ficava constrangido, devolvia a mercadoria e eu fiquei a gravidez inteira. Meu filho nasceu dia 18/03, fez 18 anos agora, e eu fiquei trabalhando com ele uma semana, eu não tive resguardo. Eu tive ele e uma semana o médico marcou pra tirar os pontos, eu já fiquei na rua trabalhando e aí eu vim com ele. Eu lembro que rolou uma briga na rua, minha mãe viu na televisão eu correndo com ele, aí minha mãe não deixou mais eu trazer e ficou com ele em casa e eu vindo pra rua sozinha. 15 dias após eu ter tido ele, rolou um conflito com ele e eu fui agredida pela guarda municipal. Eu

apanhei muito. Os guardas quebraram meu nariz, então assim, quando a gente tem filho, a gente fica muito frágil, um cesariana, uma ligadura de trompas, uma responsabilidade pelos dois filhos sozinha, eu tava bem frágil. Eu fiquei verde de tanto apanhar da guarda municipal e meu nariz foi quebrado. Eu voltei pra casa muito machucada e já imaginei chegar me casa e minha filha me ver assim machucada, foi horrível. Aí eu vou pro hospital, me cuido e fico uma semana no hospital e aí o médico passou medicamento na veia pra cesariana cicatrizar, aí fiquei no hospital e volto com aquela ideia, preciso organizar alguma coisa pra gente sair desse conflito, eu só tô na rua trabalhando e aí a gente vai procurar a CUT. Reunimos um grupo de camelôs e a gente foi procurar a CUT. O MUCA nasce dentro da CUT. O primeiro ato nosso foi 1º de julho de 2003 na Cinelândia. A gente conseguiu colocar muita gente na rua. As pessoas estavam muito agoniadas com os conflitos que estavam acontecendo na rua, então a gente conseguiu balançar a cidade e colocar gente na rua e desde aí, o prefeito começa a fazer prisões. Quem tava próximo a gente ele começou a prender. Eu lembro que as primeiras prisões que a gente teve foram 37 detidos e 23 presos. Foi em julho de 2003. Vários desses meninos de 37 detidos à noite, presos e levados pra delegacia, e muitos desses meninos já tinham passagem porque pra gente nessa época, na rua, era uma novidade muito grande vender CD e DVD pirata, naquela época.

Laila: sim

Maria: e naquela época eles tavam trabalhando com isso. Gravavam eles mesmos e colocavam na rua. Muitos deles já tinham sido detidos por vender pirataria. Já tava respondendo processo e aí muitos deles ficaram presos porque já eram reu primário, então assim deu um trabalho danado de tirar esses meninos da cadeia, mas tiramos todos eles e o movimento ele nasce aí, contra a violência da guarda municipal, com a apreensão das mercadorias, então a gente busca um lugar pra trabalhar. O movimento nasce nessa discussão do direito à cidade.

Laila: entendi. Então aí você foi uma das lideranças

Maria: é, porque quando começou a prender, muita gente foi se afastando, né, e eu fiquei. Eu falei daqui eu não saio. Fiquei e não saio até hoje. Já entrou outras pessoas, já saíram, mas eu continuo, continuo aqui.

Laila: Você faz parte de alguma outra associação além do MUCA?

Maria: Eu faço parte da Unicab, que é o movimento que a gente organiza. Quando foi

fechado a copa do mundo pro Brasil, né, também no Rio de Janeiro, veio uma entidade, a Street Net. Ela tava lá na África do Sul, organizando os informais por causa da Copa do Mundo, das Olimpíadas, ela veio pro Brasil pra fazer a mesma coisa. E dessa organização que gente participou, desses encontros com a Street Net, a gente conseguiu criar a Unicab, que é uma União Nacional dos Trabalhadores Informais, a gente tem encontros, a gente discute e eu faço parte da executiva. Ajudei a fundar essa entidade e eu faço parte. O MUCA é filiado a Unicab e a Unicab à StreetNet, é um movimento nacional e a gente constrói nacionalmente também um movimento de camelô. A gente tem agora encontros e uma das coisas que a gente tirou é que a gente ia organizar junto com os deputados uma frente parlamentar em defesa dos trabalhadores informais em Brasília. A gente conseguiu, já tem quase 300 assinaturas pra tá montando essa frente, mas com a pandemia a gente não conseguiu fazer mais nada, né. 2020 que a gente ia tocar isso pra frente, mas aí veio essa coisa da pandemia, fica em casa, e aí não foi pra frente, mas a gente só tá esperando isso passar pra gente voltar pra tocar isso pra frente.

Laila: entendi

Maria: eu também faço parte do Movimento Sem Teto. Eu morei numa ocupação do Movimento Sem Teto. Em 2003 eu morava distante, em Japeri e trabalhava no centro do Rio. Eu morava distante e eu descobri que eu tenho muitos direitos que me eram negados, um deles era de ocupar prédios públicos pra morar. Então eu saio de Japeri e venho morar no centro do Rio, num prédio ocupado pelo movimento social, a Ocupação Chiquinha Gonzaga que tem uma história maravilhosa. Morei lá de 2004 à 2010 e foi muito bom morar lá, construir aquele espaço, participar daquela construção coletiva dos espaços que a gente ocupava pra morar. Esse prédio é muito bom que ele era um hotel, então todos quartos tinham banheiro, foi uma ocupação muito boa de se morar, que era um comodo grande que a gente conseguia fazer quarto sala e cozinha e tinha banheiro, cada um tinha seu banheiro individual. Morar lá foi muito importante, eu consegui me formar também dentro da ocupação e me tornei uma militante de ocupação pelo direito à moradia também.

Laila: entendi, muito bacana sua história. Eu não sabia muito sobre a StreetNet. Já tinha lido algumas coisas, mas não sabia que tinha essa interlocução com os movimentos. A StreetNet é uma organização internacional que dá um apoio pra Unicab que dá um apoio pra

esse movimento internacional que por sua vez dá apoio pras instituições mais locais, como o MUCA, por exemplo. Não sabia que tinha essa articulação, inclusive depois se você tiver algum contato da StreetNet e puder me passar eu te agradeço.

Maria: sim, eu te passo. Tenho contato da Maíra que ajuda a gente aqui na Unicab também.

Laila: certo. Obrigada. Deixa eu voltar um pouco pro que tinha pensado em te perguntar, na verdade uma coisa que eu fiquei pensando enquanto te ouvia falar. Essa relação do feminino com o trabalho, da presença da mulher na rua, na luta política, como é isso pra você? Pergunto isso porque percebo que tem uma diferença na questão de ter filhos, por exemplo. Imagino você recém parida, com pontos ainda, com criança pequena e tudo... Como é essa relação pra você de ser mulher. Eu tava conversando outro dia com Pitty, não sei se você conhece, ela é da Unicab também, aqui de Salvador.

Maria: sim

Laila: aí tava conversando com ela e falando que uma coisa que tá sendo curiosa pra mim. Quando eu fiz a pesquisa do mestrado, eu fui pra rua conversar com as pessoas e aí eu entrevistei um monte de homem e a maior parte das lideranças que eu encontrei, pelo menos aqui no centro de Salvador, eram homens. Aí tava falando pra ela que agora tem sido muito interessante que tenho encontrado lideranças mulheres do movimento dos trabalhadores de rua e aí eu fico curiosa de ver como vocês se entendem nesse processo.

Maria: eu acho que as mulheres... quando eu cheguei na rua também em 1996, era muito difícil você ver mulheres na rua trabalhando. Aqui no Rio a gente tem uma lei que é a 1876 que regulamenta o comércio ambulante e essas autorizações que a gente tem, se você andar na cidade você vai ver que a maioria das pessoas que tem são homens porque a nossa lei diz que pra você conseguir autorização você tem que provar que tem tempo que você trabalha na rua. Como há muito tempo atrás as mulheres não faziam esse trabalho, você tem a maioria são homens. Se você pegar a maioria das autorizações são de homens que trabalham, porque eles tem mais tempo que trabalham. [inaudível 15:43] É bem difícil porque quando eu cheguei, eu cheguei bem e fui muito bem aceita na rua, mas essa coisa de ser liderança gera muito ciúme, dá um impacto, não é uma mulher que tá ali falando pra gente, uma mulher que organiza os camelôs, uma mulher que

tem contato com o Instituto Unibanco que conseguiu 4.500 cestas básicas pra você conseguir tá ajudando os trabalhadores, então isso gera um incomodo, um machismo, mas a gente não tem problema com isso, a gente encara.

Laila: falhou um pouquinho. Vou desligar meu vídeo um pouco pra ver se melhora. Tô te ouvindo melhor agora.

Maria: Você lembra onde eu parei?

Laila: eu te escutei até a parte que você falou que percebe que existe essa questão do machismo, que causa estranhamento pra algumas pessoas que uma mulher esteja a frente. Você falou que conseguiu um financiamento pra cesta básica. Eu escutei até essa parte.

Maria: você imagina uma categoria que só tinha homem e agora as mulheres dominam esse setor também e uma liderança mulher que tá ali fazendo uma discussão, então é uma coisa que não tem muito tempo que ela tá dominando, que ela tá ali trabalhando, então tem esse machismo mesmo, mas assim, eu que tô na rua já faz um tempo, eu enxergo a vinda das mulheres para esse setor, quando as mulheres começam a se libertar desses relacionamentos abusivos, elas começam a ser mãe sozinha, a sair do relacionamento e cuidar da sua própria vida. Por que não é um lugar que você trabalha menos, eu acho que a gente trabalha até muito mais, mas é um lugar que você faz a sua carga horária de trabalho. Você consegue cuidar dos filhos, cuidar da casa e você consegue trabalhar porque você é o seu próprio patrão. Você chega, monta sua barraca e consegue cuidar dos seus filhos, ou você desmonta mais cedo pra ir cuidar dos seus filhos, então você consegue se organizar e trabalhar e cuidar dos filhos e dar conta do seu trabalho, então é um trabalho que eu acho que dá mais liberdade de você ser dona de casa e dos filhos e dar conta do seu trabalho. Hoje você consegue ver muitas mulheres que trabalham na rua, enfrentam guarda municipal, que tá ali defendendo seu sustento e tirando seu sustento das ruas. Isso pra gente é muito importante, o empoderamento das mulheres em todos os setores e no nosso também é muito bom de ver.

Laila: na conversa com Pitty surgiu um pouco isso também, ela comentou que observa que é um trabalho que dá oportunidade pra algumas mulheres saírem de uma situação de violência porque tem algumas pesquisas que falam sobre isso, às vezes a demora de uma mulher conseguir sair de uma situação de abuso e de uma relação ruim e de risco, às vezes, ela se dá

pela dificuldade de ter acesso ao trabalho.

Maria: esse trabalho deixa a gente assim... eu sempre trabalhei, então eu trabalhei em casa de família, me casei e continuei trabalhando em casa de família, mas é isso que a gente tá falando aqui. O pai dos meus filhos era muito agressivo, me batia muito e eu não aguentava mais aquela vida. O Salário que eu ganhava como empregada doméstica dava pra pagar aluguel, pagar alimentação dos meus filhos e comer. Então eu resolvi largar ele e minha alternativa de estar melhor com meus filhos foi vir trabalhar na rua e isso me deu empoderamento muito grande. Eu vinha pra rua, eu fazia meu trabalho, eu mesma comprava minha mercadoria, decidia o que eu ia fazer e isso era muito bom pra mim. Foi um crescimento enorme, sair de Japeri, uma cidade muito pequena, morando com uma pessoa ruim que me maltratava muito, um lugar que não tinha água, meu filho muito pequeno passando necessidade, eu venho pra um setor informal, venho ser liderança de um movimento, depois vou morar numa ocupação, eu sou uma pessoa que as pessoas que estudam vem conversar com a gente sobre a informalidade, eu sou candidata a vereadora, são coisas... deixa eu abrir a porta aqui

Laila: uhum

Maria: isso é um nível assim de um afirmamento na vida muito grande. Tive um conhecimento assim, enorme do que eu não tive... hoje eu tenho uma cabeça de bater, de impor o que eu quero e é isso. É muito bom. Sair daquela vida, que eu enxergava só aquilo. Minha mãe falou que eu tenho que viver esse cara a vida inteira, que tem essa coisa de que separa do marido vira piranha, essas coisas que a gente traz essas discussões antigas, então romper com esse sistema e botar a cara pra fora e dizer “eu vou trabalhar, eu tô no meio dos homens trabalhando porque eu preciso sustentar meus filhos, então, é isso”. Naquela ideia a mulher é até mal vista, a mulher é mal vista, mas você tem que ver, você pode ser até mal vista, mas se você tiver bem, o que interessa é que você se veja bem. É um pouco isso o que eu penso hoje. É um pouco não, é isso que eu penso hoje.

Laila: é uma trajetória muito bonita, a sua história.

Maria: [risos] minha filha até fala assim pra mim, mãe - porque minha filha tem 30 anos, ela fala “mãe, você sofreu”. Eu falo, cara, o meu travesseiro é que sabe o que que era o meu sofrimento, porque ter que sustentar ali, sabe, e você fala eu tô com essa pessoa porque

eu tenho filho pequeno, tenho que tolerar porque eu tenho filho. Mas aí um dia você faz, você acorda. Agora eu me sinto capaz e mete o pé.

Laila: e aí pegando um pouco carona nisso que você tá dizendo, o que é a importância do trabalho de rua pra você?

Maria: outro dia eu tava numa aula, era uma professora de direito, ela tava dando uma aula e ela pediu pra gente falar na aula. Eu fui lá falar. Aí teve uma menina que tava lá e perguntou assim, “Maria, por que você luta tanto pelo direito de trabalhar na rua se esse trabalho é tão precário?”. Eu respondi pra ela é o que sobrou pra gente. Esse trabalho precarizado foi o que sobrou pra gente e a gente precisa lutar pra ele ser um trabalho menos precário. É por isso que a gente tem essa luta, pra gente ter reconhecimento do trabalho informal. O camelô é trabalhador e a gente vai tá aqui fazendo toda essa discussão com o poder público. Essa discussão, eu fico muito olhando quais são os direitos que a gente tem. Por que as pessoas são impedidas de trabalhar? A gente quer uma cidade organizada, a gente vê tantos jovens que poderiam estar fazendo alguma coisa de errado, estar na boca de fumo, matando, roubando, traficando, mas o cara tá ali tentando. Aquelas pessoas que entram no ônibus, “poderia tá matando, roubando, mas tô aqui trabalhando”. É exatamente isso. Você passa na rua, você vê um trabalhador, menino. Cada vez que você passa na cidade, ali na Rio Branco, pra mim é um espelho desse lugar, você vê aquele menininho com 18, 19, 20, 16 anos tá ali como sacoleiro, ele vai lá no Saara e compra e tá ali vendendo, vai sustentar a casa. Muitos pra sustentar filho, pra sustentar a casa, e a gente vê a guarda municipal ter coragem tomar a mercadoria dessas pessoas. Eu fico me perguntando qual o incentivo de vida que essas pessoas tem? As pessoas moram em favelas, em lugares que oferece de tudo pra fazer coisa errada, as pessoas moram em lugares que o Estado entra e sai matando, então eles querem uma alternativa de vida diferente e vem pra rua tentar ganhar o seu sustento e aqui você não tem o poder público ali te acolhendo, tem o poder público te batendo, te impedindo de fazer aquilo, né. Eu acho que uma das coisas que me faz ser tão valente nesse trabalho que eu faço de todos os dias, de tá pensando como é que eu vou fazer essa discussão com todo setor, como que a gente vai fazer, as pessoas precisam de organização, é isso. É ver essas pessoas que não tem pra onde ir, mas que tá ali defendendo esse trabalho tão precário, porque foi isso que sobrou pra gente, então a gente precisa lutar pra não ser tão precário. Ele é precário,

mas ele é bom. Eu gosto de montar minha barraca, eu adoro receber meus clientes, eu gosto de carregar o peso que eu carrego, eu gosto muito da rua. É um prazer estar trabalhando na rua. Eu não sei se foi essa pergunta que você me fez, não sei se consegui responder.

Laila: sim. Respondeu sim. O que você acha que é mais prazeroso desse estar na rua? O que é esse estar na rua pra você?

Maria: o mais prazeroso de estar na rua é você não ter patrão. Isso pra mim... tipo, você não ter ninguém. Você ter hora de almoço, hora de voltar a trabalhar, o horário de você ir no banheiro. Você faz o seu próprio salário, é você chegar ali a hora que você quer, você não ter que bater ponto... O melhor disso é você ser o organizador do seu trabalho. Você se sente muito melhor.

Laila: e nesse momento da pandemia, como você vê a importância desse trabalho, a necessidade desse trabalho. Você tá na frente, organizando distribuição de cesta básica. Como que tá sendo esse momento?

Maria: é, a gente acabou de receber a mensagem de que a partir de segunda feira vai ficar tudo fechado e aí como que faz com essas pessoas que trabalham na rua e não tem de onde tirar nada. Cara, é muito difícil pra gente. Esse trabalho, ele é muito importante. A gente sabe que agora com a pandemia a quantidade de gente que tá sendo desempregada e tá vindo pro setor informal e aí quando fala setor informal não fala só na rua, não é só como camelô. As pessoas estão indo trabalhar na informalidade vendendo as coisas pela internet, a informalidade com os aplicativos, com o pessoal de entregas, então o setor informal ele tá crescendo muito. Esse trabalho é muito importante pra gente mesmo o setor informal querendo, ele não consegue absorver até porque muita coisa tá fechando, muitas coisas estão fechando e as pessoas vão ficar na rua. O que sobrar do setor informal não vai conseguir absorver essas pessoas todas em volta. A gente precisa garantir fazer a discussão da informalidade, precisa garantir que o camelô que ocupa o espaço público e lutar por essa bandeira, por esse direito, a gente precisa ser reconhecido. Eu não posso ser só aquela pessoa que quando a pessoa sai do metrô e cai aquela chuva imensa e de repente brota camelô de todos os lados vendendo sombrinha. Eu não posso ser só essa pessoa. Eu não posso ser só o garçom das festas, do carnaval, do ano novo, quando as pessoas estão lá pulando e eu vou estar lá só servindo pra ela, água gelada, cerveja gelada. Eu não posso ser só

visto como essa pessoa. Eu quero ser enxergada como uma trabalhadora. A gente precisa que a prefeitura discuta esse setor informal e legalize as pessoas que estão na informalidade e respeite. Pra gente é muito importante essa discussão. Pra mim essa discussão é muito importante. Eu faço ela todos os dias, eu converso sobre ela todos os dias. Todos dias eu vou amadurecendo o meu discurso, porque ele pode ser melhor sobre a informalidade, pra eu falar sobre a necessidade de estar nesses espaços e aí eu costumo dizer pras pessoas que a rua, o espaço público que a gente tá, é o nosso chão de fábrica. É o lugar onde a gente trabalha pra levar o sustento pra dentro da nossa casa. É onde a gente discute qual a mercadoria que a gente vai vender, é onde a gente discute como a gente vai enfrentar a fiscalização, como a gente vai enfrentar a guarda municipal, quem vai ser o próximo prefeito, como que isso vai acontecer, então a gente discute ali, esse local é muito importante na cidade.

Laila: Nesse período da pandemia você falou que ficou sem trabalhar, né? E já vai fazer um ano que você não montou a sua barraca. Como é que ficou sua renda nesse período? Você ficou com contato com seus clientes, tentou alguma outra alternativa? Você falou de usar internet, aplicativo, você tentou fazer alguma outra coisa assim?

Maria: a ultima vez que eu montei minha barraca na rua foi dia 06/03/2020. Então tem 1 ano e 4 dias que eu não trabalho. Não voltei, fiquei com muito medo. Engraçado que a gente fica com medo de estar na rua, mas estava na rua distribuindo cesta básica, né, sendo solidária às pessoas, mas é a vida, né, a necessidade faz isso. Eu, pra mim, foi difícil porque a gente teve que enxugar muita dívida que a gente tinha. Tira filho do colégio, coloca em outro mais barato. Tranca faculdade, organiza pra gente ficar só dentro de casa e vivendo do que tem, né. A minha sorte é que meu marido é funcionário público, então a gente não passa fome porque o dinheiro que ele ganha dá pra gente comer, pagar luz, água, e condomínio e sobreviver até isso passar. Eu ia voltar agora, planejei voltar agora em março, mas aí começou a ficar tudo pior e não me sinto à vontade de ir pra rua, até porque não tá valendo a pena. Você chega na rua, você não vende nada. A rua tá fraca, o local que eu posso trabalhar, que é o lugar que eu tenho autorização, é o lugar onde não tá passando ninguém, porque é aquele espaço onde tem muita empresa, as pessoas estão em casa de home office, então ninguém passa naquele espaço então eu ficar naquele espaço é só correr o risco de ficar doente, então eu não quis voltar, ainda estou resistindo a volta.

Ainda mais agora que fechou tudo que não tem volta, a gente não sabe quanto tempo vai ficar isso, se já tivesse vacina, se já tivesse me vacinando talvez ficasse 15 dias e começasse a voltar todo mundo, mas sem vacina a gente não sabe como vai ser daqui pra frente.

Laila: você chegou a ter covid-19?

Maria: não, eu não peguei não. Eu perdi gente da minha família. Eu perdi dois casais de tios, foram 4 pessoas, dois casais assim, marido e mulher. Muitos amigos, camelôs também. A gente só vai sentir muita falta mesmo quando a gente voltar, que a gente vai começar a procurar onde tá fulano, onde tá sicrano, e aí vai ver que fulano morreu, aí que a gente vai sentir, mas agora assim... agora você começa a perceber e ver que tá morrendo muita gente próximo, né. Morreu mil pessoas, agora morre 1.800, 2.000 pessoas, você começa a perceber que várias pessoas próximas a você, amigo do seu amigo, que você também conhece ou pessoas próximas mesmo tá morrendo, então tá bem complicado.

Laila: sim, tá bem difícil mesmo. Nesse período você falou também que tava nessa atuação com a cesta básica e tudo, você não chegou a voltar pro seu ponto, mas eu imagino que deve ter tido camelô que voltou pra rua, né, que não teve jeito. Você chegou a ter algum contato, como que foi essa relação com o poder público nesse momento? Eu conversei com o André mesmo e ele falou que foi em outubro que voltou, que foi o momento em que foi liberado pra voltar, você provavelmente não voltou porque tava na campanha também, mas e aí como que foi essa campanha com o poder público nesse período? Do que você acompanhou?

Maria: então, quando eles voltaram, eles pegaram o finalzinho do governo Crivella, que tinha aquela repressão, aquela bomba, o Eduardo Paes candidato e aí vem a eleição, o Eduardo Paes nos debates o tempo inteiro, tudo que ele falava, não os trabalhadores informais, os camelôs porque o Eduardo Paes quando ele entrou 2019 ele fez um choque de ordem na cidade, ele massacrôu nossa categoria. A gente fez muita passeata, muito ato em cima dele e ele ficou um pouco com medo, então ele fez um segundo turno, uma campanha falando dos camelôs. Aí ganhou a eleição, ele não fez um diálogo com a categoria. Até hoje não sentou pra conversar com a gente, mas também não teve muita repressão. Ele fez um choque de ordem pelas beiradas, ele não ataca todo mundo de uma vez, não faz no centro da cidade porque aqui tem uma resistência maior, mas o que ele faz, a primeira coisa, é mandar um projeto de lei pra câmara pra armar a guarda

municipal, então a gente pega uma campanha só, a gente encontra esse armamento, a gente tá fazendo uma campanha contra o armamento porque a gente sabe que o setor mais prejudicado com o armamento dos camelôs, com o pessoal em situação de rua, com os mais carentes que convivem a cidade, a gente faz essa campanha porque a gente acha e tem certeza que a guarda municipal não tem que ser armada. Arma não vai trazer solução pra nada.

[som de criança chorando. Cachorro latindo]

Maria: O que que foi? O que foi pequena? olha só Antônia, eu tô conversando com essa moça. Ela tem um bebê também.

[risos]

Laila: Oi Antônia, tudo bom? Antonia, né?

Maria: Viu? Ela tem um bebezinho também.

Laila: ele tá com o pai agora, os dois. Um tem 4 e o outro tem 1 e pouquinho, quase 2.

Maria: Antonia tem 4

Laila: ah, tem 4 também

Maria: é, uma fase difícil

Laila: é, várias contestações, né?

Maria: é, várias. Tem que tá preparado pra tudo.

Laila: e muitas perguntas também, né.

[Antonia sai]

Laila: eu vi um pouco disso do que você tava falando, dessa discussão que você tava falando da guarda municipal armada, né? Eu vi que é um debate bem forte que vocês estão tendo aí.

Maria: é, um debate forte que infelizmente a gente não consegue que os setores todos da sociedade venham fazer esse debate com a gente. As pessoas... é o que eu falo também. Vivem falando contra a fiscalização da policia militar e a gente vai deixar a guarda municipal ser militarizada na nossa cara, né, então a gente precisa fazer um debate muito forte. A gente vai pra rua, faz audiência pública, faz atos mesmo essa pandemia, a gente fez atos na rua, colagem

de cartaz pra contar do armamento da guarda, a gente faz nossa parte e a gente acha que esse projeto de lei é muito importante que ele não passe. A gente sabe que essa câmara de vereadores agora, a maioria dos vereadores eles não.

[vozes de criança]

Laila: agora foi o meu pequeno

Maria: a gente sabe que essa câmara agora é todo mundo ligado ao prefeito, mas a gente tá em discussão com os vereadores, que esse projeto não passe. Aqui no Rio a gente tem muito essa coisa da milícia, né, a gente sabe o que vai ser desses guardas municipais que já são envolvidos nessa área e depois armados, então vai ser bem difícil, mas a gente é resistência, né, resistência sempre.

Laila: você trabalha em qual segmento, Maria? Qual é a sua mercadoria?

Maria: eu vendo roupa feminina. Eu busco em São Paulo.

Laila: você vai buscar em São Paulo pra vender aí?

Maria: vou buscar em São Paulo.

Laila: você tentou alguma dessas alternativas de vender online ou não funcionou isso pra você?

Maria: olha, eu não consigo. Não sei mexer com isso. Isso pra mim é bem complicado, eu acho que é uma coisa que tá crescendo muito. A gente tem que apostar muito nela também, mas eu não sei mexer com isso e pra mim é muito difícil, aí você tem que ficar postando foto, sabe, eu não consigo. É uma coisa que pra mim não dá ainda não.

Laila: Você tem contato com seus clientes? Ou não tem mais? Era só na rua mesmo?

Maria: ah, eu tenho cliente de muito tempo, mas um ano sem ocupar a rua, eu não sei mais se eles são meus clientes. Não sei se ainda estão trabalhando, não sei como vai ser essa volta.

Laila: entendi. O que você gostaria que fosse feito com relação ao seu trabalho nesse momento?

Maria: olha, nesse momento, que a gente não pode ir pra rua, eu gostaria que o governo ajudasse as pessoas porque não tem de onde tirar comida, né, ajudar mesmo, pras pessoas

conseguirem pagar aluguel, comer e ficar dentro de casa se protegendo. Pós pandemia, eu gostaria muito que a gente fosse reconhecido como trabalhador, que a gente fosse reconhecido como trabalhador e respeitado como trabalhador.

[vozes de criança]

Laila: eu já tô caminhando pro final aqui. Você falou que fizeram mais algumas ações, além da distribuição de cestas básicas, não foi?

Maria: sim, o primeiro momento da pandemia, na primeira semana, a gente fez uma vaquinha virtual, que agora não tá funcionando muito mais, mas em uma semana a gente arrecadou R\$28mil pra distribuir pros trabalhadores e eu lembro que a gente conseguiu, foram R\$250 pra 100 pessoas que a gente depositou na conta e foram alguns depósitos de R\$100 porque a gente arrecadou R\$28.000, a vaquinha a gente paga uma porcentagem pro site, quando sacou a gente sacou R\$26.400, então a gente distribuiu esse dinheiro pros trabalhadores. E o Instituto Unibanco quando ele financia a gente com aquela grana que eu falei R\$450mil, ele faz em cima desse R\$28mil que a gente distribuiu. Por que eles perguntaram pra gente, quantas pessoas vocês tem cadastradas no movimento? 1.800. Eles fizeram a conta, 1.800 x R\$250 e deu esses R\$450mil. Aí foi em cima desses que eles fizeram a distribuição. Aí invés da gente fazer o depósito na conta das pessoas, a gente preferiu comprar cesta básica porque a gente conseguiu ao invés de ajudar 1.800 pessoas, teve no primeiro mês 6.500, no segundo mês 4.000 e no terceiro 4.000 pessoas, porque a gente comprou as cestas básicas num lugar onde a gente comprava em atacado. Mercadoria, comida mais barata. Se a gente desse R\$250 pro cara fazer um mercado ele não ia conseguir colocar nada na cesta.

Laila: uma boa alternativa mesmo. O MUCA tem 1.800 pessoas, é isso?

Maria: cadastrados sim, só que a gente não vive do cadastro, né. Tipo, fulano de tal foi preso, a gente vai ver quem era, vou lá resolver o problema dele. O movimento não tem uma arrecadação. Ah, vou pagar tantos por mês. Não existe. Todas as ações que a gente vai fazer a gente busca ajuda e os parceiros ajudam a gente.

Laila: entendi. As minhas ultimas perguntas eu acho que você já respondeu, mas vou só falar pra você porque se você quiser pode complementar alguma coisa ainda. Que era por que você continua fazendo esse trabalho, que você falou um pouco lá no inicio, e o que te motiva a

continuar nele. E qual o maior desafio nesse momento da pandemia, nesse contexto pra agora e pra passar por ele. Acho que foram coisas que você já falou, mas se você quiser comentar alguma coisa ainda sobre isso.

Maria: nossa, o maior desafio da pandemia é sair dela viva, né. E conseguir ajudar o maior número de pessoas. Eu tô aqui encucada que segunda feira já vai tudo fechar e a gente precisa fazer uma campanha de arrecadação de alimentos e como a gente começa isso. Pra mim é muito difícil porque como a gente não tem grana, todo mundo que faz as coisas pra gente, são pessoas que fazem tipo, vou ajudar, faz uma matéria de jornal, mas a gente não tem ninguém trabalhando pra gente, jornalista, não tem isso. As pessoas fazem no tempo deles. Tem uma campanha de arrecadação, precisa de ajuda pra isso e busco ver como que a gente faz. Como a gente consegue articular isso. Você falou mais alguma coisa que eu não lembro.

Laila: foi o maior desafio de trabalhar nesse contexto e por que você está fazendo esse trabalho e o que te motiva a continuar nele.

[Antonia fala algo que não dá pra ouvir]

Maria: isso tá no meu sangue. Acho que quando eu me libertei de tanta coisa, tive conhecimento de tanta coisa, tantos direitos, de trabalhar na rua, de morar, de sair de um relacionamento abusivo. Tanta coisa que eu tive, eu tenho muita vontade de passar isso pros outros. Então, eu acho que é minha obrigação, de passar isso pros outros, o que eu aprendi, de tá aqui defendendo os trabalhadores. Tá no meu sangue. Não me vejo fazendo outra coisa sem ser isso. Eu sempre coloquei na minha cabeça. Dia primeiro de janeiro, se eu tivesse ganhado a eleição eu ia pegar minha mercadoria colocar no carrinho e montar minha barraca pra depois fazer a discussão política lá, mas é isso. Tá no meu sangue e faz parte da minha vida também.

Laila: tá certo, Maria, muito obrigada por me ceder um pouquinho do seu tempo. A gente teve essa dificuldade com a internet, tanto minha quanto sua, né, mas a gente conseguiu se falar.

Maria: é ontem tudo caiu e eu só consegui voltar hoje e a gente não conseguiu se falar, mas faz parte da vida. A gente tem filho, tá em casa, faz parte

Laila: nesse momento a gente fica muito dependente da internet das redes... e a gente

tá em casa, mas como você falou no outro dia que a gente começou a conversar, a gente tá com a jornada triplicada de trabalho, com tudo junto.

Maria: quando isso passar queria fazer uma viagem e descansar de tanto ficar em casa.

Laila: eu espero poder te dar notícias em breve, te encaminhar o trabalho quando tiver finalizado. Espero que seja até o final desse ano, mas tá sendo bem difícil.

Maria: a gente vai se falando. Obrigada também. Bom final de semana.

APENDICE D

ENTREVISTA 3 – Pitty (Salvador)

Data: 10/03/2021 19h, via Zoom

Laila: Oi, Pitty, tudo bom?

Pitty: boa noite, minha querida. Desculpa aí mais uma vez, viu?

Laila: você tá me ouvindo?

Pitty: tô, tô te ouvindo. Desculpa aí mais uma vez.

Laila: não, imagina. O meu nome é Laila, eu já falei com você um pouco do meu trabalho, eu tô gravando, tá? Porque depois fica mais fácil pra eu poder transcrever e não perder nenhuma informação do que a gente conversar.

Pitty: tá, tudo bem.

Laila: é... eu queria antes de ir mesmo pras questões saber um pouco sobre como você está e um pouco sobre essa situação de hoje que você relatou pra mim no whatsapp.

Pitty: é o seguinte, tá todo mundo triste, a turma tá triste porque foi uma coisa que de fato mexe. Tá me ouvindo?

Laila: tô, tô te ouvindo

Pitty: e ele vinha passando por esses problemas todos desde o começo da pandemia. Hora trabalha, hora não se trabalha e as dívidas, né, foram se agravando, a situação dos ambulantes aqui pelo menos alguns não tem ajuda nenhuma, nem da prefeitura, nem do governo do Estado, principalmente do governo do Estado. A prefeitura de alguma forma ainda ajuda ou ali ou aqui, ainda contribui com alguma coisa, mas o governo do Estado nada e aí essa pandemia [áudio falha bastante] ele ficou sem trabalhar e não aguentou a pressão. Eu vou te mandar depois a carta que ele deixou pra mãe e vou te pedir que não publique porque a gente não tem autorização. Pode ser?

Laila: oi?

Pitty: [áudio com falhas] eu posso te mandar a carta que ele deixou por escrito, mas vou te pedir eu não publique porque a família dele não deu autorização pra que a gente divulgasse.

Laila: que não divulgasse o que? Que ele cometeu suicídio?

Pitty: é isso.

Laila: certo.

Pitty: você vai ler, mas pra você não, ou se você for usar, usar um outro nome, mas não o nome dele porque a gente não tem autorização da família.

Laila: inclusive, queria te perguntar isso também. Eu posso usar o seu nome quando tiver escrevendo ou você prefere não ser identificada, se eu uso outro nome pra me referir a você.

Pitty: não, não. Meu nome mesmo é Marli Almeida Neves e pode colocar todos me conhecem como Pitty.

[áudio falha]

Laila: melhorou agora. Tava travando um pouco

Pitty: meu aparelho não é muito bom não, tô precisando de outro.

[risos]

Pitty: agora não tá dando não, agora vamos esperar.

Laila: é, agora tá tudo difícil.

Pitty: você pode usar meu nome sem problema, agora depois eu quero ver isso aí, eu quero ler isso aí.

[risos]

Laila: claro! Ó, se você quiser eu posso mandar pra você a minha dissertação do mestrado. Eu não cheguei a lhe conhecer quando eu tava fazendo a pesquisa porque eu fiz um trabalho na Av Sete. Você trabalha lá nessa área?

Pitty: não. Eu trabalho lá na Mussurunga e sou responsável aqui pela área dos terminais de ônibus de Salvador.

Laila: entendi

Pitty: mas eu, pelo Sindicato, eu me movimento pela avenida Sete, ou melhor, em toda

Salvador. Mas minha área de atuação mesmo são os terminais.

Laila: Entendi. Qual é mesmo o sindicato?

Pitty: Sindibaq. Sindicato dos Ambulantes do Estado da Bahia. E agora tem a Abatis que é a associação que eu criei pra dar um suporte pra..

Laila: Abatis?

Pitty: Abatis. Associação Baiana dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mercado Informal.

Laila: Essa associação você fundou por agora foi?

Pitty: foi em outubro.

Laila: ah sim, outubro do ano passado.

Pitty: isso.

Laila: e o Sindbaq?

Pitty: o Sindibaq tem 4 anos.

Laila: certo, eu perguntei porque quando eu fiz a pesquisa do mestrado eu conversei com Cazusa e aí conversei com outros ambulantes também. Alemão também, mas mais com o pessoal da Av 7 que foi a área que eu trabalhei. Teve Valmir também, não sei se você conhece.

Pitty: Valmir é diretor do Sindibaq também.

Laila: também né, eu conversei com eles. Certo. Quantos anos você tem Marli?

Pitty: 49 anos.

Laila: desculpe perguntar

Pitty: não tenho esse problema comigo [risos]. Estou chegando aos 50 com muito orgulho. E 36 de ambulante.

Laila: 36 de ambulante. Você já passou por bastante coisa, né.

Pitty: [áudio inaudível 8:18] pessoal do rapa [risos]

Laila: pegou aí aquele período de Imbassahy que dizem que foi o mais difícil.

Pitty: olhe, eu ainda digo que Imbassahy não foi o mais difícil não. O mais difícil, na minha opinião, foi na época de Mario Kertz, que foi em 86, 88, que a gente brigou muito. Eu

era guria e já tinha que sair pra luta.

Laila: sim, imagino. Esse eu não ouvi falar muito não. Acho que um ambulante falou pra mim nas entrevistas. Quando eu fiz a pesquisa no mestrado eu não... primeiro eu não encontrei nenhum registro de quantos ambulantes tinham na Av 7. Fui algumas vezes na Semop, ninguém conseguia ter esse numero, os dados, e aí eu acabei resolvendo por conta de uma bolsa de pesquisa, com uma outra pesquisadora, a gente fez um levantamento na mão, a gente saiu contando na rua quantas pessoas tinham pra daí a gente definir quantas pessoas ia entrevistar e aí foram muitos questionários que eu apliquei lá. Conversei com bastante gente.

Pitty: vocês acharam quantos ambulantes na Av 7?

Laila: eu não lembro exatamente agora o total, Pitty, mas posso conferir depois pra te passar.

Pitty: porque nós temos, na Av Sete 2.700 e poucos ambulantes. Entre Av 7.

Laila: isso, por aí.

Pitty: cadastrado pela SEMOP são 23mil e porrada, quase 24 mil ambulantes.

Laila: É, na época que eu fui na SEMOP disseram que tavam fazendo uma transição de cadastro, Foi bem difícil assim, ficaram muito tempo dizendo que tava atualizando, que iam mandar, mas acabei não conseguindo essa informação da prefeitura. É bom saber que agora tem esse dado, porque eles me falaram na época que fizeram um levantamento através do cadastro que o ambulante faz pra ter a licença, ter a permissão, e que eles tavam tentando sistematizar essas informações, mas acabei não sabendo se isso foi pra frente porque é uma questão isso dessa dificuldade de ter acesso aos dados. Eu achava que era uma dificuldade aqui de Salvador até, mas aí agora que eu comecei a ver outros estados, e conversar com pessoas de outros estados, eu percebi que é um problema geral. Inclusive, não sei se você conhece o Centro Gaspar Garcia que é um centro lá de São Paulo e eles tavam fazendo alguns debates e numa das mesas que eles fizeram de discussão falava justamente sobre essa invisibilidade do ambulante, do camelô, dos trabalhadores de rua, quantos são, como que são as características do perfil dessas pessoas, enfim. Você tem algum ponto?

Pitty: dentro da Estação Mussurunga.

Laila: certo. Pra você Pitty, eu não sei nem se você chegou a responder o questionário, tem aqui algumas perguntas que ficaram um pouco parecidas com ele, mas aqui como a gente tá conversando, é uma oportunidade de ouvir um pouco mais você também.

Pitty: isso

Laila: Qual que é a importância do trabalho de rua, do camelô pra você? De maneira geral e qual que é a importância desse momento de pandemia? Como que você vê isso?

Pitty: o trabalho de rua se torna importante a partir do momento que muitas pessoas não tem condição de chegar a tempo de comprar alguma coisa, ou tá em cima da hora de comprar sair, ou tá chegando e encontra as lojas oficiais fechadas, e o ambulante tá ali pra suprir essa necessidade e ajudar porque acaba gerando renda e tudo que gera renda, gera emprego, sustentabilidade pras famílias, então o ambulante, no meu ponto de vista, teria que ser visto com mais respeito pelas autoridades e ser visto como cidadão sim, porque muitos estão ali, pagam seus DAMs e a gente só quer reconhecimento e respeito. O ambulante não quer mais do que isso, que o reconhecimento e o respeito pelas autoridades, pela sociedade, porque na maioria das vezes existe a discriminação. O ambulante é visto como marginal.

Laila: você fala isso com relação as autoridades? Ao poder público? Ou com relação a população em geral:

Pitty: ao poder público, uma parte da sociedade também nos vê de uma forma errada porque nos julga incapazes de gerarmos recursos e não podem esquecer de que a grande parcela dos impostos que são pagos aí são pagos por nós microempreendedores do mercado informal e isso gera tributos pra todo Estado, até pra todo país porque ambulante nós temos em todo país. Na sociedade em si, uma grande parcela da contribuição vem dos trabalhadores e trabalhadoras de rua.

Laila: sim. E nesse momento da pandemia como que você vê isso, essa importância?

Laila: travou.

Pitty: melhorou?

Laila: agora melhorou.

Pitty: a sociedade não nos vê como nós gostaríamos, mas na pandemia é importante

porque muitas empresas estão quebrando, estão fechando... são essas pessoas que estão ficando desempregadas, desassistidas pela sociedade, de maneira legal, que não estão gerando renda. É importante que se respeite e que se dê condições dignas. O ambulante ele quer ser reconhecido, quer ter o direito de pagar sua alimentação, pagar sua água, sua luz, muitos pagam aluguel e na pandemia a gente só queria isso, ter o direito de trabalhar. Ter o direito ao que nos é de direito. Nós só gostaríamos sim, de estarmos exercendo isso de uma maneira tranquila sem as punições que nós estamos sofrendo com esses lockdowns largos que estão tendo aí e estão prejudicando toda a sociedade e várias famílias que precisam disso. Na Estação Mussurunga, por exemplo, nós estamos trabalhando na cara de pau, na cara dura, tá? Correndo risco de sermos prejudicados lá na frente, mas é um meio de sustento que nós temos

Laila: prejudicados como você fala?

Pitty: a CCR que é quem administra os terminais, e junto ao governo do Estado nós estamos burlando um decreto, mas não é porque nós estamos querendo burlar um decreto. É porque não temos alternativa. O governo do Estado não deu assistência aos ambulantes, principalmente dos terminais porque a prefeitura de alguma forma ela fez a parte dela, com poucas cestas, com esse auxílio de R\$270, mas a prefeitura fez alguma coisa. O governo do Estado não fez nada pelos ambulantes.

Laila: entendi. A prefeitura distribuiu as cestas básicas, né?

Pitty: mas não pro pessoal dos terminais.

Laila: ah, não pros terminais.

Pitty: não. Nós temos hoje nos terminais 316 ambulantes entre terminal da Estação Mussurunga, Rodoviária e Estação Pirajá. Temos 316 ambulantes mais ou menos. E não fomos assistidos nem pelo governo do Estado, nem pela Prefeitura.

Laila: entendi. Complicado mesmo. Você escolheu trabalhar nesse terminal ou você foi sorteada pra ele? Como você chegou nele?

Pitty: na época eu prestava serviço para a prefeitura, aí a barraca que eu trabalhava era da minha sobrinha. E aí eu consegui com um amigo, que ela conseguiu esse ponto onde a gente trabalha hoje que é de onde a maioria da renda aqui de casa vem.

Laila: então você continua trabalhando mesmo com a pandemia?

Pitty: na cara de pau, mas tamo lá.

Laila: e no ano passado, você também trabalhando lá ou teve algum momento que você precisou sair.

Pitty: Ficou fechado 5 meses, aproximadamente 5 meses e quase 6 meses.

Laila: mas aí você não pôde ficar lá, né?

Pitty: não, mas aí a gente tinha o auxílio do governo federal que ajudou muito. A gente seguiu como pôde. De vez em quando eu ia lá na cara de pau, abria 2 ou 3 vezes na semana. Aí levava um mês sem poder ir, mas fizemos tudo que deu pra fazer?

Laila: e nesses momentos em que você abriu mesmo estando com tudo fechado, tinha movimento?

Pitty: sempre tem. Não é o esperado, mas sempre dá pra trazer alguma coisa pra casa.

Laila: é porque é perto de uma estação também, né? Então acaba sempre tendo movimento, né?

Pitty: é dentro de uma estação.

Laila: sim, é dentro da estação.

Pitty: é dentro do terminal.

Laila: você chegou a ter COVID?

Pitty: não. Graças a Deus não.

Laila: então como é que ficou, você já falou um pouco como ficaram seus rendimentos com a pandemia, você ficou só por conta do auxílio emergencial mesmo ou recebeu algum tipo de ajuda?

Pitty: a ajuda que eu recebi foi da UNICAB, União dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mercado Informal, a qual eu faço parte da diretoria executiva também pra você saber e foi quem nos doou algumas cestas básicas.

Laila: a Unicab é nacional, né? Que você falou

Pitty: isso, é nacional. Faço parte da diretoria dela.

Laila: e aí eles ajudaram...

Pitty: é, nos deram uma força e alguns amigos que a gente vai catando daqui um pouquinho dali e fomos dividindo aí com os amigos. A CUT me deu algumas cestas básicas, poucas, mas deu e eu fui dividindo com os amigos aí dentro daquilo que tava ao nosso alcance.

Laila: então você participou de alguma ação dessas de distribuição de cesta básica ou foi uma arrecadação assim mais informal, com as pessoas mais próximas?

Pitty: eu participei de algumas arrecadações. Inclusive, eu posso te mandar as fotos de eu distribuindo as cestas, eu tenho as fotos.

Laila: ah, massa. Pode mandar sim, te agradeço.

Pitty: inclusive agora no mês de fevereiro, durante o carnaval, por nós sabermos que não tínhamos como trabalhar, a prefeitura agiu e fez uma live e estamos aguardando para que a gente possa comprar algumas cestas básicas vindas de recursos doados por essa live.

Laila: ah, que bacana.

Pitty: pra Abatis

Laila: massa. É bem articulado então, né?

Pitty: a gente tenta, vai buscando um pouquinho aqui, um pouquinho ali... eu costumo dizer que se você me ligar e disser, Pitty, tenho uma cesta básica pra você ir buscar na China. Se eu não puder ir eu vou arrumar alguém que possa ir porque a gente sabe que tem alguém que vai precisar dessa cesta. E aí a gente vai buscando, um pouquinho de cada coisa com os amigos e com os parceiros. Agora eu tenho uma grande parceira que é a Unisol também.

Laila: Unisol?

Pitty: é a central de cooperativas da economia solidária.

Laila: ah sim!

Pitty: A Unisol tá aí com a gente nessa parceria.

Laila: bacana.

Pitty: tamo aí tentando buscar

Laila: falhou agora um pouquinho

Pitty: tamo aí tentando buscar recursos.

Laila: você disse que ficou uns seis meses fechada, tentando trabalhar de vez em quando, mas bastante afastada do trabalho. Quando você voltou a trabalhar foi em que mês, você se lembra?

Pitty: finalzinho de outubro.

Laila: final de outubro. E como que foi a reação das pessoas? Você percebeu alguma diferença com relação aos clientes, ao público em geral?

Pitty: ficaram felizes. Muita gente ficou feliz, “nossa, que bom que vocês voltaram”. A gente precisa de vocês aqui, dos ambulantes aqui”. Porque muita gente chega do trabalho e já sabe que quando chegar no bairro não vai ter como comprar nada, então ali você já leva um lanche, já leva alguma coisa pra passar a noite.

Laila: você trabalha com que mercadoria, Pitty?

Pitty: balas, chocolate, salgados em geral, produtos industrializados. Água, refrigerante, suco, aqueles salgadinhos da elma chips, aqueles produtos que a gente acha industrializados. Mas dentro da estação nós temos pelo menos 10 bancas que vendem lanche.

Laila: entendi, a sua também é de lanche. Você prepara alguma coisa ou é tudo industrializado mesmo?

Pitty: atualmente não tô trabalhando com preparos não. Atualmente é tudo industrializado. Agora tem a turma que prepara e tem aqueles que já pegam na mão de outra pessoa aonde vai gerando renda, gerando renda, gerando renda, um ajudando o outro.

Laila: sei. Eu morava no 2 de julho até o ano passado e eu via muito movimentação de pessoas que produziam, que faziam o lanche e saia o carrinho de manhã pra abastecer as barracas, né? Ali na Av Sete. Ali acontece mesmo isso, tem uma cadeia de produção. E com relação a prefeitura, Pitty, você falou que tem esses conflitos com o governo do estado porque estão atuando dentro das estações, né? Eu queria que você falasse um pouquinho de maneira geral como é esse processo de trabalhar dentro das estações de transporte, que é uma coisa que eu tenho curiosidade. Eu sei que com a implantação das estações de metrô e a concessão com a CCR algumas coisas mudaram um pouco. Eu tenho a sensação um pouco como moradora mesmo

da cidade que existiu um certo, uma certa tensão entre a CCR e os trabalhadores, não sei se é só uma impressão minha ou se realmente tem uma...

Pitty: no início teve. Se hoje nós estamos nos terminais foi por muita luta. Foi pra mostrarmos a CCR que quando eles assumiram os terminais nós já estávamos ali. Nós levamos quase 2 anos brigando pela permanência da turma nos terminais.

Laila: eu falo isso porque eu vi, já assisti apresentação de projetos, que não se falava do ambulante, do camelô, não se falava de ninguém trabalhando nas estações e como eu estudo isso sempre me parece uma coisa muito esquisita. Como que vai tirar as pessoas que trabalham nesses terminais assim tanto tempo, né. Sempre fiquei me perguntando como seria isso. Mas aí vocês precisaram fazer manifestação, algo do tipo?

Pitty: Várias, várias manifestações. Inclusive eu sou chamada de advogada do diabo porque eu brigo ferrenhamente pelos meus ambulantes.

Laila: vocês tem algum tipo de assistência?

Pitty: foi muita luta

Laila: vocês tem algum tipo de assistência jurídica?

Pitty: nenhuma. Eu tô terminando justamente de ajeitar a associação pra que a gente possa ter uma assistência jurídica aí.

Laila: É uma coisa importante, né? Me parece que o movimento lá em São Paulo e no Rio de Janeiro me parece que tem uma espécie de salto quando tem uma assistência jurídica, o poder mesmo de atuação das lideranças e das associações, de ter apoio da câmara de deputados, desses outros apoios políticos, me parece que avança um pouco também. Você acha que é por isso também?

Pitty: é por isso mesmo. É com certeza. Tanto é que hoje nós estamos aí registrando a Abatis, uma coisa mais séria pra que a gente possa sim ter assistência jurídica.

Laila: Eu já tô até extrapolando um pouco as perguntas que eu tinha pensado em fazer mais especificamente sobre a pandemia porque como você é uma pessoa que já tem uma atuação a frente das associações, de liderança, enfim, de conhecer aí eu fico matando minhas curiosidades também.

Pitty: pode ficar tranquila também.

Laila: certo. Eu fiquei um pouco com essa inquietação assim quando eu tava fazendo a outra pesquisa porque me parecia que boa parte das associações eram muito recentes e um pouco pulverizadas assim, pelo menos na Avenida Sete, boa parte das associações elas começaram a funcionar mesmo a partir de ACM Neto pra cá. Pelo menos as que eu conversei estavam ainda se formalizando e tal e aí eu ficava perguntando pras pessoas na rua se eles conheciam qual era a associação de que faziam parte, se conheciam alguma liderança, e boa parte falavam que desconheciam e eu ficava um pouco intrigada de como era isso, essa articulação de associação com os ambulantes.

Pitty: mas aí eu te explico, aí eu te explico. O que exatamente que acontece no centro da cidade? Guerra de poder. Tem Assidivan, tem uma outra que não me lembro agora e temos o Sindbaq... então todo mundo quer mandar na Av 7 pra na época de eleição ser favorecido, entendeu?

Laila: entendi.

Pitty: entendeu? A questão é essa. É quem pode mais.

[risos]

Pitty: partidos, briga política. A realidade é essa, é uma briga política.

Laila: Entendi. Você dentro das associações que você faz parte, vocês fazem reuniões, como é essa articulação de vocês com os associados? Até pras pessoas conhecerem...

Pitty: com o Sindibaq atualmente.... vamos por etapas, vamos pro Sindicato. O Sindibaq sempre que possível a gente se reúne e fala do cenário que estamos vivendo em Salvador independente de pandemia. Como que tá as licenças, qual o planejamento da prefeitura... quando é um planejamento do Estado a gente passa também. Aí fica nessa. As outras associações eu não sei como eles tem trabalhado, agora a minha Abatis, a gente tem tentado sim, reunir o maior numero de pessoas, quanto mais a gente pode, pra tá passando, de fato o que tá acontecendo e o que cada um de nós tá passando pra cada um deles. A gente faz as reuniões sempre que possível. Como agora não tem sido possível reunião presencial, a gente procura criar um grupo e vamos debatendo no grupo o que deve ser feito, como deve ser pensado, pra que a gente possa fazer

uma coisa que seja bom pra todo mundo.

Laila: entendi. Você sabe quantas pessoas fazem parte da Abatis?

Pitty: 417.

Laila: 417?

Pitty: 417. Em uma associação que nasceu ali em outubro, né?

Laila: uhum, sim. Recente e tem bastante gente, né? Ela é a maior que você faz parte?

Pitty: Não, a maior é o Sindibaq. São 5mil ambulantes. Eu também sou diretora executiva. Eu dou diretora executiva também do Sindibaq.

Laila: como é esse cadastro? O ambulante ele preenche uma ficha, fica um registro com vocês? Paga alguma coisa, contribui de alguma forma?

Pitty: não, a gente não tá pedindo contribuição nenhuma, mas a gente pretende no decorrer dos dias, conforme for essa pandemia e assim que passar pedirmos uma colaboração sim pra que a gente possa ter também meios de assistência pros próprios ambulantes lá no futuro. Nós da Abatis nós pensamos da seguinte forma, o ambulante hoje ele caiu doente ou tem algum membro da família que não tá em condição de estar trabalhando, a gente dá assistência e depois ele repor pra que a gente tenha meios de ajudar o próximo ambulante.

Laila: entendi.

Pitty: seria uma ajuda mínima só pra que a gente pudesse ter meios de no final de ano fazer uma cesta de natal, de ajudar de alguma forma os nossos associados. Esse é o intuito da Abatis. Pensamos também em tirar mulheres de uma situação de violência, gerando cursos e ensinando a se virar na vida porque muitas vivem aí numa situação de violência por não terem como se sustentar, por não terem um meio de sobreviver mesmo. Então esse é o intuito da Abatis e não é só da Abatis é de todo mundo que trabalhe de alguma forma no mercado informal seja ele MEI ou não, mas que produzam ou não e que tenham vontade de crescer junto com a associação.

Laila: entendi. Tem muito essa situação...

Pitty: é a valorização do ser humano, a valorização do ser humano, seja ele ambulante ou não. Se quiser se associar a gente tá aqui pra apoiar e acolhe-los.

Laila: entendi. Vocês tem conhecimento de que tem muitas mulheres no trabalho

informal, na associação de vocês, que está em situação de violência?

Pitty: muitas, muita gente. E muitas não tem coragem de declarar isso por medo da represália. A gente sabe, a gente acolhe da forma que pode.

Laila: uhum. Vocês realizaram alguma ação além da arrecadação e distribuição de cestas básicas nesse período da pandemia?

Pitty: teve a distribuição de algumas máscaras.

Laila: mas vocês chegaram a fazer alguma manifestação ou algo desse tipo?

Pitty: a Abatis não porque como te falei a Abatis nasceu agora, né, mas o Sindicato sim, cobrando apoio dos poderes públicos.

Laila: pra você qual que é o maior desafio de tá trabalhando, de ser trabalhadora de rua nesse contexto da pandemia?

Pitty: o maior desafio é termos o respeito das autoridades e porque a gente chega e aí eles brigam, eles tentam nos impedir e isso é um desafio pra gente. Ter de fato como trazer o sustento pra casa.

Laila: por que você começou a trabalhar como camelô? Porque você continua nesse trabalho, o que te motiva a continuar nele?

Pitty: eu aprendi com meu pai. Só de falar isso eu me emociono. Meu pai foi ambulante até a vida inteira e aí nós viemos de uma família grande, minha mãe adoeceu e tinha que se ter renda pra poder se sustentar. Hoje o SUS dá medicação e antes não tinha isso, tínhamos que nos virar. Toda medicação... família grande... eu fui trabalhar com o coroa e aí fui tomando gosto pela coisa, mas também já trabalhei muito de carteira assinada. Tenho 22 anos de carteira assinada. Hoje não trabalho mais carteira assinada, mas sempre que existe a possibilidade eu vou pra um trabalho formal e aí minha companheira fica tomando conta da barraca.

Laila: entendi. Você trabalhava com o que? Ou o que você trabalha quando você trabalha de carteira assinada? Qual sua outra profissão?

Pitty: eu trabalho como auxiliar de serviços gerais, eu trabalho como atendente de informações. Eu prestei serviço para a prefeitura só com informações sobre o sistema de transporte durante 12 anos e meio da minha vida. Eu prestei serviço à Transalvador.

Laila: sim.

Pitty: eu trabalho como ajudante de pedreiro, o que for, o importante pra mim é trazer o sustento pra família, de forma honesta.

Laila: sim. Como que é pra você, você sente alguma questão você como mulher ambulante? Alguma diferença? Como você se sente como uma mulher trabalhadora de rua?

Pitty: muitas pessoas nos valorizam. Agora eu além de mulher tem aquela coisa de ser lésbica e aí tem ainda alguma discriminação que a gente sofre, algum tipo de preconceito, mas isso aí eu tiro de letra porque é a minha vida e eu não vou mudar, não baixo minha cabeça por causa da minha orientação sexual, do meu desejo de ser feliz independentemente de ser hetero ou não. Existe sim o preconceito, muitas mulheres são tratadas de forma diferente mesmo quando estão trabalhando com ambulantes. A sociedade olha meio que assim... algumas são valorizadas por dizerem assim, pô, pelo menos não tá se prostituindo, não tá fazendo nada errado. Tá buscando o seu sustento de forma digna. Muitas vezes somos aplaudidas sim e valorizadas. Outras não, mas aí a gente tira de letra. A gente já acostumou com tudo isso.

Laila: é, eu to te fazendo essa pergunta porque entre as lideranças, pelo menos aqui de Salvador, acho que você é a primeira mulher com quem eu converso. Pelo menos das lideranças. Até agora todos com quem eu conversei eram homens.

Pitty: É porque aqui na Av 7 nós temos uma Edilásia, que é do nosso sindicato também. Eu acho que é a única outra mulher mesmo que tem aqui na diretoria dos Sindicatos. E a minha associação, a Abatis, são 7 diretores, 5 são mulheres.

Laila: sim

Pitty: só temos 2 homens. A maioria é mulher, justamente pra valorizar isso aí.

Laila: sim, importante mesmo. E uma outra referencia que eu tenho de liderança também, feminina, é Maria dos Camelôs. Acho que você conhece?

Pitty: Maria é minha amiga. Ela também é da Unicab.

Laila: Sim, eu tô pra conversa com ela também.

Pitty: Ela é diretora da Unicab também. Em São Paulo tem Valdina Silva. Se você quiser eu posso tentar falar com ela e pedir autorização pra passar o número dela pra você.

Laila: se você puder eu quero sim. Maria eu tentei falar com ela algumas vezes, mas ela tá um pouco ocupada. Ela tava em campanha e agora no início do ano ela tava resolvendo umas coisa também. Ela me indicou uma pessoa, eu ainda tô tentando ver se em algum momento consigo conversar com ela também.

Pitty: Na Paraíba tem a Marcia que também é diretora da Unicab. Eu posso pedir autorização delas aí. Em São Paulo, além de Valdina, eu posso ver também com a Meg que faz parte da diretoria também e aí a gente tenta articular aí. Eu posso passar o contato delas pra você.

Laila: massa! Te agradeço. Eu queria só te perguntar mais uma coisa, na verdade são duas, não sei se você chegou a falar, o que motiva você continuar trabalhando como ambulante, se é uma coisa assim que você tem como perspectiva mesmo pra sua vida, continuar realizando essa atividade e a outra coisa é sobre o lockdown, mas aí vou separar um pouco as coisas.

Pitty: com respeito ao que me motiva a continuar como ambulante. O lidar com o público. O tratar com o seu próximo, ver a felicidade a quem você tá servindo, a quem você tá oferecendo o seu produto. Fazer com que as pessoas se sintam agraciadas naquilo que estão escolhendo. O tratamento diferenciado que você dá a cada um e a cada uma que chega na sua banca. Isso me motiva. O orgulho de ver a felicidade nos olhos de quem compra qualquer produto.

Laila: isso com relação as outras pessoas, né?

Pitty: isso, a relação com as outras pessoas. Eu quero isso pra minha vida. Eu acho que eu vou viver politicamente isso aí porque me faz bem. É oxigênio pra mim. Isso pra mim é um oxigênio. É o amor por aquilo que eu faço.

Laila: e a outra coisa é com relação a questão do lockdown. Você comentou da dificuldade com esse momento e com o fechamento das coisas mesmo. A gente tá numa situação que a gente tá meio desgovernado, né, um governo que não tá buscando uma política pública de assistência pras pessoas conseguirem passar por esse momento. A gente tá agora com a votação pra um auxílio emergencial de R\$300 quando são duas pessoas na família, ou quando é mãe solo, R\$250 quando é um casal e R\$135 ou R\$170, algo assim, quando é uma pessoa sozinha.

Pitty: R\$150

Laila: e por outro lado a gente tem essa questão do lockdown que não é uma medida

única, não funciona sozinho se a gente fica em casa e não tiver vacina, não adianta, se não tiver uma forma da gente se proteger e se imunizar contra o vírus. Eu queria saber e entender um pouco como você tá pensando, se organizando porque a gente tem o governo do Estado implementando essas ações junto com a prefeitura, de fechamento, né e claro que a gente tem essa questão da sobrevivência das pessoas porque o desemprego tá aumentando muito. Tava vendo uma matéria hoje que Salvador, a Bahia, tá batendo, é, acho que a Bahia tem a maior taxa de desemprego do Brasil em 2020. Isso se reflete muito no trabalho informal, como você já falou. Queria saber o que você pensa sobre isso, o que você gostaria que fosse feito com essa questão, como que isso fosse tratado.

Pitty: o meu desejo é o mesmo desejo de todos que estão passando por isso, principalmente nós do mercado informal, que os governos nos chamassem, nos dessem assistência porque muita gente tá indo trabalhar porque justamente não tem como. Você fica em casa hoje e você come aquilo que você ganhou ontem e aí, amanhã você vai comer como se você não ganhou anda ontem? Seria uma assistência de fato, mas uma assistência que suprisse as necessidades porque ninguém tá indo pra rua trabalhar porque quer não. Estamos indo com medo, nos precavendo da melhor maneira possível, mas mesmo assim com medo. Sabemos que temos que respeitar os decretos. Os decretos devem ser cumpridos, mas ao mesmo tempo nós não temos condições de cumpri-los porque não temos a assistência devida. Como eu disse uns minutos atrás. A prefeitura de alguma forma faz a parte dela, mas o governo do Estado não tem dado assistência aos ambulantes, ao trabalho informal e isso dói porque a gente se sente rejeitado pela sociedade civil e justa como eles dizem, que seria a que realmente teria obrigação de nos amparar e nós nos sentimos um nada. Os governos não olham pra nós como seres humanos. Somos vistos como o que? marginais? A gente não tem direito a nada? Somos seres humanos e precisamos ser respeitados. Queremos direitos. Queremos condições dignas. O maluco do nosso presidente, que pra mim ele é maluco, enquanto teve essa assistência do auxílio nos valores de R\$600 e de R\$1000 e poucos que muita gente recebeu, teve muitos ambulantes de dentro da estação que conseguiram receber esse auxílio, que não tavam indo trabalhar porque sabiam que de alguma forma tinham como se manter.

Laila: sim.

Pitty: mas aí de repente tirou. A prefeitura não pensou no pessoal dos terminais. O governo do estado nem dos terminais, nem de nenhuma outra região. Como vendedores e trabalhadores não fomos vistos como respeito pelos governos e aí somos obrigados a descumprir um decreto arriscando nossas vidas e dos nossos familiares porque pode ser que eu pegue, não sinta nada, seja assintomática, mas transmita pra outras pessoas dentro da minha casa. Eu não tô colocando só a minha vida em risco, mas eu tô colocando a vida de muitas outras pessoas a partir do momento que eu sou obrigada a descumprir o decreto porque eu preciso me sustentar e manter minha família. Eu pago aluguel. Muitos de nós pagam aluguel.

Laila: sim

Pitty: isso doi.

Laila: sim. É difícil o que a gente tá vivendo, né, complicado.

Pitty: muito.

Laila: a gente vê em outros lugares do mundo uma série de políticas que foram implementadas, por exemplo, de congelamento do aluguel, de a pessoa não precisar pagar o aluguel que é super importante, né. Agora mesmo com tudo tão caro você ou paga o aluguel ou compra comida, né?

Pitty: eu tive que me mudar no ano passado, logo quando começou a pandemia, em finalzinho de maio do ano passado porque eu não tava tendo condição de pagar aluguel onde eu tava morando e o proprietário pediu pra eu desocupar o imóvel. Eu já tava devendo três meses de aluguel a ele. Eu super entendi a situação dele, mas fazer o que né. É difícil.

Laila: é mesmo. Mas enfim, vamos esperar que pelo menos no congresso a gente consiga ter o auxílio, esses dias está em votação, tomara que a gente consiga um auxílio digno pras pessoas, pra gente poder ter o mínimo.

Pitty: aqui em casa são três adultos e uma criança e só eu que tô mantendo a casa. Com essa dificuldade de emprego que tá aí...

Laila: com certeza. Poxa, ficou travado de novo. Travou.

Pitty: tá me ouvindo?

Laila: agora sim. Acho que continua na verdade. Travou mesmo. Poxa, caiu. Vou falar

no whatsapp pra gente finalizar.

APENDICE E

ENTREVISTA 4 – Valdina Silva (São Paulo)

Data: 26/03/2021 – 19h, via Zoom

Laila: oi, Valdina, boa tarde! Tudo bem?

Valdina: oi, Leila, tudo bem?

Laila: agora funcionou, né?

Valdina: é, agora funcionou. A gente tá aprendendo, Leila, a gente é militante, mas ainda tem muito o que aprender.

Laila: é, tem horas que é difícil, ne? Eu tinha uma conta, porque eu sou professora também, só que a faculdade mudou a plataforma e aí não tá funcionando mais pelo zoom, que eles desabilitaram, então tive que criar outra conta e fiquei me batendo um pouco aqui.

Valdina: mas conseguimos, né?

Laila: é, conseguimos

Valdina: você tá me ouvindo bem?

Laila: sim, tô te ouvindo bem.

Valdina: e você tá com a coisa mais linda aí do seu lado, em? que coisa linda é o animal, né?

Laila: sim, é o meu gatinho.

Valdina: é menina ou menino?

Laila: é menino.

Valdina: eles são protetores, né? Abaixo de Deus, né?

Laila: é, eles cuidam da gente com certeza.

[risos]

Laila: então Valdina, é um prazer falar com você.

Valdina: imagina, o prazer é todo meu. Deus não colocar nada errado na nossa vida.

Depois eu te explico porque, tá.

Laila: olha só

Valdina: nada amiga, nada nessa vida é por acaso.

Laila: sim... eu tô fazendo essa pesquisa já tem um tempo. Eu comecei a estudar a atividade dos camelôs no metrado, fiz um trabalho aqui em Salvador, não sei se você conhece aqui, se você já veio alguma vez.

Valdina: eu estive aí, eu tenho uma filha de criação que mora aí no Rio Vermelho. Professora de capoeira.

Laila: sei. Sei quem é ela?

Valdina: você sabe quem é?

Laila: não sei, mas de repente eu conheço.

Valdina: eu ia falar, é muita sorte minha porque eu tive aí em 1981. Depois eu perdi o telefone e a gente perdeu contato. Essa menina eu adotei ela com 11 anos de idade e fiquei com ela até os 20. Depois ela casou, foi embora pra Salvador. Eu tive aí em 1981 e nós perdemos contato.

Laila: poxa, que pena

Valdina: Hoje ela já deve tá com seus 40, 35/40 anos. Na época ela era mãe de 4 crianças, era professora de capoeira, e ela morava no Rio Vermelho.

Laila: eu tô morando no Rio Vermelho, mas mudei pra cá tem pouco tempo.

Valdina: você mora em Salvador?

Laila: isso, moro em Salvador no bairro do Rio Vermelho.

Valdina: ah, tá.

Laila: bairro do Rio Vermelho na cidade de Salvador.

Valdina: entendi, mas me conta então no que posso te ajudar.

Laila: tem algumas questões que eu queria conversar com você, mas queria saber se posso gravar porque depois fica mais fácil pra eu poder escrever e lembrar.

Valdina: pode sim, não há problema nenhum.

Laila: queria saber também se no trabalho quando estiver escrevendo, caso precise, se eu posso citar seu nome ou se você prefere que não identifique você.

Valdina: não, não tem problema nenhum. Se eles tiverem que me matar, eles vão me achar de qualquer jeito [risos] Por que eu tô te dizendo isso? Quando nós entramos na militância a gente já entra preparado que sabe que de uma hora pra outra a gente pode tombar. É complicado, mas é essa a real.

Laila: sim, entendo. Seu nome é Valdina Silva, né?

Valdina: Valdina Silva Andrade.

Laila: quantos anos você tem, Valdina?

Valdina: eu vou fazer 65 anos, dia 22/06/2021.

Laila: você é de São Paulo mesmo?

Valdina: não eu sou da nossa terrinha.

Laila: você é de Salvador?

Valdina: eu sou baiana. Nasci em Ilheus, nasci no bairro do Malhado em Ilheus.

Laila: e aí você foi morar em São Paulo depois?

Valdina: não, eu tenho uma história meio complicado. Eu sou da terceira geração indígena. Por isso que te disse que Deus não coloca nada no nosso caminhos e não for a hora certa. Minha mãe ela foi domesticada, ela é descendente indígena também e meu pai era filho de um fazendeiro. Eles tinham casa de farinha. Eram dois jovens e meu pai se apaixonou pela minha mãe, minha mãe pelo meu pai e eles lutaram por esse amor. Só que infelizmente quando eu tinha 2 anos de idade a parte do meu pai conseguiu separar nós e tanto que eu cresci sem saber quem era minha mãe. Eu pouco sei quem era minha mãe. A única coisa que eu sei da minha mãe é que o nome dela é Maria da Conceição e tinha apelido de José Adelina. Como hoje eu vou fazer 65 anos, ela tinha 14 anos e meio quando ela me teve e a minha busca eterna é essa, porque meu pai nunca revelou nada sobre minha mãe. Quando meu pai revelou a minha história eu já tava com 25 anos e nós tivemos uma briga muito feia porque ele disse que a minha mãe tinha morrido e a gente se separou e ficou 38 anos sem se ver. Quando eu voltei pra ter um dialogo pra perdoar ele porque eu já tinha compreendido, ele também já tinha ido. Eles até tentaram me achar, mas

a minha rebeldia ainda de pós adolescente, 22 anos, eu ainda não sabia compreender. Hoje eu compreendo que ele sofreu muito, apesar dele ter casado novamente. Ele teve mais 8 filhos com a mulher que foi uma rainha na minha vida, foi uma grande mulher na minha vida, mas eu queria saber quem era minha mãe. Quando eu tava preparada pra voltar e falar com ele eu não consegui mais porque ele já tinha ido. Eles me procuraram, foi em 2012. Não me localizaram que o endereço que eu tinha mudado e aí eu só fui descobrir quando eu tava olhando no site, que eu tinha esperança de encontrar minha mãe. Aí eu reencontrei todos os meus irmãos, mas aí ele já tinha falecido. Ele e minha mãezinha. Foi minha segunda mãe, que me criou e foi uma grande mulher na minha vida. Se hoje eu sou a mulher que eu sou eu devo muito a ela também e aí assim, eu vivo na eterna busca. Diz que que tenho 3 irmãos, mas irmãos por parte dela porque ela era uma menina. Eles tiraram eu dela eu tinha 2 anos de idade. Aí meu pai casou, foi pro Paraná. Lá ele criou a gente, mas eu sempre fui muito, eu não sei se eu sou muito ou se eu fui muito atirada, ou se eu era rebelde, com 14 anos e meio a história se repetiu e eu vim me embora pra São Paulo, mas não por causa de um casamento, mas sim porque eu queria me formar, eu queria estudar, mas quando eu cheguei aqui a história se tornou diferente. Era uma época muito difícil. Eu cheguei aqui 1972 e tinha que trabalhar. O único lugar que eu tinha pra trabalhar era casa de família. E casa de família naquela época não deixava você sair pra estudar. Aí eu fui lutando, lutando. Entrei na área de hotelaria, fui trabalhar na área de hotelaria. Consegui fazer o primário, consegui fazer o ensino médio e não consegui chegar à faculdade, mas ainda consegui alguma coisa, né. E essa foi minha revolta quando eu voltei pra casa. Por que eu tinha uma busca de encontrar minha mãe, de encontrar alguém e se na época ele tivesse me falado que ela não tinha morrido, mas que a família tinha separado ela de nós, aí seria diferente, né Leila.

Laila: sim, imagino. Deve ter sido muito difícil pra você. Complicado mesmo. Quando você chegou em São Paulo você trabalhou em casa de família, né?

Valdina: é. Eu acho que tive muita sorte. Acho que minha descendência, minha origem, eles me protegeram muito junto com Deus. Nunca passei fome, nunca morei na rua, nunca fui pro caminho errado. Tinha sempre alguma porta que alguém abria, que alguém me acolhia. Eu fui trabalhar na casa de uma família que era meia complicada. Não digo pra você que era ruim. Mas eram anos depois bateu na minha porta a mãe de um jornalista, eu fui ser babá dos filhos,

eu acho até que você já ouviu falar nele, já faz muitos anos, Marco Antonio Rocha, a família Rocha. Aí eu fui acolhida na casa deles pra trabalhar, eu cuidava dos filhos dele, ele era jornalista e economista e ele trabalhava na Tv Cultura nessa época e a mulher dele era professora. Passou alguns ano, eu fui levada pra mãe e do pai dele que eram idosos e precisava de alguém. Ele confiava em mim então ele disse, olha, eu vou mandar você porque eu confio em você pra cuidar dos nossos pais. E ali eu fiquei, ali eu consegui fazer o primário, comecei o ensino médio, tudo apoiado por esse casal de idosos.

Laila: aí você conseguiu estudar, né

Valdina: e depois dali que eu sai, eu comecei a caminhar pro caminho de empresa, né. Ele não queria que eu saísse de jeito nenhum, ela queria que eu fizesse uma faculdade, mas novamente como eu disse pra você, devido a minha inquietação, eles me apoiaram muito, aí eu sai de lá e fui trabalhar na Eletropaulo que na época era chamada Light, que era a empresa de energia daqui, hoje chama Eletropaulo, trabalhei em algumas casas de família. Trabalhei acho que uns 6 meses depois que eu sai da Eletropaulo eu fui trabalhar com uma moça também muito boa, aí depois eu fui trabalhar em firma. Aí eu entrei no ramo de hotelaria. Fiz alguns anos no ramo da hotelaria, mas na verdade era dois paralelo porque eu precisava pagar aluguel, precisava comer e o dinheiro da hotelaria também não dava, não era suficiente, aí eu vendia bolo e café pras minhas amigas, eu aluguei um quartinho... esse casal, esse do primeiro idoso, eles falaram se precisar você vem, mas eu achei que não que eu já tinha saído, eles já tinham me ajudado muito, aí eu aluguei um quartinho, a minha cama eram dois cobertor que eu tinha três, então era dois cobertor, um lençol e um travesseiro e era minha cama por alguns meses. Eu comprei uma sanduicheirinha elétrica e aí eu comia misto, meu jantar era aquilo até foi melhorando e eu fui conversando com as companheiras, muitas até faleceram e elas falavam, ai, vai vender alguma coisa pra você aumentar sua renda. E dali eu consegui alugar um quarto maior, consegui comprar um fogão, um botijão e comecei a fazer bolo, café, torta, suco, então de dia eu trabalhava no hotel e até 23h eu tava trabalhando na rua vendendo meu bolo e é assim até hoje. Eu graças a Deus tô aposentada, eu comecei a minha casa no governo do Lula, criei uma menina que hoje tem 33 anos. Perdi meu filho, ele estava com 6 meses de vida e depois de 2 anos eu adotei essa menina. Então hoje eu tenho, eu sou vó de duas meninas e um menino e minha filha que hoje

tem 33 anos. Eu me sinto realizada. Me aposentei com um salário mínimo, mas me aposentei.

Laila: você trabalhava de carteira assinada.

Valdina: trabalhava de carteira assinada, mas a economia informal sempre foi presente. Você percebe que tanto na casa de família como quando eu trabalhava de carteira registrada eu já era uma informal. Na época não tinha registro pra empregada doméstica.

Laila: sim, é uma coisa mais recente mesmo.

Valdina: Eu entrei nessa luta também você sabia?

Laila: não

Valdina: é, nessa época eu entrei no sindicato ali na Oscar Freire aqui em São Paulo e lá na Oscar Freire, ali na Bela Vista, eu não lembro o nome, é parecido com Oscar Freire, mas não é Oscar Freire. A Oscar Freire é ali embaixo. É aqui perto da rua Paim, essa rua, e eu participei de um grupo de empregadas domésticas e ali elas começaram a se desenvolver, a abrir o sindicato, ainda tavam estudando pra abrir o sindicato e aí depois nós fomos lá pra Pamplona e depois eu já me firmei mesmo na área de hotelaria e aí a gente perdeu um pouco de contato e hoje eu tenho aí as companheiras que conseguiram tocar o sindicato e tamo aí e elas entraram também e a gente tá aí participando de um grupo na época que foi lançado o sindicato delas.

Laila: entendi. Então você começou essa questão da vida política mesmo de entrar em organização do sindicato e tudo quando você ainda trabalhava como doméstica e com hotelaria, né?

Valdina: é. Eu acho que eu sou de uma família que os Andrade desde o início do século eles eram meio militante mesmo. A gente sabe que tem uma história deles. Eles participaram da guerra da Pérsia, uma coisa assim e eu sempre fui muito curiosa, eu sempre fui pra luta. Mesmo trabalhando em casa de família, mesmo sendo proibida, você vê que mesmo sendo proibida eu achei um jeito de pelo menos ter o meu primário, de fazer o ensino médio e o sindicato me fortaleceu. A hotelaria me fortaleceu. E aí eu também participei de movimento de moradia, consegui minha casa foi assim, através do movimento de moradia, até que chegou a hora que me empurraram né, disseram o teu lugar é na luta dos ambulantes, vai lá. Mas até hoje eu tenho os companheiros da moradia, somos parceiros, eu nasci dentro do movimento de moradia. O

movimento de ambulante eu sempre sou muito grata a tudo que as pessoas fazem pra mim na minha vida e eu agradeço muito eu nasci num movimento, como ambulante eu nasci num movimento do Gegê, um grande guerreiro, não sei se você já ouviu falar.

Laila: uhum

Valdina: O Gegê ele é um militante pertence a um grupo que eu também tô só que eu sou da municipal e ele é da nacional, chamado de movimento CMP (Central de Movimentos Populares), onde agrega todos os movimentos populares, de moradia, os ambulantes, de saúde, educação e eu nasci dentro do movimento do Gegê. Foi ele que como diz no popular me deu gás pra eu ir à luta. Tem também o Centro Gaspar Garcia que é o de direitos humanos que abrange todas as categorias... eu tô indo muito rápido, Leila?

Laila: não, tá tranquilo.

Valdina: eu tô atropelando muito?

Laila: não, tá tranquilo.

Valdina: então eu fui pro Gaspar Garcia. No Gaspar Garcia surgiu uma Ong chamada StreetNet que é uma Ong da África do Sul nacional e aí eles fizeram um projeto, nós começamos a fazer encontros estaduais. Nós conseguimos ir em 10 estados e quando chegou na StreetNet que nós tavamos formando a Unicab, houve a necessidade de criar uma municipal e aí você não tem ideia do friozinho que deu na minha barriga quando eu peguei o Estatuto na mão, da Jaciara. Que chama Jaciara a associação.

Laila: ah, sim! Eu pesquisei sobre a Jaciara.

Valdina: isso. A Jaciara é a associação das trabalhadoras e dos trabalhadores ambulantes e camelôs do Estado de São Paulo, que eu sou a presidente. Mas imagina você em plena Praça da República, meu contador chegou e me entregou o meu Estatuto. Leila, tinha umas muretinhas assim, eu sentei e olhei pro estatuto, olhei pra ele e falei: “e aí Valdina, que que tu vai fazer agora?” Mas foi muito bom porque daí eu fui encontrando grandes amigos e foram me amparando na militância e aí a gente tinha uma diretoria formada e as meninas foram muito polivalente e corajosa e ali a gente foi se abraçando e fomos se juntado e fomos pra luta.

Laila: que bacana essa historia que você falou pra mim porque eu tô com essa dificuldade de viajar, conhecer e conversar com as pessoas mais próximo por conta da pandemia. Eu comecei o doutorado faz 4 anos, tô no final, e minha previsão era ter feito essa parte mais pro finalzinho mesmo também porque eu tive um filho no início do curso.

Valdina: graças a Deus

Laila: é, eu tive dois, um no inicio e outro no meio do doutorado. Um tá com 4 anos e o outro tá com quase 2 e é isso demorou um pouco mais, a gente com criança faz as coisas em outro ritmo e o ano que eu tinha deixado pra fazer essa parte da pesquisa foi o último ano, o ano passado, que foi justamente o período em que começou a pandemia. Então pra acessar essas informações, pra conversar com as pessoas é muito difícil conseguir os contatos e aí eu achei importante também inserindo essa questão que a gente tá vivendo da pandemia porque a gente tem a necessidade de estar nesse lugar, de estar na rua pra categoria dos camelôs e uma ausência de condições para estar nele, principalmente da forma como as coisas estão sendo conduzidas no nosso país que tá muito complicado e aí eu queria que você me falasse um pouco como tem sido essa experiencia nesse momento. Qual que é a importância pra você do trabalho de rua e nesse contexto da pandemia como que isso tá sendo.

Valdina: você não quer fazer uns tópicos de pergunta?

Laila: sim, eu tenho. Eu to seguindo ele.

Valdina: pronto que aí eu vou respondendo né, como você disse que vai gravar e aí eu já queria de antemão deixar pra você que eu tenho uma grande companheira que tem muita experiencia com o artesanato, se você quiser eu passo seu contato pra ela que é a minha tesoureira, tá?

Laila: sim, tá bom.

Valdina: que aí acho que também pode te ajudar.

Laila: pronto, pode ser sim. Quero sim.

Valdina: ela é uma pessoa maravilhosa e ela vai te passar muita coisa que ela é artesã. Ela é nossa tesoureira, mas ela é uma mulher garrida e ela vai te passar essa experiencia também dos artesãos.

Laila: pronto, tá bom sim.

Valdina: como que você quer que eu comece? Com isso que você perguntou? Como que eu to vendo essa situação agora? É isso?

Laila: sim, isso.

Valdina: bom, Leila, como trabalhadora ambulante, como mulher, a nossa situação com o covid-19, ela complicou muito mais do que antes porque nós as trabalhadoras ambulantes nós já sofremos uma discriminação muito grande que chama-se uma violência tanto moral, como física, como psicológica e nós sofremos uma violência policial que é pior que a violência física porque nós não temos uma legislação que nos ampara então nós não tivemos, o poder público não criou uma legislação inclusive participativa de geração de emprego e renda, então pra nós é muito mais complicado hoje porque nós não temos o capital de giro, nós não temos onde deixar nossas crianças pra ir buscar a nossa sustentação, então pra nós se tornou ainda mais difícil esse momento. A segunda situação pra nós, as mulheres, que seria essa questão da violência policial, porque além da gente ter que ir pra rua buscar um sustento e uma vida digna pra nossa família, nós não encontramos nem um apoio público. Pelo contrário, nós encontramos trabalhadores batendo em trabalhadores e não temos um recurso suficiente para que a gente não precise ir pra rua. Eu chego a dizer pra umas amigas, ou nós vamos pra rua ou nós morremos de covid ou então nós morremos de desnutrição porque não temos da onde tirar. Então tem sido muito difícil. Aí veio o auxílio emergencial, mas nem todas as companheiras conseguiram esse auxílio porque a maioria, nós somos vulneráveis, a maioria não tem recurso, equipamento, internet, não tem wi-fi em casa. Internet que eu falo não tem equipamento celular. Então sofreram a fraude com os documentos... documentos foram fraudados em não conseguiram se inscrever e foram muito, mais muito difícil mesmo e nós como associação Jaciara, nós no início lá que começou em março em 2020, nós juntamos. Nós estamos em 9 mulheres na diretoria, nós fizemos uma reunião e nós juntamos e perguntamos uma pra outra, o que nós vamos fazer agora? Porque nós temos as companheiras que vão ficar numa situação bastante precária além do que já são, então o que nós vamos fazer agora? Como eu lhe disse agora o nome da Teresa, ela é uma pequenininha, mas é uma pequenininha polivalente. Ela levantou pra mim e falou, olha, o que que a gente sempre fez, gente? A gente não sempre não fomos garridas, nós sempre não fomos a luta? Vamo pra luta.

Aí eu disse, mas como Tereza? E ela disse, como nós sempre fomos. Vamos conversar, vamos pedir as pessoas pra nos ajudar. Nós tínhamos três cestas, nós começamos, hoje nós conseguimos atender 250 famílias com as cestas dos parceiros, dos amigos e a gente pedindo. Uma dava roupa, outra dava fralda... na semana passada eu recebi, vou te mostrar. Oh, saiu (some vídeo).

Laila: não tem problema

Valdina: pera que...

Laila: voltou

Valdina: eu não sei se você consegue ver. Se não conseguir eu te mando depois. A gente conseguiu 340 fraldas pra atender às famílias que... tá dando pra você ver certinho?

Laila: tá dando sim

Valdina: a gente conseguiu 340 fraldas. Atendemos pessoas idosas, crianças e nós vemos desde o início do covid-19, nós temos sido muito abençoado por Deus e os amigos tem ajudado muito, nós distribuimos 10mil mascaras, também tem recebido de doação e o que tem nos mantido depois que já era quase o fim do ano passado, a prefeitura já nos mandou quase 400 cestas, mas a verdade quem nos apoiou mesmo foi o pessoal da moradia e os parceiros que nos apoiaram pra atender 250 famílias. Isso naquele período de 2020. Hoje eu acredito que a gente já passa desses 250 porque toda hora bate alguém na nossa porta e tá muito difícil porque os parceiros, não só os que ajudavam nós como os outros também começaram a encontrar alguma dificuldade, começaram a se fechar, mas assim mesmo nós recebemos ainda ajuda de alguns parceiros e aí nós estamos repassando pra essas famílias.

Laila: certo. Não sei se você está trabalhando ainda, imagino que com as restrições de circulação na rua, talvez você não tenha podido trabalhar?

Valdina: assim, eu tenho uma cafeteria ambulante que eu abri com um decreto do prefeito aqui, foi uma luta nossa aqui também, o chamado Tô Legal. Até quase assim outubro eu ainda trabalhei, mas de outubro pra cá eu não estou trabalhando porque eu sou da área de risco. Eu tenho assim, eu fiquei 35 anos trabalhando a noite, pegando muita friagem, eu peguei um pneumonia crônica, então ela vai embora, mas quando muda qualquer tempo ou mesmo no verão, qualquer coisa a mais, tipo tomar muito gelado, ela retorna, então por isso eu parei em

outubro e eu to esperando o covid parar. Como eu me aposentei, que eu consegui me aposentar, então não é aquele salário, mas a gente vai tentando se equilibrar.

Laila: então seus rendimentos tiveram esse impacto, né

Valdina: e eu tive covid também, ta?

Laila: hum, eu ia te perguntar isso.

Valdina: eu tive covid, mas é como eu falei pra você, Deus é muito bom. Foi suave. Eu fiquei 22 dias em repouso, mas não precisei entubar. Eu fiquei em casa mesmo.

Laila: certo. E aí como seu negócio ficou fechado você ficou sem conseguir trabalhar, mas aí a aposentadoria deu pra segurar um pouco, né?

Valdina: é, minha salvação foi que como eu sai da área da hotelaria e eu vim pro comercio informal direto, eu abri o microempreendedor quando ele foi lançado, então foi isso que me deu a garantia pra eu me aposentar.

Laila: entendi. Você tentou trabalhar em casa de alguma forma nesse período? Você falou que faz alimentos, né? Você tentou fazer delivery alguma coisa assim?

Valdina: sim, assim, quando os amigos pedem, porque a gente tem um circulo de amigos, né. Quando os amigos pedem, aí a gente faz bolo ,faz torta, aí quando eles pedem, mas eu não vou mentir pra você assim que eu trabalho assim tipo, duas vezes por semana, três vezes por semana porque quando eles me ligam e falam ó você me faz uma torta, me faz um bolo de aniversário, aí eu faço, mas não assim que eu criei um delivery pra vender não, entendeu?

Laila: você tem relação com seus clientes? Você falou que tinha um equipamento itinerante, você não tem um ponto fixo, né?

Valdina: então, eu tenho um amigo que ele tem um sindicato de deficiente fisico, eu tenho uma companheira que é da direção dos deficientes e tenho amigos que são deficientes que não ambulante e que não estão trabalhando.

Laila: como que ficou a relação com o poder público? Imagino que você que é uma liderança, você deve ter acompanhado um pouco como foi o fechamento da rua... como que ficou essa situação?

Valdina: em 2019 nós fizemos uma audiência, tivemos com o ministério público, com

a defensoria pública e nós assinamos um termo de compromisso que eles tavam querendo votar, isso em 2020. Agora nós não conseguimos nada ainda, nós estamos com uma audiência pública marcada agora pro dia 08/04 pra também estarmos conversando sobre... o que nós tavamos querendo naquela época? Naquela época nós estávamos pedindo pra voltar a trabalhar, agora nós estamos pedindo auxilio, vacina, cesta básica, que já que não é uma coisa como daquela época. Não tinha uma, como que posso te dizer, não tinha uma extensão tão grande como tá hoje. Pra gente saber a gravidade como tá hoje, você precisa ir numa UBS ou em qualquer posto ou pronto socorro pra você vê como que tá a realidade. Semana passada eu não tava me sentindo bem, como eu sou muito rápida com essas coisas, eu fui num posto perto da minha casa. Na hora que meu medico tava atendendo um paciente que tava na lista de espera faleceu. Ele teve que deixar de me atender pra ir atender, mas não teve jeito, ele acabou falecendo. Os hospitais estão realmente cheios, não é conversa, as enfermarias estão todas cheias e tá faltando muito equipamento e muito insumo pros profissionais da saúde. Então hoje a gente quer isolamento sim, mas nós queremos isolamento com assistência do município, do estado e do governo federal porque esse auxilio de R\$250 não dá nem pra um pai de família comprar uma cesta básica porque está muito caro a alimentação e o municipal nós pagamos o imposto até mesmo o que não tem licença paga impostos, então nós juntamos aí um grupo, Unicab, Fronteiras. A Unicab quando eu digo, nós estamos em 8 estados. A Maria inclusive é uma dos membros da Unicab e nós fomos juntando o Fórum dos Ambulantes do Garpar Garcia, a Fronteira e a Unicab e conseguimos marcar uma audiência, que era pra ter sido ontem, mas foi transferida devido a algumas agendas, foi transferido pro dia 8, da qual a gente tá pedindo vacina já, auxilio emergencial digno, né, porque não adianta dar um auxilio emergencial que não corresponde e a cesta. O auxilio municipal ele veio pra complementar o auxilio federal, mas é R\$100, não paga um botijão de gás porque já é R\$115 o botijão de gás. Ele dá R\$100 como é que o cara vai conseguir comprar? O arroz, a R\$30. O feijão a R\$7. Um litro de óleo R\$7. Um kg de açúcar quase R\$4. Quer dizer, numa cesta básica.

Laila: isso, tá tudo muito caro.

Valdina: carne nem pensar, porque tá de R\$35, R\$40 e também entra a questão que eles cortaram aqui em São Paulo o passe do idoso de 60 anos. Só pode pegar com 65. Quer dizer,

se um idoso precisar ir num medico ele não tem nem condição de ir porque ele ganha 1 salário mínimo que é o LOA. Então ele paga aluguel porque não é todo mundo que tem casa própria. Pra pagar aluguel, pra pagar transporte, pra comer, R\$1.100 ele tá tão vulnerável quanto nós que não temos nada.

Laila: sim. Eu ia te perguntar justamente isso. O que você gostaria que fosse feito, enquanto liderança, com relação ao seu trabalho nesse momento e eu acho que você já antecipou e já falou bem sobre isso. Seria essa questão do auxilio.

Valdina: sim

Laila: de dar uma condição da pessoa sobreviver

Valdina: sim, o auxilio, a vacina e retornar a gratuidade dos trabalhadores porque o idoso. Porque na verdade Laila, o que a gente gostaria também é que o governo pra aqueles que pagam aluguel, o poder público dar bolsa aluguel como aqui em São Paulo tem a bolsa aluguel, pra esses trabalhadores ambulantes que aliás não são só os trabalhadores ambulantes. Eu tive uma live essa semana com uma companheira dos que fabricam em casa e é justamente isso que a gente tava discutindo. Nós não podemos falar que é só o trabalhador ambulante. Que eles dêem uma assistência pra economia informal porque dentro da economia informal nós temos a pessoa que fabrica em casa, nós temos a faxineira, nós temos o pedreiro, nós temos o entregador. Todos os companheiros são da economia informal e a prefeitura se conseguisse aprovar, que criasse uma bolsa aluguel pra ele, uma cesta básica mesmo com esse auxilio de R\$100 já ajudaria. E que a conta de agua e de luz não fosse cortada se o cara conseguisse voltar a trabalhar. Pelo menos nesse período. Que depois fizesse um acordo, que tivesse um acordo tanto com a empresa de energia quanto com o aluguel se não conseguisse uma bolsa aluguel, mas a gente preferia uma bolsa aluguel. O cara que mora na casa térrea que tem água, que a casa seria negociada porque a empresa não vai ficar sem receber. Mas que nesse momento de pandemia que tá tão grave que se fizesse essa parceria pra auxiliar os trabalhadores.

Laila: é, complicado porque a gente tá dependendo de decisões de cada estado, né.

Valdina: Laila, desculpe, passou um avião aqui agora e eu não te ouvi.

Laila: eu falei que a gente tá dependendo de decisões de cada estado, de cada prefeito

de cada governo e a gente não tá tendo essa orientação coordenada, federal. Em alguns países o governo deu auxílio, impediu que as pessoas por exemplo, fossem despejadas e suspendeu pagamento de aluguel, deu auxílio pras pessoas. Outras medidas que conseguiram deixar as pessoas em casa, que é uma coisa que nesse momento com a pandemia desenfreada tem sido muito recomendado e seria importante pra poder controlar o contágio, mas aí a gente fica dependendo de decisões pontuais. Aqui o governador colocou a cota social d conta de luz. Quem tem a conta, não lembro exatamente até qual valor, mas fica isento de pagamento. Já é alguma coisa.

Valdina: sim, já ajuda.

Laila: mas é muito complicado. A gente vai pra luta como dá, né.

Valdina: sem duvida, a gente não chega a lugar nenhum. Se não lutar tá morto.

Laila: Você me falou que faz parte de algumas associações. A Unicab, Fronteiras, o Fórum Ambulante...

Valdina: a Unicab eu sou uma dirigente do estado. Eu sou dirigente aqui de São Paulo. A UNICAB e o Fórum dos Ambulantes e a Fronteira eles agora estão juntos. Nós estamos fazendo um trabalho juntos. Eu também pertenço ao sindicato que está em andamento, que é o Sindicato dos ambulantes. Eu sou da coordenação dos ambulantes.

Laila: é nacional esse sindicato?

Valdina: Sintapem. Depois eu olho direitinho e mando pra você que eu não gravo muito o nome.

Laila: e o Jaciara também, né?

Valdina: A Jaciara é a associação que eu sou presidente.

Laila: você sabe quantas pessoas fazem parte da Jaciara?

Valdina: Da Jaciara hoje nós temos 250. A maioria mulher, 80% mulher.

Laila: Certo. Eu tava até comentando com a Maria e eu conversei com a Pitty aqui de Salvador, não sei se você conhece.

Valdina: é, minha grande parceira. Meu grande irmão, porque você sabe que ela é da LGBT, né? Eu chamo ela de meu irmão.

Laila: é, eu tava conversando com elas

Valdina: Maria é minha grande parceira também.

Laila: tava conversando com elas e tava falando porque quando eu fiz o trabalho no mestrado eu fui aqui nas ruas do centro e tava muito pulverizadas as associações daqui e todos foram homens e eu tava comentando com elas que agora todas as lideranças com quem eu tô conversando são mulheres e é interessante ver um pouco essa atuação e o olhar de vocês sobre o trabalho que é diferente também, é uma perspectiva diferente. Você falou, por exemplo, da situação de violência que acontece na rua, a violência policial, de gênero.

Valdina: ah, Leila e tem outra coisa, nós não temos banheiro público. Tem uma falta de banheiro público. É uma briga que a gente tem, não tem banheiro público e não é só pros ambulantes. Não tem pra população também.

Laila: essa questão dos banheiros eu acho que é em todas as cidades tem essa situação. Você já falou um pouco das ações que você participou durante a pandemia. Teve alguma outra ação além dessa de distribuição de cestas que você falou?

Valdina: a gente faz uma atuação psicológica. A gente deixa a disposição, conversa com as famílias, com as mulheres. A gente vai em busca de apoio jurídico, as vezes atrás de médico porque nesse período as mulheres tem sofrido a violência doméstica, então nós vamos ali sempre apoiando, ouvindo, a gente procura ligar, perguntar como está. Antes de eu entrar aqui com você, por exemplo, tinha uma companheira que é da Jaciara e a filha se jogou, a filha desesperada na época que começou o Covid, ela já é uma dependente química, ela se jogou do nono andar e ela tá em recuperação no hospital e eu tenho acompanhado ela todo dia, ligo pra ela, pergunto como ela tá, como tá a filha, dando encorajamento pra ela, pra que ela não se sinta sozinha. Teve uma companheira que sofreu a filha de 14 anos, o cara com quem ela vivia, ela achou que era um paraíso e depois ela descobriu que a filha tava sendo assediada. Aí a gente dá conselho, vai atrás de advogado, é enfim, aquele trabalho que a gente precisa fazer de mulher pra mulher, vamos dizer. Você se lembra desse programa? Da Marília Pera, de mulher pra mulher. A gente vai em busca de roupa, calçado, fralda.

Laila: então tem também esse trabalho de apoio também, né?

Valdina: a gente tem um projeto que chama-se “mulheres ambulantes de mão dada no empreendedorismo”. E aí a nossa intenção é conseguir uma concessão, que já tava difícil

agora com o Covid mais ainda, que é conseguir a concessão de um espaço pra gente montar uma cozinha industrial pra gente fazer uma reciclagem de frutas, de alimentos, de legumes, pra que gente possa servir pra essas companheiras e também criar uma padaria solidária. Criar uma geração de renda, de emprego e renda. Nosso sonho é que papai do céu nos escute e que alguém abra nossa porta pra nós termos uma concessão de uma casa porque somos vulneráveis. Não temos condição de pagar aluguel. A associação ela é montada na minha própria casa e ela também não é tão grande. Pra gente evitar de pagar aluguel e aí agora estamos atrás de projeto pra gente conseguir um projeto de dar curso de formação pras meninas de internet, de comunicação mesmo. A gente fez em 2016 junto com a parceria do Sindicato dos Bancários que eles são muito nossos parceiros, foram eles que seguraram na nossa mão quando a gente começou. Você sabe que o sindicato dos bancários tem no Brasil inteiro, então os companheiros aqui de São Paulo, através do companheiro Mercurino, foi através dele também que a gente conseguiu entrar com o Sindicato da CUT que ele hoje é o vice presidente e tem dado muito apoio assim em termos moral e de orientação, foi quem nos ajudou na fase do covid 19, de cesta, então são parceiros que estão juntos com a gente, então ele, o Gegê que deu apoio pra gente, de curso de formação pras lideranças. A CMP que é um movimento que agrega os movimentos sociais também. Então você me pergunta, Valdina, como que você participa de todos esses movimentos? Pra fazer conhecimento.

Laila: sim, mas é isso mesmo

Valdina: pra fortalecer.

Laila: uhum, com certeza. O que é pra você Valdina, a importância do trabalho de rua, do trabalho do ambulante, do camelô?

Valdina: Olha, é um trabalho como outro qualquer. É um trabalho com muita dignidade. É um trabalho que os trabalhadores como eu te disse anteriormente, o poder público não criou uma política inclusive e participativa de uma geração de emprego e renda. Há muitos anos não faz isso e aí os trabalhadores... o trabalhador ambulante hoje já foi um trabalhador de carteira assinada como eu. Certo? Então ele é muito importante sim pra economia porque nós já fizemos uma pesquisa e ele contribui com 50% do desenvolvimento ou local ou do país. É muito importante porque o trabalhador ambulante você sabe que tem várias áreas. Agora no Covid19

mesmo, quem mais vendeu, quem mais foi pra rua atender a população foram os vendedores de máscara, né, ou o pessoal que vende comida que muitas vezes a pessoa não tem em casa como fazer ele vai e paga 12 real e garante, ou 10 real e garante a janta dele. É muito importante, só que o poder público ainda não enxergou isso e nós sustentamos muitas famílias de empresários porque os trabalhadores ambulantes eles é, trabalham, não são reconhecidos. Pelo contrário, são até muitas vezes criticados pelos empresários, mas mal sabe os empresários que todo dia esses trabalhadores gera emprego e renda pra mais de 10 pessoas. Se você for colocar aí uma empresa que vende cerveja, que é o caso da Ambev, pra quantos empregados o trabalhador ambulante gera? Pro cara que faz a latinha, pro cara que pega a mão de obra pro cara que vai fazer a latinha, então se você vai contando, a transportadora, o fabricante, o insumo, então se você for contar no final, passa de 10 pessoas que ele tá gerando emprego e contribuindo sem receber nenhuma ajuda e ainda pagando impostos.

Laila: e o que te motiva a seguir nessa atividade? A trabalhar com isso?

Valdina: é lembrar que eu tive muitas oportunidades nessa vida. Tô viva, meus companheiros precisam de mim e eu fui muito abençoada. Com 65 anos ainda estou aqui, tenho uma casa pra morar. Tenho uma aposentadoria, apesar de ter vindo com muita luta, então quando eu vejo um irmão sofrendo a perseguição, a injustiça, eu luto pra que ele tenha o direito dele garantido, pra garantir o direito dele ao trabalho, o direito à vida decente e que ele possa levar pra família dele porque eu tive uma porta aberta pela mão de Deus, então eu não passei fome como eu te disse, não morei na rua, tive uma história meia triste, mas eu não passei por nada disso, o que me leva a isso é lutar pelo direito dos meus companheiros até o meu último dia de vida.

Laila: sim... pra gente fechar, queria te perguntar também qual que é o maior desafio pra você e pros companheiros camelôs nesse momento da pandemia? Qual que tem sido o maior desafio?

Valdina: é não poder trabalhar. É não poder trabalhar e não ter nem uma existência. É olhar pra nossa família e ver que ela depende de nós e que a gente está com as mãos amarradas porque se nós formos pra rua, nós vamos sofrer toda violência policial e também podemos perder a vida e contaminar e não ter com o que ser socorrido na saúde. Não tem hospital, não tem saúde, então pra nós o maior desafio é não ter assistência pública, do poder pública e não ter

a vacina porque se a gente tivesse sido vacinado, a gente não teria esse tanto medo porque já tava imunizado. E por não ter também o apoio do poder público. Porque 250 ou 100 real não é o suficiente. Então entraria isso. É uma tristeza muito grande como militante, como eu já vi um pai ajoelhar nos meus pés e pedir por misericórdia pelo menos 1kg de arroz e de feijão porque naquele dia ele não tinha nada pra dar pros filhos. Isso me fortalece. Cada dia que eu acordo, eu digo, coragem. Vamo embora.

Laila: complicado mesmo

[risos de criança]

Valdina: deixa eu te perguntar Laila, eu fiz duas lives. Você gostaria de ver, que eu te mandasse os vídeos pra você vê se dá pra aproveitar?

Laila: sim, pode me mandar por favor.

Valdina: tá. Porque as vezes a gente vai falando.... eu vou falando, vou falando e não sei se é suficiente pra você.

Laila: é, eu to nessa fase de escrita, fiz essas entrevistas com você e mais algumas pessoas e acho que já tenho um bom material, mas se precisar eu posso te procurar de novo?

Valdina: sim, qualquer coisa pode me chamar, Laila. Se tiver alguma duvida pode me chamar que eu tô aqui pra te ajudar.

Laila: tá certo. Obrigada

Valdina: eu que te agradeço. Depois vou te mandar o contato de Tereza. Tô torcendo pra te ver doutora. Pra eu dizer, ó, conheço Laila, viu? Mulher retada, guerreira.

Laila: obrigada pela força!

Valdina: você sabe que baiana é assim mesmo, assim falante. Isso é um orgulho pra mim. É um orgulho poder ajudar as mulheres, agora imagina uma conterrânea baiana, mãe de família, formada, professora e defendendo uma tese. É um orgulho

Laila: obrigada. É um orgulho e um prazer falar com você, conhecer sua história.

Valdina: um beijo, fica com Deus

Laila: se cuida! Até mais.